

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO
bibRIA

N.º 133

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1968

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

VOLUME XXXIV

AVEIRO

1968

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA NOS CONCELHOS DE EIXO E AVEIRO

I PARTE

A INFANTA D. JOANA TORNA-SE SENHORA
DA VILA DE AVEIRO, DE EIXO, E DE OUTRAS
TERRAS, COMO DONATÁRIA DA COROA

A infanta D. JOANA, filha do rei D. AFONSO V e irmã do príncipe D. JOÃO, nasceu em 6 de Fevereiro de 1452, e entrou para o convento de Jesus, de Aveiro, como simples recolhida, a 4 de Agosto de 1472, com vinte anos de idade, e aqui permaneceu até o seu falecimento, no dia 12 de Maio de 1490.

Razões de Estado determinaram este recolhimento, mas a infanta vivia no convento com dificuldades em virtude dos pequenos recursos que possuía.

Em 1481 morreu o rei D. AFONSO V e sucedeu-lhe no trono D. JOÃO II, seu filho. O terceiro duque de Bragança, D. FERNANDO, formou em 1483 uma conspiração contra o novo rei, e por tal, foi processado, condenado à morte e executado em Évora ainda neste ano, e os seus bens entre os quais estava o senhorio das vilas de Aveiro e Eixo, foram confiscados.

D. JOÃO II teve agora oportunidade de beneficiar a infanta D. JOANA, sua irmã, com o senhorio e rendas de algumas das terras confiscadas.

Então, por carta régia de 19 de Agosto de 1485, fez-lhe doação, em sua vida, do senhorio da vila de Aveiro (menos a jurisdição que recusou); e da vila de Mortágua, dos lugares de Eixo, Requeixo, Paus, Ois da Ribeira, quinta de Vilarinho do Bairro

e Balazaima. Por ella podia a nova donatária aforar, arrendar e emprazar as rendas e maninhos das ditas vilas e terras.

Assim diz a carta de doação de D. JOÃO II à infanta D. JOANA:

«Teemos por bem e lhe fazemos pura e Imrrevogavel doaçam antre vivos valledoura pera em dias de sua vyda da nossa villa d'aveiro com seus termos e com todallas remdas e direitos Reações da dita Villa e da dizima nova e velha do pescado della, ficando pera nos somente a dizima da Caza da alfandega da dita villa. Outro sy lhe damos a nossa villa de mortagoa e os lugares de eixo e requeixo e paaos e hoees e a quinta de villarinho, e de ballazayma com todos seus reguengos, foros remdas, e trebutos asy e per aquella guiza e maneira que ellas a nos e á coroa dos nossos regnos de direito pertencem, e pertencer devem, e esto com toda a Jurdicam civil e crime, mero mixto Imperio, [.....]. Outro sy lhe damos poder e autoridade que ella dita Infanta minha Irmãa posa aforar, arrendar e emprazar as dittas rendas e maninhos das dittas villas e terras sobreditas per sy e per quem lhe aprouver em vida e em pesoas e as maninhas pera sempre todo por aquelles preços e condicoes que ella quizer sem eses a que os ditos beens e direitos mandar aforar ou emprazar serem obrigados de averem dello cartas de nossas confirmações, porque queremos que somente abaste o que se fizer niso por seus officiaes com sua confirmaçam della Infante minha irmãa, e bem asy as Ilhas da Dita villa daveiro.»

Tendo falecido a infanta D. JOANA em 12 de Maio de 1490, as terras que D. JOÃO II lhe havia doado, voltaram para a Coroa, ou como se diria hoje, para a posse do Estado ou da Fazenda Nacional, com todas as alterações nelas introduzidas pela administração da infanta D. JOANA.

UM AFORAMENTO FEITO NO TERMO DA VILA
DE EIXO A JORGE DA SILVA

A partir do ano de 1488 um tal JORGE DA SILVA apossa-se de uma grande porção de terreno no vale do Braçal, termo da vila de Eixo, dizendo que lho tinha aforado perpétuamente a infanta D. JOANA em 1488, mediante o foro anual de um capão, dois alqueires de trigo e cinquenta réis em dinheiro.

Este terreno veio a ser conhecido pela designação de *prazo da água da Granja* ou só *prazo da Granja*. Era formado por terrenos de matos maninhos, com cursos de água.

O enfiteuta JORGE DA SILVA arroteou o que pôde, construiu casas para sua moradia e fez azenhas.

O emprazamento feito a JORGE DA SILVA devia ter sido registado em 1488 no Tombo dos bens da Coroa situados no almoxarifado de Eixo (Eixo, Paus, Ois e Vilarinho), com indicação da

extensão e confrontações do prazo. Mas tudo terá sido feito de forma muito imprecisa e duvidosa.

A Casa e morgado da Oliveirinha tiveram a sua origem no aforamento do prazo da Granja.

O FORAL DE EIXO E O PRAZO DA GRANJA

O rei D. MANUEL deu novo foral ao concelho de Eixo—vila e termo—em 2 de Junho de 1516, tendo principalmente em vista a cobrança e arrecadação das rendas e Direitos Reais. Da carta deste foral consta que também mandou fazer novo Tombo dos bens da Coroa na terra de Eixo por oficiais seus, estando presentes todos os moradores do concelho ajuramentados para prestarem declarações acerca dos prédios foreiros que possuíam.

«Os quaaes particullarmente deccrararão todallas terras e cazaaes foreiros que na dita terra avia intitulos particullarmente nas pessoas que os agora trazem com os foros e drtos, que dellas devem pagar.»

Do novo tomo de Eixo feito nos princípios do século XVI devia constar o emprazamento feito a Jorge da Silva, e este devia ter feito declarações ao juiz do tomo a tal respeito e ter-lhe mesmo apresentado o original da carta de emprazamento.

Mas tal original não foi apresentado pelo enfiteuta Jorge da Silva, e o registo do emprazamento foi feito no tomo apenas com base em simples declarações por ele feitas.

A descrição do aforamento no novo tomo deve ter continuado a ser imprecisa e duvidosa, quanto à extensão e confrontações do prazo, o que motivou mais tarde questões entre a Coroa e os senhores do prazo.

Em 1616 o Doutor SEBASTIÃO DE TORRES fez novo tomo, mas o possuidor do prazo da Granja, SEBASTIÃO DA SILVA, juiz dos órfãos em Aveiro, também não apresentou a carta de aforamento, mas apenas um traslado não autêntico, e ausentou-se para Lisboa por motivo de serviço.

O Doutor Sebastião de Torres fez então exarar no novo Tombo de 1616 um assento do seguinte teor:

Título da Granja e água da Granja, Costa, e Eirol. Pelo Tombo antigo a fl. 77 na volta consta de uma verba, que é do teor seguinte:

Jorge da Silva, tabelião, trás aforada a água que está entre Valade e a Mouta, e assim também a terra, por aforamento que lhe fez a Infante no ano de 1438 (*sic*). onde tem feito assentamento, e mora e fez aí azenhas, e paga de foro o sabido um capão e dois alqueires de trigo e cincoenta reis em dinheiro sem outra

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

medição, nem foro, como se pelo dito aforamento se mostra, aonde largamente se todo declara, e por onde demarca esta adição está no Tombo velho às 18 folhas, e no outro novo às 8 folhas.

Para efeito da cobrança de tributos, rendas e direitos reais havia o almoxarifado de Eixo que compreendia os concelhos de Eixo, Paus, Ois da Ribeira e Vilarinho do Bairro.

O concelho de Eixo foi extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853 e incorporado no de Aveiro.

POPULAÇÃO DO CONCELHO DE EIXO NO ANO DE 1527

Convém saber quais eram as povoações existentes no concelho de Eixo nos princípios do século XVI e suas respectivas populações. Estas eram diminutas, como se reconhece pelo recenseamento da população de Portugal feito em 1527.

O concelho de Eixo compreendia a vila de Eixo e seu termo com oito povoados, com o total de 109 vizinhos.

Assim diz este recenseamento:

«Eixo—vila del Rei 46 vizinhos no corpo da vila, com 1 clérigo e 4 viúvas. Título do seu termo: aldeia da Póvoa de Valade, 9 v. Aldeia de Valade, 6. Aldeia de Mamodeiro, 10. Aldeia de Sampaio, 4. Aldeia de Requeixo, 24. Aldeia de Carcavelos, 3. As azenhas de Água da Granja e Venda, 4. Aldeia de Salgueiro, 3. Tem de termo para a parte de Aveiro meia légua e para Salgueiro tem uma légua. Parte com a vila de Aveiro e Esgueira (1).

Total 109 vizinhos.»

NOVOS DONATÁRIOS DA COROA NO ALMOXARIFADO DE EIXO

Tendo falecido a infanta D. Joana em 1490, logo D. João II por carta de 15 de Junho de 1494 deu o senhorio das terras do almoxarifado de Eixo a Diogo Lopes de Sousa, que foi do conselho de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, e foi alcaide-mor de Arronches. D. João II pouco mais tempo viveu depois, visto que morreu em Alvor a 25 de Outubro de 1495.

A Diogo Lopes de Sousa sucedeu no dito senhorio seu filho Álvaro de Sousa, do conselho de D. João III, e por morte de Álvaro de Sousa sucedeu-lhe seu filho Diogo Lopes de Sousa.

(1) Sempre se disse e escreveu *Vallade* ou *Valade*. Só há poucos anos se começou a dizer e escrever erradamente *Valado*.

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

Este faleceu sem descendência, pelo que herdou o senhorio seu irmão Vicente de Sousa.

Por morte deste, o rei D. Henrique (1578-1580) doou o senhorio das terras do almoxarifado de Eixo ao VI conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e esta doação foi confirmada pelo rei D. Filipe I por carta de 8 de Março de 1596.

D. Sancho de Noronha faleceu sem descendentes a 12 de Novembro de 1641 e os bens da Casa de Odemira voltaram para a Coroa.

D. João IV fez doação delas a D. Francisco de Faro, que veio a ser o VII conde de Odemira, mas as terras de Eixo, Paus, Ois e Vilarinho reverteram para a Casa de Bragança.

NOVO REGIME DA CASA DE BRAGANÇA

A revolução de 1640 levou ao trono português o duque de Bragança D. João.

As cortes de Lisboa de 1641 pediram ao novo rei D. João IV que separasse perpétuamente da Coroa a Casa de Bragança, para servir de apanágio ao Príncipe herdeiro da Coroa.

O rei atendeu o pedido, promulgando a carta patente de 27 de Outubro de 1645, em que declarou o Príncipe seu filho e os demais primogénitos dos reis seus sucessores, duques de Bragança; e concedendo-lhes todas as terras, jurisdições e rendas que pertenciam aos duques da dita Casa, assim e da maneira e pela forma que ele, como duque de Bragança, as possuía ao tempo em que foi restituído à Coroa destes reinos; ordenando que só quando faltasse príncipe sucessor da Coroa, governassem a dita Casa os reis de Portugal, mas ainda com divisão de ministros.

A CARTA DE AFORAMENTO DO PRAZO DA GRANJA

Os donatários das terras do almoxarifado de Eixo eram os senhorios do domínio directo do prazo da Granja, aforado a Jorge da Silva em 1488, e ao renovarem os tombo do almoxarifado, exigiam aos foreiros o documento original do aforamento, mas estes nunca o apresentaram.

Já em 1616 o então possuidor do prazo, Sebastião da Silva, juiz dos órfãos em Aveiro, apresentou um traslado não autêntico da carta de aforamento.

Posteriormente sucederam outros factos análogos.

Vou reproduzir um traslado que foi utilizado no tribunal, nos meados do século XVIII.

«Eu a Infanta faço saber &c. Que sentindo eu por serviço de El Rei meu Senhor, e meo, me praz de dar a Jorge da Silva,

meu escudeiro, e a sua mulher Isabel Soares, filhos, e filhas, ascendentes e descendentes, a Terra e Veiga, que vai pelo Val do Braçal, que está contra Vallade, e Mouta: a qual parte de Aguião com caminho que vai para Eixo, e de Travessia com estrada publica, que vai de Aveiro para Vallade, e do Bandaval com o lugar de Vallade, e do Suão com porto da agua da Granja, pela qual veiga dará a mim, e aos que depois de mim vierem de foro hum capão, e dois alqueires de trigo, e de todo o que romper, asy para vinhas, como para as suas lavranças, sem nem huma, nem outra pensão sincoenta reis em dinheiro: o qual Jorge da Silva, comessará a fazer primeira paga deste São Miguel prezente, a dois annos primeiros, que vierem: a qual carta em Phatheosim lhes dou por virtude da Doação que me o dito Senhor tem feito da dita Terra, em que se contem poder afforar, e dar em Phatheosim, a qual lhes dou, e assim como dito he: e por certeza, e firmeza lhes mandei dar esta minha Carta, assignada por mim, e sellada do meu sello: Feita em a minha villa de Aveiro, a dezoito dias, do mez de Novembro. Alvaro Luiz a fez. Anno do Senhor de mil quinhentos oitenta e oito.»

A Infanta

Sello pendiente

Esta transcrição é feita de uma certidão de 13 de Março de 1742 que figurava num processo judicial em que era autora D. JOANA LUÍSA DA SILVA MAGALHÃES, proprietária de uma azenha que trazia aforada no prazo da Granja, e era réu ROMUALDO DE ALMEIDA DA SILVEIRA MATOSO, senhor deste prazo no século XVIII.

É de notar que esta carta está datada do ano de mil quinhentos e oitenta e oito (1588) em vez do ano 1488. É um anacronismo espantoso que torna suspeito o documento.

QUEM ERA O ENFITEUTA JORGE DA SILVA
A «MEMÓRIA DOS SILVAS DA GRANJA»

JORGE DA SILVA teve uma descendência numerosa, e alguns dos descendentes, passados dois séculos após o aforamento de 1488, procuraram nobilitar-se, afirmando que o enfiteuta JORGE DA SILVA era o individuo deste nome que a infanta D. JOANA mencionou no seu testamento para lhe legar certo beneficio pecuniário, e afirmaram que este era um grande fidalgo e mestre-sala de D. Afonso V, que veio de Lisboa a acompanhar a Infanta para Aveiro em 1472, e aqui ficou ao seu serviço.

A descendência de JORGE DA SILVA estava quase extinta no terceiro quartel do século XVII, e para lembrança dele e de seus descendentes, um deles, ANTÓNIO SOARES DA SILVA, escreveu em 1680, aos cinquenta anos de idade, uma memória em que refere a vinda de Lisboa para Aveiro de JORGE DA SILVA, sua

nobreza, o aforamento que lhe fez a infanta D. JOANA, e a extensão do prazo.

O documento original, que tenho presente, é assim intitulado:

*Memoria dos Silvas da Granja feita por
Antonio Soares da Silva m.^{or} na Villa
de Eixo em 6 de Mayo da era de 1680*

Esta *Memória* começa com a seguinte epígrafe:

Caza e Principios dos Silvas da Granja junto a Villa de Aveiro termo da Villa de Eixo a qual memoria se fez no anno de 1680 p.^a a todo o tempo constar donde procedeo esta familia

e inicia a relação dos Silvas com JORGE DA SILVA ao qual atribui o cargo de mestre-sala do rei D. AFONSO V e a categoria de «*fidalgo de boa callidade dos Antigos Silvas de Portugal e de muy ajustados procedimentos*».

É este «*fidalgo de boa qualidade*» que o autor da *Memória* diz ter acompanhado a Infanta D. JOANA a Aveiro e voluntariamente quis continuar aqui ao seu serviço.

E a Infanta, reconhecida, «*deu e doou*» a JORGE DA SILVA um vasto terreno no sítio chamado Granja, no termo da Vila de Eixo, como se vê no seguinte passo da referida *Memória*.

«Como a Infanta visse esta fineza e amor de vassalo e criado tam leal que por seu respeito se desterrava da sua terra e fazendas, so por lhe asistir como criado lhe deu e doou p.^a seu sustento e de todos seus descendentes coanto seus olhos pudessem alcançar com a vista que se veio a rezumir em hua boa legoa de terra no termo da Villa de Eixo no sítio que chamão a granja que fica distancia da Villa de Aveiro hua legoa [...].

E estas terras estam todas cercadas em Roda de Terras do Ducado de Bragança q̃ tambem he prêmencia desta familia dos Silvas tam antiga como se vê.»

Desde já direi que é pura fantasia o que nesta *Memória* se diz a respeito da existência, vinda e permanência do mestre-sala JORGE DA SILVA em Aveiro para serviço à Infanta.

E é tendenciosa a afirmação de que a Infanta D. JOANA *deu e doou* «uma boa légua de terra» a JORGE DA SILVA. Ela não podia dar bens da Coroa, nem mesmo a carta da doação que lhe tinha feito D. JOÃO II, a autorizava a tal, mas podia aforar ou empraçar maninhos.

O autor da *Memória* não menciona os pais de JORGE DA SILVA, mas MARQUES GOMES, na sua *Memória histórico-genealógica da Casa*

e *Solar da Oliveirinha* que publicou em 1897, baseada na *Memória dos Silvas da Granja*, diz que JORGE DA SILVA era filho de AIRES GOMES DA SILVA, regedor das Justiças e IV senhor de Vagos, e de D. Brites de Meneses.

Esta afirmação é arbitrária, pois em verdade, ignora-se quem sejam os pais de JORGE DA SILVA e a terra da naturalidade deste.

O MATRIMÓNIO DE JORGE DA SILVA

O autor da *Memória dos Silvas da Granja* diz que JORGE DA SILVA tinha casado com LEONOR GONÇALVES, e não lhe menciona outro matrimónio:

«O primeiro possuidor Jorge da Silva foi casado com Leonor Gonçalves. Deste matrimónio teve dois filhos, a saber: um deles se chamou Sebastião da Silva e o outro Fernão de Oliveira.»

A *Memória dos Silvas*, logo depois de escrita, foi dada pelo seu autor a um parente, por certo de menos idade, para a salvar-guardar. Mas dentro de breve prazo o autor da *Memória* averiguou que tinha errado na informação acerca do matrimónio de Jorge da Silva e enviou a correção ao detentor da *Memória*, e este a escreveu à margem em 1682. JORGE DA SILVA tinha casado duas vezes, como se vê a seguir:

«O S.^o Jorge da Silva foi cazado 1.^a vez com Isabel Soares e a ambos se fez a doação das terras da Granja; e deles procedem todos os Silvas e Soares da Granja.

2.^a vez foi cazado com Lianor Gl̃s de quem não teve f.^os ao q̃ parece e os 2 asima forão filhos de Jorge da Silva e Isabel Soares; como depois desta relação feita tive por mais clara noticia oje 15 de junho de 1682 e ma mandou o mesmo Ant.^o Soares da Silva q̃ fez a relação dos descendentes a diante.

Teve este Jorge da Silva outro irmão mais novo a q̃ não sei o nome (1), este cazou em Coimbra, e dele descendem os secretários daquella un.^{de}.»

Esta emenda ainda está errada, pois embora JORGE DA SILVA tenha casado com ISABEL SOARES (2), não efectuou mais nenhum matrimónio. O que sucedeu foi ter casado a dita LEONOR GON-

(1) Um anotador acrescentou: Fran.^{co} da Silva.

(2) Um anotador escreveu à margem na *Memória dos Silvas da Granja*: «A D. Isabel Soares asima era descendente de Nuno Soares, q̃ foi fundador do mostr.^o de Grijó de Conigos de S. Ag.^o na terra da feira, pelloos annos de 1512. Vide Poyares in *Diccionar. geographico. fl. 210*».

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

ÇALVES com outro JORGE DA SILVA que era filho do primeiro. Também aquele JORGE DA SILVA não teve o irmão que lhe é atribuído. Tudo isto demonstraremos a seguir.

O ENFITEUTA JORGE DA SILVA ERA TABELIÃO EM EIXO E CASOU COM ISABEL SOARES

JORGE DA SILVA, a quem a Infanta D. JOANA aforou o prazo do Vale do Braçal, era casado com ISABEL SOARES como consta do traslado do título de aforamento. Ele fez no dito prazo uma granja com casas de moradia para si e sua família. Esta granja fez dar ao prazo o nome de prazo da Granja ou *Quinta da Granja*.

Não indica a carta de aforamento a profissão de JORGE DA SILVA, mas de um antigo tombo do almoxarifado de Eixo, onde estava registado o aforamento, consta que o enfiteuta JORGE DA SILVA era tabelião. Era, portanto, tabelião na vila de Eixo e seu termo.

Não se sabe quando este faleceu, mas admitindo que tivesse trinta anos de idade quando obteve o aforamento, e que viveu ainda cinquenta anos depois deste facto, teria falecido no ano de 1538 com oitenta anos de idade, o que seria admirável para a época.

Na Quinta da Granja nasceram os filhos do enfiteuta JORGE DA SILVA: JORGE DA SILVA e FRANCISCO DA SILVA.

O ESCRIVÃO JORGE DA SILVA E SUA MULHER LEONOR GONÇALVES

JORGE DA SILVA, nascido e morador na Quinta da Granja, foi escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, Paus e Ois e casou com Leonor Gonçalves, natural de Aveiro. Fez o seu testamento nesta Quinta no dia 6 de Agosto de 1555, e nele declarou que sua mãe era ISABEL SOARES e estava sepultada na igreja de S. Domingos do mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro, e ordenou que quando ele falecesse, o seu corpo fosse enterrado na sepultura de sua mãe.

«Disse elle testador que quando o Deos Senhor deste mundo o levar seu corpo seja enterrado em o Mosteiro de Nossa Senhora da Mizericórdia em a villa d'Aveiro em a sepultura com sua may Izabel Soares junto do altar de Nossa Senhora do Rosario.»

Extraí este passo do testamento, de uma certidão autêntica passada em 1787, e que tenho presente. O testador nenhuma referência fez a seu pai. Nomeou para seu testamenteiro o seu irmão FRANCISCO DA SILVA.

PROVA DA NATURALIDADE DE JORGE DA SILVA
E SUA MULHER LEONOR GONÇALVES

Que a terra da naturalidade do segundo Jorge da Silva, é a Quinta da Granja, no termo de Eixo, e a de sua mulher, Leonor Gonçalves é Aveiro, pode provar-se com o documento da habilitação de ANTÓNIO DE PAIVA para Familiar do Santo Officio.

Com efeito, este documento diz que ANTÓNIO DE PAIVA natural e morador na Quinta da Granja, era filho de *Fernão de Oliveira*, escrivão dos Órfãos e da Câmara de Paus e Ois, também natural da Quinta da Granja, e de *Branca de Paiva*, moradores na mesma Quinta; neto paterno de *Jorge da Silva*, escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, Paus e Ois, natural da referida Quinta, e de *Leonor Gonçalves*, natural de *Aveiro*, e materno de ROBERTO DE PAIVA, o velho, e de LEONOR DO TOURO, do Alandroal; casado em 1609 (1).

PAI E FILHO COM O MESMO NOME

Do que acabo de dizer, conclui-se sem dúvida:

1.º Que existiram na mesma época dois indivíduos com o mesmo nome, ambos moradores na Quinta da Granja, termo de Eixo: um, JORGE DA SILVA, tabelião, casado com ISABEL SOARES, ao qual a Infanta D. JOANA fez o aforamento do Vale do Braçal.

Outro, JORGE DA SILVA, escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, Paus e Ois, que casou com LEONOR GONÇALVES, e fez testamento em 1555.

3.º Que JORGE DA SILVA e sua mulher ISABEL SOARES são os pais de JORGE DA SILVA casado com LEONOR GONÇALVES, e de FRANCISCO DA SILVA que casou em Coimbra.

Para os distinguir, chamarei JORGE DA SILVA, o velho, ao primeiro; e JORGE DA SILVA, o novo, ao segundo.

Ficam assim corrigidos os erros que, a este respeito, existem na *Memória dos Silvas da Granja*.

O ENFITEUTA JORGE DA SILVA ERA DESCENDENTE
DOS TENREIROS

O apelido Silva, por si só, não é suficiente para identificar a família ou famílias de que procede o tabelião de Eixo, JORGE DA SILVA, foreiro do prazo da Granja. Felizmente veio a meu

(1) Cfr. *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. xxv, pág. 289.

poder a cópia de um documento do ano de 1792 que ajuda a esclarecer a questão.

Trata-se de uma petição feita ao Juiz da Coroa Doutor Francisco de Azevedo Coutinho, por BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO e VASCONCELOS, senhor do dito prazo agora chamado *Quinta da Oliveirinha*, no último quartel do século XVIII, para lhe mandar passar uma certidão da carta da *mercê* que a Infanta D. JOANA tinha feito a JORGE DA SILVA TENREIRO, e que se encontrava no processo da acção movida por D. JOANA LUÍSA DA SILVA MAGALHÃES contra ROMUALDO DE ALMEIDA, pai do peticionário, e anterior possuidor do mesmo prazo.

Não há dúvida de que se trata do enfiteuta JORGE DA SILVA, pois a petição refere-se à «*mercê que Santa Joana Princesa fez a Jorge da Silva Tenreiro de uma légua de fazendas*».

O requerimento foi feito nos seguintes termos:

PETIÇÃO

Diz Bento Venancio da Silveira Mattoso e Vasconcellos da sua Casa da Oliveirinha, e termo da Vila de Eixo, commarca de Aveiro, que para requerimentos que tem precisa, de que o Escrivão deste Juizo da Coroa lhe passe por certidão dos Autos, que correrão neste Juizo entre partes D. Joanna Luiza de Magalhães contra seu Pay do suplicante Romualdo de Almeida da Silveira Mattoso de sincoenta annos para cá, da Mercê que Santa Joanna Princeza fez a Jorge da Silva Tenreiro de huma legoa de Fazendas q se acha nos ditos Autos e treslado delles. Pede ao Snr Desembargador Juiz da Coroa seja servido attender no exposto, e mandar lhe passar a dita certidão, do que na verdade constar em modo que faça fe e recebera merce.

Passe em termos. Azevedo Coutinho.

A certidão requerida foi efectivamente passada na Relação do Porto, no dia 1 de Março de 1792, mas mencionando o nome incompleto JORGE DA SILVA, como não podia deixar de ser, porque era este o nome que constava da presumida carta de aforamento de 1488 que já atrás reproduzi, e que constava também dos tombo do almoxarifado de Eixo.

BENTO VENÂNCIO sabia perfeitamente o nome completo do tabelião JORGE DA SILVA porque possuía toda a documentação relativa ao prazo da Granja e conhecia muita outra referente ao dito JORGE DA SILVA e sua família.

Em conclusão: o tabelião e enfiteuta JORGE DA SILVA cuja naturalidade e filiação se desconhece, era descendente de uma família *Silva* e de outra *Tenreiro*. Sabe-se que no século XVI e XVII existiam *Tenreiros* em Aveiro e Eixo, tendo até casado neste século CATARINA DA SILVA, descendente deste JORGE DA SILVA, com JOÃO TENREIRO, de Eixo, e tiveram geração.

ESCLARECE-SE O NOME DE JORGE DA SILVA, O NOVO

Disse que JORGE DA SILVA, o novo, era filho de JORGE DA SILVA, o velho, cujo nome completo era JORGE DA SILVA TENREIRO, e de ISABEL SOARES.

Vou mostrar que o nome completo de JORGE DA SILVA, o novo, era JORGE SOARES DA SILVA.

Este JORGE DA SILVA, no seu testamento de 6 de Agosto de 1555, instituiu uma capela com vínculo na sua Quinta da Granja, com a invocação do Espírito Santo. Na informação paroquial de 1721, o Reitor da igreja de Eixo, MANUEL ANTUNES VARELA, menciona as capelas que havia na freguesia de Santo Isidoro da vila de Eixo, e nelas inclui a que foi instituída por JORGE SOARES DA SILVA:

«a do Espírito Santo sila na Granja de Cima, que instituiu Jorge Soares da Silva.» (1)

Esta era, portanto, de Jorge da Silva, o novo.

O apelido Soares provém do nome de sua mãe ISABEL SOARES.

DESCENDÊNCIA DE JORGE DA SILVA, O NOVO

JORGE DA SILVA, o novo, ou JORGE SOARES DA SILVA, teve de sua mulher LEONOR GONÇALVES, os dois filhos:

SEBASTIÃO DA SILVA, o velho, escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, que casou duas vezes;

FERNÃO DE OLIVEIRA, escrivão dos Órfãos e da Câmara de Paus e Ois;

e uma filha que casou com PEDRO FERNANDES, de Eixo.

1.º MATRIMÓNIO

SEBASTIÃO DA SILVA, o velho, casou a primeira vez, com MARIA PAIS, natural da Orta, da freguesia de Santo Isidoro da vila de Eixo, e tiveram seis filhos, entre os quais:

SEBASTIÃO DA SILVA, o novo, que herdou o prazo da Granja, foi juiz dos Órfãos, da vila de Aveiro, e casou com MARIA SOEIRA CARDOSO (2), s. g.

(1) *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. v, pág. 139.

(2) Esta MARIA SOEIRA era filha de MARIA CARDOSO DE ALBERGARIA e de PEDRO GONÇALVES, seu segundo marido, juiz dos Órfãos de Aveiro. (*Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. XXII, pág. 269).

2.º MATRIMÓNIO

SEBASTIÃO DA SILVA, o velho, casou segunda vez com ISABEL VIEIRA, natural da Terra da Feira, e tiveram seis filhas, das quais a primogénita foi CATARINA DA SILVA que veio a herdar o prazo ou Quinta da Granja.

CATARINA DA SILVA casou em 1600 com JOÃO TENREIRO ⁽¹⁾ no lugar da *Oliveirinha*, termo da vila de Eixo, e pertencente ao prazo da Granja. E tiveram do seu matrimónio:

1. MARIA TENREIRA, que faleceu solteira.
2. P.º FRANCISCO DA SILVA TENREIRO, vigário que foi da igreja de S. Tomé de Mira.
3. P.º DOM FILIPE DE CRISTO, cónego regrante de Santo Agostinho.
4. P.º BARTOLOMEU DA SILVA TENREIRO, clérigo de missa.
5. JULIANA DA SILVA, que faleceu solteira.
6. ISABEL DA SILVA, que herdou o prazo da Granja e casou já com idade avançada (segue).
7. SEBASTIANA DA SILVA, que faleceu solteira.

ISABEL DA SILVA (n.º 6), segundo diz a *Memória*, casou em 1680, tendo 67 anos de idade, com BENTO DE ALMEIDA CABRAL, natural de Coimbra, e moraram na *Oliveirinha*. Ela faleceu pouco tempo depois de 1692. BENTO CABRAL ficou senhor do prazo da Granja. Assim findou o predomínio dos Silvas neste prazo, que já vinha tendo também a designação de *prazo da Oliveirinha*, ou *Quinta da Oliveirinha*.

*

GENEALOGIA DE ISABEL VIEIRA, SEGUNDA MULHER
DE SEBASTIÃO DA SILVA, O VELHO

Diz a *Memória dos Silvas da Granja* que ISABEL VIEIRA era natural da terra da Feira e da maior nobreza, mas nada diz que esclareça a sua genealogia.

No entanto, de um nobiliário manuscrito, de LUÍS DA GAMA, diz-se de onde procedia ISABEL VIEIRA. E assim, sabemos que:

SEBASTIÃO JORGE DA ROCHA, morador em Paço de Brandão, terra da Feira, filho de JORGE DA ROCHA TAMANCA, casou com

(1) Tinham a sua sepultura na igreja paroquial de Eixo, com o seguinte letreiro: Sepultura de JOÃO TENREIRO e sua Molher CATHERINA DA SILVA, e de seus filhos a qual tem comprado a esta freg.ª (*Informação Paroquial de 1721*, in *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. v, pág. 139).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ISABEL DE CASTRO, filha bastarda de D. NUNO ÁLVARES PEREIRA DE CASTRO, irmão do conde da Feira, e de CATARINA DE ANDRADE.

Do seu matrimónio tiveram quatro filhos e cinco filhas, entre as quais:

«N... de Castro, que casou com António Vieira, da quinta de Cacela, na terra da Feira, e tiveram uma filha, Isabel Vieira de Castro, que casou com Sebastião da Silva, escrivão da Câmara e Orfãos de Eixo, c. g.» (1)

Vê-se que esta ISABEL VIEIRA DE CASTRO é a ISABEL VIEIRA que a *Memória dos Silvas* apresenta como segunda mulher de SEBASTIÃO DA SILVA, o velho, e avó de ISABEL DA SILVA que casou em 1680 com BENTO DE ALMEIDA CABRAL.

LINHA DE FERNÃO DE OLIVEIRA
FILHO DE JORGE DA SILVA, O NOVO, E IRMÃO
DE SEBASTIÃO DA SILVA, O VELHO

A *Memória dos Silvas* não diz com quem casou FERNÃO DE OLIVEIRA, mas averigui, como já vimos, que foi casado com BRANCA DE PAIVA, filha de ROBERTO DE PAIVA, o velho, e de LEONOR DO TOURO, do Alandroal.

Do seu matrimónio tiveram os seguintes filhos:

1. BRITES DE OLIVEIRA, que casou com MIGUEL DE PINHO DE OLIVEIRA, e tiveram filhos.
2. ANTÓNIO DE PAIVA, meirinho da Santa Inquisição em Coimbra. Foi casado, mas não teve filhos.
3. SUZANA DE PAIVA, casada com PANTALEÃO BOTELHO, da vila de Aveiro. Sem geração.
4. MARINHA DE OLIVEIRA, casada com ANTÓNIO NUNES, da vila de Aveiro. Sem geração.
5. LEONOR SOARES, que faleceu solteira.

A família Silva, da Granja, já estava reduzidíssima em 1680, e a caminho da extinção.

A DIVISÃO DO PRAZO DA GRANJA

Desde o ano do aforamento do grande prazo do Vale do Braçal a Jorge da Silva, o velho, em 1488, até o falecimento de Isabel da Silva, no fim do século XVII, tinham decorrido mais de duzentos anos. Durante este tempo, os sucessivos possuidores

(1) F. DE MOURA COUTINHO, *A minha ascendência pelos Godinhos*, in *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. x, págs. 223 a 225.

do prazo da Granja ou da Oliveirinha foram-no partilhando, e sub-aforando ou vendendo parcelas de terreno. Nos novos prédios foreiros se instalavam novos colonos ou casais, indo-se deste modo povoando o prazo.

Mas os sub-aforamentos e vendas eram feitos sem respeito pelos direitos da Coroa ou dos seus donatários. Com efeito, a Coroa era senhora do domínio directo do prazo, mas os foreiros não lhe pagavam os laudémios das vendas nem os senhores do prazo lhe solicitavam autorização para a sua divisão.

Por tais motivos a Coroa ia intervindo nos actos dos possuidores do prazo mas só de forma a garantir os direitos dela.

Finalmente a Casa de Bragança acabou por demandar todos os foreiros no século XVIII e princípios do século XIX, e obrigou-os a reconhecerem-na como senhoria directa, e a pagarem-lhe os laudémios.

O POVOAMENTO NO CONCELHO DE EIXO NOS FINS DO SÉCULO XVII

Durante os séculos XVI e XVII fez-se no concelho de Eixo um intenso povoamento, a que correspondeu um forte desenvolvimento agrícola.

No ano de 1689 já havia no termo da vila de Eixo as seguintes povoações, classificadas como *lugares* e *póvoas*:

Lugares — *Requeixo, Mamodeiro, Póvoa, Valade, Salgueiro, Quintãs de Gonçalo Gonçalves, Mouta, Quintãs do Salgueiro, Marco, Carcavelos, Verba.*

Póvoas — *Azenha de Baixo, Granja de Baixo, Granja de Cima, Picotos, Cavalinhos, Carregais, São Paio, Sanguinheira, Pericosa, Costa de Valade* (1).

II PARTE

OS MATOSOS SENHORES DO PRAZO DA GRANJA

INSTITUIÇÃO DA CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA POR BENTO DE ALMEIDA CABRAL

Começa a falar-se no lugar da *Oliveirinha*, situado no termo de Eixo, a propósito do casamento de ISABEL DA SILVA com BENTO DE ALMEIDA CABRAL. Na verdade, ISABEL DA SILVA era

(1) A. N. T. T. — *Promptuário das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam*, por VICENTE RIBEIRO MEIRELES (séc. XVII). Cf. *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. XXIV, pág. 66, art. *A Provedoria de Esgueira*, por MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA.

filha de JOÃO TENREIRO, natural da vila de Eixo, e de CATARINA DA SILVA natural da Quinta da Granja, termo de Eixo.

Estes, tendo-se consorciado cerca de 1600, teriam feito casas para sua moradia no sítio chamado Oliveirinha, próximo da Granja e pertencente ao prazo da Granja. Nestas casas nasceram os seus sete filhos, entre os quais ISABEL DA SILVA, que aqui casou aos sessenta e sete anos de idade com BENTO DE ALMEIDA CABRAL, natural de Coimbra e muito mais novo que ela.

Assim se originou a Quinta da Oliveirinha e o lugar do mesmo nome.

ISABEL DA SILVA tinha herdado o prazo da Granja. Pelo seu falecimento em 1692 ou pouco depois, sem descendência, herdou BENTO DE ALMEIDA CABRAL este prazo e esta quinta.

QUEM ERA BENTO DE ALMEIDA CABRAL

Encontram-se notícias genealógicas de BENTO DE ALMEIDA CABRAL no seu processo de habilitação para familiar do Santo Offício de que obteve carta em 28 de Fevereiro de 1692. Era então casado com ISABEL DA SILVA.

Deste processo consta que BENTO DE ALMEIDA CABRAL morava na sua Quinta da Oliveirinha, freguesia de Santo Isidoro da vila de Eixo, e era filho do Lic.^o LUÍS CORDEIRO MATOSO e de ANTÓNIA SOARES, da freguesia da Sé de Coimbra; neto paterno de GASPAR CORDEIRO e de ANA MATOSA, do lugar do Espinhal, freguesia de S. Sebastião, Penela; e materno de ANTÓNIO LOURENÇO e de LUÍSA GOMES, da freguesia da Sé de Coimbra.

Era casado com ISABEL DA SILVA, filha de JOÃO TENREIRO e de CATARINA DA SILVA, do lugar da Oliveirinha, freguesia de Santo Isidoro de Eixo, neta paterna de ANTÓNIO DELGADO e de ISABEL FRANCISCA, de Aveiro, e materna de SEBASTIÃO DA SILVA e de ISABEL VIEIRA, da Granja, freguesia de Eixo. (Arq. Nac. da Torre do Tombo, m. 3, n.^o 52) ⁽¹⁾.

LUÍS CORDEIRO MATOSO era natural do lugar do Espinhal, e teve do seu matrimónio dois filhos:

LUÍS MATOSO SOARES, desembargador, que faleceu solteiro, e sem descendência;

BENTO DE ALMEIDA CABRAL.

O SEGUNDO MATRIMÓNIO DE BENTO DE ALMEIDA CABRAL

No ano de 1699 ou 1700 casou BENTO DE ALMEIDA CABRAL em segundas núpcias com D. JOANA DE ALMEIDA E FIGUEIREDO,

(¹) *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. xxvi, pág. 210.

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

filha de SEBASTIÃO DE ALMEIDA CARVALHO, natural de Moimenta da Beira, e de sua mulher D. MARIA DA CUNHA SILVEIRA, natural da vila de Esgueira, e ambos aqui residentes.

Em 6 de Junho de 1699, a Mesa de Inquirição de Coimbra fora avisada de que tinham sido aprovadas as diligências respeitantes a D. JOANA DE ALMEIDA E FIGUEIREDO, para efeitos do seu casamento com BENTO DE ALMEIDA CABRAL ⁽¹⁾.

BENTO DE ALMEIDA CABRAL continuou a viver na sua Casa da Oliveirinha com sua segunda mulher.

Do segundo matrimónio nasceu por volta de 1703 ROMUALDO DE ALMEIDA DA SILVEIRA MATOSO, no lugar e Casa da Oliveirinha.

BENTO DE ALMEIDA CABRAL era senhor de muitos bens, entre os quais, o prazo da Granja com a quinta da Oliveirinha, e os prazos de Salgueiro, do Fontão, do Espinhal e do Rabaçal. Sobreviveu a sua segunda mulher.

No seu testamento instituiu, com a terça dos seus bens, o vínculo da Quinta da Oliveirinha em morgado.

Seu filho Romualdo veio a herdar todos os bens que tinham pertencido a seus pais.

A GENEALOGIA DE D. JOANA DE ALMEIDA E FIGUEIREDO

D. JOANA DE ALMEIDA era filha de SEBASTIÃO DE ALMEIDA CARVALHO e de D. MARIA DA CUNHA SILVEIRA.

SEBASTIÃO DE ALMEIDA CARVALHO era filho de RUI VAZ PINTO DE FIGUEIREDO, de Lamego, e de D. BRITES MORGADO DE ALMEIDA, de Moimenta da Beira, irmão de D. FR. GABRIEL DE ALMEIDA, bispo do Funchal e revedor do Santo Offício; neto paterno de LOURENÇO CARDOSO DE MENESES, de Lamego, e de D. VIOLANTE DE FIGUEIREDO, de Sernancelhe, e materno de SEBASTIÃO DE ALMEIDA CARVALHO, também de Moimenta, e de D. BRITES MORGADO, de Ucanha, Tarouca.

D. MARIA DA CUNHA SILVEIRA era filha de NICOLAU DA SILVEIRA BULHÕES e de sua mulher D. MARIA MADALENA DE ARAÚJO, e neta paterna do capitão ÁLVARO EGAS DE BULHÕES, senhor de Matadussos, e de D. ISABEL DE OLIVEIRA; e neta materna de PEDRO GODINHO BARBOSA e de D. PETRONILA BAPTISTA DE ARAÚJO, todos da vila de Esgueira.

⁽¹⁾ FRANCISCO DE MOURA COUTINHO, art. *Casa-Solar da Oliveirinha*, in *Arg. do Dist. de Aveiro*, vol. x, pág. 248.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ROMUALDO MATOSO E SUA DESCENDÊNCIA. NOTAS BIOGRÁFICAS

ROMUALDO DE ALMEIDA DA SILVEIRA MATOSO foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo por alvará de 9 de Março de 1724, Familiar do Santo Officio por carta de 25 de Junho de 1726, e escrivão da Câmara de D. MARIANA DE ÁUSTRIA, esposa do rei D. João v.

Casou em 1729, ou pouco depois, com D. JOANA INÁCIA CORONEL DE VASCONCELOS, açafta da Rainha. Em 4 de Junho de 1729 foi aviso à Inquisição de Coimbra de que tinham sido aprovadas as diligências referentes à sua futura esposa.

D. JOANA CORONEL era filha do desembargador JOÃO CORONEL, superintendente das ferrarias de Tomar falecido em 1728, e de D. JOSEFA CRISPINA DE VASCONCELOS; neta paterna de ESTÉVÃO CORONEL, capitão de mar e guerra francês, e de sua mulher D. MARIA DE EIRÓ, natural de Lisboa Ocidental, freguesia da Encarnação, e neta materna de MANUEL DE LIMA e de D. MARIA PEREIRA DE VASCONCELOS desta freguesia.

Do matrimonio de ROMUALDO DE ALMEIDA e D. JOANA CORONEL nasceram três filhos:

1. BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS, nascido em Lisboa, em 1731 (?).
2. D. JOAQUINA JOSEFA INÁCIA CORONEL DE VASCONCELOS que casou com JOAQUIM MANUEL DA ROCHA, bacharel formado em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, e sargento-mor das ordenanças da vila de Eixo e suas anexas.
3. D. INÊS MARGARIDA CORONEL DE VASCONCELOS que casou com ANTÓNIO VERÍSSIMO RANGEL DE QUADROS, natural de Aveiro e aqui morador, na Quinta dos Santos Mártires.

ROMUALDO DE ALMEIDA faleceu na Oliveirinha em Abril de 1774.

Tinha feito o seu segundo e último testamento a 7 de Março de 1774 aos setenta e um anos de idade.

Neste testamento instituiu seu neto ANTÓNIO VENÂNCIO, de menor idade, filho de BENTO VENÂNCIO, no vínculo da Oliveirinha. Por este facto surgiria uma demanda judicial contra ANTÓNIO VENÂNCIO. Sucedeu-lhe seu filho primogénito BENTO VENÂNCIO.

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

Do testamento de ROMUALDO DE ALMEIDA transcrevo o seguinte passo:

Primeiramente instituo por meu universal herdeiro a meu neto António Venâncio de todos os meus bens que não forem vinculados e lhe nomeio os prazos que forem de nomeação como é o de Salgueiro que suposto fosse vinculado foi sem licença do Senhorio.

Item nomeio-lhe mais a Quinta da Oliveirinha que me veio por terça de meu pai Bento de Almeida Cabral da Quinta do Fontão que está vinculada na terça de minha mãe Dona Joana de Almeida.

Item declaro que o dito meu neto instituído ficará obrigado a pagar as minhas dívidas que couberem na minha terça.

BENTO VENÂNCIO

BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS foi escrivão da Câmara, Órfãos e Almotacaria da vila de Eixo e de todo o seu termo.

Casou por volta do ano 1760 com FRANCISCA TERESA BAHIA TEIXEIRA CHAVES, natural da vila de Chaves, e tiveram seis filhos, a saber:

1. ANTÓNIO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS, nascido c. 1761.
2. JOÃO DE ALMEIDA, n. a 30 de Abril de 1763.
3. JOSÉ MANUEL DE VASCONCELOS
4. DONA MARIA
5. DONA JOANA
6. DONA MARGARIDA MÁXIMA.

A mulher de BENTO VENÂNCIO era filha de ANTÓNIO BAHIA PEQUENO CHAVES, da vila de Chaves, e de D. MARIANA DE EIRÓ, também desta vila.

ROMUALDO DE ALMEIDA tinha falecido em 1774 e seu filho Bento Venâncio sabia que sua irmã D. JOAQUINA JOSEFA INÁCIA CORONEL DE VASCONCELOS e marido, tencionavam fazer anular o segundo testamento de seu pai, para impedirem a transmissão do prazo e Quinta da Oliveirinha a ANTÓNIO VENÂNCIO. Por isso, logo após a morte de seu pai, BENTO VENÂNCIO tomou posse extra-judicial dos bens da Casa da Oliveirinha, como imediato sucessor no vínculo e tutor de seu filho ANTÓNIO VENÂNCIO.

Assim, no dia 15 de Abril de 1774 tomou posse dos seguintes bens, no termo de Eixo:

Quinta da Oliveirinha, casas e foros na mesma, e suas anexas: — Granja de Baixo, Granja de Cima, Costa de Valade, Póvoa de Valade, e Mamodeiro.

E no dia 20 do mesmo mês e ano tomou posse da *Quinta e prazo de Salgueiro*, igualmente vinculados.

BENTO VENÂNCIO descreve estas posses no documento original que a seguir transcrevo:

«Diz Bento Venancio da Sylvr.^a Matozo e Vasc.^{es} q. falecendo seu Paj da vida prez.^{to} seu Paj Romualdo de Alm.^a Sylvr.^a tomou o sup.^{to} poce extrajudicial no dia de hoje quinze de Abril de mil sete centos setenta e quatro logo pella manhan o mais breve q̄ lhe foi pucivel por se achar a espirar o d.^o Defunto da quinta da Oliveir.^a cazas, foros na m.^{ma} e de suas anexas Granjas e Costa e Povoia e Mamodr.^o declarando as testem.^{as} tomava poce como S.^r daqueles bens vinculados em Morgado pertencentes ao Sup.^{to} como legitimo f.^o varaõ mais velho, e da m.^{ma} forma o fez na Q.^{ta} e prazo de Salgr.^o abrindo com as verdadr.^{as} chaves as portas tornandoas a fechar cortando os Ramos das Arvores deitando terra para o Ar, e fazendo os maes actos pecessorios Sendo a tudo testem.^{as} Prez.^{tos} João da Silva e João Baptista ren.^o do d.^o lugar, e por q. o Sup.^{to} q.^r reduzir a d.^a poce a publica forma e termos judeciaes, e q.^r perceda o Estillo praticado, em cazos semelhantes; e sendo necesario serem perguntadas as d.^{as} testem.^{as} e as maes q. prezenciarão tomar o Sup.^{to} a d.^a poce per si e como administrador de seu f.^o Antonio V.^{to} p.^a q. este tendo jus em algumas propried.^{es}, e foros ou prazos fique tambem conservado na referida poce, q. o Sup.^{to} tomou sem q. nella lhe sahise pesoa emcontrailha, e porq̄. Salgr.^o e Oliveir.^a e suas pertenças se achaõ vinculados e tambem foi testem.^a o cap.^{am} Paulo Nunes Rendr.^o do d.^o prazo de Salgr.^o, e o Sup.^{to} he Escr.^{am} da Camara orfaõs Almotasaria desta villa, e todo o seu termo. por isso não podem os Juizes ordinr.^{os}, seremno nas cauzas do Sup.^{to}, e p.^a q. não haja nulid.^e recorre o Sup.^{to} a vm.^{ce} como Juiz das remisoens a q.^m tocaõ, as cauzas do Sup.^{to} p.^a lhe reduzir a d.^a sua poce aos tr.^{os} judeciaes, perguntandolhe testem.^{as} julgandolhe o d.^o processo por sentn.^{ca}; e m.^{dar} lhe passar p.^a seu titullo, q. req.^r a vm de q. pella lei se acha o Sup.^{to} inpossado ou lha vaõ dar

P. a Vm.^{ce} seja servido deferir ao

Sup.^{to} na forma requerida.

E R M.^{ce}»

DEMANDA JUDICIAL CONTRA ANTÓNIO VENÂNCIO

D. JOAQUINA JOSEFA INÁCIA CORONEL DE VASCONCELOS, filha de ROMUALDO DE ALMEIDA, e seu marido JOAQUIM MANUEL DA ROCHA, não se conformaram com a nomeação que seu pai e sogro havia feito de seu neto ANTÓNIO VENÂNCIO para o vínculo do prazo e Quinta da Oliveirinha.

E assim, intentaram acção judicial contra ANTÓNIO VENÂNCIO para anular este vínculo que tinha sido instituído por BENTO DE ALMEIDA CABRAL cerca de 1707, e anular o segundo testamento de ROMUALDO DE ALMEIDA, de 1774.

Alegavam os Autores que BENTO DE ALMEIDA CABRAL, em seu testamento, tinha instituído um vínculo com a terça dos seus bens, mas que nunca se efectuaram as partilhas, e que Romualdo de Almeida não estava em seu perfeito juízo quando fez o segundo testamento.

Julgada a acção, a sentença foi favorável a ANTÓNIO VENÂNCIO, ficando por isso válido o segundo testamento de ROMUALDO DE ALMEIDA e o vínculo da Oliveirinha instituído por BENTO DE ALMEIDA CABRAL.

Os Autores recorreram da sentença para a Relação do Porto, mas esta, em seu Acórdão, confirmou a sentença apelada.

Os mesmos, em 1778, apresentaram embargos ao Acórdão proferido contra eles, a fim de que este fosse reformado, porque — diziam nos embargos: — «o mesmo sábio acordão ha de parecer digno de reforma para revogar a sentença apelada, emendar e corrigir a partilha e inda julgar nulo o mesmo testamento a que o embargado António Venâncio se arroga».

A presente questão é esclarecida por dois comentários escritos à margem de um traslado dos embargos ao Acórdão da Relação.

Assim, quanto à acusação de que ROMUALDO DE ALMEIDA estava demente e tinha deserdado o «Pai Comum e seus filhos» em favor do seu neto ANTÓNIO VENÂNCIO, lê-se:

«Não tinha demencia no juizo q.^{do} testou o ultimo testam.^{to} nem dezerdou filhos ou filhas o q̄ está já provado e sentenciado por estes Mer.^{mos} S.^{res} Dezembargadores e só lhe nomiou os prazos de livres nomiasoins e juntam.^{to} a tersa dos seus bens e q̄ dece alim.^{tos} a seu Irmaõ Joze M.^{ci} por lhe asestirem e serem mais gratos e q̄ q.^m quizesse erdar dele q̄ taõ bem pagase as suas dividas.»

E quanto à nomeação da Quinta da Oliveirinha em António Venâncio, seu neto, lê-se:

«Sim porq̄. se fez a legitima na q.^{ta} da Oliveir.^a no inventr.^o dovo D. Joanna, e se repartio o Prazo da Oliveir.^a p.^a não tornar a ser partido nem avaliado e o Pay comum se nomicu o Neto no Prazo da Oliveir.^a foi a segurar lhe ficase por vinculo ou prazo de livre nomiasaõ.»

A acção contra ANTÓNIO VENÂNCIO subiu à Casa da Suplicação de Lisboa e aqui foi revalidada a sentença dada pela Relação do Porto.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

TESTAMENTO DE BENTO VENÂNCIO

BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS fez o seu último testamento na sua casa do lugar da Oliveirinha, a 4 de Maio de 1796, e nele declarou que fora casado com DONA FRANCISCA TERESA BAHIA CHAVES e dela tivera seis filhos cujos nomes indicou.

Por eles fez a distribuição dos seus bens, favorecendo especialmente seu filho primogénito ANTÓNIO VENÂNCIO, pois nele nomeou todos os prazos de livre nomeação.

Mandou também que seu corpo fosse sepultado na capela de Santo António e Nossa Senhora dos Remédios, da Oliveirinha (1).

De um traslado do dito testamento transcrevo os dois passos que se referem à herança dos seus bens:

«Declarou que fora cazado com Dona Francisca Thareza Bahia Chavez dacoal teuera seis filhos a saber, Antonio Venansio mais velho, Joam de Almeida, José Manoel de Vasconcellos, Dona Maria, Dona Joana, e Dona Margarida Maçima atualmente recolhida no convento de Sá aos quaiz todoz nas duas partes de minha heransa instituo por meus unueuerçais erdeiros, e a tersa della no mais bem comparado a deixo a dita minha filha Dona Margarida Maçima.»

«Que na pesoa do dito seu filho Antonio Venançio atendendo a que neste mesmo dia e nesta mesma nota se tinha obrigado a dar alimentos a suas Irmanz e esperar delle que jamais desinpararia a sua irmã Dona Maria mentecapta e que as maiz ficam com que decentemente se possam alimentar, em atensão a tudo histo nelle dito seu filho nomea e há, por nomiadoz todos oz prazoz que nelle pode nomiar de hoje para sempre, e que por este seu testamento Revoga e há por revogado todos e quoaiz quer outros testamentoz sedullas ou codesellios que thé o presente haja feito.»

BENTO VENÂNCIO faleceu no ano de 1796, sucedendo-lhe na Casa e morgado da Oliveirinha seu filho primogénito, ANTÓNIO VENÂNCIO.

CERTIDÃO DO ASSENTO DE BAPTISMO DE JOÃO DE ALMEIDA, SEGUNDO FILHO DE BENTO VENÂNCIO

Como elemento interessante para a história da Casa da Oliveirinha, vou transcrever com a sua ortografia uma certidão original do assento de baptismo de JOÃO DE ALMEIDA, filho segundo

(1) Esta capela era do povo e já existia em 1721.

de BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO, requerida por ele com aquele nome, que é o que sempre usou.

Por ela se vê que JOÃO DE ALMEIDA nasceu no dia 30 de Abril de 1763 e foi baptisado em Aveiro, na igreja matriz da freguesia de S. Miguel.

Diz o referido documento:

«Certifico, que em hum Livro dos Baptizados da Freguesia de São Miguel desta cidade de Aveiro a fl 218. vs. se acha o assento do theor seguinte

Em os quatorze dias do mes de Maio de mil, sete centos, secenta, e tres annos baptizei solememente, e pus os Santos Oleos a João, filho legitimo de Bento Venancio Silveira Matozo de Vasconcellos, natural da Cidade de Lisboa, e de Dona Francisca Tereza Baía Teixeira Chaves, natural da freguezia de Santa Maria da Villa de Chaves, ambos assistentes na Quinta dos Santos Martires desta freguezia de São Miguel: Nêto Paterno de Remualdo de Almeida Silveira Matozo, natural da freguezia de Eyxo, e de Dona Joanna Ignacia Coronel de Vasconcellos, natural da Cidade de Lisboa; Matero de Antonio Bahia Pequeno Chaves, e de Dona Marianna de Eiro, ambos naturaes da dita freguezia de Santa Maria da Villa de Chaves, Arcebispado de Braga: Nasceu em os trinta dias do mes de Abril do dito anno: forão Padrinhos João Egas de Bulhões desta freguezia, e Dona Ignês Margarida, mulher de Antonio Veríssimo Rangel, por quem tocou com procuração sua Matheus da Silveira Cardozo da freguezia do Espirito Santo desta mesma cidade, sendo testemunhas presentes o Reverendo Jose da Fonseca Lopes desta freguezia, e Jose Vas de Carvalho Thezoureiro desta Matriz; de que fiz este assento, que assignei com as ditas testemunhas, dia, mes, e anno, ut supra = Jose Vas de Carvalho = O coadjutor Frei Thomas dos Santos.

Nada mais se continha no dito assento, a que me reporto. Aveiro 5. de Janr.º de 1831. Eu Jose Simões Mostardinha cartorario dos Livros findos, que esta escrevi, e assigno
Jose Simões Mostardinha»

A Quinta dos Santos Mártires em Aveiro, onde acidentalmente assistiam em 1763 BENTO VENÂNCIO e sua mulher, por motivo do baptisado do seu filho JOÃO, pertencia a ANTÓNIO VERÍSSIMO RANGEL ⁽¹⁾ casado com D. INÊS MARGARIDA CORONEL DE VASCONCELOS, irmã de BENTO VENÂNCIO.

Foi esta a madrinha do pequeno JOÃO DE ALMEIDA, seu sobrinho.

(1) O nome completo é António Veríssimo da Costa Monteiro Rangel de Quadros.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ANTÓNIO VENÂNCIO, ADMINISTRADOR DO MORGADO
DA OLIVEIRINHA

ANTÓNIO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS herdou a Quinta da Oliveirinha por testamento de seu avô ROMUALDO DE ALMEIDA, feito em 1774, e por morte de seu pai em 1796 herdou os bens deste.

Desempenhou um cargo militar, pois que a rainha D. MARIA I, por sua carta de 12 de Dezembro de 1793, o nomeou por capitão da Terceira Companhia do Terço da Infantaria Auxiliar da Cidade de Aveiro, vago pela reforma de ESTÊVÃO JOSÉ DA COSTA BORGES.

MATRIMÓNIO DE ANTÓNIO VENÂNCIO

No estado de solteiro se manteve ANTÓNIO VENÂNCIO durante trinta e sete anos. Porém, em 11 de Agosto de 1808 casou em Águeda com D. MARIA ALBERTINA HENRIQUETA ALVES PEREIRA DE MELO, filha do desembargador JOÃO ALVES DE MELO e de sua mulher D. ROSA JOAQUINA PEREIRA DE MELO, pois de uma certidão do registo do seu casamento consta que em onze de Agosto do ano mil e oitocentos e oito, na presença do prior JOSÉ MANUEL DA CUNHA COELHO BRANDÃO, receberam-se na parochial igreja de Santa Eulália de Águeda, ANTÓNIO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS, filho de BENTO VENÂNCIO DA SILVEIRA MATOSO E VASCONCELOS e de sua mulher Dona FRANCISCA TERESA BAÍA CHAVES do lugar da Oliveirinha, freguesia de Eixo, com Dona MARIA ALBERTINA HENRIQUETA ALVES PEREIRA DE MELO, filha do Desembargador JOÃO ALVES DE MELO e de sua mulher Dona ROSA JOAQUINA PEREIRA DE MELO, todos naturais e moradores no lugar e freguesia de Águeda, bispado de Aveiro. (*Livro de registo de casamentos da freguesia de Águeda, bispado de Aveiro, relativo aos anos de 1803 a 1814, fl. 22, no Arquivo da Universidade de Coimbra*).

Do seu matrimónio teve ANTÓNIO VENÂNCIO somente D. MARIA AUGUSTA DE MENESES E SILVA, que por morte de seu pai, pouco tempo depois de 1831, herdou a Casa e morgado da Oliveirinha, e os vínculos de Salgueiro, Fontão, Espinhal e Rabaçal.

ASSENTO DO BAPTISMO DE D. MARIA AUGUSTA

D. MARIA AUGUSTA, que depois de casada em 1826, se chamou D. MARIA AUGUSTA DE MENESES SILVA E CASTRO, nasceu em 15 de Agosto de 1809, e foi baptizada na igreja de Águeda no dia 28 do mesmo mês e ano, como consta do assento de justificação de baptismo, feita por sentença de 11 de Outubro de 1840, o qual

transcrevo de uma certidão passada em Aveiro, no cartório dos Livros Findos, em 14 de Outubro de 1840.

«Certifico que em hum dos Livros de Baptismo da freguesia d'Águeda, Bispado d'Aveiro a fl. 151 se acha o assento seguinte — Em cumprimento da Sentença de Justificação de Baptismo de Dona Maria Augusta de Menezes Silva e Castro, da Caza da Oliveirinha, filha legitima de Antonio Venancio da Silveira Matozo e Vasconcelos da freguezia d'Eixo Bispado d'Aveiro, proferida pelo Doutor Gonçalo Antonio Tavares de Sousa, Vigario Capitular Governador deste Bispado d'Aveiro, abri este assento, e he o seguinte =

Vistos os Autos etc. Mostra-se que a Justificante he filha legitima de Antonio Venancio da Silveira Matozo e Vasconcellos, e sua mulher Dona Maria Albertina Henriqueta Alves Pereira de Melo, neta paterna de Bento Venancio da Silveira Matozo e Vasconcellos, e Dona Francisca Thereza Bahia Teixeira Chaves, e materna do Dezembargador João Alveres de Mello, e Dona Roza Joaquina Alves Pereira de Mello, que nascera em quinze d'Agosto de mil oito centos e nove, e fora Baptizada na pia Baptismal da Igreja d'Agueda em vinte e oito do mesmo mez e anno; por tanto julgo justificado o Baptismo da Justificante, na sobredita forma, dese-lhe Instrumento com theor dos Depoimentos para com elle se abrir assento no Livro competente, para todos os mais effeitos legais. Aveiro onze d'Outubro de mil oito centos e quarenta = Gonçalo Antonio Tavares de Sousa = He quanto se continua na referida Sentença a que me reporto, eu Padre Manoel Affonso Cirne que esta subscrevi e assinei. Avr.º 14 d'8brº de 1840.»

Padre Manoel Affonso Cirne

III PARTE

A ADMINISTRAÇÃO DO MORGADO DA OLIVEIRINHA PASSA PARA OS CASTROS CORTE REAIS, DA VILA DA FEIRA

D. MARIA AUGUSTA DE MENESES E SILVA, sendo ainda vivo seu pai, casou no dia 9 de Abril de 1826 na capela de Santo António da Oliveirinha, freguesia de Eixo, com FRANCISCO JOAQUIM DE CASTRO PEREIRA CORTE REAL, filho segundo de JOÃO DE CASTRO DA ROCHA TAVARES PEREIRA CORTE REAL, capitão-mor e juiz dos direitos reais da Vila da Feira, e de sua mulher D. ANTÓNIA LUISA DE MATOS CORTE REAL, senhores da Casa de Fijô, nesta vila.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Transcrevo uma certidão deste casamento, passada em 1840.

«Certifico em como revendo o livro dos Recebimentos desta Freguesia nelle a fl. 114 se acha o assento do theor seguinte —

Aos nove de Abril de mil oito centos e vinte e seis na Capella de Santo Antonio da Oliveirinha com Licença do Excellentissimo Senhor Bispo na prezença do Reverendo Manoel Joaquim Varella de Castro Abbade de Pigeiros do Bispado do Porto (e este com licença minha) e das testemunhas abaixo declaradas, e assinadas tudo na forma do costume estabelecido, e determinado neste Bispado se receberam matrimonialmente Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte Real filho legítimo de João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real, e de Donna Antonia Luiza de Mattos Corte Real da Freguezia, e villa da Feira do Bispado do Porto, e Donna Maria Augusta de Menezes, e Silva filha legítima de Antonio Venancio da Silveira Mattozo, e Vasconcellos, e de Donna Maria Albertina Henriqueta Alvares Pereira de Mello moradores na sua Quinta da Oliveirinha. Forão testemunhas o Doutor Juiz de Fora desta villa de Eixo Manuel Bernardes Pestana Goullão, e o Bacharel Manuel Gonçalves de Figueiredo Gausper ambos desta villa de q eu fis este assento era ut supra. O Reitor Manuel Francisco da Silva = O Bacharel Manoel Gonçalves de Figueiredo Gausper = Manoel Bernardes Pestana Goullão. —

Nada mais se continha no dito assento que fiz copiar do proprio Livro a que me reporto. Eixo 24 de Novembro de 1840.»

O R.^{or} inter.^o Manoel Ferreira Costa

Pelo seu casamento e após a morte de seu sogro, veio FRANCISCO JOAQUIM DE CASTRO CORTE REAL a ser senhor da Casa e morgado da Oliveirinha.

Ele foi vogal da Junta Governativa de Aveiro em 1845 e presidente da Câmara Municipal de Aveiro em 1857-1858.

Já o concelho de Eixo tinha sido extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853, e incorporado no concelho de Aveiro.

A Casa e morgado da Oliveirinha passaram, portanto, para o concelho de Aveiro a partir do ano 1854.

É de notar que em 1849 a freguesia de Santo Isidoro de Eixo foi desmembrada, tendo sido criada neste concelho, por decreto de 2 de Maio de 1849, a nova freguesia de Santo António da Oliveirinha com o lugar da Oliveirinha e outros.

Portanto, a Quinta da Oliveirinha passou a pertencer a esta nova freguesia a partir de 1849.

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

EXTINÇÃO DO MORGADO DA OLIVEIRINHA

FRANCISCO JOAQUIM DE CASTRO PEREIRA CORTE REAL foi o último administrador da Casa e morgado da Oliveirinha porque os vínculos foram abolidos pela lei de 30 de Julho de 1860 que dizia:

Ficam abolidos todos os Morgados ou Capelas que não tiverem de rendimento annual liquido 400\$000 réis e daí para cima (art. 4.º).

Ficam abolidos todos os Morgados e Capelas, ou a parte dos mesmos constituídos em domínios úteis de prazos, quer precedesse quer não licença dos senhorios directos (art. 6.º).

Interessa saber que a lei de 19 de Maio de 1863 extinguiu totalmente os vínculos, pois assim determinava no seu artigo 1.º:

Ficam desde já abolidos todos os Morgados e Capelas actualmente existentes no continente do Reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, e declarados alodiais os bens de que se compõem.

Esta lei admitia uma única excepção:

«O apanágio do Príncipe Real, sucessor à Coroa, constituído em bens da Casa de Bragança pela carta patente de 27 de Outubro de 1645.»

DESCENDÊNCIA

FRANCISCO JOAQUIM DE CASTRO PEREIRA CORTE REAL teve de sua mulher D. MARIA AUGUSTA DE MENEZES SILVA E CASTRO seis filhos, nascidos na Casa da Oliveirinha, a saber:

D. ANTÓNIA AUGUSTA DE CASTRO
FRANCISCO DE CASTRO MATOSO DA SILVA CORTE REAL
D. MARIA AUGUSTA DE CASTRO
JOSÉ LUCIANO DE CASTRO PEREIRA CORTE REAL
D. ANA AMÉLIA DE CASTRO
AUGUSTO MARIA DE CASTRO.

*

NOTAS BIOGRÁFICAS

D. ANTÓNIA AUGUSTA DE CASTRO casou com JOSÉ HENRIQUE FERREIRA, natural de Albergaria-a-Velha, bacharel formado em Direito, administrador geral do Distrito de Aveiro e deputado da Nação. C. g.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

D. MARIA AUGUSTA DE CASTRO, casou com DOMINGOS MANUEL ESTÊVÃO PIRES, natural de Sant'Iago de Beduído, Estarreja, juiz de Direito em várias comarcas. C. g.

D. ANA AMÉLIA DE CASTRO casou em 1866 com JOÃO CARLOS DE ALMEIDA MACHADO, natural de Aveiro, engenheiro civil. C. g.

FRANCISCO DE CASTRO MATOSO DA SILVA CORTE REAL nasceu a 23 de Novembro de 1832 e faleceu em Lisboa no dia 16 de Agosto de 1905.

Formou-se em Direito em 1854. Iniciou a sua carreira judicial em 5 de Dezembro de 1855, sendo nomeado delegado do procurador régio de Oliveira de Azeméis. Em 8 de Setembro de 1900 foi nomeado presidente do Tribunal da Relação de Lisboa. Depois foi agraciado com a carta de Conselho em 8 de Agosto de 1901, e por decreto de 17 de Agosto do mesmo ano foi nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Militou no partido progressista, foi eleito deputado por Aveiro em 1884 e nomeado par do reino por carta régia de 1898.

Casou em 1856 com D. MARIA JOSÉ HUET BACELAR DA SILVA PEREIRA, nascida na Vila da Feira a 31 de Dezembro de 1826, filha do general de brigada JOSÉ JOAQUIM DA SILVA PEREIRA (1) e de sua mulher D. MARIA EDUARDA HUET BACELAR, moradores na Vila da Feira.

Do seu matrimónio teve os filhos:

Dr. FRANCISCO MARIA DA GRAÇA MATOSO DA SILVA CORTE REAL, nascido a 31 de Março de 1861.

Dr. FERNANDO DE CASTRO MATOSO, nascido a 15 de Janeiro de 1864.

JOSÉ LUCIANO DE CASTRO PEREIRA CORTE REAL. Nasceu a 14 de Dezembro de 1834 e faleceu em Anadia a 9 de Março de 1914. Formou-se em Direito em 1854 e foi juiz do Supremo Tribunal Administrativo.

Militou no partido progressista do qual foi chefe. Foi deputado da Nação, conselheiro de Estado, e em 1869 ministro da Justiça. Em 1886 foi nomeado Presidente do Conselho.

(1) Era irmão de FRANCISCO XAVIER DA SILVA PEREIRA, conde das Antas em 4 de Abril de 1838. Nasceu em Valença a 22 de Agosto de 1795 e casou com D. MARIA EDUARDA HUET DE BACELAR, filha de DUARTE CLÁUDIO HUET BACELAR SOUTO MAIOR, fidalgo da Casa Real e senhor do morgado do Paraíso, e de sua segunda mulher D. CUSTÓDIA LUÍSA BACELAR. Foi deputado às cortes em 1837, e residiu na Vila da Feira, onde faleceu.

A CASA E MORGADO DA OLIVEIRINHA

Casou em Anadia em 1867 com D. MARIA EMÍLIA SEABRA, filha do grande jurisconsulto ALEXANDRE DE SEABRA e de sua mulher D. JUSTINA CANCELA DE ABREU.

Do seu matrimónio só teve duas filhas, D. HENRIQUETA SEABRA DE CASTRO e D. JÚLIA SEABRA DE CASTRO que faleceram solteiras em Anadia.

AUGUSTO MARIA DE CASTRO. Nasceu a 22 de Março de 1846. Formou-se em Direito e seguiu a magistratura judicial, tendo ascendido ao cargo de juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Casou com D. ISABEL MARIA BABEL DE SOUSA SAMPAIO, natural de Cantanhede, e teve do seu matrimónio:

D. MARIA DO CARMO DE CASTRO.

Dr. AUGUSTO DE CASTRO, nascido no Porto, bacharel formado em Direito, antigo embaixador de Portugal em Londres, Paris, e junto do Vaticano, Ministro de Portugal em Bruxelas e Roma, Comissário Geral da *Exposição do Mundo Português* em 1940, dramaturgo, vogal efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, e actualmente (1968) director do jornal «Diário de Notícias» de Lisboa.

bibRIA
FRANCISCO FERREIRA NEVES

DOUTOR JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES

SUA ACTUAÇÃO EM FAVOR DO MUSEU
DE ARTE DE AVEIRO

ESTA grande figura de português nasceu em Aveiro no dia 31 de Outubro de 1879 e faleceu em Lisboa em 5 de Abril de 1959.

Foram seus pais o abalizado jurista Dr. José Maria Barbosa de Magalhães e D. Maria José Vilhena de Almeida Maia.

Acerca dos seus primeiros tempos, assim o ouvimos exprimir-se em público, quando da inauguração de um busto de seu avô materno Conselheiro Manuel Firmino de Almeida Maia, no jardim público de Aveiro, em Outubro de 1954:

«Nasci na Rua da Vera-Cruz, actualmente Rua de Manuel Firmino, na conhecida casa alta do Teixeira; mas quando comecei a ter noção do que era a vida, encontrei-me a viver com meus pais no rés-do-chão da casa que meu avô fizera construir naquela rua e em cujo primeiro andar habitou e faleceu.— Vivi em Aveiro até aos sete anos de idade, tendo tido por mestre na Instrução Primária o velho e saudoso António Maria dos Santos Freire, que me habilitou para o respectivo exame e para o de admissão nos Liceus. Pude gozar ainda, durante esses anos, da convivência com meu avô e, ainda depois de habitar Lisboa, vinha passar as férias grandes a Aveiro, tendo feito alguns exames no Liceu desta cidade, e mais tarde, quando fazia o meu curso em Coimbra—meu Avô faleceu logo a seguir a eu ter terminado o 3.º ano de Direito, em Julho de 1897—, vinha também quase sempre passar aqui as férias do Natal, do Carnaval e da Páscoa» (1).

(1) Da separata do Relatório da Gerência Municipal de Aveiro — «Conselheiro Manuel Firmino de Almeida Maia» —, página II.

Terminou o seu curso de Direito em 1899, ano do célebre «centenário da Sebenta», em que participou. Também se doutorou na Universidade de Coimbra.

Foi advogado, professor da Faculdade de Direito de Lisboa e político.

Como político, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1911) e, a seguir, sucessivamente até 1921, e exerceu os cargos de Ministro da Justiça (1915), Ministro da Instrução (1917) e Ministro dos Estrangeiros (1922).

Na Faculdade de Direito de Lisboa, a que ascendeu por concurso, foi professor, e muito distinto, de Direito Comercial e Processos Cíveis e Comerciais, e dirigiu-a durante algum tempo.

Notabilíssimo advogado, ocupou o honroso cargo de bastonário da respectiva Ordem. Interveio em numerosíssimos processos, inclusive no de «Serrazes» (1920) e de «Angola e Metrópole» (1928); colaborou em muitas revistas jurídicas estrangeiras; interveio sobre assuntos de Direito em sessões de muitas instituições estrangeiras e foi membro da Comissão Executiva da Conferência da Paz.

Por morte de seu pai, fundador e director da «Gazeta da Relação de Lisboa», assumiu a direcção da notável revista, cargo que exerceu até a sua extinção, em 1941.

São numerosíssimas as suas publicações de juriconsulto e de advogado.

*

Aveiro deve-lhe muito. Já antes da proclamação da República, prestara serviços à «Associação Aveirense de Socorros Mútuos» e defendera, perante as entidades nacionais respectivas, os interesses das actividades ligadas à ria.

Após o advento da República, além do mais, aí o vemos a intervir em melhoramentos no Asilo-Escola; a interessar-se pela construção de um edifício para a Agência do Banco de Portugal em Aveiro; a trabalhar pela elevação do Liceu de Aveiro à categoria de central; a auxiliar a fundação e organização do Museu Regional de Aveiro.

O MUSEU DE AVEIRO

Em Maio de 1911, o Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES conseguiu do Governo a cedência à Câmara Municipal de Aveiro, do extinto convento de Jesus, para vários fins, entre os quais a instalação de um Museu Municipal.

Em Maio de 1913, entregou à Comissão dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, de que era vogal, uma representação da Comissão Organizadora do Museu Regional de Aveiro, pedindo

que lhe fossem destinados alguns objectos de arte que em razoável distribuição lhe pudessem caber.

A intervenção do Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES no assunto foi eficaz, pois logo em Outubro do mesmo ano deu entrada no Museu Regional de Aveiro a primeira remessa de objectos cedidos pela Comissão Jurisdicional das Extintas Congregações Religiosas, pertencentes aos Conventos das Salésias e das Trinas, de Lisboa.

E em 1914 foram entregues mais alguns paramentos de valor, também provenientes de Lisboa.

Eis a relação destes objectos:

«ARMAÇÃO E INDUMENTÁRIA ECLESIASTICA

1 — Capa de asperges de damasco branco com ramos de flores tecidos a oiro e matiz. No dorsal, as iniciais J. H. S., cercadas de raios, tudo bordado a oiro e torçal, em alto relevo. Galões, alamares e franja doirada.

2 — Frontal de cetim verde, profusamente bordado a matiz, representando folhagem e flores.

3 — Estola de tisso de oiro primorosamente bordada a oiro, em alto relevo. Indústria francesa.

4 — Pavilhão de sacário, de cetim branco, bordado a seda de cores vivas e brilhantes.

5 — Casula e respectiva estola de cetim branco, profusa e elegantemente bordada a fio de oiro, tendo ao centro pequenos medallhões bordados a fios de prata e torçal de várias cores, com diversos emblemas da paixão de Cristo.

6 — Véu de ombros de seda branca com ramos de flores tecidos a oiro e matiz, tendo ao centro as iniciais J. H. S., cercadas de raios, tudo bordado a oiro e torçal, em alto relevo. Galões e alamares doirados.

7 — Casula e respectiva estola e manípulo de veludo encarnado, liso, tendo o sebasto tecido a oiro em alto relevo. Galões doirados.

8 — Pano de estante de seda cor de rosa seca, bordado a matiz; silva corrida de flores amarelas e folhas verdes.

9 — Véu de cálix de cetim branco, bordado a oiro e matiz, representando flores e fitas entrelaçadas.

10 — Casula e respectiva estola e manípulo de damasco cor de rosa, com grandes ramagens tecidas a fios de prata. Galões doirados.

11 — Pano de estante de seda branca, com ramos de flores tecidos a matiz.

12 — Estola de cetim branco, ricamente bordada a fio de oiro em alto relevo. Galões, franja e cordões doirados. Indústria francesa.



PROF. DOUTOR JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES

*Retrato em tela, da autoria do pintor Henrique Medina,
existente em poder da família do retratado.*

CERÂMICA E VIDROS

- 13 — Tigela de porcelana, com pequenas flores dispersas, a cores.
- 14 — Dois pratos grandes, meio fundo, de faiança holandesa (Delft). Pintura azul sobre esmalte branco. Diâmetro — 0^m,350.
- 15 — Leiteira de pó de pedra, base moldada em caneluras. Altura — 0^m,120.
- 16 — Jarrinha para flores, forma cilíndrica (canudo), de boca larga. Pintura policrómica, flores cor de vinho e amarelas. Altura — 0^m,120.
- 17 — Bule de barro preto, muito ornamentado. Altura — 0^m,190.
- 18 — Dois lustres de latão e cristal. Altura — 1^m,40.
- 19 — Seis cálices de vidro, com uma silva de flores gravada.
- 20 — Copo de vidro facetado, com silva de flores gravada. Altura — 0^m,120.
- 21 — Par de jarras para flores, de porcelana, forma cilíndrica, pintura azul escuríssimo, com ramos de oiro. China. Altura — 0^m,280.
- 22 — Saladeira de porcelana *godronnée*, forma oval, borda ondeada, decorada a azul. China.
- 23 — Garrafa de faiança, de forma esférica, com gargalo comprido e tampa, dois medalhões circulares no bojo, cor de sépia, com paisagens. Altura — 0^m,280.
- 24 — Três pratos de mesa, de porcelana, brancos, adasados de branco com pintura azul. China.
- 25 — Prato grande, fundo, de faiança, borda lisa, decoração a azul. No centro, um ramo de flores. Diâmetro — 0^m,380.
- 26 — Três pratos pequenos de mesa, de porcelana, pintura azul. China.
- 27 — Quatro jarras para flores, de vidro leitoso, decoração policrómica.
- 28 — Prato de sopa, duplo, de porcelana, pintura azul. China.
- 29 — Prato de mesa, grande, meio fundo. Faiança, esmalte fino. Decoração monocromica, azul. Diâmetro — 0^m,300.
- 30 — Vaso para flores, redondo. Porcelana chinesa, pintura azul sobre belo esmalte branco. Altura — 0^m,120.
- 31 — Quatro jarras para flores, de vidro leitoso, pintura policrómica. Altura — 0^m,50.
- 32 — Três travessas de faiança; orlas moldadas, pouco fundo, com pintura azul. No fundo, ramo de flores de morango com frutos pendentes.
- 33 — Boião de porcelana com tampa, forma esférica, decoração monocromica, azul. China.
- 34 — Jarro de lavatório; faiança, pintura azul sobre fundo branco. Marca — «*Davenport*». Altura — 0^m,255.

35 — Bacia que pertence ao jarro anterior, com as mesmas cores e marca.

36 — Jarra de flores, bojuda, periforme; pintura policrômica; dentro de uma *cartouche*, um ramo de flores.

37 — Copo grande de vidro, com desenhos de flores e folhas gravadas. Altura — 0^m,180.

TORÊUTICA

38 — Crucifixo de cobre, em cruz de pau santo e topos de cobre. Trabalho indiano. Comprimento — 0^m,77.

39 — Imagem de S. José, de madeira, sobre base de talha. Boa escultura. Altura — 0^m,65.

40 — Grande crucifixo de madeira, em cruz que imita troncos de árvore. Comprimento — 1^m,60; largura — 1^m,15.

41 — Grupo, de madeira: Nossa Senhora da Piedade. Pintura em «estofa». Altura — 0^m,63.

42 — Estatueta de madeira: Cristo ressuscitado. Altura — 0^m,42.

43 — Crucifixo de marfim, em cruz de ébano. Comprimento — 0^m,80; largura — 0^m,50.

44 — Imagem de S. Cristóvão. Escultura de madeira, pintura e doirado em «estofa». Altura — 0^m,40.

45 — Crucifixo de madeira em cruz de pau santo, com os topos de talha doirada. Comprimento — 0^m,55; largura — 0^m,30.

46 — Imagem de S. Francisco de Sales, de vestes episcopais. Escultura de madeira. Altura — 0^m,72.

47 — Estatueta de madeira: Cristo ressuscitado. Altura — 0^m,32.

48 — Imagem de S. Joaquim. Escultura de madeira; pintura em «estofa». Altura — 0^m,399.

49 — Estatueta de madeira, a representar Santa Justa, padroeira de Lisboa. Altura — 0^m,30.

50 — Perfumador de cobre liso, com perfurações.

51 — Cruz de madeira, toda marchetada de madrepérola. Comprimento — 0^m,30; largura — 0^m,16.

52 — Duas lâmpadas de madeira entalhada e doirada. Altura — 1^m,65.

53 — Grupo de madeira pintada e doirada, a representar Santa Ana sentada numa cadeira de espaldar, ao lado da Virgem, enquanto o Menino, de pé, lê no livro que aquela tem aberto sobre os joelhos. Altura — 0^m,37.

MOBILIÁRIO

54 — Duas cadeiras de braços, de nogueira, com os assentos estofados e forrados de carneira, os pés da frente terminados em

forma de garras sobre globos. Tem alguma obra de talha, bem como as costas. Estilo de D. João v.

55—Papeleira de duas madeiras, com embutidos, puxadores de latão. Altura — 1m; largura — 0m,80.

56—Tabuleiro de madeira, rectangular, com rosácea e outros ornatos entalhados, no fundo e nas bordas. Comprimento — 0m,80. largura — 0m,35.

57—Duas serpentinas para seis velas. Altura — 0m,75.

58—Duas cadeiras de nogueira com assentos de coiro lavrado.

59—Dois candeeiros de latão.

60—Maquineta com três vidros e algum trabalho de talha. Altura — 0m,80; largura — 0m,65.

61—Quatro misulas de talha doirada. Altura — 0m,20.

62—Seis castiçais de pau santo, torcidos em espiral com anilhas de cobre. Dois de cada tipo. Altura—0m,50, 0m,45 e 0m,30.

63—Dois baldaquinos e correspondentes bases de madeira entalhada e doirada. Altura — 1m; largura — 0m,35.

64—Maquineta de talha doirada, com fundo vermelho e oiro. Altura — 0m,90; comprimento — 0m,68.

65—Vitrina de mogno, sobre mesa da mesma madeira e com pés torneados.

66—Maquineta ornada de talha e fundos forrados de seda. Altura — 0m,90.

67—Duas pilastras de talha pintada e doirada. Altura — 1m,40.

biblioteca
BARROS

68—*Pietà*. Escultura policrómica, meio relevo, de barro, numa moldura envidraçada. Altura—0m,50; largura—0m,30.

69—Estatueta de barro, pintada e doirada, a representar a Virgem com o Menino Jesus ao colo. Altura — 0m,37.

70—Grupo de barro pintado, a representar um anjo conduzindo pela mão uma criança. Altura — 0m,25.

71—Baixo relevo de barro pintado, a representar a imagem de Jesus morto, estendido sobre um lençol.

72—Grupo de barro pintado, a representar dois Capuchinhos sentados no tronco de uma árvore cuja sombra os cobre, um dos quais tem, ao lado, uma caveira sobre um livro aberto, e o outro um livro também aberto, sobre os joelhos. Altura — 0m,50.

73—Estatueta de barro. Pintura policrómica, que representa Santa Madalena, penitente. Altura — 0m,45.

74—Imagem de S. Joaquim, de barro pintado. Altura—0m,58.

75—Presépio de barro colorido, encerrado numa maquineta com embutidos de pau santo e rosa. São dezenas de figurinhas, que representam Nossa Senhora, S. José e o Menino, anjos, homens e mulheres do campo e da cidade, pastores, vaqueiros, músicos ambulantes, cavalos, camelos e animais domésticos, aqui e ali, dentro e fora da arribana em que nasceu Jesus, ou formigando

pelos outeiros, como succede com a cavalgada dos Reis Magos e pastores mais retardatários, — tudo guiado pelo luzeiro celeste e tudo alegre e de grande ingenuidade e graça, e não pouco de anacronismo intencional.

76—Maquineta de talha pintada e doirada, estilo Luís XVI, com duas estatuetas de madeira, a representar a Anunciação da Virgem. Interior de habitação com algumas peças de mobiliário e objectos de uso doméstico. À direita, a Virgem, de joelhos; à esquerda, o arcanjo S. Gabriel, a anunciar-lhe a vinda do Salvador.

PINTURA

77—*Assunção da Virgem*. Na parte inferior, em volta de um túmulo aberto, os Apóstolos; na parte superior, a Virgem a subir à glória. Tela. Altura — 1^m,75; largura — 1^m,25.

78—*S. João Baptista*. O santo precursor está sentado à sombra duma árvore, com o cordeiro ao lado. Fundo de paisagem. Tela. Altura — 0^m,80; largura — 0^m,60.

79—*Quadro a óleo*, que parece ser a apoteose de um Santo Papa, a avaliar pelas vestes pontificias e pela tiara que tem ao lado. Ao centro, de joelhos sobre uma almofada de veludo vermelho, o santo, com profunda expressão de êxtase religioso, amparado por dois anjos. Na parte superior, o símbolo do Espírito Santo, numa glória de anjos. Tela. Altura — 1^m; largura — 0^m,85.

80—*Virgem da Conceição*. A Virgem com as mãos postas, a cabeça rodeada duma auréola, cercada de anjos. Sobre o crescente pousa um globo, de que resvala um dragão. Cobre. Altura — 0^m,30; largura — 0^m,15.

81—*Ecce homo*. Cristo, de pulsos algemados e coroado de espinhos, sentado num banco de pedra, tem a cana verde na mão e o busto envolto num pedaço de púrpura. Tela. Altura — 2^m,80; largura — 1^m,10.

82—*A Virgem e o Menino Jesus*. Ao centro, a Virgem com o Menino adormecido, e S. João em acção de lhe beijar um dos pés; à direita, S. José. Cobre. Altura — 0^m,50; largura — 0^m,40.

83—*Cristo no Prelório*. Jesus desnudado, com as costas imensamente ensanguentadas; tem as mãos amarradas a um troço de coluna. Tela. Altura — 2^m,80; largura — 1^m,10.

84—*Nossa Senhora da Piedade*. A Virgem, com o Cristo morto nos braços, é amparada por S. João Evangelista, Madalena e outra mulher. Cobre. Altura — 0^m,85; largura — 0^m,63.

85 — *Flagelação de Cristo*. Ao centro, Cristo, preso a uma coluna de mármore, é açoitado por um algoz, enquanto outro segura a corda com que o prenderam. Tela. Altura — 1^m,20; largura — 0^m,75.

86 — *Madalena*. A Santa, que parece no período da transição quando, sob o influxo de Cristo, sente os primeiros rebates de contrição, com a face inclinada na mão direita, sustenta com a esquerda, que tem pousada sobre uma caveira, um crucifixo. Tela. Altura — 1^m,15; largura — 0^m,90.

87 — *Os desposórios da Virgem*. Ao centro, o sacerdote Simão, com o anel nupcial na mão; à direita, a Virgem e à esquerda S. José com um bordão de açucenas, e dois acólitos com tochas. Tela. Altura — 0^m,80; largura — 0^m,65.

88 — *Cristo no Jardim das Oliveiras*. Ao centro, Cristo em oração; defronte, um anjo, que lhe oferece um cálix e, ao fundo, arvoredos e montes. Tela. Altura — 2^m,80; largura — 1^m,10.

89 — *A Virgem, S. José, o Menino Jesus e S. João*. É um delicioso grupo. Ao centro, a Virgem sentada à sombra de uma árvore, tem junto de si uma pequena cesta com frutos; à direita, S. José; à esquerda, o Menino Jesus deitado no colo da Virgem, acaricia S. João, que, abraçado a uma cruz, ajoelha. Tela. Altura — 1^m,70; largura — 1^m,75.

90 — *A adoração dos Santos Reis*. À direita, S. José e a Virgem, com o menino em pé sobre os joelhos; no centro, um dos Santos Reis, em adoração; ao fundo, os dois restantes, um deles preto; soldados armados de lanças, e um camelo. Tela. Altura — 0^m,85; largura — 0^m,65.

91 — *A Visitação*. Ao centro, a Virgem e Santa Isabel, abraçando-se; aos lados, Zacarias, S. José e diferentes mulheres e um cão. Na parte superior, dois anjos; ao fundo, uma porta entreaberta e peristilo de colunas. Tela. Altura — 2^m,30; largura — 1^m,55.

92 — *A Ceia do Senhor*. Em volta duma mesa, Cristo e os Apóstolos; ao centro, Cristo institui o sacramento da Eucaristia, abençoando o pão e o vinho. Tela. Altura — 1^m,55; largura — 2^m.

93 — *Deposição de Cristo no túmulo*. Ao centro, o corpo de Cristo estendido sobre um lençol, em cujas extremidades pegam os dois profetas Nicodemos e José de Arimateia; em volta, a Virgem, S. João Evangelista e Madalena. Tela. Altura — 0^m,85; largura — 0^m,70.

94 — *A caminho do Calvário.* Ao centro, Cristo, com a cruz sobre os ombros; à direita, o Cireneu segurando a cruz. Tela. Altura — 0^m,30; largura — 0^m,25.

95 — *Mater Dolorosa.* Tela. Altura — 0^m,30; largura — 0^m,25.

96 — *Anunciação da Virgem.* À direita, a Virgem, de joelhos, com um livro diante de si; à esquerda, o arcanjo S. Gabriel anunciando-lhe a vinda do Redentor; ao fundo, uma cortina e, na parte superior, o símbolo do Espírito Santo.

97 — *Um santo mártir.* Ao centro, o santo, estendido no chão, com o busto suberguido, sofre com a maior resignação os golpes dos seus algozes, levantando os olhos para o céu que se abre, vendo-se, numa glória de anjos, Cristo e o Padre Eterno; à direita, três homens arremessando enormes pedras sobre o corpo do Santo; à esquerda, grupo de mulheres e homens, rindo. Altura — 1^m; largura — 0^m,80.

98 — *Cristo em casa de Caifás.* Tela. Altura — 2^m,80; largura 1^m,10.

99 — *O Presépio.* Ao centro, o Menino Jesus deitado no estábulo, sobre um pano branco de que a Virgem levanta uma ponta; à direita, três pastores ajoelhados, com oferendas; à esquerda, S. José, o boi e a mula. Na parte superior, um grupo de anjos, dois dos quais sustentam um rótulo com a legenda — «Glória in excelsis Deo» —. Tela. Altura — 1^m,15; largura — 0^m,70.

100 — *A Sagrada Família.* Ao centro, a Virgem sentada numa espécie de trono, com o Menino Jesus de pé sobre os joelhos, soltando uma fita que S. João segura, com a legenda — «Ecce Agnus Dei» —; doutro lado, S. José, Santa Isabel e outros personagens. Tela. Altura — 1^m,60; largura — 1^m,33.

101 — *Cabeça de Cristo.* Tela. Altura — 0^m,40; largura — 0^m,70.

102 — *Cristo morto nos braços da Virgem.* Desconhece-se o nome do autor desta bela pintura, quadro que é a pérola da coleção que vimos descrevendo; mas, vendo-a, não se deixa de confessar que é obra de pincéis dum grande artista, dum mestre. Não tem assinatura, como a não têm muitíssimos outros quadros admiráveis. — A composição é vigorosa e larga, e a obra muito expressiva e bem acabada. A Virgem, S. João e Maria Madalena compõem a cena dramática, que é inconfundível. Do corpo de Jesus, que resvala dos joelhos da Virgem e é amparado por S. João e Madalena, pode bem repetir-se o que um grande escritor nosso disse do *Cristo no Pretório*, de Sequeira. Bela anatomia, talvez

um tanto mais robusta que a que de ordinário se atribui ao jovem e débil Nazareno. Sobre o pescoço vigoroso, quase atlético, pende a cabeça loira do Divino Mestre, celestialmente bela, de infável expressão de indulgência incondicional e de bondade absoluta. Tela. Altura — 3^m,12; largura — 2^m,16.

103 — Vinte e duas gravuras de diferentes formatos, de madeira, cobre e aço, todas de gravadores estrangeiros e na sua maioria assinadas e datadas. Século XVIII.» (1)

*

O aspecto moral do Doutor JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES poderá inferir-se dos dois seguintes passos do discurso que pronunciou em sessão solene da Academia das Ciências, em 26 de Fevereiro de 1931, ao fazer o elogio histórico de D. António Mendes Belo, sócio efectivo havia pouco falecido, cuja vaga ia ocupar:

«Homem de leis, seu fazedor e seu aplicador por vezes, seu intérprete por profissão, tenho sido e sou delas cumpridor, sempre, em todas as circunstâncias, por feito e por educação.

Tenho para mim que só há sociedade bem organizada quando governantes e governados à lei obedecem, quando timbram em a cumprir, quando dela são escravos.

É ainda uma maneira de ser liberal — como eu o sou.

Servi legis sumus, ut liberi esse possimus.

Quem cumprir a lei não ofende ninguém — respeita o direito dos outros, usa da sua liberdade sem invadir ou ofender a liberdade alheia» (2).

«Tenho, em toda a minha vida, procurado adaptar o meu feito, não a todas e quaisquer circunstâncias, mas àquelas que me são impostas pelo dever.

Assim, se, como advogado, ponho todo o entusiasmo e todo o ardor na defesa das causas cujo patrocínio me é confiado e eu aceito, como os ponho na defesa das minhas ideias políticas e sociais, sei moderá-los e manter a calma e a serenidade quando exerço as funções de professor, de juriconsulto e de julgador, que acidentalmente tenho já sido também.

Nunca esqueço o que devo a mim próprio e sei e posso acatar os ditames da minha consciência — que coloco acima de quaisquer outros —, para ser verdadeiro, leal e justo» (3).

(1) Esta relação foi-me fornecida tal qual aqui se transcreve. — J. T.

(2) «Elogio Histórico de D. António Mendes Belo», págs. 7-8.

(3) *Idem*, págs. 17-18.

*

Ao ordenar este artigo, veio-me à memória o seguinte episódio, decorrido na minha presença, em Outubro de 1917, no gabinete do então Ministro da Instrução.

Um professor liceal pretendia do Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES a dupla permuta de três professores do 1.º grupo, um dos quais em vésperas de transitar para a carreira diplomática.

O interessado começou a formular a pretensão, que grandemente o beneficiava, bem como a outro dos referidos professores; mas, vendo o Ministro a passar pelos olhos, com toda a atenção, a numerosa papelada que se lhe acumulava sobre a secretária, suspendeu-se.

— Faça o favor de continuar — disse o Ministro —. Eu ouço.

Na altura em que se concluía a exposição do *grande* problema, annunciou-se e foi recebido o Chefe da 10.ª Repartição de Contabilidade.

— Veio mesmo a propósito! — exclamou o Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES. — Este Senhor e mais dois outros professores liceais do 1.º grupo pretendem uma dupla permuta.

E, depois de expor sucintamente as circunstâncias em que ela se faria, acrescentou:

— Que me diz?

O interpelado respondeu que, além de legal, era a permuta de grande utilidade para o ensino, visto dois dos interessados darem todas as garantias de estabilidade nos quadros docentes a que iriam pertencer.

O Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES, sem mais hesitações, prometeu deferir a pretensão, o que de facto aconteceu dois dias depois.

Tudo muito simples, e sem a mínima intervenção da política.

Era assim o ínclito aveirense Doutor BARBOSA DE MAGALHÃES: arguto, bom, simples e justo. Além disso, ajustam-se-lhe perfeitamente aquelas tão nomeadas palavras de SÁ DE MIRANDA:

*«Homem de um só parecer,
de um só rosto e de uma fé,
de antes quebrar que volver.»*

JOSÉ TAVARES

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

(Continuado do vol. XXXIII, pág. 282)

IV

O CEMITÉRIO

ANTES de haver cemitério os enterramentos faziam-se na igreja. Depois começaram a fazer-se no actual adro onde ainda hoje se vê uma sepultura ou jazigo em granito.

O Dr. PLÁCIDO DE MELO PEREIRA, da vila da Bemposta, ao começar o seu testamento (1725), determina que seja inhumado na igreja paroquial, amortalhado com o hábito de S. Francisco. O seu enterro devia ser feito com 30 clérigos.

Se por acaso morresse fora da sua terra, os referidos clérigos ficariam com obrigação de missa.

Deixou os seus bens em usufruto à pessoa que o cuidava. Eis os termos em que o faz: «*Deicho a minha escrava Izabel por livre, e a deicho por usufrutuária de todos os meus bens*».

Dispõe dos bens por sua morte a favor do clérigo mais pobre da freguesia mas que seja bem comportado. Logo que morresse, a sua «escrava» devia tomar duas bulas: de defuntos e de composição.

*

Eis o que nos informam os «Apontamentos» referentes ao cemitério:

O cemitério da freguesia do Pinheiro da Bemposta está edificado no local, onde foi o adro da antiga igreja, denominado em algumas partes — a *Igreja de Sam Payo de Figueiredo*.

Não há documento donde conste a era em que foi edificado, nem quando deixou de existir; nem quando foi feita a igreja actual: apenas há um termo lavrado por um tabelião em Março de mil sete centos e oito, no qual os mordomos do Santíssimo

Sacramento e da Senhora do Rosário se confessam obrigados ao cumprimento dos legados pios; e faziam esta declaração, por não terem testamentos nem documentos donde constassem, e os bens em que eram impostos, terem sido vendidos para as obras da nova igreja.

Vê-se pois, que a actual igreja já existia em 1708.

A antiga igreja era estreita e comprida; a parede do lado do norte era sobre a veia de pedra negra, que atravessa o cemitério de nascente a poente na rua do centro; como era em terreno firme, o alicerce era fraco. A parede do lado do sul era em terreno menos firme, e por isso tinha um alicerce fundo, e de pedra graúda, o que o tornava sólido.

Para empregar a pedra na construção do cemitério foram arrancados estes alicerces em Maio do ano de mil oito centos e sessenta e sete; e junto ao do sul apareceram ossadas humanas ainda muito bem conservadas. Achavam-se em algumas sepulturas duas e três caveiras igualmente colocadas, donde parecia, que na mesma sepultura foram depositados ao mesmo tempo dois ou três corpos.

Defronte da porta da actual capela do cemitério, estavam duas sepulturas, cavadas na rocha, onde deveria ter existido a capela-mor da antiga igreja. Estavam muito bem lavradas; e foi pena não poderem ficar, porque subiam muito ao cimo do nível do cemitério; nem podiam ser tiradas inteiras, por causa da dureza do granito, que só se podia partir a fogo.

No local do adro, a norte da igreja, havia um sítio, onde todos os anos no estio secava a erva e ficava um bocado de terra escavada em forma de sepultura: dizia o vulgo, que era a sepultura dum excomungado.

Era na verdade uma sepultura, mas Deus sabe, se era dum excomungado, se dum santo. Tinha em cima uma enorme pedra, sem outro lavor mais, do que uma cruz gravada no centro, e outra em cada um dos quatro ângulos; a falta de seiva em cima da pedra fazia secar a erva no estio.

Aberta a sepultura, appareceu uma ossada, que mostrava ter sido dum velho corpulento, porque as canelas eram chanfradas e muito largas, mostrando, pela regra de proporção, que aquele corpo tivera a altura de um metro e oitenta e seis centímetros: as costelas eram também enormes, e junto a uma estava pegada uma moeda de cinco réis, conhecendo-se ainda perfeitamente o pano de estopa ou linho grosso, de que era formado o colete ⁽¹⁾.

As queixadas tinham perdido em vida todos os dentes, e ossificado as covas, de modo que não tinham um só dente nem o sítio deles. Devia ter falecido de boa idade.

No mesmo local, e também para o lado do sul, principalmente no quarteirão do cemitério — sul nascente — apareceram muitas

(1) Julgo ser conservado pelo azevre do cobre.

sepulturas de pedra solta, e algumas de pedra e cal. E apesar de algumas terem campa, nem uma só tinha a inscrição: mas todas tinham pequenas moedas de cobre; o que prova a antiga crença de que as almas tinham de passar o lago Estígio e levavam a moeda para pagar ao barqueiro Acheronte.

Foi arrematada a construção do cemitério actual por Manuel Luiz de Almeida, da vila de Oliveira de Azeméis, em 14 de Abril de 1867, pela quantia de duzentos mil réis, com a condição de o arrematante arrancar a pedra e todos os carretos serem feitos pelos moradores da freguesia, e de abater ou aumentar no preço da arrematação qualquer diferença que lhe aumentasse ou diminuísse o trabalho.

A pedra foi extraída na terra do passal junto à fonte, chamada a Preza de Nogueira, e conduzida para o local pelos lavradores da freguesia, ajudando a carregar os que não eram lavradores, no que se empregaram muitos braços, e ainda muitos mais no nivelamento do cemitério, e abertura da rua que o liga com o actual adro; o que poderá ver-se no rol dos serviços, feito por mim, e que juntarei a estes apontamentos.

Foram lançadas as primeiras pedras no alicerce, a doze de Junho de 1867, e depois de concluído, foi benzido a seis de Março de 1869, e aberta nele a primeira sepultura a 9 de Março de 1869 para receber o corpo de Maria Soares, mulher de Custódio José da Costa, da Bemposta.

O custo do cemitério foi o seguinte:

| | |
|--------------------------------------------------------------|------------|
| Por fazer um soalho na capela para depósito de cal | \$800 réis |
| Por um barco de cal | 40\$180 » |
| Transporte de cal fina, que deu o caleiro | \$270 » |
| Feitio dos muros | 200\$000 » |
| Mais pelo aumento dos mesmos | 22\$319 » |
| Esquadria para o portal | 49\$000 » |
| Por 57 carros de areia a 80 réis | 4\$560 » |
| Por 10 alguidares de cal fina a 130 réis | 1\$300 » |
| Pela porta ou grade de ferro | 54\$000 » |
| Pelo lageado da entrada | 5\$185 » |
| Por assentar as guias ou meias luas | \$150 » |
| | <hr/> |
| | 377\$764 » |

| | |
|-------------------------------------------------------|---------------|
| Tendo dado a Câmara para as obras de arte | 395\$800 réis |
| Sobrou para ajuda do portal do muro do adro | 18\$036 » |

A capela já ali estava, porque foi edificada em 1855, e antes não estivesse, porque ficou mal colocada, e transtornou o melhor plano do cemitério.

BERNARDO XAVIER COUTINHO

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

XVIII

O As-Avessas (ribeiro de Fiães — Vila da Feira)

JÁ é do conhecimento dos leitores da nossa revista ⁽¹⁾ este modesto curso de água, com nome de aspecto um pouco intrigante a uma primeira atenção ou desatenção...

É de saber que, quando dois rios confluem, pode produzir-se num deles o fenómeno chamado *contra-corrente* ou, popularmente, *reversa*. Esta *reversa* ou *contra-corrente* pode resultar, por exemplo, do engrossamento do rio de maior caudal que primeiramente detém as águas do afluente e depois as impele em sentido contrário àquele que é normal.

Tudo isto evidentemente em termos muito simplificados, pois nalgumas circunstâncias a *reversa* produz-se mediante mecânica menos simples, a ponto de, como sucede com os rios Sabor e Douro na Veiga de Vilariça, ela passar a ser designada por um vocábulo com sentido bem distinto — e isso por compreensível translação semântica. Em escrito do século XVIII pode ler-se a seguinte descrição que nos parece impressiva: «Costuma o Sabor ter grandes e empoladas enchentes não só pela abundância com que o Inverno lhe faz crescer as suas mesmas águas, mas muito principalmente pelo impedimento que acha nas águas do Douro para a sua entrada na Foz e comunicação com ele. O Douro nas tempestades cresce de forma que não só resiste à entrada do Sabor, mas ainda lhe comunica as suas mesmas águas. Daqui sucede uma notável estagnação e retrocesso das águas do Sabor que faz chegar este a partes bem distantes da sua corrente ordinária: esta enchente vai cobrindo e alagando todos os campos de Vilariça até mesmo ao Carrascal, sítio que dista légua e meia da Foz do Sabor. Deste

(1) Este *Arquivo*, vol. xx, pág. 165. A explicação que do nome dá o distinto publicista ARLINDO DE SOUSA é que se nos afigura absolutamente fantasiosa.

rebofe, ...»⁽¹⁾. Como o leitor terá notado, a descrição da *reversa* do Sabor é, não-obstante algum senão, suficientemente clara.

*

Também *O Às-Avessas* ⁽²⁾ atravessa a ribeira de Fiães, indo desaguar no Uima que separa a freguesia de Fiães da de Lobão e delimita pelo norte a mencionada ribeira; do Uima nos informa uma monografia local que «nos meses mais pluviosos é grande o volume das suas águas, chegando, por vezes, a inundar os campos marginais»⁽³⁾ os quais são, pela configuração do terreno, os da sua margem esquerda, ou seja, os da ribeira de Fiães. É evidente que o Uima e *O Às-Avessas* apresentam um *dispositivo* análogo ao do Douro e Sabor e que estão afinal nos casos de que entre eles se joguem os mesmos fenómenos de dinâmica de águas. Ora, quando se dá o engrossamento do caudal do Uima, verifica-se o aparecimento duma *reversa* no seu afluente: daí o dizer-se muito naturalmente que o rio *corre às-avessas*, sendo denominado, também muito naturalmente, por *O Às-Avessas*.

*

Mais antigo que *O Às-Avessas* é o topónimo trasmontano *Água Revés* (conc. de Valpaços): 1320-1321 *aguas Reuees* ⁽⁴⁾, 1519 *Agoa Reves* ⁽⁵⁾ e 1530-1531 *Agoa Reves* ⁽⁶⁾.

(1) JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ, *Descrição económica da Torre de Moncorvo* (pág. 257 do t. III de *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa, 1791) (actualizámos a ortografia e regularizámos a pontuação).

O autor escreveu *rebofe*; hoje temos lido e ouvido *rebofa* e *regolfa*. Não tem cabimento nesta nota minuciar, mas é evidente que *rebofa* resultou da vulgarização de *regolfa* que pròpriamente indica os redemoinhos resultantes de choques e contra-choques das massas de água na Veiga da Vilarça: este crescer de águas irrequietas constitui os pródromos da *reversa* que depois avança alguns quilómetros para montante do Sabor. De-resto é compreensível, como no texto dizemos, que, mediante *rebofa* / *regolfa*, se indique o bulção de águas e o fenómeno subsequente, ou seja, a *reversa* ou *contra-corrente*.

(2) O ribeiro tem diversos nomes, sendo muito significativamente *O Às-Avessas* o que corresponde ao último troço do seu percurso.

(3) P.^o MANUEL F. DE SÁ, *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira*. Porto, 1940, pág. 44. Também aqui o A. reproduz uma das duas explicações que localmente se dão do topónimo e que são, ambas, inaceitáveis. Tomámos conhecimento delas em Fiães.

(4) *Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra*, fl. 22-r.: *sic*. O plural *aguas* é um erro devido à presença de *Reuees*, que se supôs ser um plural. Este mesmo erro, vamos encontrá-lo, quase dois séculos depois, num documento igualmente de origem eclesiástica: 1528 *Agoas Reuies* (*sic*) (fl. 113-r. do cód. n.º 117 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa).

(5) CARVALHO DIAS, *Forais Manuelinos: Trás-os-Montes*, pág. 79.

(6) *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pág. 271. Omitimos outras formas mais recentes, sem préstimo para qualquer dos aspectos da história do topónimo.

A explicação deste nome local terá que assentar na mesma ordem de razões; a cabeça da freguesia ⁽¹⁾ é justamente atravessada por um ribeiro que vai ter ao *Regalo da Senhora da Ribeira* (a partir de dada altura chamado *Regato do Rossio*) o qual aflui ao *Rio Torlo*. Basta recordar que o substantivo *água* conservou até muito tarde o conhecido significado de 'rio'; juntando-se a *água* (= rio) o advérbio *revés* (= ao contrário, às avessas) ⁽²⁾, ficou constituído o nome *Água Revés*, em paralelismo patente com *O [rio] Às-Avessas*.

*

Finalmente, mais antigo ainda que *Água Revés*, mas a explicar da mesma maneira que este e *O Às-Avessas*, é o topónimo galego *Rioabeso* ou *Rioaveso* ⁽³⁾ de que já se faz menção em um documento de 11.8: *Rivuloverso (sic)* ⁽⁴⁾; é perfeitamente de admitir que o nome do rio ⁽⁵⁾ se tenha transmitido a uma povoação vizinha; sendo um rio minúsculo, modesto sub-afluente do rio Minho ⁽⁶⁾, não será temerário pensar que também nele se produza,

⁽¹⁾ Pensamos em *Água Revés*, cabeça de antigo concelho e sede de freguesia até há muito pouco assim designada; ultimamente, diz-se freguesia de *Água Revés e Crasto*, porque a *Água Revés* se associou *Crasto* que pertencia ao concelho de Valpaços como freguesia sobre si.

⁽²⁾ Em face dos elementos que nos facultam as histórias conjugadas de *Água Revés* e *O Às-Avessas*, parece-nos muito de considerar a aceitabilidade da proposta de L. DE VASCONCELOS que via em **reverse* o étimo de *revés* (*Opúsculos*, vol. I, pág. 375): por um lado, como deverbal de *reversar* ou *revesar* teríamos não *revés*, como quer GARCÍA DE DIEGO (*Diccion. Etimol.*, págs. 479 e 949), mas um nome tal que se esperaria que o topónimo português fosse *Água Reversa*; por outro lado, a situação da palavra *revés* neste mesmo topónimo não nos permite pensar em próclise, como pretende COROMINAS (*DCELC*, vol. IV, pág. 717). E, no que toca à forma espanhola, faltaria ainda ponderar a ausência de ditongação do *e* tónico do alegado *reversu...*

Uma vez verificado o perfeito paralelismo de textura dos nossos dois topónimos, haverá que recordar que já no latim uma preposição podia aparecer a reforçar um advérbio, o mesmo se verificando nas línguas românicas; neste caso das línguas românicas pode a preposição vir acompanhada de artigo (port. *ao depois*, esp. *al revés*, fr. *alentour* e, numa nova fase, *aux alentours...*). Além de tudo isto, de uma expressão como os *dias atrás* ensinava-nos EPIFÂNIO DIAS que continha o advérbio *atrás* empregue à maneira de adjectivo «por abreviação de expressão» (*Sintaxe Hist. Port.*, § 238). Transcorridos uns decénios de estilística e finuras de análise, não iremos nós agora esbarrar com estas pequenas dificuldades (?) da linguagem menos académica...

⁽³⁾ MADOZ, *Diccionario*, vol. XIII, pág. 480 e vol. XIV, pág. 587. Há duas paróquias de *Rioabeso*: *Santa Eulália* (munic. de Cospeito na prov. de Lugo) e *San Jorge* (munic. de Villalba na mesma província), sendo a paróquia da primeira matriz da da segunda.

⁽⁴⁾ FLÓREZ, *E. Sagrada*, t. 18.º, pág. 347: *S. Georgius de Rivuloverso, cum S. Eulalia*.

⁽⁵⁾ Não podemos apurar o seu nome actual; a folha n.º 2 do *Mapa Militar Itinerario de España* não lhe põe nome.

⁽⁶⁾ O curso de água que chamaremos *Rio Abeso* ou *Rio Aveso* desemboca no rio *Támoga* ou *Támboga* que, por sua vez, desagua no rio Minho.

às vezes, a *reversa*: bem evidente nos parece a equivalência de *Rio aveso* a 'rio ao contrário', ou seja, a *O As-Avessas*.

XIX

Matadussos (Esgueira — Aveiro)

O topónimo já foi tratado ⁽¹⁾, mas importará ainda estudá-lo mais minuciosamente conjuntamente com outros que acusam origem idêntica.

O topónimo do distrito parece ser relativamente recente: 1594 *mataduso* ⁽²⁾, 1595 *mataduso* ⁽³⁾, 1600 *mataduço* ⁽⁴⁾, 1603 *mataduço* ⁽⁵⁾, 1605 *mataduço* ⁽⁶⁾, 1608 *mataduzo* ⁽⁷⁾, 1609 *quinta de mataduso* ⁽⁸⁾, 1610 *mataduso* ⁽⁹⁾, 1611 *Mataduço* ⁽¹⁰⁾, 1612 *mataduço* ⁽¹¹⁾, 1613 *mataduço* ⁽¹²⁾, 1615 *mataduço* ⁽¹³⁾ e sempre *mataduço* até 1664 ⁽¹⁴⁾; ainda neste mesmo ano de 1664 nos aparece *mataducos* ⁽¹⁵⁾, vindo seguidamente sempre formas pluralizadas. Em 1665, *mataduços* ⁽¹⁶⁾ e *Mataducos* ⁽¹⁶⁾, em 1666 *mataducos* ⁽¹⁷⁾ e *mataducos* ⁽¹⁷⁾, em 1689 *Mataduços* ⁽¹⁸⁾ e em 1758 *Mathaduços* ⁽¹⁹⁾.

(1) JOAQUIM DA SILVEIRA, *Rev. Port. de Filologia*, vol. x, pág. 20. De resto, antes um apontamento rápido do que propriamente um estudo.

(2) *Livro Misto I dos Registos Paroquiais de Esgueira*, fl. 3-r.

(3) *Ib.*, fl. 70-r.

(4) *Ib.* — *Baptizados* (lançamento de 5-xi-1600).

(5) *Ib.* — *Óbitos* (lançamento de 3-iv-1603).

(6) *Ib.*, fl. 83-r.

(7) *Ib.*, fl. 66-r.

(8) *Ib.*, fl. 90-v.

(9) *Ib.* — *Casamentos* (lançamentos de 31-i-1610 e de 19-iv-1610).

(10) *Livro Misto II dos Registos Paroquiais de Esgueira*, fl. 9-r.

(11) *Ib.*, fl. 15-v.

(12) *Ib.*, fl. 18-v.

(13) *Ib.*, fl. 29-r.

(14) Algumas vezes escrito *mataduço* (1625, 1626, 1628, 1651 e 1653) e uma vez *Mattaduço* (1658). Queira conferir-se o cit. *Livro Misto II dos Registos paroquiais de Esgueira*: 1616 (fl. 38-r.), 1617 (fl. 40-v. e 44-r.), 1624 (fl. 87-v.), 1625 (fl. 92-v.), 1626 (fl. 96-r., 97-v. e 99-v.), 1628 (fl. 108-v.), 1629 (fl. 114-r.), 1631 (fl. 125-v.) e 1632 (fl. 132-v.). No *Livro Misto III*: 1650 (fl. 97-r.) e 1651 (fl. 99-r.). No *Livro Misto IV*: 1653 (fls. 12-r., 17-r. e 18-r.), 1654 (fls. 19-r., 22-r. e 26-r.), 1655 (fls. 30-r., 34-r. e 36-r.), 1656 (fl. 38-r. e v. e *passim*), 1657 (fls. 48-v. e 56-v.), 1658 (fl. 58-v.), 1660 (fls. 78-r. e 79-r.), 1662 (fls. 99-r., 103-r. e 110-r.) e 1664 (fl. 116-v.).

(15) *sic*: em fl. 123-v. do *Livro Misto IV* já citado na nota anterior.

(16) *Livro Misto* cit., fls. 131-r. e 133-v.

(17) *Ib.*, fls. 137-v. e 139-r. e v. (Estes *Livros de registos paroquiais de Esgueira* guardam-se no Arquivo da Universidade de Coimbra).

(18) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 335.

(19) págs. 413 e 414 do vol. xiv do *Dicionário Geogr. Manuscrito da Torre do Tombo*.

*

As formas mais antigas do topónimo apontam já para a explicação da sua origem, mas a comparação com a história do seu homónimo da freguesia de Santa Eulália de Fermentões do concelho de Guimarães faculta-nos ilações seguras.

Este *Matadussos* interamnense identifica-se com as formas antigas seguintes: 1226 *Matadussu* ⁽¹⁾, 1567 *mataduso* ⁽²⁾, 1586 *mataduso* ⁽³⁾, 1589 *Mataduso* ⁽⁴⁾, 1633 *Mataduso* ⁽⁵⁾, 1635 *casal de mataduso* ⁽⁶⁾, 1636 *casal de matadusso* ⁽⁷⁾, 1655 *Mataduço* ⁽⁸⁾, 1666 *Mataduços* ⁽⁹⁾, 1675 *Mataduços* ⁽¹⁰⁾, 1689 *Mataduços* ⁽¹¹⁾, 1704 *mataduços* ⁽¹²⁾ e 1758 *Matadúços* ⁽¹³⁾.

É frisante a existência de um topónimo mencionado em documento de 1117: *Mata da Ussa* ⁽¹⁴⁾.

* * *

Estes e muitíssimos outros nomes locais ⁽¹⁵⁾ atestam a existência de *ursos* na fauna de outrora do nosso país, existência aliás amplamente comprovada por documentos de diversa procedência ⁽¹⁶⁾.

biblioteca

(1) *Vimaranis Monumenta Historica*, pág. 195.

(2) *Livro Misto I de Registos paroquiais de Santa Eulália de Fermentões* — Nascimentos: fl. 2-r. (no Arquivo Municipal de Guimarães).

(3) *Ib.*, fl. 4-r.

(4) *Ib.*, fl. 4-v. e *Ib.* — Casamentos: fl. 1-v.

(5) *Ib.* — *Baptizados*: lançamento de 8-xii-1633.

(6) *Ib.* — *Bapt.*: lançamento de 10-xi-1635.

(7) *Ib.* — *Bapt.*: lançamento de 30-viii-1636.

(8) *Ib.* — *Bapt.*: lançamento de 11-iii-1655.

(9) *Ib.* — *Bapt.*: lançamento de 5-i-1666 a fl. 37-v.

(10) *Ib.* — *Bapt.*: lançamento de 6-i-1675 a fl. 45-r.

(11) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 142.

(12) cit. *Livro Misto I: Bapt.*: lançamento de 21-i-1704.

(13) pág. 1143 do vol. xvi do *Dicion. Geogr. Man.* citado.

(14) RIBEIRO, *Dissertações Cron. e Crít.*, vol. I, pág. 251.

(15) Estudados por LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de Filologia* (1.^a ed.), págs. 234-238; *Opúsculos*, vol. III, págs. 195, 232, 267, 431 e 464; *Etnografia Portuguesa*, vol. II, págs. 121-122 e J. J. NUNES, *A fauna na toponímia portuguesa*. Coimbra, 1925, pág. 23 (sep. do vol. XVI do *Boletim da Segunda Classe*).

Deverá advertir-se o lapso em que incorreu L. DE VASCONCELOS, *Lições cit.*, pág. 234, quando atribui as *Inquirições* de 1288 a D. Afonso III e não a D. Dinis.

(16) Bastará remeter para a documentação alegada por L. DE VASCONCELOS nas obras citadas na nota anterior; ainda outras notas seria fácil respigar das obras indicadas por OLIVEIRA MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, 1964, págs. 276-277.

*

Assim, o nosso topónimo analisar-se-á como *Mata de Usso*. Desnecessário lembrar que *usso* e não *urso* é forma muito correntemente usada pelos nossos escritores ainda da época clássica (1); também antiga é a forma *osso* (2) que igualmente deixou vestígios na toponímia (*Vilar de Ossos, Vale de Osso, etc.*).

Tudo isto já tem sido dito. E seria um nunca acabar de topónimos, antigos e modernos: *Casal de Ossos, Cova de Usso, Fraga de Urso, Lapadussos, Ossais, Osseira, Ossela, Paradussa, Pia de Urso, portu de Usa* (3), *Porto de Usso, Póvoa de Ursa, Rego de Ossos, Rego do Urso, Rio de Osso, Serra de Ossa* (4), *Vale de Ossa, Vale de Osso, Vale da Ursa e Vilar de Ossos* (5).

*

Antes de concluir, atentemos em uns quantos pontos:

(a) Não nos surpreenderá o contraste entre *Vale de Osso* do concelho de Mogadouro (6) e *Vale de Urso* do concelho de Oliveira do Hospital (7); o primeiro, mais setentrional, tem naturalmente aspecto mais antigo.

(b) As formas onomásticas mais antigas que acima fomos citando — *Maladussu, Mata da Ussa, portu de Usa, portu de Ossa* e outras — não nos dão elementos que nos permitam concluir com segurança que *osso* será a forma mais antiga e *ussu* uma forma de compromisso entre *osso* e *urso*: uma forma *usso*, proveniente de inflexão vocálica e já antiga, terá até influenciado a forma feminina *ussa*.

(1) BLUTEAU, *Vocabulário*, t. VIII, págs. 550 e 591 arrola em paridade *ursa/ussa* e *urso/usso*; os dicionaristas anteriores, CARDOSO e BARBOSA, citam *usso* e *ussa*.

(2) Juntamente com *urso* e *ursa*, em BENTO PEREIRA, *Prosódia* (ed. de 1723), pág. 961.

(3) 1258: *Inquisitiones*, pág. 911 (ficava na região de Lafões); num registo com data de 1192, o *Livro das Kalendas*, vol. I, pág. 312, faz constar um topónimo análogo com *ubi* junto do Mondego e, como o anterior, também obliterado: *portu de Ossa*.

(4) Em 1258, *sserra da Ossa* e *serram de ossa*: *Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 679.

(5) 1258: *Inquisitiones*, pág. 1340.

A lista está muito incompleta; além dos estudos anteriormente citados, veja-se FRANCISCO MANUEL ALVES, *Memórias... do distrito de Bragança*, vol. X, págs. 231 e 259, os volumes *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, I, págs. 518, 580 e 952 e II, pág. 446 e *passim*, e evidentemente os léxicos corográficos.

(6) cit. *Baldios*, vol. I, pág. 580.

(7) *Ib.*, pág. 952.

(c) Não é de pôr de parte uma base antroponímica para alguns destes topónimos, em especial *Casal de Ossos* e *Vilar de Ossos*: lembre-se a existência de um indivíduo mencionado em documentos de 1065 e 1076 sob as formas respectivamente de *romarigu ossu* e *romarigu ussu* (1).

XX

Fonte de Angião (Covão do Lobo — Vagos)

Não é muito antiga, nem talvez suficiente, a documentação para a história deste topónimo. Em 1707 *fonte dam gião* e *fonte daõ giãõ* (2), em 1708 *fonte dãgiaõ*, *fonte dangião*, *fonte daõ giãõ*, *fonte dam giãõ* (3) e *fonte damgiaõ* (4), em 1710 *fonte dam gião* (5), em 1712 e 1713 *fonte de angiaõ* (6), em 1716 *Fonte de Angiam* (7) e *Fonte de Angiaõ* (8), em 1718, 1719, 1721 e 1725 *Angião* (9) e em 1729 *fonte de Angiam* (10).

A designação do lugar seria inicialmente *Fonte de Dom Gião* (11): um naturalíssimo processo haplológico (cfr., por exemplo, *Madre de Deus* que vulgarmente corre sob a forma de *Madre Deus*) combinado com a frequente evolução da final nasal *-om* > *-ãõ* levou àquelas formas do início do século XVIII; a história do topónimo complicou-se porque *dãõ* quedou-se em próclise, tendo o ditongo perdido o seu segundo elemento (como se vê, v. g., da grafia *fonte dam giãõ*); perdida a noção do sentido do segundo e terceiro vocábulos do topónimo, juntavam-se estes até na escrita (vid. *supra*, formas antigas); finalmente, supondo-se que em *dangião* existia a preposição *de* + *angião*, fixou-se uma forma *Angião* que já por vezes aparece isoladamente (vid. *supra*, formas de 1718, 1719, 1721 e 1725 (12)).

(1) *Dipl. et Chartae*, págs. 282 e 327: a variante na alcunha da personagem também interessa à nossa observação em (b).

(2) *Registos paroquiais de Covão do Lobo: Misto I*, fl. 3-v. (no Arquivo da Universidade de Coimbra).

(3) *Ib.*, fl. 99-v.

(4) *Ib.*, fls. 4-v e 5.

(5) *Ib.*, fl. 9.

(6) *Ib.*, fl. 14.

(7) *Ib.*, fl. 28-v.

(8) *Ib.*, fls. 24-v. e 25.

(9) *Ib.*, fls. 43, 44-v., 59-v. e 74.

(10) *Ib.*: *Misto II*, fl. 8.

(11) De *Julianu-* > *Juão* > *Jião* (a grafia com *g* aparece, em muitos casos, desde épocas remotas, o que a torna um tanto defensável).

(12) Confronte-se com *Adão Durão* e *Adão Lobo* que se remontam a *A (de) Dom Durão e A de Dom Lobo* (JOAQUIM DA SILVEIRA, *Revista Lusitana*, vol. 35.º, págs. 105-106).

Lobão (Lobão—Feira) e *Lobel* (Vila Maior—Feira)

Lobão é terra antiga. Menciona-se em documento de 1055 com a forma *Lopone* ⁽¹⁾; posteriormente, em 1172, *Lobom de Iusano* ⁽²⁾, em 1195 *Lobom* ⁽³⁾, em 1251 *Lobom* ⁽⁴⁾, em 1259 *lobom* ⁽⁵⁾, em 1288-1290 *lobon* ⁽⁶⁾, em 1320-1321 *lobom* ⁽⁷⁾, em 1514 *Lobão* ⁽⁸⁾, em 1527 *Lobãom* ⁽⁹⁾ e em 1689 *lobão* ⁽¹⁰⁾.

A base deste topónimo é um nome pessoal que, embora não muito frequentemente, nos surge na nossa documentação: em 906 *Lupon* ⁽¹¹⁾ e em 967 *Lubon* ⁽¹²⁾. Trata-se de um derivado de *Lupu-* com o sufixo expressivo-aumentativo *-one-* ⁽¹³⁾. De resto, são bem conhecidas formações paralelas de nomes pessoais com origem em nomes de animais, igualmente de procedência latina: *Cabrom*,

(1) *Dipl. et Chartae*, pág. 242.

(2) fl. 162-v. do *Livro Baião Ferrado* do Mosteiro de Grijó (Torre do Tombo).

(3) RIBEIRO, *Dissertações cron. e crit.*, t. v, pág. 86.

(4) P. e MIGUEL DE OLIVEIRA, *Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*, pág. 18 (separ. de *Lusitania Sacra*, t. vii, (1964-1966).

(5) fl. 2-v. do *Rol de Igrejas do Rei* (Caveta 19.^a — m. 14.^o — n.º 7 do A. N. da Torre do Tombo).

(6) fl. 11-v. do *Livro IV de Inquirições de D. Dinis*; *ib.*, aparecem as formas *lobõ de jusano* e *lobon de ssussão*. Forma análoga à primeira destas apareceu-nos já anteriormente (vid. supra nota (2)). Evidentemente maneiras de indicar outros agregados populacionais dentro da freguesia.

Podem ainda ver-se a lição inferior destas Inquirições de D. Dinis, em pág. 120 do vol. II do *Arquivo Hist. de Portugal*.

(7) fl. 2-v. do *Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra* (T. do Tombo).

(8) e *Lobam*: neste *Arquivo do D. de Aveiro*, vol. v, pág. 173. CARVALHO DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, pág. 239, dá a lição *Lobaão*.

(9) *Arq. Hist. Português*, vol. vi, pág. 276.

(10) MEIRELES, *Prontuário das terras de Portugal*, pág. 382.

(11) *Dipl. et Chartae*, pág. 9.

(12) *Ib.*, pág. 59.

(13) A. FERRAZ DE CARVALHO, *A Terra de Bêsteiros e o actual concelho de Tondela*, págs. 146-147 (separ. de *O Instituto*, vols. 104.^o, 105.^o e 106.^o) trata de *Lobão* de Tondela. Afigura-se-nos não haver lugar para dúvidas, sendo de rejeitar uma origem germânica para o nome pessoal que está na base de ambos os topónimos.

PERIN, *Onomasticon totius latinitalis*, vol. II, pág. 151, arrola o nome pessoal *Luppo*, *ónis*: justamente a gemação da labial terá sido consequência do carácter expressivo da formação, vindo mais tarde a analogia a exercer os seus efeitos e a reduzir aquela forma *Luppo*, *ónis* a *Lupo*, *ónis*. Escusado advertir que a forma do século X, *Lupon*, pode ser uma formação independente de qualquer forma propriamente latina.

Vuitorom e *Zevrom* (1) a ligar respectivamente com *caper* 'o bode', *vultur* 'o abutre' e *equiferus* 'o zebro ou zevro'.

*

No mesmo concelho, encontra-se um outro topónimo *Lobel*, cuja história não deixa de oferecer certo interesse: em 1104, aparece-nos sob a foma de *Lobello* (2), mas, em 1514, encontramos já *Lobel* (3).

Quando encontramos nas inquirições de 1258 um lugar designado por *chausas de Lubelo* (4), apreendemos em flagrante como um nome pessoal, igual ao que está na base de *Lobel*, se fixou como nome local: um individuo chamado *Lubelo* tinha sido proprietário ou usufrutuário de umas «chousas».

Existia em latim o nome pessoal *Lupillus* (5) que foi sendo sucessivamente representado por *Lopellus* em 887 (6), *Lobello* em 1065 (7) e *Lubelo* em 1220 e 1258 (8); notemos também os patronímicos *Lupelliz* de 1041 (9), *lobellizi* de 1068 (10) e *Lobelliz* de século XI-XII (11).

O trânsito de *Lobello* para *Lobel* teur paralelo em *annellu-* > *anel* e em muitas outras palavras (12).

bib*RIA

Daremos atenção também a alguns topónimos que têm o seu *ubi* fora do distrito, mas que prendem com a mesma estirpe lupina...

(1) LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia Portuguesa*, págs. 218, 234 e 235.

(2) *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, pág. 141.

(3) Neste *Arquivo do D. de Aveiro*, vol. V, pág. 172 ou CARVALHO DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, pág. 238. Neste mesmo volume de forais quinhentistas, encontramos, em pág. 190, no *Foral de Angeja e seus anexos* que tem a mesma data de 1514, outro nome local, *lobell*, que cremos se obliterou: terá tido história idêntica à do topónimo de Vila Maior?

(4) *Inquisitiones*, pág. 693.

(5) PERIN, *Onomasticon totius latinitatis*, vol. II, pág. 151.

(6) FLORIANO, *Diplomática Astur*, vol. II, pág. 171.

(7) *Dipl. et Chartae*, págs. 278 e 279.

(8) *Inquisitiones*, págs. 107 e 305: indica-se precisamente o mesmo individuo.

(9) *Dipl. et Chartae*, pág. 195.

(10) *Ib.*, pág. 295.

(11) FLORIANO, *El Libro Registro de Corias*, I Parte, págs. 150 e 163 (é de lembrar que a feitura deste documento começou em 1207; as datas dos documentos registados vão de 1010 a 1232).

(12) J. J. NUNES, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, (2.ª ed.), págs. 71-72 e E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*, pág. 51.

Seja o primeiro o nome local *Lobela* que se encontra mencionado nas Inquirições de 1220 ⁽¹⁾ como pertencente à freguesia de Santa Senhorinha de Basto; nas Inquirições de 1258 feitas na mesma freguesia, igualmente se menciona o lugar de *Lubela* ⁽²⁾ que tinha termo próprio (*terminum Lobele*) ⁽³⁾ e que era também conhecida por *Lobela vetera* ⁽⁴⁾; de 1272 é uma carta de foro passada por Afonso III que concede a um certo João Pais parte de um casal que ele, rei, tinha em *Lobela* ⁽⁵⁾; muito posteriormente, em 1689, ainda se menciona *Lobella* ⁽⁶⁾; actualmente, ao que averiguámos, o nome não existe.

Outras vezes, o nome local aparece mencionado de menos directa maneira: *Gunsalvo Petri de Lobela* e *Johanne Petri de Lobela* ⁽⁷⁾, *Martinus Gunsalvi de Lobela* ⁽⁸⁾, *Martinus Gunsalvi de Lubela* ⁽⁹⁾ e *Johannes Lobela* ⁽¹⁰⁾; maneira de indicar que tais indivíduos eram naturais ou oriundos de *Lobela*.

Vimos acima que existiu o nome pessoal latino masculino *Lupillus*; a par com este, existiu a forma feminina *Lupilla* ⁽¹¹⁾ base longínqua deste nosso topónimo de agora e da qual devem

⁽¹⁾ *Inquisitiones*, pág. 52.

⁽²⁾ *Ib.*, pág. 661.

⁽³⁾ *Ib.*, pág. 662-1.^a col.

⁽⁴⁾ *Ib.*, pág. 662-2.^a col. Talvez assim designado para distinguir-se da *defensa Lubele* que se encontrava na freguesia de S. Salvador de Cabeceiras de Basto e se menciona também nas Inquirições de 1258 (pág. 665-2.^a col.). É muito plausível supor que este topónimo de Cabeceiras resultou de uma transferência do topónimo de S. Senhorinha.

⁽⁵⁾ *Livro I de Doações do Senhar Rei D. Afonso III*, fl. 114 que nos foi indicado por F. N. FRANKLIN, *Memória para servir de índice dos Forais* (2.^a ed.), págs. 270-271. O teor do documento (*do et concedo vobis Johanni Pelagij quartam partem meam de illo casali quod ego habeo cum hospitali et cum Reflorijs in lobela et medium de quodam sapto (= sauto) quod habeo in loco qui dicitur britello*) não consente dúvidas a respeito da identificação que fazemos e confere com *Inquisitiones*, pág. 52 (*Habet rex regalengos in Britelo... Est etiam una vinea in Lobela*) e com *Inquisitiones*, pág. 662-1.^a col. (onde também vem menção do *Sautus de Britelo*); quanto ao facto de a Ordem do Hospital e o Mosteiro de Refojos de Basto terem reguengos em Santa Senhorinha, vid. *Inquisitiones*, pág. 244-2.^a col.

Nos dois volumes do *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colim-briensis (Livro das Kalendas)* encontramos constantes referências ao topónimo: vol. I, págs. 69, 123, 161, 223, 272, 305 e 311 e vol. II, págs. 45, 89-90, 122, 153 e 275. Como nota à margem do texto do obituário publicado no vol. I, pág. 123, encontramos *A qual quintaa [... quintane de Lobela, diz o texto] esta em entre Douro e Minho*; mas muito mais explícito é o passo do testamento em que o seu outorgante menciona *meam quintanam de Lobela de Basto* (vol. II, pág. 311).

⁽⁶⁾ MEIRELES, *Prontuário* cit., pág. 173.

⁽⁷⁾ *Inquisitiones*, pág. 138: 1220.

⁽⁸⁾ *Ib.*, pág. 614: 1258.

⁽⁹⁾ *Ib.*, pág. 665.

⁽¹⁰⁾ *Ib.*, pág. 662.

⁽¹¹⁾ PERIN, *Onomasticon* cit., vol. II, pág. 151.

ter corrido formas medievais paralelas a *Lopellus*, *Lobello* e outras que tivemos ensejo de lembrar (1).

*

Cabe finalmente considerar outros dois topónimos em relação.

O primeiro é *Lobelhe* (Lobelhe — Vila Nova da Cerveira): 1258 *Lobili* (2), 1259 *lobeli* (3), 1288-1290 *Lobelhi* (4), 1317 *Lobeilhie* (5), 1320-1321 *lobelhi* (6) e 1706 *Lobelhe* (7).

O segundo é *Lobelhe* ou *Lobelhe do Mato* (Lobelhe do M. — Mangualde): 1161 *Lobeli de Mato* (8), 1258 *Lobeli* (9), *Lobely* ou *Lobili* (10), 1527 *lobelhe de pero aluerez* (11), 1689 *lobelhe* (12) e 1708 *Lobelhe do Mato* (13).

Estes dois últimos espécimes levam a considerar como sua base um genitivo *Lupilli*: ou seja (*villa*) *Lupilli*, a quinta, a propriedade de um *Lupilius*. Tal nome, formado a partir do já nosso conhecido *Lupillus*, não se documenta, porém, em latim; mas nós sabemos que foi muito corrente o alongamento de nomes pessoais latinos mediante a adição da terminação *-ius*, típica dos chamados gentilícios. Por fortuna, no caso particular do nome que nos ocupa, é possível alegar formas medievais francesas na análise das quais há que ver irrecusavelmente o nome pessoal

(1) Frisemos: se *Lupus* e *Lupa* do onomástico pessoal latino (cfr. PERIN, *Onomasticon* cit., vol. II, pág. 151) têm os correspondentes do onomástico pessoal português *Lopo*, *Lopus*, *Lubo* e *Lupa*, *Lopa*, *Loba* (cfr. CORTESÃO, *Onom. Med.*, s. v. v.), paralelamente a *Lupillus* e *Lupilla* do latim (cfr. *Onomasticon* cit.) terão correspondido no português não só *Lopellus* e *Lobelo* (que documentámos, com variantes, *supra*), como também *Lobela* ou equivalentes (que não conseguimos documentar como nome pessoal).

(2) *Inquisitiones*, pág. 353.

(3) fl. 7 do *Rol de Igrejas do Rei* (Gaveta 19.^a — m. 14.^o — n.º 7 do A. N. da Torre do Tombo).

(4) fl. 89 do *Livro IV de Inquirições de D. Dinis*.

(5) RIBEIRO, *Dissertações cron. e crít.*, t. III — Parte II, pág. 127.

(6) fl. 23-v. do *Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra* (T. do Tombo).

(7) COSTA, *Corografia Port.*, vol. I, pág. 218.

(8) *Documentos Medievais Portugueses—Régios*, vol. I, pág. 355. Trata-se de falsificação com esta data, mas de factura posterior a 1173: vid. nota de pág. 355.

(9) *Inquisitiones*, págs. 808 e 810.

(10) *Ib.*, pág. 809.

(11) *Cad.*, pág. 167.

(12) MEIRELES, *Prontuário* cit., pág. 448.

(13) COSTA, *Corografia Port.*, vol. II, pág. 205.

Uma *villa Lobeli* encontrámos em documento de 1114 (*Documentos Med. Portugueses*, vol. III, pág. 412) que não conseguimos identificar com qualquer topónimo hoje existente: é possível que se tenha obliterado.

Lupilius: é *Lubiliacum* de 1096 que transparentemente se decompõe em *Lupilius* e *-acum* (1).

XXII

Manhóce ou *Manhouce* (Arrifana — Feira)

Em 1053 *maniozi* (2), em 1220 *Monazi* (3), em 1251 *Manoci* (4), em 1259 *manazi* (5), em 1288-1290 *manhozi* (6), em 1320-1321 *manhuci* (7), em 1514 *manhoçe* (8), em 1689 *Manhouçe* (9), em 1708 *Manhouce* (10), em 1758 *Manhoçe* (11), em 1889 *Manhouce* (12), em 1893 *Manhouce* (13), e em 1950-1952 *Manhouce* (14). Fontes modernas indicam também *Manhoce* (15) e a pessoas da região ouve-se quer *Manhóce*, quer *Manhouce*.

Vem a propósito dar alguma atenção a *Manhouce* ou *Manhóce* do concelho de S. Pedro do Sul: em 1527 *manhos* (16), em 1689

(1) DAUZAT & ROSTAING, *Dictionnaire étymologique des noms de lieux en France*. Paris, 1963, s. v. *Loubillé*. Veja-se ainda A. DAUZAT, *La toponymie française*. Paris, 1946, pág. 275, s. v. *Lupiliacum*.

LEITE DE VASCONCELOS, *Obúsulos*, vol. III, págs. 195-196, alguma atenção deu (com excepção de *Lobel*) aos topónimos agora estudados aqui. Mesmo no caso de *Lobelhe* que, cremos, ascende a *Lupilli*, a sua hipótese, *villa Lupicilli*, não é de rejeitar em absoluto: lembremos apenas um indivíduo, mencionado em documento de 1077, chamado *Rodbertus Lupeculus* (B. GUÉRARD, *Cartulaire de l'Abbaye... de Chartres*. Paris, 1840, pág. 148), evidentemente o segundo elemento *Lupeculus* apontando para um protótipo *Lupicillus*.

(2) *Dipl. et Chartae*, pág. 235 (acerca da data, vid. a nota que antecede o documento).

(3) Neste *Arq. do Distr. de Aveiro*, vol. II, pág. 73: *sic.* (v. nota 5).

(4) P.º MIGUEL DE OLIVEIRA, *Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*, págs. 15 e 20 (separ. de *Lusitania Sacra*, t. VII (1964-1966)).

(5) fl. 2-v. do *Rol de Igrejas do Rei* (Gaveta 19.ª — m. 14.º — n.º 7 do A. N. da Torre do Tombo): o copista confundiu um *u* fechado ou quase fechado com um *a*.

(6) fl. 7 do *Livro IV de Inquirições de D. Dinis*. Pomos de parte a lição inferior que vem no *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. II, pág. 117.

(7) fl. 3 do *Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra* (T. do Tombo).

(8) Neste *Arq. do Distr. de Aveiro*, vol. V, págs. 15, 31 e 103. Pode ver-se também CARVALHO DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, pág. 226.

(9) MEIRELES, *Prontuário das terras de Portugal*, pág. 382.

(10) COSTA, *Corografia Port.*, vol. II, pág. 168.

(11) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. V, pág. 627.

(12) F. A. MATOS, *Diccion. Corogr. de Portugal*, s. v.

(13) SILVA LOPES, *Diccion. Postal*, s. v.

(14) AMARAL FRAZÃO, *Novo Diccion. Corogr. de Portugal*, s. v.

(15) Entre outras, o *Anuário Comercial*.

(16) *Cad.*, pág. 173: *sic.*

Manhouçe ⁽¹⁾, em 1747 *Manhouce* ⁽²⁾, em 1751 *Manhouce* ⁽³⁾, em 1758 *Manhoçe* ⁽⁴⁾, em 1768 *Manhousse* ⁽⁵⁾, em 1852 *Manhóce* ⁽⁶⁾, em 1853 *Manhouce* ⁽⁷⁾, em 1878 *Manhouce* ⁽⁸⁾, em 1889 *Manhouce* ⁽⁹⁾, em 1893 *Manhouce* ⁽¹⁰⁾, em 1902 *Manhouce* ⁽¹¹⁾ e em 1950-1952 *Manhouce* ⁽¹²⁾; na região diz-se *Manhóce* ou *Manhouce* ⁽¹³⁾.

Também de incluir aqui é *Seixo de Manhozes* do concelho de Vila Flor: em 1218 *Manozes* ⁽¹⁴⁾, em 1530-1531 *Seixo de Manhozes* ⁽¹⁵⁾, em 1689 *Seyxo de Manhozes* ⁽¹⁶⁾, em 1706 *Seixo de Manhozes* ⁽¹⁷⁾ e em 1768 *Seixo de Manhozes* ⁽¹⁸⁾.

Ainda de registar são os espécimes seguintes: *Manhoca* (Santo Estêvão do Penso — Braga) e *Manhoco* (Varziela — Felgueiras) o qual, em 1669, nos aparece sob a forma *Manhouco* ⁽¹⁹⁾.

Em documentação antiga, encontrámos outros espécimes que supomos se obliteraram: 1054 *fontano maniocco* ⁽²⁰⁾ e 1088 *fontano moniacco* ⁽²¹⁾; um segundo nome é *castro Manioci*, de 1105 ⁽²²⁾; temos finalmente, em 1108, um *monte Manioco* ⁽²³⁾.

(1) MEIRELES, *Prontuário* cit., pág. 435.

(2) CARDOSO, *Diccion. Geográfico*, vol. I, pág. 512.

(3) Id., *Ib.*, vol. II, págs. 204, 205 e 218.

(4) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. XXII, págs. 301, 303 e 304-305.

(5) PAULO DIAS DE NIZA, *Portugal Sacro e Profano*, vol. II, pág. 11 e vol. III, pág. 241.

(6) FLAVIENSE, *Dicionário Geográfico*, s. v.

(7) PEDRO JOSÉ MARQUES, *Dicionário Geográfico*, s. v.

(8) A. RODRIGUES DE ANDRADE, *Dicionário Corográfico*, s. v.

(9) F. A. MATOS, *Diccion. Corogr. de Portugal*, s. v.

(10) SILVA LOPES, *Diccion. Postal*, vol. II, pág. 289.

(11) F. CARDOSO DE AZEVEDO, *Novo Diccion. Corogr.*, s. v.

(12) AMARAL FRAZÃO, *Novo Diccion. Corogr. de Portugal*, s. v.

(13) *O Anuário Comercial* diz *Manhouce*.

(14) *Leges et Cons.*, vol. I, pág. 582.

(15) *Arg. Hist. Português*, vol. VII, pág. 254.

(16) MEIRELES, *Prontuário* cit., pág. 319.

(17) COSTA, *Corografia Port.*, vol. I, pág. 440.

(18) PAULO DIAS DE NIZA, *Port. Sacro e Profano*, vol. II, pág. 210. Parece-nos evidente que *Manhozes* resultou duma pluralização de *Manhoce* < > *Manhoze*.

(19) MEIRELES, *Prontuário* cit., pág. 228.

(20) *Dipl. et Chartae*, pág. 239.

(21) *Ib.*, pág. 420; *sic*. Seria improvável que os peritíssimos paleógrafos Bastos cometessem lapso de leitura; no entanto, conferimos com o *Tombo de Dona Maior Martins*, fl. 15, e é efectivamente *moniacco* o que lá se lê.

(22) *Documentos Med. Portugueses*, vol. III, pág. 174.

(23) *Ib.*, vol. III, pág. 250.

*

No país vizinho existiu, em domínio de castelhano, o nome local *Valdemanuoco* ⁽¹⁾ que certamente é co-originário dos topónimos portugueses que antes arquivámos ⁽²⁾.

*

As formas antigas dos diversos espécimes, subsistentes ainda ou obliterados, portugueses ou castelhanos, levam à inferência de que existiu o nome pessoal **Manioccus*, base dos nomes locais que historiámos: *Manhóce* procede do genitivo de uma expressão como (*villa*) *Maniucci* ou outra idêntica. E que tal nome pessoal existiu, comprova-se por documento escrito: é de 878 uma sentença na qual consta uma testemunha chamada *Maniocus* ⁽³⁾.

Tal nome, na origem **Mannioccus*, é claramente um bitemático germânico, resultante da adição do elemento *-occo* ⁽⁴⁾ ao bem conhecido elemento *manna* 'homem'; que *manna* tenha perdido a vogal final em contacto com a conectiva *i* (*mann-i-occo*) é facto corrente e que não deve surpreender-nos ⁽⁵⁾.

Em *Manhouce* (por *Manhóce*) e no antigo *Manhouco* (por *Manhoco*) verifica-se um empolamento em ditongo da vogal fechada

⁽¹⁾ ESCALONA, *Historia de Sahagún*, pág. 531. Este nome local, que nós lemos *Val de Mañuoco*, aparece na doação de *Val de Ravaniello* que é do ano de 1148; este *Val de Ravaniello*, cujo representante actual também não rastreámos, situava-se na região de Saldaña.

⁽²⁾ Em Espanha existe em nossos dias o apelido *Mañuoco* que se nos afigura ser nome pessoal de origem geográfica.

Em documento de 950, encontramos referência a uma igreja de Santa Maria de *Mañozes* (*Espanña Sagrada*, vol. 37.º, pág. 343) que evidentemente nos forçou a evocar o nosso topónimo transmontano *Seixo de Manhozes*: simplesmente identifica-se com *Mañores* (freg. da prov. de Oviedo), havendo-se produzido, em cópia, a consabida confusão *r - z*.

⁽³⁾ FLORIANO, *Diplomática esp. del período ástur*, vol. II, pág. 129.

⁽⁴⁾ Uma entre outras várias formas de um elemento secundário registado em FÖRSTEMANN, *Altddeutsches Namenbuch*, vol. I, col. 1174-1175.

⁽⁵⁾ Considere-se, por exemplo, *Manhufo*, nome local nosso que ascende a um nome pessoal formado de *manna* e *wulfs* (PIEL, *Os nomes germânicos na top. port.*, pág. 202).

A análise que aqui apresentamos de *Mannioccus* parece-nos aceitável. Não-obstante e a título de sugestão que estimaríamos ver examinada por pessoas habilitadas, ocorre-nos o seguinte: talvez de *manna* se tenha formado um diminutivo-despectivo com um elemento sufixal *-occu-* (lembramos que FÖRSTEMANN não nos dá o sentido deste documento: efectivamente germânico?); a ser assim, tal nome entraria na categoria dos *nomina humilitatis* e teria paralelos nos nomes pessoais *Homullus* e *Homullinus*, diminutivos de *homo* (PERÍN, *Onom. totius latinilitatis*, vol. I, págs. 756 e 757).

e tónica; de tal empolamento já JOAQUIM DA SILVEIRA deu exemplos, quase todos espécimes de onomástica local (1).

Importará, todavia, acentuar que se trata duma tendência bem documentada. No nosso Trás-os-Montes natal, sempre ouvimos *choucho*, *couxo*, *frouxo*, *houje*, *moucho* e *souga* (2), em vez de *cocho*, *coxo*, *froxo*, *hoje*, *mocho* e *sôga*; de todas estas formas só *frouxo* (ou *froixo*) está literariamente autorizada. Já em galego, a debilidade de cultura literária faz que a colecta de formas vernáculas seja feita com mais desprevenção e assim é que nos surgem formas como *choucho* (3), *frouxo* (4) e *moucho* (5).

PEDRO CUNHA SERRA

bibRIA

(1) *Rev. Lusit.*, vol. 35.º, págs. 59-61.

(2) *Souga* e *sougas* em falares de Chaves e Penedono já se registam na *Rev. Lusit.*, vol. 15.º, pág. 338 e vol. 12.º, pág. 315.

(3) J. CRESPO POZO, *Contribución a un vocabulario castellano-galego*. Madrid, 1963, pág. 226.

(4) J. IBÁÑEZ FERNÁNDEZ, *Diccionario galego da rima*, pág. 198.

(5) CRESPO, *Contribución* cit., pág. 132.

Só CRESPO regista a variante *froxo* (pág. 323), sendo de notar que regista *frouxedade* (pág. 322).

Este fenómeno fonético que é devido à contiguidade de palatais ou de *r* verifica-se muito em galego, como poderá ver quem se disponha a fazer um escrutínio dos léxicos. Em português, em vocabulários de carácter regional, também se registou *boulha*, *garroucha* e *choucho* (J. LOPES DIAS, *Etnografia da Beira*, vol. VI, págs. 317, 322 e 335 da 2.ª ed.); de notar formas antigas como *carouço* (MANUPPELLA & ARNAUT, *O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal*. Coimbra, 1967, pág. 94) e *próximo* (NUNES, *Compêndio de Gram. Hist. Port.*, pág. 84). Terá notado o leitor atento que em *próximo* se produziu o empolamento de um *o* aberto—o que é decerto menos corrente e aliás também verificável em galego (cfr. *carroucha*, por *carrocha*, em CARRÉ, *Diccion. galego-castelán*, 2.ª ed.).

O INQUÉRITO PAROQUIAL DE 1732

INFORMAÇÃO DA FREGUESIA DE CEDRIM

DEPOIS da publicação do artigo «Os inquéritos paroquiais do séc. XVIII e algumas freguesias do distrito de Aveiro»⁽¹⁾, em que demos conta do ensejo que se nos proporcionou de identificar originalmente o inquérito que servira de base para a elaboração dos dois primeiros volumes — únicos impressos, abrangendo as letras A, B e C — da obra a que se propôs o académico de número da Academia Real de História Portuguesa, Padre Luís Cardoso, da Congregação do Oratório, sob o título de *Dicionário Geográfico*, que hoje existe em 43 volumes manuscritos (sendo o *Índice* o 44.º), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — não obtivemos notícia de qualquer outro exemplar da espécie, inédita até aí, desse inquérito, que averiguámos ter sido levado a efeito no ano de 1732.

Aí referimos como únicas existentes, dessas memórias anteriores ao Terramoto de 1755, em cujas ruínas «se perderam miseravelmente» — como se diz no Prólogo do Índice — e relativas ao distrito de Aveiro, as das freguesias de Sever, Silva Escura e Cedrim, do concelho de Sever do Vouga, das quais tomámos conhecimento ao mesmo tempo que as de S. Pedro do Sul e Vouzela.

Porque então reproduzimos as duas primeiras, vimos hoje dar a lume a terceira, da freguesia de Cedrim, assim deixando completado o conhecimento dos três únicos exemplares do Inquérito de 1732 que se salvaram do cataclismo, pelo que respeitá ao nosso Distrito, e dos poucos, além daqueles dois do distrito de Viseu, referentes a outras zonas do País, que se devem encontrar arquivados entre os 43 volumes, constituídos soberanamente, como se sabe, pelas memórias de outro inquérito — o de 1758 — destinado,

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 82, vol. XXI.

precisamente, a suprir a falta das informações destruídas do primeiro.

Nesse mesmo artigo, ao descrever as buscas e diligências que nos conduziram à averiguação do Inquérito de 1732, cuja notícia se havia perdido, indicávamos como ponto de partida da originária suspeita de outra operação do mesmo género — que não o Inquérito de 1721, apontado e conhecido até então como o único anterior ao de 1758 — ter fornecido os elementos informativos para o P.^o LUÍS CARDOSO elaborar aqueles dois primeiros volumes da sua monumental obra, a referência, que numa das respostas ao último nos tinha sido facultado ler na respectiva *memória* da freguesia de Avanca, subscrita pelo Reitor António de Oliveira Fraião, a «outros semelhantes interrogatórios» de que havia dado informação «mais de 22 anos».

Entretanto, não conseguíramos obter elementos biográficos a respeito do ilustrado pároco que assinava essa informação, uma das mais extensas e eruditas de quantas desta região acudiram em 1758, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, às solicitações investigadoras do «infatigável» oratoriano. Apenas se sabia dele que, além de ter promovido as grandes obras de restauro da sua igreja que descreve, teria construído para residência uma boa casa, no lugar de Aldeia, da freguesia que parokiava (1).

Porém, como o «Arquivo» continua a ser a melhor fonte de informações de que podemos dispor, dela havia de vir uma achega...

É assim é que, no n.^o 131, vol. XXXIII desta revista, figurando sob o n.^o 124, a págs. 239, entre os nomes dos habilitados do Santo Ofício ligados a terras do nosso Distrito, que o seu ilustre colaborador Dr. JORGE HUGO PIRES DE LIMA tão proficientemente nos vem dando (2), o de João José de Oliveira, «homem de negócio na Baía», que obteve carta de familiar em 23 de Abril de 1762, através dos respectivos elementos biográficos extraídos do processo ficámos a saber dos do Reitor Fraião, de quem era filho natural, sendo a mãe Cristina dos Santos, viúva de Cosme Vaz Barreto, natural de Tarouquela, Sinfães.

Ao que da preciosa informação se apura, o reitor da igreja de Santa Marinha de Avanca era licenciado, presbítero do hábito de S. Pedro, natural da freguesia de S. Nicolau do Porto, filho de Manuel André Fraião, natural da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, e de Jerónima Duarte, natural da freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, e ainda primo (ou tio?) do licenciado Tomé Pereira Ramos e do alferes António Pereira Valente, naturais de Ovar, também familiares do Santo Ofício, e do P.^o Mestre

(1) Hoje moradia do distinto Médico Dr. António Duarte de Oliveira.

(2) «O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício».

Frei Luís da Natividade, religioso de S. Francisco da Cidade, qualificador do mesmo Santo Offício.

Estes os elementos que, assim apurados de fonte tão fidedigna, nos apraz deixar aqui reproduzidos, por virem a propósito da informação paroquial de Avanca de 1758 — que poderá vir a ser publicada no «Arquivo», dado o seu interesse regional — e do seu contacto, que referimos, com a averiguação do Inquérito de 1732.

Segue-se a reprodução da *memória* deste Inquérito da freguesia de Cedrim, cujo pároco não observa, nas respostas, a ordem dos *itens* do questionário respectivo, o qual, como já informámos no citado artigo, se compunha de 17 números relativos à *terra*, 11 da *serra* e 20 do *rio* (o de 1758, 27, 13 e 20, respectivamente).

RELLAÇAM DA FREGUEZIA DE CEDRIM

(*Dicionário Geográfico*, vol. 42, n.º 53, pág. 29)

Satisfazendo a huõ mandado do muito Reverendo o Senhor D.or Provizor da cidade de Vizeu e hordem de sua real Magestade: he a rellaçam desta minha freguezia de Sam Joam Baptista de Cedrim a seguinte.

- 1 He esta dita freguezia da prouincia da beyra Alta e do Bis-pado de Vizeu comarca da vila de esguejra, termo da vila de Ceuer; que he do Marques de fontes, tem esta dita freguezia sento e trinta e huõ foguos.
- 2 Esta situada o pe de huã serra pequena que não tem nome e alguns pouos pella serra asima e desta dita parrochia se descobre a uilla de Ceuer donde he termo.
- 3—Esta parrochia esta sita no simo do lugar de Sedrim o seu padroeiro e oraguo he Sam Joam Baptista, tem a dita igreja tres altares o da capella maior que he do santiçimo sacra-mento e dois colatrais huõ de nossa senhora das neues e outro de Sam Sebastiam nam tem naues algumas nem jrman-dades.
- 4—o parrocho desta freguezia he cura o coal apresenta o Reve-rendo Reytor de Sam Miguel de Ribeyradiu donde he anexa, não tem rendeiros nem ospitais nem casa de mizericordia nem nada de notavel.
- 7—Tem duas ermidas huã de Santo Amaro sita no lugar de Carrazedo e outra de Nossa Senhora dos milagres sita no simo do lugar de Passô e so no dia dos seus oragos acodem a ellas gente de Romaria.
- 8—Os frutos que os moradores desta terra recolhem em maior quantidade he milho grosso, vinho e castanhas.
- 9—Tem juiz ordinario na dita vila de Seuer adonde sam sojej-

O INQUÉRITO PAROQUIAL DE 1732

- tos e Camara e ouvidor que tudo he apresentado pelo dito Exselentiçimo marques de Fontes.
- 10—Nam ha memoria que desta terra sahiçem homes emsignis em artes.
- 11—Nam tem familias nobres nem brazois alguns.
nam tem feira franca nem outra que neste sitio se faça.
- 13—Tem esta terra alguns privilegios pretencentes a sagrada religiam de Malta de que he senhor, Dom Chancho Manoel de Vilhena.
- 14—Nam tem esta freguezia Alagoa nem fonte selebre as fontes e agoas que tem sam comuas.
- 15—Nam tem porto de mar nem embarcasam alguma.
- 16—Nam tem esta freguezia muros nem castillos nem prassas algumas.
- 17—Tem esta freguezia de comprido do norte ao sul meia legoa e do nasente o poente huõ coarto de legoa.
- 2—Tem huõ ribeyro corrente que principia no lugar de Carrazedo e finaliza no Rio Vouga cria em sii trutas e bordallos e pescam se liuremente e corre por montes e rochedos do nasente para o poente.
- 3—Os lugares que tem esta freguezia na serra he o lugar de Santo adriam vilarinho e Redousa, e o lugar de Sedrim fica encostado a sera e mais o lugar de Passo.
- 4—Nam tem a tal serra minas algumas que se saybam.
- 6—Pellos valles desta serra se coltiuam os frutos de pam e vinho verde nam tem conhe [...] sementes de eruas medicmais somente monte de matos e Carquejias.
- 8—Tem criassois de gados meudos como cabras ouelhas marrans lobos raposas, casa de coelhos e perdizes.
- 9—Tem e corre pello Fundo desta freguezia huõ rio principal que se chama A Vouga Rio nesta parte sereno que tem seu prinsipio daqui doze legoas e finaliza no mar junto a villa de Aveyro chegua nelle Barcos de fazenda athe a freguezia de pesegueiro minha vezinha e he de cursso e caudellozo em partes do seu principio.
- 10—Corre o tal rio do Nasente ao poente.
- 11—Cria em sii peixe bastante de barbos bogas algumas trutas, bordallos, ruualos em seu tempo algum sauel e lampreia e a maior abundancia he barbos e bogas.
- As pescarias sam livres e pescase nos mezes de Junho agosto e Setembro.
- Nam se coltiuam suas marges porque tudo sam siluestres somente no fim do dito rio tem campo que porduz milho.
- Sempre conserva o mesmo nome e tem o seu fim no mar como ja disse.
- Neste çitio tem este rio caneyros que de Alguma sorte empedem aqui os barcos nam naueguem mais asima com suas fazendas.

- Neste destrito nam tem este rio ponte alguma nem moinhos nem lagares nem outras cousas notaveis.
- O dito Ribeyro asima tem alguns moinhos e hum pezom.
- Nunqua em tempo algum se tirou nas areias do seu rio ouro nem prata nem outra casta de metal que se sayba.
- Os cultores e poucos uzam de suas agoas liurementemente que tem para suas propriedades.

E nam ha mais de que dar Rellaçam nesta minha freguezia suposto nam vay os iteis todos declarados he por nam hauer couzas notaueis nem dignas de admiraçam nem couzas presiozas. E por esta me çer pedida a pasey na uerdade hoie Çedrim e de Agosto 9 de 1732. Subdito de Vossa Merce o padre cura Francisco Soares.

Estarreja

EDUARDO COSTA

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XXXIII, pág. 316)

J

- 155 **P.^e João de Oliveira Rodrigues** — graduado em Filosofia na Universidade de Coimbra, bacharel formado nos Sagrados Cânones e abade da igreja de S.^{ta} Maria Madalena de Loivos da Ribeira, Baião; *natural da vila de Ovar*; filho de *Tomé de Oliveira* e de *Bernarda Rodrigues*, *naturais e moradores em Ovar*; neto paterno de *Manuel André* e de *Maria de Oliveira*, e materno de *António Rodrigues* e de *Antónia Lopes*, *todos igualmente naturais e moradores na vila de Ovar*.

Provisão de Comissário de 1 de Fevereiro de 1729.

João — m. 59, n.º 1128

- 156 **P.^e João Pedro Miguéis Corrales** — bacharel formado na Faculdade de Cânones, protonotário apostólico de Sua Santidade e *vigário da paroquial igreja de S. Julião de Cacia, Aveiro*; *natural da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro*; filho de *Pedro Miguéis Corrales* e de *Bernarda Maria*, também *naturais de Aveiro*, respectivamente das *fregs. de N.^a Sr.^a da Apresentação e de S. Miguel*; neto paterno de *António João*, *natural da freg. da Vera Cruz*, e de *Maria Migueis*, *natural da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação*, e materno de *Manuel Coelho*, *natural da freg. do Espírito Santo*,

e de *Maria André*, natural da freg. de *S. Miguel*, todas de *Aveiro*.

Provisão de Comissário de 18 de Junho de 1754.

João — m. 103, n.º 1710

- 157 P.º **João Pedro Ribeiro** — presbítero secular, lente proprietário da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra com exercício na cadeira da Diplomática em Lisboa e desembargador ordinário dos Agravos da Casa da Suplicação; natural da freg. da Sé do Porto; filho de Pedro do Rosário Ribeiro e de Antónia Angélica Rosa, naturais do Porto, freg. da Sé; neto paterno de José Ribeiro, natural da freguesia de Campiã, Vouzela, e de Francisca do Rosário, natural do Porto, freg. da Sé, e materno de *António Alves Barbosa*, natural da freg. de *S.ª Marinha do Real*, Castelo de Paiva, e de Antónia dos Reis, natural do Porto, freguesia da Sé.

Provisão de Deputado de 24 de Maio de 1819.

João — m. 148, n.º 2200

- 158 **João Pereira Cação** — ourives, natural de *Aveiro*, freg. de *S. Gonçalo*, morador no Porto; filho de *Manuel Dias Cação*, natural de *Aveiro*, freg. de *S. Gonçalo*, e de *Luisa Dias*, natural de Matosinhos, moradores no Porto; neto paterno de *Baltasar Dias Cação*, natural da freg. de *S. Miguel de Milheirós de Poiares*, Feira, e de *Maria Manuel*, natural de *Aveiro*, freg. de *S. Gonçalo*, e aí moradores, e materno de João Dias e de Ana Pires do Passo, naturais e moradores em Matosinhos; casado com Bárbara Antónia dos Reis, natural de Leça, Matosinhos, filha de Marcos Gonçalves e de Maria dos Reis, neta paterna de Domingos Gonçalves e de Maria Gonçalves, e materna de Domingos Afonso Reis e de Leonor Pires, todos naturais e moradores em Leça.

Carta de Familiar de 6 de Fevereiro de 1676.

João — m. 13, n.º 379

- 159 Dr. P.º **João Pereira de Carvalho** — prior da igreja de *S.ª Marinha de Palmaç*, *Oliveira de Aземéis*; natural de *Aveiro*; filho de *Gaspar dos Reis Vidal*, Familiar do S.º Ofício, natural de *Arrancada*, freg. de *S. Pedro de Valongo*, *Águeda*, e de *Antónia Pereira de Carvalho*, natural de *Aveiro*, e aí moradores; neto paterno de *Tomé João*, natural de *Arrancada*, filho de *João Gonçalves* e de *Maria Mateus*, naturais de *Sobreiro*

Chão, freg. de Valongo, e de Maria Vidal, filha de Marçal Vidal e de Maria Dias, naturais de Arrancada, e materno de António João, natural de Aveiro, filho de João Gonçalves e de Senhorinha Fernandes, naturais de Figueiredo, freg. de Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Aземéis, e de Maria Manuel, natural de Aveiro, filha de Manuel André e de Domingas Gonçalves, naturais da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira. O habilitando teve uma filha natural, Luisa Pereira dos Serafins, natural de Aveiro, pupila do Convento da Madre de Deus de Sá, junto a Aveiro, de Joana, solteira, natural de Arrancada, filha de Bento Gonçalves, ferreiro, e de Isabel de Almeida, naturais e moradores em Arrancada.

Provisão de Deputado da Inquirição de Évora de 1693.

João — m. 25, n.º 597

- 160 **João Pereira Guedes** — bacharel formado e advogado; *natural de Ovar e morador na Mealhada; filho de Manuel Pereira Guedes, médico em Ovar, e de Esperança Ferreira, naturais da Mealhada; neto paterno de João Gaspar e de Maria André, naturais e moradores na Mealhada, e materno de Francisco Ferreira Borralho e de Isabel Antónia, também naturais e moradores na Mealhada; viuvo de Antónia Maria de Almeida, natural da freg. de Santiago da Mouta, e de Maria Lopes, natural de Anadia, neta paterna de Mateus Simões e de Ana Gomes, naturais de Quintela, e materna de Francisco Lopes e de Maria Simões, naturais de Anadia.*

Carta de Familiar, de 14 de Setembro de 1731.

João — m. 63, n.º 1185

- 161 **João Pereira Pinto** — homem de negócio; *natural do Souto, freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha, morador no Morro de Vila Rica, freg. de N.ª Sr.ª do Pilar do Ouro Preto; filho de Francisco Rodrigues do Souto e de Esperança da Silva Pereira, naturais e moradores na Branca; neto paterno de João Rodrigues e de Ana Pinta, e materno de Silvestre Pereira, todos naturais da Branca, e de Ana Rodrigues, natural de Fradelos, freg. da Branca.*

Carta de Familiar de 7 de Fevereiro de 1764.

João — m. 125, n.º 1963

- 162 **João Pereira da Silva** — empregado das Setes Casas; natural de Reganhuça, freg. de S^{to} Adrião de Santão, Felgueiras, e morador em Lisboa, freg. de S. José; filho de Manuel Pereira, natural de Rua, freg. de S. Mamede de Vila Verde, e de Ana de Oliveira, natural de Penso, freg. de S.^{ta} Maria de Airães, Felgueiras; neto paterno de Domingos Gonçalves, o «Frade», natural de Mosteiro, Airães, e de Maria Pacheca, natural de Rua, e materno de Domingos de Oliveira, natural da Lage, freg. de S. Cristovão de Figueiró, e de Catarina Meireles, natural de Penso, e aí moradores; ajustado para casar, em 1722, com Maria da Encarnação, natural de S.^{ta} Justa de Lisboa, moradora junto à Inquisição, filha de Manuel Dias, natural da freg. de S. Pedro de Coimbra, e de Isabel Nunes, natural de Colares, neta paterna de *Filipe Seabra*, natural da freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia, e de Maria Dias, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama, e materna de João Nunes e de Maria Luís, naturais e moradores em Colares.

Carta de Familiar de 28 de Janeiro de 1721.

João — m. 53, n.º 1014

- 163 **João Pereira da Silva** — licenciado pela Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra; natural dessa cidade e *morador em Aveiro*; filho do Dr. Manuel Pereira da Silva, médico, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Coimbra, e de D. Mariana da Cruz, natural do casal do Bolho, freg. de S. Mamede do Bolho, Cantanhede; neto paterno de Francisco Pereira Travassos, natural de Vila Nova da Barca, termo de Montemor-o-Velho, filho de Mateus Gonçalves Travassos, natural de Caixeira, termo de Montemor-o-Velho, e de Madalena Jorge, natural de Penacova, e de Catarina da Silva, natural de Coimbra, freg. de S.^{ta} Cruz, e aí moradora com seu marido, filha de João da Silva, natural da freg. de S. João dos Longos Vales, Monção, e de Maria Gonçalves, natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Coimbra, e aí moradores, e materno de Domingos da Cruz, natural da Lapa, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Ourentã, Cantanhede, filha de Domingos da Cruz, natural da Lapa, e de *Natália Jorge*, natural de Silvã, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada, moradores na Lapa, e de *Ana Antónia*, natural de Pedralvites, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, filha de *Manuel Lopes*, natural de Horta, freg. de S. Pedro de Tamen-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

gos, *Anadia*, e de *Ana Antónia*, natural de *Pedralvites*, e aí moradores.

Carta de Familiar de 10 de Maio de 1735.

João — m. 68, n.º 1272

- 164 **João Perry** — natural da cidade de Cork, Reino da Irlanda, morador na sua quinta acima da igreja do Senhor Jesus de Gaia, freg. de S.^{ta} Marinha; filho de João Perry e de Maria Cante, de Cork; neto paterno de João Perry, de Cork, e de Catarina Perry, de Milford, em Gales, e materno de Dionísio Cante e de Marta Murphy, de Cork; casado com *Natália Rodrigues de Jesus*, natural de *Mó*, freg. de S.^{ta} Marinha do Real, Castelo de Paiva, filho de *Manuel Álvares Machado* e de *Maria Rodrigues*, naturais e moradores em *Mó*, neta paterna de *Gonçalo Álvares*, natural de *Mó*, e de *Maria Machada*, natural de *Fafião*, freg. de S.^{to} Isidoro de Romariz, Feira, e materna de *Domingos João* e de *Maria Rodrigues*, naturais de S.^{ta} Marinha de Real.

Carta de Familiar de 19 de Janeiro de 1770.

João — m. 140, n.º 2126

- 165 **João Pinheiro Estêvão** — natural e morador na freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda; filho de *António João Estêvão* e de *Catarina Pinheira*, moradores em *Águeda*; neto paterno de *António José Estêvão* e de *Maria Gomes*, de *Paredes*, freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda, e materno de *Manuel Ribeiro* e de *Maria Pinheira*, de *Venda Nova*, freg. de *Santiago de Préstimo*, *Águeda*; casado com *Isabel Pereira de Jesus*, filha de *Jetónimo Pereira*, natural de *Secarias*, freg. de *Arganil*, e de *Francisca Costa*, natural de *Sarzedo*, freg. de *Arganil*, neta paterna de *Manuel Botelho* e de *Isabel Pereira*, de *Secarias*, e materna de *Henrique Fernandes* e de *Maria das Neves*, de *Sarzedo*; enviuvando, ajustado para casar, em 1803, com *Tomásia Rita de Macedo*, natural da freg. de *S. Martinho de Macieira de Alcoba*, *Águeda*, filha de *Domingos Luís* e de *Maria de Macedo*, neta paterna de *João Luís* e de *Clara Domingues*, e materna de *Sebastião da Costa* e de *Bernarda Antónia*, todos naturais e moradores em *Macieira de Alcoba*.

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1773.

João — m. 156, n.º 2255

- 166 **João Pinheiro Mauris** — mercador; *natural da freg. de Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Azeméis, e morador em Oliveira de Azeméis, freg. de S. Miguel; filho de Manuel Pinheiro, natural de Oliveira de Azeméis, e de Domingas André, natural de Santiago de Riba d'Ul, e aí moradores; neto paterno de Domingos Pinheiro e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Oliveira de Azeméis, e materno de Domingos André e de Isabel Antunes, naturais e moradores em Santiago de Riba d'Ul; casado com Domingas Ferreira, natural da freg. de S.^{to} André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, filha de Pascoal Ferreira e de Isabel Soares, naturais e moradores na freg. de S.^{ta} Maria de Ul, Oliveira de Azeméis, neta paterna de Heitor Dias e de Maria dos Anjos, naturais e moradores em Oliveira de Azeméis, e materna de Domingos João, natural de Santiago de Riba d'Ul, e de Domingas Heitor, natural de S.^{ta} Maria de Ul, já viuva de Manuel Alvares da Silva, de quem havia tido uma filha de nome Maria, natural de Macinhata de Seixa, neta paterna de Francisco Fernandes e de Ana Jorge, igualmente naturais e moradores em Macinhata de Seixa.*

Carta de Familiar de 19 de Abril de 1695.

João — m. 24, n.º 563

- 167 **João de Pinho Borges** — natural do Porto, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória, e morador no Recife, Pernambuco; filho de José de Pinho Borges e de Vitória da Conceição, naturais da freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto, e aí moradores na rua da Ferraria de Cima; neto paterno de *António de Pinho, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra, e de Serafina do Espírito Santo, natural da freg. da Sé do Porto e moradores na de N.^a Sr.^a da Vitória, e materno de António da Costa Camelo e de Maria da Conceição, também naturais da freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto, e aí moradores à Porta do Olival; casado com D. Francisca Maria de Jesus, natural do Recife, filha de Maximiliano José de Mol, natural de Bruxelas, e de Úrsula Bernarda de Oliveira, natural do Recife, e aí moradores, neta paterna de Maximiliano de Mol e de Isabel de Cleriq, de Bruxelas, e materna de João de Oliveira Gouvim, Familiar do S.^{to} Offício, e de Helena Bernarda, moradores no Recife.*

Carta de Familiar de 19 de Abril de 1771.

João — m. 147, n.º 2174

- 168 **João Pinto Gamboa** — natural de Lisboa na rua de Martim Alho, freg. de S.^{ta} Maria da Madalena, e morador junto a N.^a Sr.^a da Palma, freg. de S. Nicolau; filho de António Pinto e de Catarina da Costa, naturais de Lisboa e moradores, primeiramente na rua de Martim Alho, e mais tarde junto ao Correio-mor, freg. de S. Mamede; neto paterno de Francisco Sanches e de Inês Pinta, naturais de Lisboa, e aí moradores na rua da Sombreira, junto ao Tronco, freg. de S. Julião, e materno de *Domingos de Basto* e de *Domingas Fernandes, naturais da vila da Bemposta, Oliveira de Azeitões* (1), moradores em Lisboa na rua de Martim Alho; casado com Madalena Rodrigues de Lima, filha de Fernão Gonçalves Pinto e de Maria Gonçalves, neta paterna de Gonçalo Eanes e de Suzana Fernandes, e irmã de Francisco Rodrigues de Lima, cereeiro, natural de Ponte de Lima, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 10 Dezembro de 1650.

João — m. 6, n.º 226

- 169 **João Pinto Homem** — natural do Porto e morador na Rua Nova da mesma cidade, freg. de S. Nicolau; filho do Lic.^o Roque de Beça Dinis, advogado do Relação do Porto, e de Ana Pinto de Azevedo, naturais do Porto e moradores na Rua Nova; neto paterno de André António e de Ana de Beça, natural de Arrifana de Soza e moradora com seu marido no Porto, tendo o mesmo, depois da sua morte, casado mais duas vezes, a primeira com Maria da Costa, e a segunda com Maria Ferreira, também do Porto, e materno de Gonçalo Ferreira Fogaça, natural do Porto, e de Jerónima Pinto de Azevedo, natural de Quebrantões, freg. de S.^{ta} Eulália de Oliveira, junto do Porto; casado com Mariana de Sousa, filha de António de Sousa e de Antónia de Beça, naturais de S. Martinho de Milhundos, junto a Arrifana do Sousa, neta paterna de Marcos Ambrósio e de Ana Ferreira, moradores em Milhundos, e materna do Lic.^o Pedro Nunes de Beça, advogado, natural da sua Quinta da Lágêas, freg. de Milhundos, e de sua segunda mulher Maria Vieira, sendo a primeira Catarina de Lemos, e após a morte da sua segunda mulher ainda se casara com Leonor de Brito; enviuvado, ajustado para casar, em 1673, com *D. Mariana Vareira de Sousa, recolhida no Mos-*

(1) Actualmente freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta.

teiro de Jesus de Aveiro, filha de Manuel Lopes Anginho, Familiar do S.^o Ofício, e de Ana de Sousa, naturais e moradores em Matosinhos, neta paterna de André Lopes Anginho, filho de Amadeu Lopes e de Maria Pablos, e de Maria Vareira, filha de Belchior Vareiro e de Maria Luís, todos de Matosinhos, e materna de Manuel de Sousa, filho de Gaspar Gonçalves e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em S. Martinho da Parada, termo de Paço de Sousa, e de Escolástica Antónia, filha de João Dinis e de Maria Antónia, igualmente naturais e moradores em Matosinhos.

Carta de Familiar de 8 de Novembro de 1673.

João — m. 12, n.^o 357

- 170 **João Pinto de Macedo** — *natural e morador em Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*; filho de *Miguel Pinto de Macedo*, Familiar de S.^{to} Ofício, e de *Eulália do Silva Pinto*, naturais e moradores em Águeda; neto paterno de *João Pinto Pinheiro* e de *Maria Pinheiro*, naturais e moradores em Águeda, e materno de *Constantino da Silva de Carvalho*, igualmente *natural de Águeda*, e de *Isabel Pinto de Paiva*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Mogofores, Anadia, moradores em Águeda; casado com *D. Caetana Maria de Figueiredo*, filha de Manuel de Figueiredo Machado e de D. Brites de Figueiredo, naturais e moradores em Canas de Senhorim, Nelas, neta paterna de Domingos Henriques Machado, natural de Pindelo, freg. de Sirgueiros, Viseu, e de Filipa de Figueiredo, natural de Canas de Senhorim, e aí moradores, e materna de João de Soveral de Figueiredo, natural de Canas de Senhorim, e de Beatriz Rodrigues de Carvalho, natural de Moimenta da Serra, Gouveia, moradores em Canas de Senhorim.

Carta de Familiar de 5 de Junho de 1714.

João — m. 48, n.^o 953

- 171 **B.^{ca} João Quaresma de Almeida** — *juiz de fora na vila de Aveiro; natural de Arrancada do Vouga, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*; filho de *Manuel Quaresma* e de *Joana de Almeida*, naturais e moradores em Arrancada do Vouga; neto paterno de *Diogo João* e de *Maria Fernandes*, e materno de *João Baptista* e de *Isabel de Almeida*, todos igualmente naturais e moradores em Arrancada do Vouga; casado com *D. Albina Ribeira Henriques*, natural de Arrancada do Vouga e moradora em Aveiro, filha de *João Tavares* e de

Maria Ribeira, neta paterna de *Pedro Rodrigues Tavares* e de *Isabel da Conceição*, e materna de *João Luís*, o «*Frade*», e de *Joana Ribeira*, todos de *Arrancada do Vouga*, à excepção de *Pedro Rodrigues Tavares*, natural de *Vilharigues*, freg. de *Paços de Vilharigues*, *Vouzela*.
Carta de Familiar de 31 de Julho de 1714.

João — m. 48, n.º 950

- 172 **João Rangel Varela de Quadros** — natural da freg. de *S. Salvador de Ílhavo* e morador em *Aveiro*; filho legitimado de *António Rangel Varela de Quadros e Faro*, natural de *Aveiro*, e de *Teresa da Rocha*, natural de *Salgueiro*, freg. de *S. Miguel de Soça*, *Vagos*; neto paterno de *Miguel Rangel de Quadros* e de *D. Mariana Pereira Varela*, naturais da freg. de *S. Miguel de Aveiro*, e materno de *Custódio Francisco* e de *Damiana da Rocha*, naturais de *Salgueiro*; casado com *D. Ana Joaquina de Anhaia Madahil*, natural de *Aveiro*, freg. da *Vera Cruz*, filha de *João Bernardo da Rocha Corrales*, e de *Teresa Bernarda de Anhaia Madahil*, naturais e moradores em *Aveiro*, neta paterna de *António Miguéis Corrales* e de *Maria Monteira Soares*, e materna do capitão *Francisco Rodrigues de Resende*, todos igualmente de *Aveiro*, e de *Catarina Maria de Anhaia Madahil*, natural de *Lisboa*, freg. de *S. Julião*, filha de *Manuel João Madahil*, natural de *Aveiro*, e de *Mariana de Anhaia*, natural de *Lisboa*, irmã do P.º Mestre *Frei Pedro de S. Bernardo*, Provincial dos *Carmelitas Descalços*, do P.º *Frei José Madahil*, religioso da *Ordem de S. Domingos*, e do P.º *Filipe de Anhaia Madahil*, sacerdote do hábito de *S. Pedro*.
Carta de Familiar de 5 de Fevereiro de 1765.

João — m. 128, n.º 1995

- 173 **João Rebelo** — natural e morador na freg. de *S. João de Luzim*, *Penafiel*; filho de *Manuel Dias*, natural de *Luzim*, e de *Antónia Rebelo*, natural da *Lágea*, freg. de *S.º André de Vila Boa de Quires*, *Marco de Canavezes*; neto paterno de *Sebastião Dias*, natural de *Luzim*, e de *Francisca Gaspar*, natural de *Aveiro*, da *rua do Alboi*, e materno de *Francisco Rebelo*, natural de *Luzim*, e de *Maria da Cruz*, natural de *Vila Boa de Quires*; casado com *Maria de Almeida*, filha de *André Nogueira* e de *Maria de Almeida*, neta paterna de *António Pires* e de *Catarina Fernandes*, e materna de *André Pires* e de *Mar-*

garida de Almeida, todos igualmente naturais de Quires, à excepção de António Pires, natural de Caíde.

Não foi aprovado para Familiar por ser infamado de cristão-novo — 12 de Novembro de 1685.

João — m. 19, n.º 485

- 174 **João Rebelo de Almeida** — natural e morador na freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja; filho de Manuel de Almeida da Silva, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, e de Paula Rabela do Amaral, natural de Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália, e moradores em Salreu; neto paterno de Manuel de Almeida Henriques, natural de Arrancada, e de Bernarda da Silva Valente, natural de Salreu, e aí moradores, e materno de Francisco da Fonseca do Amaral, natural da freg. de S. Martinho de Travanca, Oliveira de Azeméis, e de Paula Rabela, natural de Águeda, e aí moradores; casado com Mariana Nogueira de Pinho, natural da freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja, filha de António Nogueira, natural de Fermelã, e de Antónia de Pinho, natural de Salreu, moradores em Fermelã, neta paterna de André Gonçalves, natural da freg. de N.^a Sr.^a das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha, e de Antónia Nogueira, natural de Salreu, moradores em Fermelã, e materna de António de Pinho, natural de Salreu, e de Maria da Silva, natural de Aveiro, moradores em Salreu.

Carta de Familiar de 10 de Abril de 1702.

João — m. 33, n.º 755

- 175 **Frei João dos Reis** — religioso da Ordem de S. Domingos; natural e morador na vila de Aveiro; filho de Manuel Fernandes e de Maria Cardosa, naturais e moradores em Aveiro; neto paterno de Bartolomeu Fernandes e de Maria Rodrigues, igualmente naturais e moradores em Aveiro, e materno de Egas Cardoso Albergaria, natural de Tavadede, Figueira, e de Suzana Gonçalves, natural de Montemor-o-Velho, moradores em Aveiro. 1617.

João — m. 151, n.º 1217

- 176 **João dos Reis** — mestre pedreiro; natural de Lisboa, freg. dos Anjos, e morador na mesma cidade; filho de Ventura dos Reis, natural de Chouza, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, e de Adriana de Freitas, natural da Granja de Baixo, Loures; neto paterno de Manuel João,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, e de Antónia Domingues, natural de Chouza, e af moradores, e materno de Manuel Rodrigues, natural de S. Martinho de Árvore, Coimbra, e de Luísa Antunes, natural da Granja, Póvoa de S.^o Adrião.

Carta de Familiar de 29 de Janeiro de 1762.

João — m. 119, n.^o 1897

- 177 P.^o **João dos Reis Vidal** — vigário da igreja de S. Miguel de Ribeiradio, Oliveira de Frades; filho de *João Gonçalves* e de *Maria Vidal, moradores em Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*; neto paterno de *Sebastião Fernandes* e de *Maria Gonçalves, moradores em Cadaveira, freg. de S. Pedro de Valongo*, e materno de *Tomé João* e de *Maria Vidal, moradores em Arrancada*; sobrinho de *Gaspar dos Reis, Familiar do S.^o Ofício, moradores em Aveiro.*

Provisão de Comissário de 28 de Setembro de 1660.

João — m. 8, n.^o 277

- 178 P.^o **João de Resende Fragoso** — abade da igreja de S.^{ta} Maria de Mós, Braga; *natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Avanca, Estarreja*; filho de *Gregório da Silva Godinho* e de *Maria de Resende, naturais e moradores em Avanca*; neto paterno de *Gregório da Silva Godinho, natural de Avanca*, e de *Maria Figueira, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e materno de *Baltasar de Resende, natural da freg. de S. Cristóvão de Ovar*, e de *Isabel da Silva, natural de Avanca, e todos af moradores.*

Provisão de Comissário de 12 de Fevereiro de 1728.

João — m. 59, n.^o 1122

- 179 **João de Resende Valente de Abreu** — *natural de Areias, freg. de S.^{ta} Marinha de Avanca, Estarreja*; filho de *João Pinho de Resende* e de *Ana Joaquina de Sá Abreu, naturais e moradores em Areias*; neto paterno de *Francisco de Pinho*, e de *Perpétua de Resende, naturais e moradores em Areias*, e materno do *Dr. Custódio Pais, também natural de Areias*, e de *Jerónima Bernarda, natural de Aldeia, freg. de Avanca, moradores, como todos os anteriores, em Areias.*

Carta de Familiar de 23 de Março de 1810.

João — m. 173, n.^o 1520

- 180 **João Ribeiro** — natural de Vila Real e morador no Porto na rua das Congostas, junto à porta de S. Domingos, freg. da Sé; filho de Domingos Ribeiro e de Maria Baltasar, naturais e moradores em Vila Real; neto paterno de Domingos João, o «Passeado», natural de Poiares, Peso da Régua, e de Isabel Gaspar, natural de Vila Real, e aí moradores, e materno de Diogo Baltasar Moreira, natural igualmente de Vila Real, e de Maria Vaz Bocarra, natural de Parada de Pinhão, Sabrosa, moradores em Vila Real; ajustado para casar, em 1704, com Maria Rosa, filha de *Francisco Soares Barbosa*, tanoeiro, *natural do conc.º de Castelo de Paiva*, e de Isabel Teixeira, moradores ao Postigo dos Banhos, freg. de S. Nicolau do Porto, neta paterna de *Francisco Soares*, *natural da freg. de S.ª Marinha do Real, Castelo de Paiva*, e de *Maria Barbosa*, *natural da freg. de S.ª Maria do Sobrado, Castelo de Paiva*, e materna de Jerónimo Teixeira, natural de Lofrei, Amarante, e de Francisca Coelha, natural de Melgaço, sobrinha materna de Domingos Gomes de Abreu, Familiar do S.º Offício, residente em Melgaço.

Carta de Familiar de 10 de Julho de 1704.

João — m. 36, n.º 788

- 181 **João Ribeiro** — natural e morador em Coimbra; filho de *Nicolau Soares*, *natural de Armental, freg. de Santiago do Codal, Vale de Cambra*, e de Isabel Fernandes, natural de Rangel, junto a Coimbra; neto paterno de *Pero Soares* e de *Apolónia Godinha*, solteira, *naturais e moradores em Armental*, e materno de Sebastião Pires e de Catarina Fernandes, naturais e moradores em Rangel; viuvo de Maria Lopes, natural de Eiras, Coimbra, filha de Francisco Dias e de Maria Lopes, moradores em Eiras, neta paterna de Francisco Dias, natural de Adémia, freg. de S.º Varão, Montemor-o-Velho, e materna de Duarte Lopes e de Catarina Marques, também de Eiras; casado segunda vez com Joana Baptista, natural de Coimbra, filha de Domingos Dias, natural de Coimbra, e de Isabel Nunes, natural da vila do Botão, moradores em Coimbra na rua dos Sapateiros, neta paterna de André Vaz e de Ana Dias, de Coimbra, moradores na rua dos Corvos, e materna de Nicolau Nunes e de Maria Pires, da vila do Botão.

Carta de Familiar de 19 de Maio de 1642.

João — m. 5, n.º 180

- 182 **João Ribeiro da Fonseca** — homem de negócio; natural da freg. de S. Cipriano de Refontoura, Felgueiras, e morador em Vila Nova de Gaia; filho de José Ribeiro Pereira, natural de Refontoura, e de *Antónia da Fonseca, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis*; neto paterno de José Ribeiro, natural de Refontoura, e de Antónia Ribeiro, natural de Airão, e materno de *Domingos Gomes*, natural da freg. de S.^{ta} Eufémia de Agilde, Celorico, e de *Mariana da Fonseca, natural de Macieira de Sarnes e aí moradores*; primo do P.^o João Ferreira Pereira, Comissário do S.^{to} Ofício, vigário da freg. de Agilde e reitor de Mancelos; casado com Maria Joana de Jesus, natural de Vila Nova de Gaia, freg. de S.^{ta} Marinha, filha de António Francisco de Oliveira, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Oliveira do Douro, e de Maurícia de S.^{ta} Rosa, natural de Vila Nova de Gaia, neta paterna de Manuel Fernandes e de Maria Francisca, naturais e moradores em Oliveira do Douro, e materna de *Manuel da Costa Pinheiro, natural de Casaldelo, freg. de S. João da Madeira*, e de Maria João, natural da freg. de Valongo bispado de Penafiel, prima paterna de António Alves, homem de negócio, morador em Lisboa na Junqueira, Familiar do S.^{to} Ofício, e materna de D. Ana, mulher de José de Azevedo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, morador em Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 30 de Julho de 1773.

João — m. 156, n.^o 2251

- 183 **João Ribeiro da Fonseca Pereira** — natural e morador em Vila Nova de Gaia; filho de João Ribeiro da Fonseca, homem de negócios e Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Cipriano de Refontoura, Felgueiras, e de Maria Joana de Jesus, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e aí moradores; neto paterno de José Ribeiro Pereira, natural de Refontoura, e de *Antónia da Fonseca, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis*, e materno de António Francisco de Oliveira, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Oliveira do Douro, e de Maurícia de S.^{ta} Rosa, natural de Vila Nova de Gaia (1); casado com Ana Margarida Marques da Fonseca, também natural de Vila Nova de Gaia, filha de Domingos Marques, natural da Guarda, e de Custódia Luísa de Jesus, natural de Vila Nova de

(1) Para os seus bisavós v. Proc. anterior (de seu pai).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Gaia, neta paterna de Manuel Fernandes Paulo e de Leonarda Maria, naturais e moradores na Guarda, e materna de António Gomes, natural de Oliveira do Douro, e de Maria de Jesus, natural de Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 5 de Janeiro de 1805.

João — m. 171, n.º 1500

- 184 **João Ribeiro de Moraes** — capitão de ordenanças; *natural e morador em Santiago de Beduido, Estarreja*; filho do capitão-mor *António Ribeiro de Moraes, natural de Santiago de Beduido*, e de *Águeda da Graça, natural da vila de Ovar, moradores em Beduido*; neto paterno do capitão *Miguel Ribeiro de Moraes, natural de Aveiro*, e de *Joana de Paiva, natural de Beduido e ai moradores*, e materno de *Manuel Gomes, o «Rico»*, e de *Beatriç André, naturais e moradores em Ovar*; viúvo de *Maria Dias, natural de Estarreja*; casado segunda vez com *Maria da Silva de Almeida, natural da freg. de S. Miguel da Fermelã, Estarreja*, filha natural do Lic.º *Manuel da Silva de Almeida*, Familiar do S.º Ofício, e de *Maria Soares, solteira, naturais e moradores em Fermelã*, neta paterna de *Manuel de Almeida* e de *Maria da Silva*, e materna de *Manuel António* e de *Isabel Fernandes, todos igualmente naturais e moradores em Fermelã*. O habilitando teve uma filha natural, *Joana, natural de Beduido, de Rosa, natural de S. João da Madeira e moradora na Areosa, freg. de Santiago de Beduido*, filha de *António Jorge* e de *Antónia Fernandes, naturais e moradores em S. João da Madeira*.
Carta de Familiar de 2 de Março de 1734.

João — m. 67, n.º 1245

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

| | |
|-------|---------------|
| UA/SD | |
| N.º | 957 |
| Data | 23. NOV. 1979 |
| Colo | |



FERNANDO CALDEIRA

(1841-1894)

CONSIDERAÇÕES MARGINAIS

UM ensaio que fosse mero cumprimento de cortesia hipócrita à memória de FERNANDO CALDEIRA, diria que este ocupa lugar de excepcional relevo na panorâmica da literatura portuguesa. Não é verdade. Não ocupa. E, por isso mesmo, não espere o leitor, de nós, palavras de lisonja. O ensaio foi escrito para trazer ao de cima uma figura que, sendo do distrito de Aveiro, bem fica no «*Arquivo do Distrito de Aveiro*». Não fora, outrossim, o desejo de aproveitá-la para divagação nossa e à margem da sua obra — embora provocada pela obra —, e não teríamos escrito as páginas que se vão seguir.

Sempre, e em qualquer evocação de figuras literárias, tivemos o propósito de pensar, um tanto, por conta própria, de contrário daríamos o nosso tempo por perdido.

UM POUCO DO SEU PERFIL

FERNANDO CALDEIRA é oriundo da Casa da Borralha (Águeda). Filho do 1.º Visconde da Borralha.

Foi bacharel formado — em Direito —, um pouco como toda a gente em Portugal...

Representando o círculo eleitoral de Águeda e o círculo plurinominal de Aveiro, foi deputado às Cortes em 1865, em 78 e 93. Em 70, depois da revolta de Saldanha, foi Governador Civil do distrito de Aveiro.

(¹) Nasceu no lugar da Borralha, concelho de Águeda, a 7 de Novembro de 1841 e faleceu em Benfica (Lisboa), a 2 de Abril de 1894, solteiro e sem geração. Era filho do Dr. Francisco Caldeira Leitão Pinto de Albuquerque de Brito Moniz (bacharel formado em Direito, e 1.º visconde da Borralha, por carta régia de 14 de Setembro de 1852) e de D. Inês de Vera Giraldes de Melo Sampaio e Bourbon. O 2.º visconde e 1.º conde da Borralha foi Gonçalo Caldeira, irmão de FERNANDO CALDEIRA. Seu nome completo era FERNANDO AFONSO GIRALDES CALDEIRA.

Na Câmara dos Pares, desempenhou a função de redactor, lugar para que foi nomeado em 83.

Também passou pelo jornalismo, tendo sido director literário do *Diário da Manhã*, onde PINHEIRO CHAGAS teve a seu cargo a crónica política. Em 92-93, foi redactor do *Tempo*, órgão do antigo partido constituinte. Ambos jornais de Lisboa.

Não é numerosa a obra literária deixada por FERNANDO CALDEIRA. Dos seus livros, salientaremos apenas:

Mocidades; Missionários; Varina; Sara; Chilena; Mantilha de Renda; Nadadoras; O Sapatinho de Setim; Fló-Fló; Nantas, extraído de um conto de ZOLA; *Congressista* e *Mosca*, de colaboração com GERVÁSIO LOBATO.

Com excepção de *Mocidades*, volume de versos, os restantes livros são peças de teatro.

TRAÇOS DO PERFIL PSICOLÓGICO

FERNANDO CALDEIRA era fidalgo de nascença, criado em solar de fidalgos, mas nunca — por nunca! — foi a impertinência em pessoa, como aristocrata de sangue azul. Sabia das responsabilidades inerentes à sua herança social, implícitas na fórmula um tanto imperativa de que *noblesse oblige!* Sabia dessas responsabilidades — sobretudo sentiu-as em profundidade — e procurou honrá-las. A aristocracia de sangue, procurou juntar a pulcritude aristocrática de proceder como os melhores, fugindo de ter medo, fugindo de ter mancha, à maneira do paradigmático cavaleiro que foi BAYARD.

Ao contrário de tantos aristocratas brasonados que viveram, outrora (ainda hoje haverá gente dessa?), no clima da ociosidade, tendo o trabalho por desonra, FERNANDO CALDEIRA foi homem de acção, e, outrossim, homem de espírito aberto às inovações sociais do seu tempo. Não se deixou marasmar. Não entrou com ele o bicho da rotina.

Sobressaíam nele os primores de carácter, a distinção de gentil-homem, o gosto das belas-letas, a fina sensibilidade poética. Longe — infinitamente longe — do egoísmo que é capaz de deitar fogo ao prédio do vizinho para fritar o seu ovo. Sobraram nele os requintes da bondade, traduzidos na ajuda sempre pronta aos desditosos, na palavra delicada para os desanimados, na carícia amorável às crianças, no bom conselho aos transviados, na convivência com toda a gente, limpo de preconceitos de casta. Não punha sombra de altivez nas suas atitudes, nas falas, nas ideias. Não era um dogmático impertinente, um espírito fechado. Muito pelo contrário: primava pela maleabilidade inteligente.

Não teve, é certo, grande projecção no futuro. Não cultivou a retumbância. Soube ser discreto, evitando enfeudar-se a par-

tidos fanáticos ou fanatizantes. Foi liberal sem desmandos. Romântico, sem neste vocábulo ir nada de pejorativo. Idealista, no sentido de inconformista com misérias que considerava remediáveis. Elegante, de uma linha moral irrepreensível. Escrevendo poesia, fazendo teatro, passando pelo jornalismo, perorando no parlamento, discutindo com os seus adversários de ideias, foi sempre o *gentleman*.

Nas bucólicas terras de Águeda cresceu e apareceu, e bem podemos dizer que elas deixaram, na sua alma impressionável, a marca lírica de uma frescura indelével.

Como deputado, FERNANDO CALDEIRA foi pouco mais do que outros que passam pelo Parlamento, onde não abundam águias da envergadura de JOSÉ ESTÊVÃO e de ALMEIDA GARRETT. De facto, pelo Parlamento têm passado indivíduos que, ou primam pela pobreza de ideias, ou se distinguem pela quase incapacidade de articularem, com elegância literária, duas palavras diante dos seus camaradas. O seu *curriculum*, transcorrida a legislatura, é marcado com pouco mais do que um redondíssimo zero.

FERNANDO CALDEIRA, segundo o depoimento dos que o ouviram no Parlamento, nunca conseguiu ser orador da força de arrebatador os seus ouvintes. Timidez? Segundo o depoimento dele próprio, faltava-lhe carácter partidário, paixão, ambição, ódio, o estímulo dos grandes combates — tudo qualidades ou defeitos capazes de incendiar a alma de um orador.

Teria sido, pois, mais um deputado-burocrata do que um deputado movido por fanatismo político. E sem calor político, sem *parti-pris* bem fundo, como poderiam sair da sua boca de orador palavras incendiárias?

FERNANDO CALDEIRA viveu, nos seus últimos tempos, obsesionado pela ideia-emoção de que poderia ser enterrado vivo, pelo que deixou recomendação expressa de que só o levassem a enterrar quando houvesse a irrefragável certeza de que estava morto e bem morto... O seu último pedido foi este:

«Na ideia de morrer, aflige-me mais a saudade imensa da vida do que o medo.

Se, porém, não tenho medo de morrer, tenho verdadeiro terror com a ideia de que poderão enterrar-me vivo. Penso que no mistério dos túmulos se passam, para sempre e ignorados, muitos, muitos desses horrores; é esta a mais constante preocupação do meu espírito.

Peço mais a meus irmãos e aos meus amigos que, ou seja por doença (e qualquer doença), ou por morte repentina, quando eu for dado por morto, só trinta e seis horas depois consintam

que eu seja removido da minha cama, onde me velarão constantemente duas pessoas caridosas e não timoratas, sendo de nove em nove horas observado por médicos, que antes dos sintomas da decomposição me apliquem choques eléctricos e afinal me cortem as carótidas» (1).

O rei, em Alcácer, não se lhe dava morrer, contanto que fosse devagar! Ao poeta também não se lhe dava morrer — mas morrer de verdade, e não apenas burocráticamente... Até ao lavar dos cestos é vindima. O poeta entendia que o Seguro morreu de velho, e D. Prudência lhe foi ao enterro... E daí os choques eléctricos da prudência, para tirar a limpo se ainda teria resquícios de vida... E como garantia absoluta de que desceria ao túmulo, morto e bem morto, as carótidas cortadinhas...

ESPERANÇA, PRIMEIRO; SAUDADE, DEPOIS

FERNANDO CALDEIRA deixou-nos o admirável soneto *A Vida*, colocado *in limine* da colectânea de poesias que intitulou *Mocidades*. Reza assim:

*Abri meus olhos ao raiar da aurora
e parti. Veio o sol e então segui-a...
a sombra, que eu julgava guiadora,
a minha própria sombra fugidia.*

*E foi subindo o sol; ao meio dia
escondeu-se-me aos pés a sombra; agora,
se volto o olhar onde passei outrora,
vejo, a seguir-me, a sombra, que eu seguia.*

*A gente é o sol dum dia; sobe, avança,
passa o zénite e vai, na imensidade,
apagar-se no mar onde se lança...*

*E a vida é a própria sombra, meia idade
somos nós que a seguimos e é — esperança;
depois segue-nos ela e é — saudade (2).*

A esperança nos polariza nas realizações. São as perspectivas do futuro que nos levam a ser dinâmicos no presente. Sempre alcança quem não cansa, e sobretudo se, a quem corre, leva consigo o viático da esperança. É a esperança que nos faz viver em

(1) Na *Soberania do Povo*, Águeda, 29-XII-1907.

(2) *Mocidades*, págs. 5-6, Lisboa, 1903.

clima de permanente primavera. É melhor que tónico de botica. Boa parte da conquista do pão de amanhã tira calor da esperança de que não estamos deitando em vão a semente à terra. É a esperança que nos torna leve a carga, na ideia de que o duro sacrifício de hoje será trocado no fofo benefício de amanhã.

Milhentas acções o homem as leva a cabo, não porque as saiba de antemão proficuas, mas porque tem esperança em que o venham a ser. Todas as revoluções que os povos têm feito as fizeram sempre na fagueira esperança de que trariam consigo um mundo melhor.

E é ainda no signo da esperança de que a alma será imortal que alguns se despedem deste mundo. Há quem diga, todavia, que seria prejudicial o sabermos ao certo da existência de uma sobrevida. BERGSON, em *Les deux sources de la religion*, é precisamente desse parecer: «De facto, se estivéssemos certos da nossa sobrevivência, não poderíamos pensar noutra coisa; os nossos prazeres terrenos empalideceriam como a pequena luz de uma vela perante o esplendoroso sol da manhã».

Muitos dos que realizam proezas extraordinárias no mundo da arte, da ciência, da filosofia, do heroísmo, da bondade, da técnica, é na esperança de que o seu nome não será escrito na água corrente. A imortalidade, para esses tais, julgam eles conquistá-la deixando nome retumbante no mundo por que passaram.

Esperanças convém alicercá-las não em fantasias descabeladas, mas em fundamentadas razões. A mística do sebastianismo, feita de esperanças alicercadas no inverosímil, é só própria de cabeças tontas. Esperanças em milagres equivalem a esperanças em absurdos. Não esperemos pelo óptimo, quando nem sequer movemos uma palha em favor do bom. Deus só ajuda a quem madruga.

Levamos metade da nossa vida a alimentar esperanças, vivemos a outra metade no clima da saudade, quando há realmente motivo para recordar com prazer o passado. Se as nossas esperanças foram todas, mais ou menos, bem sucedidas, será isso motivo para, na segunda parte da vida, evocarmos, saudosamente, os triunfos alcançados. O velho, não lhe sendo já possível empreender nada de novo, vive de recordar — e louvar — o passado. Dele disse o poeta que é o louvador do passado — *laudator temporis acti*.

VIDA ENIGMÁTICA E BREVE

O poeta não desgostou de viver, e apenas se lamentou de que a vida fosse a própria imagem do efémero — agora pó levantado, e logo pó caído. Aqui e além, teria tentações de repetir, com LOPE DE VEGA: «la vida es corta: / vivendo, todo falta, / muriendo, todo sobra». Sentiria que o mesmo relâmpago que nos traz à vida,

ainda mal se apagou e já nos anuncia que a morte nos dá sinal de saída. A vida é apressada Maratona para a morte. Mal nascemos, e já estamos morrendo. O rio da vida, por mais meandros que faça no seu percurso, quando mal se precata dá o tombo na grande foz que é a morte. A vida é brevíssimo dia — agora sol nascente, e logo sol posto, sem quase termos tempo para saborear o dilúculo e a hora zenital do meio dia. É frenesi de alguns momentos. Ilusão agora, e logo decepção. Sombra projectada na vertigem de um momento, e logo sumida na voragem do tempo. Voo rápido de andorinha que não deixa sulco no espaço. Ara-besco em água corrente. Que o diga o nosso poeta:

*Se a vida é livro, duvido,
entre os que o vão folheando
uns a rir, outros chorando,
que alguém o tenha entendido.*

*Encontra-o aberto a gente
nas mãos ainda pequenas
e começa a ler apenas,
quando o fecham de repente (1).*

Mistério a vida, à entrada. Mistério, na plenitude. Mistério, no declínio. E, dado o trambolhão na morte, segredo absoluto. Não sabemos para que viemos ao mundo, se nós hão-de tirar desse mesmo mundo onde nos é grato viver. Gosta de viver a criança, gosta o adolescente — o arrojo em flor —, gosta o homem feito, gosta o velho decrepito. E se os homens gostam de viver, os bichos, pelos vistos, ainda gostam mais, porquanto, que nós saibamos, nenhum se suicida. Gosta de viver o rico, a quem tudo sobra no mundo das comodidades materiais, e gosta de viver o maltrapilho, novo ou velho, a quem tudo falta. O poeta disse bem:

*Et la vie est un si grand bien
que ce vieillard, ce gueux, ce chien,
regrette tout, lui qui n'eut rien.*

Quem não aprecia a vida é como se, em boa verdade, a não merecesse. Não se venha dizer que a vida não vale o que custa. Justamente o contrário. A vida há-de ser a nossa obra prima. Mas obra do nosso esforço, e não recebida de mão beijada. A vida é acidente fortuito — dizem alguns — na dinâmica cósmica. Esse fortuito, porém, uns quantos o querem eternizar em obra de real beleza, assim lutando pela imortalidade.

(1) *Mocidades*, págs. 131-132, Lisboa, 1903.

OS MORTOS ESQUECEM DEPRESSA!

«Les morts vont vite!» Ou, em bom português, os mortos esquecem depressa. Ingénuos seríamos, se, acaso, nos passasse pela cabeça a ideia de que os íntimos por nós verterão lágrimas pelos tempos além, depois de descermos à sepultura. Não é psicologicamente inverosímil o comentário do poeta, quando diz ter ouvido da boca dum morto, guardado na sua moradia fúnebre: «O pó, que vês cobrir-nos [...], é o esquecimento» (1).

Mas se o tempo corrói as próprias montanhas, como não apagará dos corações tristezas que pareciam imedicáveis? Tudo cansa, tudo quebra, tudo passa. Dores que pareciam ter nascido no signo do eterno, são, hoje, profundas, traumatizantes, mas já amanhã as veremos um tanto diluídas, para, no dia seguinte, terem dado o mergulho no poço do esquecimento. E, aliás, e ainda bem que o olvido vem em nosso socorro. Ai de nós, se as dores se fossem acumulando ao longo da nossa vida! Não poderíamos suportar peso emocional tão grande. As dores morais e psicológicas não quebram ossos — diz-se. É certo. Se, porém, as sofrêssemos em regime de acúmulo, seriam o bastante para nos arrastarem ao mais cruciante dos desesperos. Daí ao suicídio, não iriam grandes passos.

Os mortos esmagariam os vivos, se acaso a sua presença, pela aguda saudade, nos acompanhasse constantemente. Mas não. A lembrança dos mortos vai-se esvaindo hora a hora, dia a dia, e quando vamos por ela, onde é que ela já vai! — sumiu-se no mais denso nevoeiro.

Diz o poeta que «un homme dans la tombe est un navire au port». Cantiga. Não é navio no porto. Muito pelo contrário: é navio em viagem para a infinita lonjura, do qual não voltamos a ter sombra de notícia. BAUDELAIRE fazia esta ansiosa súplica, saturado de viver:

O Mort, vieux capitaine, il est temps, levons l'ancre.

A morte fez o gosto ao poeta, e «levantou ferro». Levantou ferro para ele, levanta para todos, nunca falha. E depois arrasta-nos para as funduras abissais, ou para distâncias astronómicas, traduzidas em anos-luz. Essas funduras abissais e essas distâncias em anos-luz exprimem, no signo da metáfora, o irremovível esquecimento a que os vivos são estruturalmente atreitos, não havendo volta a dar-lhe! Disse o poeta castelhano:

*Todo es pasar en nuestra vida,
todo es adiós, todo es partir.*

(1) *Mocidades*, pág. 101, Lisboa, 1903.

E partir para o esquecimento de que não há apelo nem agravo.
FERNANDO CALDEIRA, por sua vez, escreveu:

*Talvez a folha, que ali vai no vento,
 te volte aos ramos, árvore, que choras...
 Não voltam as que leva o esquecimento!
 São as folhas do tempo, são as horas (1).*

Não voltam, não. Sobretudo quando as folhas do tempo dizem respeito aos mortos. A não ser que os mortos sejam dos que mandam nos vivos. Esses — e só esses —, pela eterna lição que deixaram, não se afastam da nossa presença. Morreram de corpo. Não de alma, que, em boa verdade, só a alma desses é imortal, de uma imortalidade subjectiva, porque fica a viver na alma dos que ficam.

FOI O PUDOR QUE CRIOU O VESTUÁRIO,
OU ESTE QUE CRIOU O PUDOR?

Em *A Madrugada* (acto II, cena XVI), Monsenhor falando com a adolescente Berta, diz-lhe, referindo-se ao pudor: «Nem há flor mais resedente / no jardim de uma mulher, / nem mais bela, podes crer!»!

O pudor, à maneira do que o estudante cábula de Coimbra dizia do direito romano, começou por não... existir! O versículo 25 do cap. II do *Génesis*, ao referir-se a Adão e Eva, diz que se encontravam em nudez integral, sem por isso corarem. *Et non erubescbant.*

Há quem diga que foi o pudor que inventou o vestuário. Mas não deveremos dizer precisamente o contrário? Quer-nos parecer que o vestuário, à força de se usar, é que suscitou a ideia-sentimento de que mostrar certas partes do corpo é desvergonha, e cobri-las é dar provas de pudor.

Não nos parece que fosse o pudor o inventor do vestuário, mas a necessidade e o desejo de parecer bem. Como se poderia dispensar o vestuário nos climas frios? E é claro que, criada a necessidade de nos vestirmos, sobreveio a necessidade estética de, com o vestuário, parecermos bem.

Se o pudor fosse estrutural, o vestuário, nos climas quentes, cobriria os corpos, principalmente os femininos, uma vez que a mulher, segundo a versão corrente, é a personificação do próprio pudor. E não é verdade que entre os povos selvagens a mulher se cubra escrupulosamente. Antes se ostenta em quase integral nudez. E se não se mostra em absoluta nudez, é isso o resultado de preconceitos que a civilização acabou por levar-lhe.

(1) *Mocidades*, pág. 66, Lisboa, 1903.

O pudor não é natural. É antes um artifício. Foi a moral e a religião que o criaram. Nem, aliás, o corpo coberto é denúncia de perfeito pudor. Há despudores vestidos, como há inocências — e das mais belas — traduzidas na integral nudez.

O pudor criou-o a moral e a religião—dissemos. E não vemos nisso sombra de mal. A mulher ganha prestígio aos olhos do homem, precisamente por este surpreender na mulher esse sentimento que é como que «a epiderme da alma». Onde o pudor não existir, da parte da mulher, logo esmorecerá o amor do homem civilizado.

AMOR RIMA COM DOR

Amor rima com dor. D. Luís (22 anos), uma das personagens de *A Mantilha de Renda*, exprime, na seguinte metáfora poética, a afirmativa do amor a rimar com dor:

*... o amor só chega a ser imenso,
só chega a ser paixão na dor e na amargura.*

*O amor é como um rio; enquanto comprimido
nas gargantas da serra em leito de fragedos,
o rio tem caudais, qu' esmagam os rochedos,
tem as fúrias do mar, tem ondas e bramidos.*

*Se encontra a penedia erguida pela frente,
recua como um tigre e tomba-a de um arranco
e passa então, sangrando espuma em cada flanco,
em roncos de leão e em roscas de serpente...*

*Mas abram-lhe defronte os campos da planície
e o tigre fez-se pomba e a pomba adormeceu!...*

Mais adiante a glosa do tema anterior — amor rimando com dor — é feita nos termos seguintes:

*Uma paixão verdadeira
é sempre a flor dos abismos.
Abismos de desespero,
de lágrimas, de tristeza,
de receios, de incerteza...*

Aonde vai amor, raro é que não vá receio de o perder. CHRESTIEN DE TROYES, em *Cligès*, vv. 3893-3896, assim o disse, no seu francês ultra-arcaico:

*Amors sanz crieme et sanz peor
Est feus sans flame et sanz cholor,
Jorz sanz soloil, bresche sanz miel,
Estez sans flor, iverz sanz giel.*

O que, em francês fácil de entender, é assim:

*Amour sans crainte et sans peur
Est feu sans flamme et sans chaleur,
Jour sans soleil, rayon sans miel,
Été sans fleur, hiver sans giel.*

Tornando ao tema do amor rimado com dor, lembremos as palavras de certa personagem do teatro de JACINTO BENAVENTE:

«Los amores son como los niños recién nacidos: hasta que no lloran no se sabe si viven. (La comida de las fieras, acto I, cena II).

Na clave da euforia, o amor não chega a ser amor autêntico. Paradoxalmente, o amor é deleitoso na medida em que se mistura com lágrimas. Há mesmo quem só o apeteça nesse clima doloroso. JEAN MORÉAS, nas suas *Premières poésies* (1883-1884), em «Conte d'amour», confessa:

*Je veux un amour plein de sanglots et de pleurs,
Je veux un amour triste ainsi qu'un ciel d'automne.*

Soluços e lágrimas parecem emprestar ao amor uma densidade psicológica que nunca a pura euforia lhe poderá conceder.

O CASAMENTO REQUER VOCAÇÃO

Uma das personagens de *A Madrugada*, acto I, cena IV, assim se refere ao casamento:

*é uma coisa difícil, quer estudo,
estudo grave... e vocação, talento...
E eu não tenho o talento de marido.
Palavra de honra eu chego a ter inveja
ao ver o ar altivo e destemido
de um noivo entrando o pórtico da igreja!
Que valentia de homens! é verdade!...
Sem pensar sequer, que na saída
já trazem pelo braço a tal metade
amarradinha ali por toda a vida!
É extraordinário! E há gente que celebre
bodas de prata e de ouro! É extraordinário!
Causa-me até vertigem, faz-me febre!
Se fora celebrá-las ao contrário...
Cinquenta anos ou mesmo vinte e cinco
antes do casamento... oh! essas... essas!...
Mesmo bodas de cobre!... e até de zinco,
podendo festejá-las às avessas
como eu as festejara! oh! que alegrias!*

Há aí todo um longo rosário de opiniões — umas favoráveis, outras adversas, e ainda outras cépticas — relativas ao casamento.

No *Génesis* vem o parecer de que «não é bom que o homem viva só». Assim o disse o Senhor, ao notar a solidão do nosso pai Adão, no Paraíso terreal. E dizendo o que atrás fica: [«Non est bonum esse hominem solum»], completava assim o seu pensamento: «façamos ajuda semelhante a ele» — «faciamus ei adjutorium simile sibi» (*Génesis*, II, 18).

E Eva foi feita para companheira do barbudo Adão.

Depois, pelos tempos adiante, se tem vindo a proclamar que o casamento, se é bom para o homem, não é pior para a mulher. Os textos sagrados o dizem: «Casa a tua filha e farás uma boa coisa» (*Eclesiástico*, VII, 27). «Feliz o marido de mulher bondosa, porque assim duplicará os anos da sua vida» (*Eclesiástico*, XXVI, I). «Mais vale que um se case do que se abrase» (*Epístola I de S. Paulo aos Coríntios*, VII, 9).

E depois dos autores sagrados muitos autores profanos têm batido a mesma tecla optimista. Se quisessemos fazê-lo, teríamos matéria larga para uma formosa antologia de louvor ao matrimónio.

Mas, a par dessa antologia de louvores, outra poderíamos organizar, feita de pareceres pessimistas — francamente adversos — relativos ao casamento.

O próprio S. Paulo, na *Epístola* que já citámos, refere, em VII, 27: «Estás livre de mulher? Não busques mulher». E vá os comentadores de dizerem que não é isso porque não seja santo e bom o matrimónio. É bom e santo, sim senhores, mas a castidade ainda é melhor. Eis o que parece ler-se nas entrelinhas do texto pauliano.

Ainda S. Paulo, e ainda na mesma *Epístola*, VII, 38, torna a dizer: «Aquele que case sua filha fará bem, mas aquele que a não casar fará melhor».

O santo — acabamos de verificar pelos textos transcritos — não dava, pois, o seu total e franco beneplácito ao matrimónio.

Os autores profanos também têm dito cobras e lagartos e outros bichos peçonhentos, do matrimónio. E o refrão é quase sempre do mesmo teor: o de que é a mulher quem estraga o casamento. Tanto vale um homem enforçar-se como casar-se. Pelo menos uma vez ao dia a mulher dá motivo para que o marido se tenha arrependido de casar-se. Não falta quem afirme que o diabo é que inventou o casamento, e na proeza teria sido auxiliado por uma sogra! Em certo dicionário escrito em verso espanhol (há coisa de um século, porque é de 1868) define-se assim o casamento: «Acto fatal / contrato bilateral / y hasta negocio también, / que dos que se encuentran bien / hacen para hallarse mal».

Aqueles que não vão com o casamento, tomam à letra a aritmética na qual se diz que a mulher é a metade do homem. Sim, afirmam esses tais: o homem casado não é homem inteiro, mas uma fracção de si próprio: é apenas meio-homem.

O outro dizia: «penso, logo existo». Há quem se atreva a arranjar entimema parecido ao cartesiano, mas nestes termos: «Caso, logo sou candidato ao bocejo. Ao bocejo e fisiologias adjacentes».

Demócrito, sempre risonho e mordaz, casa com mulher mais pequenina do que permitia a força humana. E como lhe perguntassem a razão da extravagância, ei-lo que se sai com esta: «Do mal o menos!»

Há sempre um pretendente para outro pretendente ao matrimónio. Todos arranjam par. Nunca ninguém ficou por casar, se porventura desejou dar o nó matrimonial. Milton cegou sensivelmente na mesma altura em que enviuvou. Portanto, dirá o leitor, não encontrou com quem casasse em segundas núpcias. Cantiga. Como um amigo lhe estranhasse que, sendo cego, pudesse ter arranjado segunda esposa, ei-lo que responde: «Só me falta a surdez para constituir o melhor partido da Inglaterra»!...

Casamento e, portanto, prisão, dizem uns quantos. Anel no dedo, símbolo de casado? Mais acertado andariam em pôr argola no pescoço, porque, acima de tudo, o casamento não liberta, antes escraviza.

Uma das razões por que as mulheres dão, muitas vezes, o casamento ao diabo, está em que os maridos têm irresistível vocação para a poligamia. Mas se a poligamia é estrutural no homem, terá a mulher de realizar o milagre de o fazer monógamo. E, afinal, quantas mulheres não há aí da força de o empurrarem (*sans le savoir*) para a poligamia? Se a primeira lua depois do casamento é de mel, e as seguintes são já de amargura, de quem é a culpa, em muitos casos, senão da própria mulher, a quem falta talento para aliciar o marido?

Tarefa árdua a de fazer do marido um amante? Tão árdua — garante BALZAC — como a de fazer do amante um marido!

Matrimónio de velho com mulher nova é temeridade. *Et pour cause...* Se, nesse caso, tudo começa em *suave* poesia, é provável que tudo termine em *dura* prosa... Quem não se arreceou de casar já muito velho com moça muito nova foi Jean Dinemandy, poeta de câmara de Carlos IX de França. E porque o Rei lhe estranhasse o atrevimento, vá ele de retorquir, bem humorado: «Senhor, é uma licença poética».

Os casamentos felizes não têm história. Os casamentos de velho com moça têm sempre história... História trágico-jocosa. Velho que nos estás lendo: evita ser personagem dessa história. A bom entendedor, esta meia palavra basta. De facto, em casamento com moça, é o marido quem mantém a cepa, mas é outro que a vindima...

Não case também a nova com o velho, cá por coisas... O velho não fará a felicidade dela. Quando ela mal se precatar, reconhecerá que fez grossa asneira, porquanto, sentimentalmente, não há possibilidade de se sintonizarem. Será a altura de a desiludida dizer:

*Le roi devrait faire un édit
D'enterrer tous les vieux maris.*

Valha a verdade que moças se têm ligado a velhos, sem que estes se tenham arrependido do passo. Esse o caso ocorrido com D. Manuel de Amat y Junyent, catalão fabulosamente rico, que tinha sido vice-rei do Perú, onde enriqueceu e onde amou pela medida grande.

Velho por antecipação, quis casar um sobrinho seu com mulher de truz, nobre de nascença, descendente dos Fivaller, e que se tinha recolhido ao convento de Junqueras. A verdade, porém, é que chegado o momento de casar, o sobrinho faltou, por falta de vocação para o matrimónio. Foi, então, que para reparar o desaire, D. Manuel, homem galante, se saiu com esta proposta:

— Senhora, não fosse eu o velho que sou e vos pediria a mão, em substituição do meu incorrectíssimo sobrinho.

E logo ela:

— Senhor, mais velhas são as paredes e as cercas desta casa e eu as suporto com gosto.

— Aceita-me, pois, como marido?

— Porque não?

Casaram. Como era natural, a famosa e bela dama enviuvou, e nunca manchou a memória do marido. Restaria agora saber se a parte que ela mais apreciou no casamento não teria sido a viuvez... Porque, de facto, não faltam aí casados que, no matrimónio, o que melhor lhes sabe é a viuvez. O escritor francês LA HARPE (1739-1813), confessava que teria sido totalmente feliz, se tivesse tido a dita de se conservar viúvo... (Ao que parece, o segundo casamento deu-lhe água pela barba...).

Se há maridos contentes com as esposas que escolheram — ou que os escolheram —, outros há... Seja NIETZSCHE a falar: «alguns lamentam que lhe tenham raptado a mulher; a maior parte, porém deplora não haver quem lha rapte».

O casamento é como as línguas de Esopo: a melhor e a pior das coisas. Nele encontramos o que se encontrava nas antigas estalagens espanholas: aquilo com que nelas se entrava. Se levarmos primores, nele encontraremos primores. (É então é a melhor das coisas). Se, pelo contrário, levarmos defeitos, só defeitos encontraremos. (É, então, olha a novidade!, é a pior das coisas).

Não há dúvida (e voltamos agora à fala da personagem de *A Madrugada*, transcrita no começo desta nota) que o casamento

requer estudo grave, talento, coragem, mas principalmente vocação. Quem não tiver vocação não se meta a padre. Nem a médico. Nem a... marido. Sem vocação, erra-se no *munus* sacerdotal. Erra-se na receita—que equivalerá a certificado de óbito. Erra-se no matrimónio. O marido sem vocação vai por lã, e o que lhe acontece é ser tosquiado. Casamento requer pensamento, antes de se dar o passo à frente. O diabo é que quem pensa, não... casa. E quem casa — dizem as más línguas — não pensa. Teria sido por muito pensar que o filósofo Manuel Kant não casou. Com efeito, e a propósito, se diz que tendo a noiva proposto ao filósofo casamento para já — *jâzinho*, diria uma brasileira, — ele lhe respondera: — «Deixa-me pensar duas vezes, que o acto de casar não é para menos». E, ao que consta, tanto pensou, que, quando foi pela moça, já ela tinha casado com outro...

Se os filósofos habitualmente não casam, é isso devido justamente a que muito pensam...

Deveremos aceitar como possuidor de real vocação para o casamento o Rafael, de *A Mantilha de Renda*, ao recitar o monólogo seguinte (acto I, cena v)?:

... a natureza é a família,
 É a esposa amante e querida.
 É a filhinha adormecida
 a encantar-nos a vigília.
 É o amor, o amor à vida...
 Preciso um lar... e preciso
 da criança encantadora.
 Quero mais que um paraíso,
 quero o murmúrio, o sorriso,
 quero uma nota de aurora...
 Cor de rosa e cor d'espuma...
 muito gordo, muito louro,
 a rir... por coisa nenhuma
 Ó meu amor! meu tesouro!...

A vida de solitário em que está vivendo não lhe agrada.

*Ele a falar a verdade
 o dia ainda se passa
 e anda-se mais à vontade
 sòzinho sem a melade...
 mas à noite... é uma desgraça.
 A minha banca d'estudo!...
 um relógio, o meu piano
 ordinariamente mudo,
 uns livros... Eis aqui tudo
 todo o mês e todo o ano!...*

*Eis a tua companhia,
teimoso celibatário
e nessa alcova sombria
uma cama sempre fria
sobre um leito solitário.
Oh! que frio! que silêncio!
que solidão! que tristeza!
e como tudo isto pesa!*

O monólogo que o nosso homemzinho recitou parece não dever tomar-se a sério, porquanto, noutra lugar (acto I, cena VIII), diz, como quem não pode fugir à vocação para celibatário: «...tento / a propaganda dos mestres / até que chegue o momento de termos o casamento / como as casas aos semestres».

Rafael é acusado de partidário de «casamento de noite» e de «celibato de dia». Portanto, parece que o seu monólogo em favor do casamento era mais irónico do que verdadeiro.

Todavia (veja-se a inconstância do nosso homem!), mais adiante, tão deslumbrado ficou com a formosura de Elina, que lhe faz esta confidência:

*Oh! não me deixe, não; por Deus lho juro,
vou dar-lhe um coração, que nunca amou.
Não é pois simplesmente o meu futuro,
é toda a minha vida que lhe dou.
Vejo-a a primeira vez; conheço-a agora;
não sei quem é nem como a encontro aqui...*

E como Elina lhe pretenda explicar a razão daquele encontro, ele afirma que tão seduzido ficou que nada mais deseja saber:

*Que mais quero eu saber? É pura, é nobre,
inteligente e bela... Ah! sem senão...*

E acaba por lhe perguntar se quer ser sua esposa. *De dia?*, pergunta ela. Ao que Rafael responde, efusivo (acto II, cena IV):

*De dia, sim, dia cheio
de luz, d'azul, d'alegria;
de sol suspenso no meio,
sem uma nuvem sombria...
Mas um dia que se chama
a existência inteira. E esse
esse é o dia, que amanhece;
tu és o sol, que o derrama
e me dá luz e me aquece,*

.

Todo este lirismo (com seu que de liró...) termina pelo casamento de Rafael com Elina. *A Mantilha de Beatriz* remata com estas palavras do homem que parecia marcado para eterno solteirão:

*A vida não é mais que rápida vigília
na noite do infinito; a efêmera ilusão
prolonga-se porém, chamando-se — Família,
entre os filhos que vêm e as mães e os pais... que vão.*

Toda a peça de FERNANDO CALDEIRA foi congeminada para defender, com muita fantasia, a tese que aí fica.

Em nossos dias, nenhum escritor se atreveria a versejar uma comédia. O problema social debatido na *Mantilha de Beatriz* seria apresentado (e representado) no signo do *sermo pedestris*, quotidiano, e nunca (por nunca!) na toada delambida e artificial em que o autor a escreveu.

Há mulheres de chegar, ver e vencer: num instante fazem entender pelo olhar, pelas palavras, pelas atitudes, que estão enamoradas do homem que lhes fez bater mais apressado o coração, e outras existem que personificam a própria hesitação. Primeiro que deixem claramente transparecer o seu amor, leva tempo. A Elina de *A Mantilha de Beatriz*, 18 anos que são primavera em flor, era o próprio acanhamento. Helena (outros 18 anos de exuberante frescura) censura a sua amiga precisamente pela indecisão que lhe surpreende:

Tem lá jeito!...
*Só te falta ajoelhar, bater no peito,
quando avistas aquela divindade!...*
Olha, o que eu fiz ao meu!! Finge-te forte.
*E eu que faço? Comprimo o coração
morro por ele e mostro-lhe que não.*
*E ache eu outro, que me faça a corte,
que a aceito... E tu, romântica Julieta,
há mais de um ano já, que o conheceste,
cegou-te o seu prestígio de poeta,
craváste-lo na abóbada celeste
e vives a sonhar que é teu, que és dele,
sem ter sequer, ao menos a ousadia
de sondar o destino, que t'impelle,
tentando cativar-lhe a simpatia.*

(Acto I, cena III)

Elina responde à sua amiga que isso de cativar o homem de quem gosta não depende só dela. Helena — armando em forte — garante que a arte de cativar é puro instinto. E como Elina peça à amiga que lhe ensine o processo de o peixe morder no anzol, responde ela, afinal, que também não sabe: «*É jeito, é tática... | e se acaso há teoria, os namorados, | se chegam a sabê-la, é pela prática*»...

Não. É menos tática aprendida do que natural instinto. Vai-se para os braços do amor como a seiva vai para todos os ramos da árvore, sem aprendizagem prévia.

Não é Helena, todavia, do nosso parecer. Com efeito, noutro passo (acto II, cena II), Helena diz à sua amiga que os solteirões são, na «rede das gerações», «malhas caídas», susceptíveis de apanhar-se com as agulhas da finura e da paciência. Com manhas é que se supre e vence a força — insinua ela. E dá esta receita à sua tímida amiga:

*Acho bem que sejas terna,
dá-lhe cavaco, esperança,
mas sempre por segurança
vai-lhe largando outro à perna.
Pois o ciúme é que os amansa.
Pensas que é só não ser feia?*

E a verdade é que Elina, seguindo a receita da sua amiga conseguiu levar Rafael (o peixe esquivo) a morder no anzol...

Casamentos não devem impor-se. Case cada qual com quem lhe aprouver (se contrapartida houver...), e onde quiser. Chegou, pois, para Filipe II o doutor Morata, quando o soberano lhe disse que devia ir pensando em casar-se. Perguntou o doutor: — Mas onde devo casar, Majestade? — Em Madrid, foi a resposta.

Ao que Morata, despachadamente, retorquiu:

Tenho Vossa Majestade na conta de homem entendido e recatado. Fostes casar a Inglaterra, a França, à Alemanha, a Portugal. Aí, e não em Madrid. Logo, se fostes lá fora procurar mulher, é porque, em Madrid, as não havia de confiança... *Y así no quiero casarme*, concluiu Morata.

Não. No respeitante a casamentos procure cada qual a mulher de que goste, e onde goste. O que não for isso, será imposição arbitrária.

É necessária muita tolerância para que os cônjuges puxem serenamente ao mesmo temão. Diversidade de credos religiosos leva, quase sempre, à separação. Tal foi o que aconteceu à Condessa de Suze, neta do almirante Coligny, ao casar, em segundas

núpcias, com o marido que lhe deu o título. Na altura em que casaram eram ambos huguenotes. Como ela, porém, se convertesse à religião católica, era fácil fazer a profecia de que viriam a separar-se. Foi essa, precisamente, a profecia da rainha Cristina da Suécia:

— Vão mesmo separar-se. É dos livros. A condessa conseguirá a maravilha de não ver mais seu marido nem neste mundo, nem no outro.

Sim, porque, no outro mundo, compartimentos diferentes estão reservados a católicos e a huguenotes. Não haverá lá misturas...

Anedota puxa anedota, e aí vai outra:

O filho do famoso naturalista BUFFON (aquele que disse que o estilo é o homem e que o génio mais não é que uma longa paciência) casou com moça particularmente bonita, da força de fazer parar o trânsito. Foi essa mesma mulher que depois viria a ter escandalosas relações com o Duque de Orleães, Filipe Igualdade, o tal que morreu na guilhotina, que ele, aliás, ajudou a levantar.

Pouco depois de casada, logo essa mulher deu motivo a desinteligências com o marido, embora este continuasse a amá-la com paixão. E eis que estava o par almoçando, certo dia, em casa do naturalista, quando a nora lhe perguntou, sabendo que o sogro vivia no segredo das desavenças que os separavam:

— Uma vez que com tanto acerto tem observado a natureza e os animais, gostaria que me explicasse porque é que as pessoas que nos amam são aquelas a quem menos amamos...

— Ainda não cheguei ao capítulo dos monstros — retorquiu, friamente, o naturalista.

(*Continua*)

CRUZ MALPIQUE

INTEGRAÇÃO DA ESTÁTUA DE TIPO ARCAICO, VULGARMENTE CONHECIDA POR *MENINO-JARDIM*, NA COLEÇÃO ESCULTÓRICA DO MUSEU DE ARTE DE AVEIRO

COM o ponderado desenvolvimento a que a extraordinária importância do assunto, verdadeiramente sem par na Arqueologia distrital, obrigava, deixámos registadas no volume XVII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, e em separata que fizemos chegar ao conhecimento de conceituados arqueólogos nacionais e estrangeiros, quantas notícias acerca da estátua de tipo arcaico, existente no Museu de Arte de Aveiro desde 1919, nos foi possível reunir através da bibliografia local; a elas acrescentámos as considerações pessoais que, em nosso entender, poderiam concorrer para esclarecimento do confuso simbolismo daquele misterioso colosso escultórico, não estabelecido ainda de modo definitivo e incontroverso.

O memorialista CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO, em 1687, regista que a estátua se encontrava ornamentando o magnífico jardim do palácio dos Tavares, nobres e opulentos Senhores de Mira que em Aveiro viviam.

D. Manuel I doara-lhes, por carta de 24 de Março de 1503, uma torre da muralha que circundava a vila, e aí, sobre a porta da Ribeira, edificaram eles sumptuoso palácio, de caprichosa concepção, a que não faltava «*um jardim com flores e plantas*», justamente por cima da referida porta da Ribeira, «*a olhar para o esteiro*».

PINHO QUEIMADO descreve a escultura como «*uma grandiosa estátua de pedra com uma serpente enroscada em uma das pernas*»; declara-a *antiquíssima* (em 1687) e regista a tradição corrente de ela ser *do tempo dos romanos*, o que, aliás, lhe parecia carecer de fundamento.

Passava-se isto, repetimos, no ano de 1687, e já então se perdera a memória da sua proveniência, não se sabendo explicar o seu significado.

Um século depois, extinta a linha primogénita dos nobres Tavares, os bens da família reverteram para a Coroa, e o palácio de Aveiro ficou mesmo desabitado.

Entretanto deu-se a criação do Bispado de Aveiro, em 1774, e a residência episcopal, indispensável, veio a instalar-se na velha casa nobre dos Tavares, em cujo jardim a gigantesca escultura se encontrava; extinto o Bispado, instalou-se, por sua vez, o Governo Civil no palácio (1846) juntamente com outras Repartições distritais; e quando, em 1855, se deu início à demolição do lanço oriental das muralhas da cidade, o desaparecimento do famoso jardim sobre a *porta da Ribeira, a olhar para o esteiro*, entrou no respectivo plano de urbanização e dentro em pouco nada restava da sua memorada sumptuosidade; a estátua, por sua vez, passou para um quintal próximo, na antiga moradia dos Marquesses de Arronches, junto da qual veio a ser construído o Liceu, e ali permaneceu ela até que em 1911, tendo sido proposta a criação de um Museu em Aveiro, o colosso de pedra foi desde logo apontado como sendo um dos objectos que podiam ser nele integrados, dando-se-lhe então, pela primeira vez, a designação de *Esculápio do jardim dos Tavares* (JOAQUIM DE MELO FREITAS, *Feixe de motivos porque na parte nobre do convento de Jesus, d'Aveiro, se deve instalar um museu distrital ou municipal*), não tendo o autor da nova designação, no entanto, justificado a forma como interpretava o seu simbolismo.

Aveiro conhecia a estátua por *Menino-Jardim*, simplificação da designação mais correcta — *Menino do Jardim* — em alusão directa ao local da vila onde sempre e em grande evidência ela estivera, e ainda hoje assim lhe chama.

Transportada em 1919 para o antigo convento de Jesus, onde o Museu fora instalado, levantou-se o problema da sua implantação, que o seu descomunal tamanho agravava. E como a técnica de Museus era ciência não existente ainda, dependendo a exposição dos objectos do gosto pessoal das Direcções, entre as quais predominava, ao tempo, o critério dos arranjos pitorescos, não se encontrou para o *Menino-Jardim* local mais apropriado do que um ângulo do gracioso claustinho do convento, ao ar livre, nele se encaixando, por assim dizer, a tosca escultura, com os seus 2,90 metros de altura.

Nunca tal solução poderia, mesmo então, ser considerada correcta, se a compreensível urgência com que se tornava necessário recolher e arrumar, de qualquer maneira, os objectos, consentisse um pouco de reflexão e de método, tanto mais que o arcaísmo evidente da estátua se não harmonizava, de forma alguma, com a graciosidade architectónica do feixe de colunas a que a encostaram, crescendo, para mais, que justamente sobre a cabeça do

ESTÁTUA DE TIPO ARCAICO

velho *Menino* uma conduta descarregava as águas das chuvas que dos telhados a esse recanto convergiam, e o desgaste da pedra, por muito dura que ela fosse, como de facto é, acabaria infalivelmente por prejudicar a invulgar obra de arte, preciosa pelo seu arcaísmo, atenuando-lhe pormenores que a todo o transe convinha religiosamente conservar.

Também o estudo integral da escultura jamais ali se poderia realizar se alguém a tal se propusesse, pois unicamente as perspectivas frontal e laterais se apresentavam visíveis, sendo de todo impossível uma fotografia, ou exame, do aspecto dorsal.

Ao diligente Director Dr. Alberto Souto, que, embora não integrado profundamente nas novas técnicas museológicas que entretanto iam surgindo, visionou sempre um arranjo melhor da colecção escultórica, tendo-o, mesmo, esboçado, procurámos nós interessar na remoção do *Menino-Jardim* para o interior do Museu; assustava-o, porém, a deslocação do pesado monólito do lugar onde primitivamente fora fixado, receando algum possível desastre; apesar, pois, de rematarmos, em 1951, o estudo a que acima nos referimos sugerindo:

«que a veneranda estátua possa, muito em breve, ser retirada do local onde provisoriamente se encontra desde 1919, com prejuízo da sua conservação (pois sobre ela descarregam as águas duma condula dos telhados), e que seja recolhida onde se possa examinar e estudar convenientemente»,

o facto é que o misterioso *Menino-Jardim* continuou recebendo sobre si, estoicamente, as águas impiedosas que sobre ele desabavam, e cada inverno que passava aumentava irreparavelmente o inevitável desgaste do precioso monólito, e a formação de novas camadas de líquenes corrosivos.

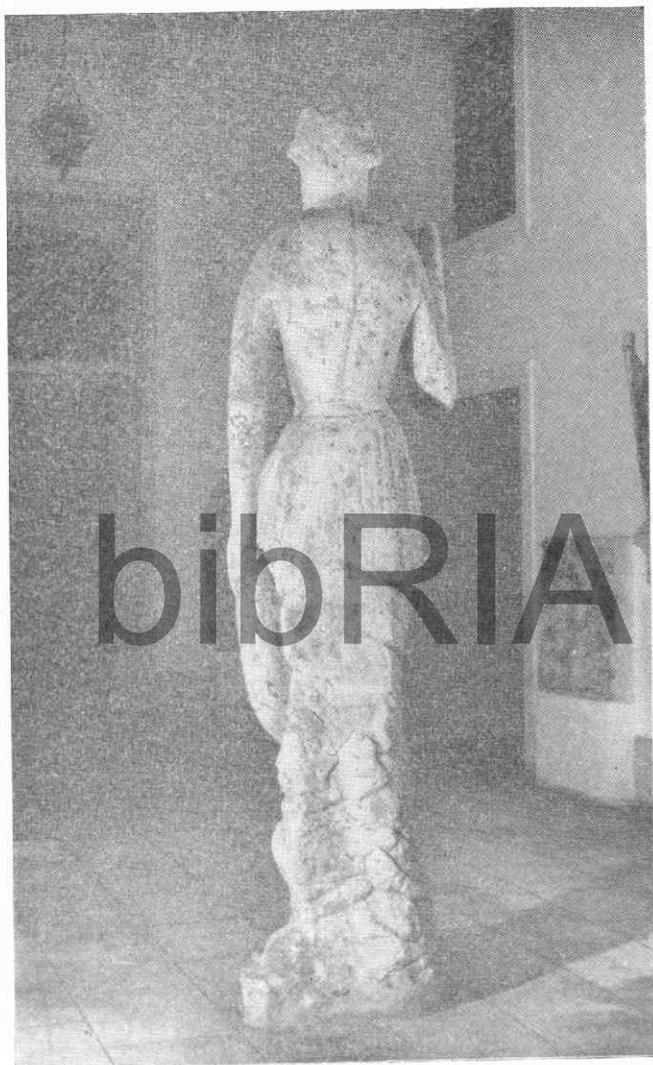
Com a conclusão das demoradas obras a que os serviços dos Monumentos Nacionais de há anos vinham procedendo no edificio, e com o criterioso e moderno arranjo a que todas as colecções foram submetidas, de acordo com a mais apropriada técnica museológica, tudo mudou ultimamente de portas a dentro, e a *antiquíssima* estátua, como o memorialista PINHO QUEIMADO a apelidava em 1687, foi finalmente removida do claustro para o grande salão de escultura, devidamente seriada, no rés do chão do Museu.

O apelo do *Arquivo do Distrito de Aveiro* acabara por ser ouvido e compreendido. É de 30 de Janeiro de 1962 a primeira notícia que obsequiosamente o novo Director do Museu, Senhor Dr. ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES, quis ter a bondade de nos transmitir a propósito, e que jubilosamente acolhemos:

«Está para breve a vinda do Menino-Jardim cá para dentro»; e quatro meses depois, em relato pormenorizado que teve a gen-



Perspectiva frontal do «Menino-Jardim»
obtida no seu novo lugar, no Salão
da Escultura do Museu de Aveiro.



Perspectiva dorsal do mesmo, só agora visível por completo.

tileza de nos dirigir, dava-nos conta da inteligente e corajosa operação então realizada, integrando-se finalmente o impressionante monólito na colecção escultórica do Museu, agora mais valorizada em consequência do seu visível conjunto. A seis anos de distância, já vale a pena arquivar-se, até para a própria história do Museu, esse minucioso relato, cuja deferência claramente nos penhorou, bem como a autorização, de agora, para a sua inserção neste complemento ao que em 1951 se escreveu:

... «António G. da Rocha Madahil — Meu Bom Amigo

Tenho a alegria de comunicar que na manhã deste 24 de Maio de 1962, pelas 11 h., foi apeado do seu poiso de há meio século o «MENINO-JARDIM», sendo deitado em prancha à sua medida, a qual foi rolada (até ao meio-dia e das 13 h. às 14,30 h.) pelas alas nascente e sul do claustro e pelos recintos que ligam este ao Salão de Escultura; aqui chegado aguardou a construção do andaime (de 3 m. e tal) que havia de reerguê-lo em direitura, por meio de um diferencial.

Eram 17 horas quando tudo terminou, ficando já postado no sítio que tínhamos ponderadamente determinado, sendo amanhã firmada com cimento a base própria da peça, aliás monólito, sem outro assento, directamente no chão de cantaria.

Passa a ser a peça central do renovado Salão de Escultura (a principal de toda uma Secção, que abrange a Sala das Carruagens, mais o primeiro patamar da escada de honra da galeria e mais uma sala de acesso ao claustro). Pode contemplar-se com largueza de todos os lados, bem iluminada e ganhando fundos laterais de verdura do jardim do Museu. Fica numa situação que valoriza a estátua sobremaneira esteticamente, ao mesmo tempo que se cuida seriamente da sua conservação, pois se evita o esfarelamento do reverso que os líquenes provocavam.

Assim se cumpre o voto que V. (...) justamente enunciou no final do pertinentíssimo estudo Algumas considerações acerca de uma estátua de tipo arcaico existente no Museu de Aveiro (A. D. A., xvii, 1951, p. 134).

Certo do contentamento por esta nova, aqui lha oferece em primeira mão, com uma cordial saudação de franca amizade, o

António Manuel Gonçalves
Director»

Fotografada agora em perfeitas condições, as nossas gravuras documentam a implantação da escultura no seu devido lugar, que permite observar a sua perspectiva dorsal em todo o pormenor, o que no claustro nunca havia sido possível fazer-se.

Relendo agora, após renovado exame à antiqúissima figura (que a sua nova arrumação no Museu veio facilitar por completo)



Pormenor dorsal das *manaiás*, sua fixação ao corpo, e maleabilidade revelada no basto pregueado, o que exclue a hipótese de se tratar de saio lusitano, que sempre considerámos inaceitável.

tudo quanto em 1951 escrevemos, coisa alguma se nos afigura devermos alterar; dos pareceres de eminentes arqueólogos que então recolhemos — Prof. ALEX. PHILADELPHUS, Prof. ÉMILE SCHAUB-KOCH, Prof. SANTOS JÚNIOR, Coronel MÁRIO CARDOSO, Coronel AFONSO DO PAÇO, Dr. ARMANDO DE MATOS, HIPÓLITO DA COSTA CABAÇO, Dr. ALBERTO SOUTO (antes de qualquer outro, como se compreende) — também nenhuma certeza absoluta surgiu nem tão-pouco das interessantíssimas cartas que do Senhor Desembargador JAIME DAGOBERTO DE MELO FREITAS, de fina e perspicaz observação, então recebemos, em resposta ao questionário que acerca da opinião de seu ilustre Pai lhe dirigimos. O enigma subsiste, e com ele a necessidade de se dar também cumprimento à sugestão por nós apresentada, em último lugar, nas considerações que em 1951 formulámos.

De notar, em todo o caso, a franca tendência da maior parte das opiniões recolhidas então, a favor da identificação esculapiana de 1911.

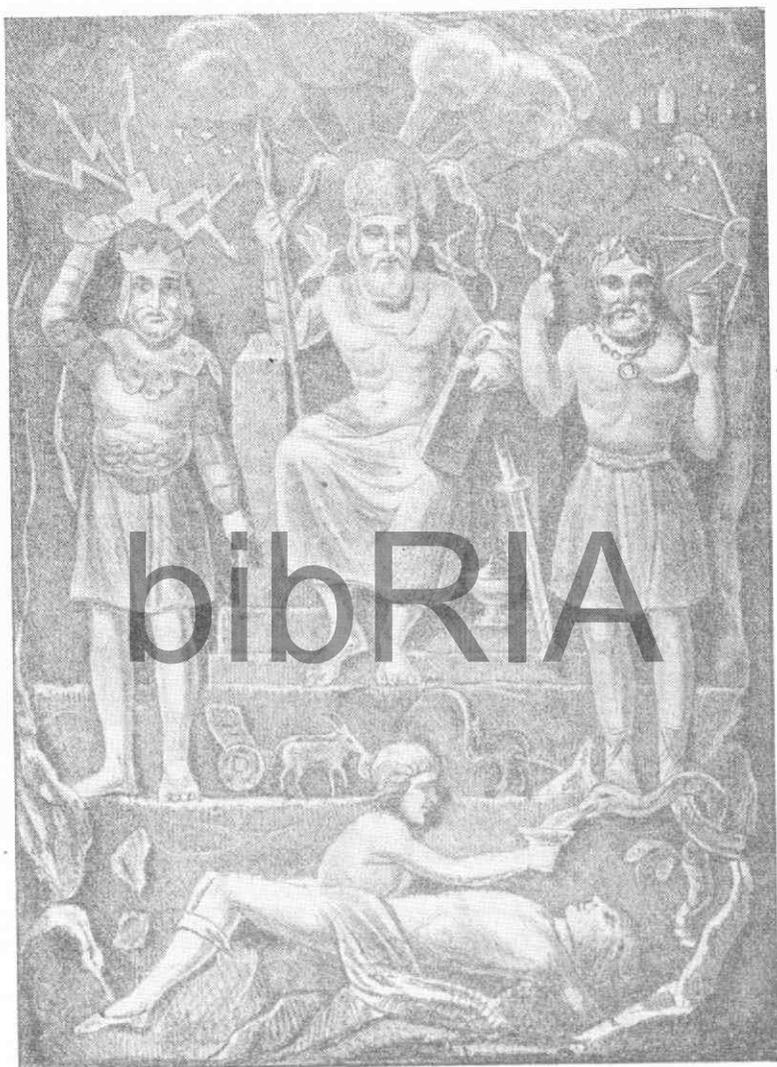
A posição da mão direita da figura justifica, mesmo, a existência aí duma taça, que a Esculápio convinha, e exclue formalmente a possibilidade de nela ter estado integrado qualquer bastão, maça, tridente, ou peça análoga.

Tal como à diligência de quem, à data, conscientemente superentencia nos destinos do Museu de Aveiro, endereçamos agora ao seu actual e decidido responsável idêntico apelo para «*que se promova largo debate crítico acerca do simbolismo e data*» da veneranda estátua de negavel tipo arcaico do Museu de Aveiro, «*a fim de tudo ser definido com a possível segurança e de harmonia com o excepcional interesse que este raro exemplar de estatuária arcaica — único em colecções portuguesas — indiscutivelmente apresenta*».

Um colóquio promovido pela Direcção do Museu e patrocinado pelos serviços culturais da Câmara Municipal de Aveiro e pela Junta Distrital, afigura-se-nos perfeitamente indicado, sendo lícito esperar dessa reunião de tão elevado nível resultados concludentes para o perturbante problema arqueológico que mais uma vez apresentamos, com o maior desejo de o vermos solucionado.

E como nenhum elemento apropositado — por mais modesto que seja e aparentemente de pouca monta — deve deixar de ser considerado no conjunto das hipóteses a debater, acrescentamos às figurações escultóricas que em 1951 reunimos a reprodução litográfica, curiosíssima, que na velha revista de 1839 — *Bibliotheca familiar e recreativa* — se nos deparou (vol. VII, págs. 81-82) com o título de *Trindade escandinava*, a ilustrar o artigo, não assinado, *Mythologia escandinava*.

O artigo é tradução evidente doutro, aparecido possivelmente nalguma revista francesa, pois era às publicações desta proveniência que as revistas portuguesas do meado do século passado iam



bibRIA

Trindade escandinava

Baixo-relevo reproduzido em litografia
no vol. VII da revista *Bibliotheca Familiar
e Recreativa*, de 1839, a págs. 81-82.

buscar material de leitura e de ilustração; faz a história, sucinta, das religiões nórdicas, registando que a escandinava «foi continuamente enriquecida e modificada pelos dogmas e pelos mitos da Ásia», e, reportando-se à estampa que o acompanhava, esclarece que «os três grandes deuses dos Escandinavos, ou a sua trindade, eram Thor, Odin, e Freyr, designados também com o nome de Har, Jafnhar, e Thridie».

O que, porém, particularmente aqui interessa é a estampa; reproduz, certamente, um baixo-relevo que pena é não se poder, hoje, localizar, mas riquíssimo de simbolismo ao qual o do «Menino-Jardim» do Museu de Aveiro não é, de forma alguma, estranho, qualquer que seja o seu definitivo significado.

Existe evidente *parentesco* entre a figura da direita (*Freyr, ou Thridie*) e a escultura de Aveiro; são flagrantes a *posição do braço direito, a nudez do corpo* apenas velada pelo *panejamento que da cintura desce até aos joelhos, o próprio cordão* que o cinge; e obedece a módulo idêntico a própria *cabeça do deus*. De notar ainda a *serpente* que enlaça o pé esquerdo da figura.

Se o elo de ligação entre os baixos-relevos e as esculturas mitraicas de Espanha que em 1951 reproduzimos em gravura, entre este baixo-relevo escandinavo agora revelado, e entre a escultura do Museu de Aveiro, puder vir a Ser encontrado, alguma coisa se terá avançado no sentido de se desvendar o segredo que o simbolismo do *Menino-Jardim* há séculos oferece à sagacidade de sucessivas gerações.

Duma forma ou doutra, cremos nós, nada se perde em procurar compreender a *antiquíssima* estátua que, no dizer de PINHO QUEIMADO, era tradicionalmente tida, em 1687, como datando «do tempo dos romanos».

Com qualquer acontecimento ou iniciativa familiar dos Tavares, que no seu sumptuoso jardim a implantaram em grande evidência como preciosa raridade digna de ostentação e como tal a apresentavam à geral contemplação, é que de forma alguma ela se relaciona.

Em 1687, o memorialista, que tão minuciosamente descreve o palácio e a escultura, sem dificuldade teria recolhido qualquer versão que a família não deixaria de conservar, quer por interessante curiosidade quer por compreensível jactância de nobres senhores que de facto eram.

O colosso provinha de mais distantes eras.

E nem os seus proprietários lhe conheciam o significado.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

D. FREI CAETANO BRANDÃO

FIGURA do maior relevo do nosso Distrito, símbolo da humildade, da bondade, da caridade, D. Frei Caetano Brandão nasceu a 11 de Setembro de 1740, na freguesia de Loureiro, nessa altura pertencente ao concelho da Bemposta, hoje, e desde 1855, ao de Oliveira de Azeméis.

Foram seus pais Tomé Pacheco da Cunha, sargento-mor de Ordenanças, e D. Josefa Maria Pereira da Cruz. O apelido *Brandão* proveio, para ele e para seus numerosos irmãos, do capitão João Brandão Godinho, com quem sua mãe casou em segundas núpcias em 1743.

Todo inclinado para a vida religiosa, tomou o hábito de «S. Francisco da terceira ordem da penitência», em Coimbra (Colégio de S. Pedro), no dia 28 de Novembro de 1759, com 18 anos de idade.

Bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra (1770), todo se entregou ao exercício da eloquência; mas a sua precária saúde obrigou-o a procurar descanso em Viana do Alentejo, no convento dos Franciscanos.

«Ali continuou—escreve A. SILVA GAIO (1)—os seus trabalhos de confessor; e foi sempre grave, humilde, benevolente, perdoador e atenuando, em quanto podia, as culpas que topava, e procurando desfazê-las ao brando calor dos seus conselhos. Trabalhando para elevar as almas à contemplação divina, nunca permitiu, todavia, os jejuns e comunhões sucessivas, nem cousa que pudesse alterar a saúde dos que o buscavam para director espiritual: muito ao contrário, condenava abertamente o fanático ascetismo, que pregava o desprezo do corpo e cobria de vestes sórdidas as organizações deterioradas pela penitência.»

De Viana seguiu para Lisboa, a fim de aí exercer o cargo de professor de Filosofia no colégio de Jesus, onde esteve desde 1774 a 1777 e donde partiu para o colégio da Ordem Terceira de Évora, encarregado do ensino de Teologia.

Pretendeu ir como missionário para Angola, mas não o conseguiu. Sem o esperar, viu-se nomeado Bispo do Pará em 1782. Foi sagrado em Lisboa no dia 2 de Fevereiro de 1783.

(1) «*Escorço Biográfico de D. Fr. Caetano Brandão*», escrito à frente do seu drama «D. Fr. Caetano Brandão», pág. XXI.

As preocupações que então o tomaram estão bem patentes na seguinte carta que dirigiu para Évora ao seu colega e grande amigo D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1):

«Excelentissimo e Reverendissimo Senhor

Eu não tenho palavras, com que exprima dignamente a doce impreção que fizeram na minha alma os luminosos conselhos da erudita Carta de Vossa Excelencia: elles me são tanto mais amáveis, e jucundos, quanto sei conhecer que o motivo, que os inspira he ainda hum resto precioso daquelle ardor vehementissimo, que devorou sempre o coração de Vossa Excelencia pela gloria do nosso Commum Instituto; e cujas faiscas, a fezar dos esforços, com que a Calúnia, e a ingratição tem pretendido suffocallas, os seus mais honrados professores nunca deixarão de conservar em seo peito, oara com ellas transmitirem á posteridade hum illustre monumento da epoca felis da sua Litteratura, e da sua grandeza. Sim, Excelentissimo Senhor, eu respeito com a mais sincera veneração os seus doutissimos avizos; e quizera gravallos fundamente em minha alma para me estimularem de continuo a proseguir os vestigios dos grandes exemplares, que elles me propoem, e para que eu sinto genialmente hua paixão invensivel. Tomara levar estas vezes de Vossa Excelencia aos ouvidos de todo o Clero Catholico, para que dezemparadas inteiramente as Cisternas alleradas, e corruptas, que tem inficionado o mundo Litterario, applicassem os seus labios áquelles Canais limpissimos, donde correm as agoas da sãa doutrina, tais como sahirão da boca do Salvador: tomara persuadir a todos, que cavassem nestas Minas antigas, em que a sabedoria eterna nos deixou depositado o ouro da verdade limpo das fezes, e da liga das illuzões humanas, e que pelo espaço de tantos seculos fez o adorno mais brilhante das Colunas do Sanctuario. Ainda tenho prezente em minha memoria huma especie desta natureza, que em outro tempo tive a honra de ouvir da boca de Vossa Excelencia que o Pedagogo só de S. Clemente e Alexandre valia mais sem comparação do que mil tractados da moral do character novo: quando depois o li, admirei a exactidão, e criterio do juizo de Vossa Excelencia e não acabava de comprehender porque fatalidade este Escrito tão interessante aos costumes do Christianismo, assim como outros do mesmo genero, que conservão hua fiel imagem das regras e do proceder dos primeiros fieis; tinha sido degradado da Lembrança dos nossos Portuguezes até fazer coberto de poeira debaxo dos Lacroix, e Larragas; como eu mesmo observei em algumas das Bibliotecas da Corporação. Muito devemos, Senhor

(1) Franciscano, que veio a ser bispo de Beja e arcebispo de Évora. De cultura excepcional, fundou em Beja uma *Academia Ecclesiastica*, e em Évora tinha, no seu próprio paço, cadeiras de Eloquência, Latim, Grego e História Ecclesiastica, uma bilioteca e um museu. A biblioteca de Évora é obra sua.

a Vossa Excelencia ainda que as bocas se callem; as pedras das nossas Livrarias o insinuarão altamente á posteridade.

Já disse a Vossa Excelencia que estou determinado a empenhar os meus debeis esforços em promover esta applicação nos animos dos meus Paraensis; e tanto as reflexões sabias que Vossa Excelencia me faz na sua Carta, como as que já tinha bebido na Historia Ecclesiastica e na Conduta Luminosa dos Santos Bispos, me servirão de luz, e de espeque nesta penivel carreira: penivel digo, por me ver falto de auxilios, que a poderão ⁽¹⁾ suavizar; pois não tenho em toda a Diocese mais, que dous homens de hũa mediana Litteratura; e com 4 ou 5 mil cruzados, de que consta o rendimento do Bispaço, como posso consignar congrua sufficiente para Mestres de fora? Confesso a Vossa Excelencia que he este o unico motivo, porque tenho inveja aos Prelados do Reino: porem fito os olhos em Vossa Excelencia, que quazi somente a si proprio deve a instrução do seo Clero; e favorecido do socorro, que Vossa Excelencia me subministra na obra admiravel do Illustrre Thomazi (Mimo na verdade o mais delizioso ao paladar da minha alma, por achar nelle hum compendio de tudo o bom da antiguidade relativo ás minhas intenções) não desmaio. Olhem muito embora os outros Bispos para a Igreja pelo lado, que lhes parecer, que eu nunca retirei a vista deste objecto importantissimo, talvez o unico dõnde a mesma Igreja tira a sua gloria mais solida. Se consigo ver o meo Clero instruido e exemplar; não terá inveja a Diocese do Pará ás mais florentes do Christianismo. Quero dizer a Vossa Excelencia que tenho a vantagem de achar uns bons principios de Seminario; pois sei que há Casa com Seminaristas, Reitor, Mestres de Grammatica Latina, e Solfa, e trezentos mil reis de rendimento: agora trabalho por conseguir de Sua Magestade algum aumento do fundo em ordem a poder levar do Reino quem me ajude: mas sem maior esperança por estar o tempo muito contrario a estas liberalidades. Emfim a cauza toda he de Deus; nelle confio: e a Vossa Excelencia rogo, que se alguma vez de lá o importunar sôlicitando os seos sabios conselhos, não sede digno ⁽²⁾ de mos comunicar. Eu sempre abraçarei com o mais activo ardor todas as occasiões em que possa mostrar que he

De Vossa Excelencia
Fiel amigo e Subdito obrigadissimo

Frei Caetano Brandão do Pará

3 de Março de 1783.» ⁽³⁾

(1) *Puderam* — poderiam. [J. T.].

(2) *Não sede digno.* — A frase deve ser: *não se dedigne.* [J. T.].

(3) Esta e outras cartas dirigidas a D. Fr. Manuel do Cenáculo encontram-se no Arquivo Distrital de Évora. A presente foi transcrita do «Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas» (Vol. 1), publicado pela Direcção em 1944.

* * *

Chegou a Belém do Pará no dia 20 de Outubro de 1783. Em menos de quatro anos, mercê de frequentes peditórios que fazia, conseguiu abrir um hospital para pobres e um asilo para meninas pobres e órfãs, este inaugurado em 1787.

Visitou, por vezes com incriveis sacrificios, a sua vastíssima diocese (1785—durante 5 meses; 1786—1 mês; 1787—1 mês; 9 de Agosto de 1788 a 8 de Março de 1789).

Neste último ano, em 28 de Abril, sem o esperar, foi nomeado Arcebispo de Braga, cargo de que pretendeu libertar-se, em virtude do amor que votava à sua obra, aliás ainda não concluída.

* * *

Partiu, pois, para Lisboa, aonde chegou no dia 20 de Outubro de 1789, e seguiu para o Norte a 16 de Agosto do ano immediato. As saudades e a necessidade de descanso levaram-no à terra natal, onde se conservou quase um mês.

«Em 17 de Setembro entrava em Braga o novo arcebispo D. Fr. Caetano Brandão. Esperava-o um imenso ajuntamento de pessoas de toda a diocese, e com magníficos festejos com que o recebiam; mas detrás deles, na sombra, bem avaliava o Arcebispo que havia a inimizade dos grandes dignitários da Igreja e dalguns nobres, que estavam acostumados a viver com prelados príncipes e a participar das honras e benesses de cortesãos de um paço.

Já em Lisboa recebera D. Fr. Caetano grande cópia de cartas anónimas, umas acusadoras, outras indicadoras do género de vida largo e principesco que em Braga devia ter: D. Fr. Caetano seguiu tão bem aqueles conselhos, que, pouco depois de estar na diocese, mandou os damascos do paço para as igrejas desprovidas, e vendeu coches e cavalos, baixelas de prata e de ouro, e tudo foi aplicado aos pobres. Tratou logo de aumentar os estudos eclesiásticos com as cadeiras de Instituições de Direito, História Eclesiástica, Dogma e Moral, além das do Seminário; de melhorar este e de criar um seminário de órfãos e outro de meninas. A mitra estava empenhada com oitenta contos de reis dos espólios dos dous arcebispos antecessores, com o preço das bulas de confirmação, etc.; mas, três meses depois da sua vinda, entraram para o provisório Seminário e órfãos dezasseis meninos, e depois foi aumentando o número, ao passo que trabalhava no Seminário de S. Caetano, com a intenção de que ali entrassem para cima de duzentos. Os alvitres que lembrara ao governo para a dotação deste estabelecimento abrangiam a extinção de algumas confrarias e irmandades,

D. FREI CAETANO BRANDÃO

cujo fundo era administrado sem vantagem de ninguém, e só despendido em obras pouco úteis e em festejos; as sobras das sisas;



D. FREI CAETANO BRANDÃO

a adjunção ao Seminário de alguns benefícios de igrejas e de alguns officios, e, na falta de todos ou de alguns destes meios, a institui-

ção de uma lotaria como as que haviam sido autorizadas para os hospitais do Porto e Lisboa. Queria o Arcebispo estabelecer no Seminário oficinas e fábricas; aulas de ler, escrever, contar, desenho e outras artes; fundo para proporcionar aos estudantes hábeis mesadas em Coimbra ou fora do Reino; princípios de agricultura com os de carpintaria que lhe é mister, etc. E na carta que acompanhava a representação acerca dos seus intentos dizia ele:

— Tomara que os Soberanos se desenganassem que é este o meio mais próprio e eficaz de acudir a uma e outra república. Façam o que fizerem, enquanto se não cuidar efectivamente na educação da plebe, verão perpetuada a cadeia das desordens; porque, enfim, é grande loucura esperar que venha a ser melhor a futura geração, se a não fornecermos de outros recursos que não teve a nossa.» (1)

Foi portentoso o trabalho do eminentíssimo Arcebispo: além do mais, promoveu, com prémios aos interessados, os progressos da agricultura e do artesanato, donde saiu uma notável exposição agrícola-industrial; e, semelhantemente ao que fizera no Pará, deixou dois famosos colégios—o dos Órfãos de S. Caetano e o da Casa das Órfãs do Menino Deus.

Foram treze as visitas que fez a regiões ou localidades do Arcebispado: 1.^a—23 de Abril a 14 de Dezembro de 1791; 2.^a—Abril a 3 de Novembro de 1792; 3.^a—10 de Maio a fins de Agosto de 1793; 4.^a—Outono de 1794; 5.^a—10 de Abril a 3 de Novembro de 1795; 6.^a—Segunda quinzena de 1796; 7.^a—3 de Junho de 1797 (Guimarães e vizinhanças); 8.^a—10 de Maio a meados de Julho de 1798; 9.^a—1799; 10.^a—1801; 11.^a—Princípios de Maio de 1802; 12.^a—Maio de 1803; 13.^a—1804.

Para se avaliar da modéstia do grande Arcebispo e da orientação que seguia na resolução dos assuntos respeitantes ao seu múnus, vamos transcrever mais duas cartas que dirigiu a Fr. Manuel do Cenáculo, a primeira acerca da decadência política e religiosa da sociedade, a segunda sobre o comodismo dos Bispos e sobre a necessidade de reformar o Breviário então usado (2).

Ei-las:

«Ex^{mo} e R^{mo} Sr.

Andava eu prosseguindo o giro da visita pastoral pelas margens do Lima quando tive a honra de receber a estimadissima carta de V. Exa, e agora que ja estou em Braga, anciosamente vou gratificar este obsequio, segurando a V. Exa do meo sincero respeito e da minha constante amizade para com a sua pessoa.

(1) A. SILVA GAIO, *ob. cit.*, págs. XLVIII-LI.

(2) Estas cartas copiou-no-las, a nosso pedido, o Director da Bibliotheca Pública e do Arquivo Distrital de Évora, Ex.^{mo} Snr. António Leandro Sequeira Alves, — gentileza que muito nos penhorou.

Deixemos à parte o arbitrio criminozo desse Ordinando, mania infernal que tanto domina; e que bem declara a corrupção do tempo presente: ascender ás santas ordens seja como for. Eu que depois de a ter conhecido, dezejo combatella com todas as minhas forças pense V. Exa a tortura em que trarei sempre o espirito, constrangido a ordenar numero sufficiente para satisfazer ás necessidades da vasta Diocese. Por mais que joeire, sempre escapa ervilhaca, que sei vai inficionar a seara. Eis aqui um dos espinhos mais penetrantes que fere o meu coração.

Diz V. Exa muito bem que o estado interior dos homens está corrompido. E eu ajunto que parece crise geral das paixões: pello menos não é facil achar na historia dos Seculos Epoca tão fecunda de acontecimentos extraordinarios, e que ponha mais ás claras as profundezas da malicia, e prevaricação do espirito humano. Sem fallar na revolução de França, e nos seus progressos espantozos; nós mesmos que vimos o nosso Portugal há quarenta annos não o desconhecemos hoje quase inteiramente⁽¹⁾. Que he feito daquelle zelo, e daquela louvavel sensibilidade para as couzas da Religião que fez sempre o character distintivo dos Portuguezes? Não he certo que hua torpe e fria indifferença, vai progressivamente occupando o seo lugar; e depois de ter estabelecido o trono enfame sobre os corações não se deixa ver assaz claramente pelo teor das acções, e das palavras? Graças a Providencia por suster as barreiras que nos defendem: que se tamanho estrago tem feito algumas pequenas faiscas que para cá escapão daquelle voraz incendio; que seria depois de rotas as trincheiras, e pegada a labareda? Chorariamos talvez hua combustão geral por que enfim vemos a materia assaz disposta para isso.

Que direi desta alluvião de malicia, que parece vai revolvendo em suas negras ondas os costumes publicos, e cada dia mais os perverte e desfigura? Pois a disciplina ecclesiastica. IESUS! quem pode considerar a sua face, antigamente tão bella, e digna das complacencias do Ceo, mas hoje mais negra que os carvões? Eu fallo assim depois de mil experiencias, de que tenho sido aqui impotente spectador. Continuamente estão correndo de Roma para o Arcebis-pado Provisoes beneficiarias de Renuncias, e Impetras, desarmadas do testimonho do Ordinario, e em que só tem parte a carne o sangue, o dinheiro, e o capricho. Daqui: que pègo insondavel de simonias? E simonias não já embuçadas debaxo de algum pretexto; mas à face descoberta, sem temor nem vergonha. Seis, dez mil cruzados, e mais he mui trivial verse nos mesmos Breves, que deve o renunciado in limine entregar ao Renunciante. Daqui: que casta de Parochos, e beneficiados? Ordinariamente rapazes sem costumes sem luzes, e sem rasto de espirito ecclesiastico. E guardas silencio?

(1) Aqui, escapou ponto final, em vez de ponto de interrogação. [J. T.].

Não Senhor: assaz tenho gritado, e mesmo estou rouco de clamar: mas inutilmente: de tudo se zomba: seja o interesse ou o capricho o obstaculo que intupe os ouvidos; por não dizer este espirito de Letargia, e de adormecimento, que Deus muitas vezes por hum effeito terrivel dos seus juizos costuma derramar sobre as primeiras cabeças, mesmo para facilitar a desgraça de hum povo insensalo. Ora per-mita o Ceo que ao menos agora que as santas imagens por um prodigio inaudito nos dão exemplo, abramos em fim os olhos para ver outros flagelos, mais temiveis, com que Deus ameaça a nossa arre-beldia: bem convencidos do que diz hum antigo Padre, que Deus não costuma uzar da sua paciencia ordinaria quando as dezordens são extraordinarias. Escrevo a pressa; terei dito muitas tonteiras; mas fallo com hum mestre, e com hum amigo que tudo me ha de dar forças, ate os borrões. Recomendo-me nos seus fervorosos sacrificios, e ofereço a minha vontade sempre segura em mostrar que he

De V. Ex.^a

*Braga 2 de Setembro
de 1796*

*Collega muito amigo e
servo obsequiosissimo*

bibRIA

F. C. Arcebispo Primaz.»

(Carta 481 do citado Catálogo)

«Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r

Ainda que algum tanto indisposto de saude escrevo a V. Ex.^a por dous motivos: primeiramente para saber de V. Ex.^a de que ha muito não tenho noticia individual, e circunstanciada, não obstante ser hum daquelles que mais se interessão na existencia da Sua Pessoa pelas razões que lhe não são desconhecidas. Queira pois V. Exa tirar-me desta duvida, continuando-me ao mesmo tempo o precioso influxo das suas instruções, de que tanto necessito para desempenho desta administração: complicadissima. Já que os nossos Bispos, contra o sabio systema dos bons seculos, acantonados no fundo das suas respectivas dioceses parece se dedignão de tratar com os seus collegas; por que ao menos os que erão ja unidos por relações antigas e mais estreitas quererão privar-se das solidas vantagens, que lhes consilia esta reciproca aliança. Ah! Se em qualquer tempo ella foi sempre para as almas sensiveis hua origem fecunda de consolações e de favor, quanto o não será nestes dias máos, em que tudo conspira a fazer pezado, e insoportavel o Ministerio pastoral? Bem quizera desabafar hum pouco com V. Exa sobre este respeito; mas fique para outra occazião.

Vamos ao 2.º motivo.

V. Ex.^a, creio, terá noticias do Breviario reformado pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles ⁽¹⁾, o mesmo, de que usa presentemente, a Igreja Bracharense, e de como se acha carregado de patranhas e fabullas extrahidas da succullenta origem dos falsos chronicões. Pareceu-me pois couza indigna que se continuasse a louvar a Deus por hum modo tão irracional, posto que materialmente. Por isso entrei no dezignio da reforma do dito Breviario; para o que tenho ja hua Junta de 5 sujeitos habeis, que trabalhão actualmente em separar o verdadeiro do falso à Luz da Critica. Dizem-me que V. Exa conserva na sua Bibliotheca alguns Breviarios antigos de Braga, e tambem hua Dissertação analoga a este objecto trabalhada pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo, que não pode deixar de ser interessante, attendido o bom senso, e critica do Autor. Quizera que V. Exa confiasse de mim estes escriptos inviando-os a alguma pessoa do nosso convento de IESUS de Lix.^a com aviso para eu os fazer conduzir para Braga, e isto na certeza de que serão restituídos com toda a prontidão e fidelidade. Igualmente espero, que sendo V. Exa como he na verdade tão vasto, e profundo em todo o genero de erudição ecclesiastica, não duvidará participar-me algumas daquellas especies que julgar convenientes para o feliz exito deste designio: e eu terei o cuidado de expor à sua judiciosa aprovação o trabalho dos meos adjuntos.

Aviso ao nosso estimabilissimo colega o Senhor Bispo do Algarve ⁽²⁾ para que participe a V. Exa a copia de hua carta que escrevi ao Ministro de Estado dos Negocios do Reino sobre objecto assaz importante, que reclama a influencia dos Bispos da Nação, e que talvez por falta della tem chegado ao ultimo abandono. Fallo da disciplina das Renuncias, e Impetras de Beneficios. Não sei se por la tera chegado o diluvio que allaga a Diocese Bracharense. Eu terei a honra de expor a V. Exa estas cousas mais por meudo, que agora so posso segurar com toda a efficacia do meu coração que sou

De V. Ex.^a

Braga 24 de
Mayo de 1798

Collega, e Discipulo o mais affectuoso
e obsequioso

F. C. Arcebispo Primaz»

(Carta n.º 482)

E o activissimo Arcebispo, esmagado pelos trabalhos de toda a ordem, muito superiores ao que da sua débil constituição física

(1) Exerceu o cargo desde 1704 a 1728. A seguir, antes de D. Fr. Caetano Brandão, D. José de Bragança (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789). [J. T.].

(2) D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816). [J. T.].



Busto de D. Frei Caetano Brandão — adro da Igreja de Loureiro

Foto Lisboa

se poderia esperar, e ainda pela incompreensão e ingratidão de muitos, veio a falecer no dia 15 de Dezembro de 1805.

Fizera testamento no dia 25 de Julho de 1795, em cujo último parágrafo tinha deixado mais um claro testemunho da sua ingénita bondade:—«Se alguma pessoa me tem ofendido, seja do modo que for, pode estar segura que sempre tive especial cuidado de perdoar aos meus inimigos e de orar por eles, como recomenda o Evangelho».

* * *

A posteridade não o esqueceu, perpetuando publicamente a sua memória: em 1900, foi-lhe erigido no Pará, junto da sé e do hospital, uma estátua; em 11 de Setembro de 1906, comemorando o 1.º centenário da sua morte, ocorrido no ano anterior, antigos alunos do Colégio dos Órfãos erigiram no átrio do mesmo, em Braga, um bem expressivo monumento; finalmente, os Loureirenses, após aturada propaganda de admiradores da obra do excelso Antistite, inauguraram no dia 4 de Dezembro de 1966, no adro da igreja matriz, um busto do seu ilustríssimo conterrâneo. Nessa altura, foi distribuída uma breve mas valiosa monografia, escrita pelo P.º Manuel Pires Bastos, por certo o mais activo dos propagandistas da homenagem, e intitulada — *Notas Breves para Um Dia Festivo* —, cuja capa é ilustrada com uma fotografia do monumento e com outra do lado nascente do adro e igreja de Loureiro.

A Literatura também focou o imortal Arcebispo Bracaraense.

Em 1869, foi publicado, e representado no Teatro de D. Maria II, o drama em 5 actos — «D. Frei Caetano Brandão» —, do escritor A. SILVA GAIO, autor do romance histórico — «Mário» —, que faz decorrer a acção da peça «perto de Braga» e em 1794.

O assunto do drama é semelhante ao do «Frei Luís de Sousa», de GARRETT: aparecimento de um indivíduo, considerado morto, que vem encontrar a esposa casada em segundas núpcias. Mas são importantes as diferenças: no «Frei Luís de Sousa», há uma filha do segundo casamento; na peça de SILVA GAIO, figura um filho do primeiro casamento. Além disso, em GARRETT, o protagonista é o segundo dos maridos, e em SILVA GAIO incumbe-lhe a difícil resolução do problema proveniente do encontro do primeiro marido com a esposa, com o filho e, até, com o segundo marido (1).

(1) Em «A Revolução de Setembro» de 15 de Outubro de 1869, publicou RAMALHO OTIGÃO um artigo crítico da peça de SILVA GAIO, ao qual pertence este passo: — «O público, a máxima parte do público pelo menos, aplaudiu-o e os noticiaristas de Lisboa saudaram-no como um triunfador, no dia imediato à primeira representação».

Na opinião do autor, porém, a peça não tinha o valor que lhe atribuíam. BULHÃO PATO, em «Sob os Ciprestes — Vida Íntima de Autores Ilus-

SILVA GAIO teve, sem dúvida, ao apresentar a figura de D. Frei Caetano Brandão, o intuito de observar a mais rigorosa verdade histórica. Vejamos dois exemplos. Em primeiro lugar, o seguinte passo da cena XIII do 1.º acto, em que *Alvares* — o primeiro marido — dialoga com o *Abade* e com o *Morgado*:

«*Abade* — *Vozes do povo! Vozes do povo! Como fala com todos os maltrapilhos, na rua, às portas de qualquer casebre, tanto monta; como dá dotes às raparigas pobres e prémios a quem planta oliveiras; e, enfim, como está sempre da banda do povo contra nós, fidalgos e abades, que não havemos de andar em apuros, para o povilêu viver regalado, por isto o chamam bom homem.*

Alvares — *Mas, sinceramente, Senhor Abade, parece-me que têm razão!*

Morgado — *Vamos lá! Ele é homem de virtude. Olhe que a morgada dava cabo da minha sobrinha Luísa, metendo-a a freira, quando ela tem sua inclinação para o Aleixo, filho do médico. Veio o Senhor Arcebispo, opôs-se, a rapariga tornou, como lá dizem, à vida e é capaz de arranjar marido.*

Alvares — *E parece-me isso muito bem.*

Abade — (com ênfase) — *Parece-lhes bem que um Arcebispo, o primaz das Espanhas, um verdadeiro senhor, se ande por aí rebaixando a tudo?! Parece-lhes bem que, mal chegado a Braga, mandasse vender a baixela de prata e alguma de ouro, e cortinados de damasco, e sedas do paço, que era uma corte no tempo do Senhor D. Gaspar, seu antecessor?! Parece-lhes bem que despedisse criados e porteiros e vendesse carruagens e coches?! E tudo isto para quê? Para andar a pé, para dar esmolas a quem bem lhe parece, para aperrear os párocos e fundar hospícios e dizer, muito ancho, que não é príncipe como o era o Senhor D. Gaspar! Que novidade! Bem se sabe que este Senhor era filho do Senhor rei D. João V, e que ele é para aí qualquer...*

tres» — (1877), tratando de SILVA GAIO, lamenta que ele não tivesse, a seu conselho, posto de parte a ideia de escrever um drama do mesmo tema do «Frei Luís de Sousa», com cujo autor não podia ombrear, isto sem embargo de considerar o «D. Frei Caetano Brandão» «uma obra de subido mérito».

TOMÁS RIBEIRO, no «Esboço Biográfico» de SILVA GAIO, posto à frente da 2.ª edição do «Mário», escreve:

«Depois do Mário, escreveu SILVA GAIO o D. Frei Caetano Brandão, drama em 5 actos, que foi representado com o aplauso que merecia no Teatro de D. Maria II. — Este drama foi objecto de longas e reiteradas discussões críticas, servindo assim de estudo a muitos dos nossos literatos, que nem sempre seriam porventura desapaixonados nas suas apreciações.»

Morgado — *Tem paciência, abade! Tem paciência! Não se lhe pode pôr outra pecha, senão a do sangue. É muito grande, muito grande; mas ele também não é do povo. Seu pai era sargento-mor de ordenanças...*

A segunda das transcrições pertence à penúltima cena do 3.º acto, na qual figuram o *Arcebispo* e *Álvares*:

«**Arcebispo** (tomando a mão de *Álvares* e trazendo-o à frente) — *Que íeis fazer, Senhor *Álvares*? Onde aprendestes a ser credor inumano?*»

Álvares (contendo-se com esforço) — *Que diz, Senhor *Arcebispo* de Braga?! O homem que encontra sua mulher e seu filho não terá direito, não terá justiça para dizer, seja a quem for — Dê cá! São meus! — ?*

Arcebispo (triste) — *Tendes, Senhor *Álvares*!*

Álvares (com ímpeto) — *Então?!*

Arcebispo (idem) — *Mas o meu amigo (apontando para o fundo), aquele homem também deve pensar que há, ou que pelo menos deve haver um direito que lhe garanta a mulher, nobremente escolhida para esposa, e a criança que tão desveladamente amou e educou.*

Álvares (assomado) — *Pois bem! Venham as justiças desta terra...*

Arcebispo — *Não falemos das justiças, Sr. *Álvares*; mas da justiça, do santo princípio...*

Álvares (interrompendo, com grosseria) — *Eu não sou um sábio, Sr. *Arcebispo*! Justiça ou justiças, não-de dizer-me que, sendo nulo quanto se fez, pois que sou vivo, devo tomar posse do que é meu! Não se canse comigo: guarde as prédicas para quem quiser ouvir-lhas.*

Arcebispo (com serenidade) — *Também não sou sábio, Sr. *Álvares*; e creio que, mesmo aos olhos da Justiça, vós tendes todos os direitos.*

Álvares (idem) — *Para que falamos então?*

Arcebispo — *Porque vós sois bom; porque é mister que o vosso espírito, agora exaltado, possa notar que a justiça, a estrita justiça, é insuficiente, por si só, para a alma humana: tão grande é esta! Pensai que encontráreis um desgraçado: a estrita justiça não vos ordena que o socorrais, e é por isso que o infeliz não tem o direito de exigir o vosso auxílio. A vossa consciência pode dizer-vos*

que não tendes culpa, que não concorrestes para aquela desgraça. É a vossa consciência ficará tranquila? E dormireis em paz quando Deus, na vossa alma, vos disser que, podendo auxiliar, o não fizestes?

Álvares (espontâneo) — *Não, decerto! Mas a que vem isso?*

Arcebispo (sereno) — *É que vos faltava a caridade! Agora, uni justiça e caridade. Fechai os olhos. Não vedes Deus?*

Álvares (mais brando) — *Sim; mas, Sr. Arcebispo...*

Arcebispo — *Perdoai-me que vos interrompa! (Abaixando um pouco a voz) — Aquele velho, que vistes, é uma alma generosa; tem oitenta e oito anos, e no calor dos seus affectos só lerieis uma juventude! Encontrou, quando era sadio e forte, uma formosa mulher, desamparada e pobre no mundo, se bem que rica, à vista de Deus, de bondade e de um tenro menino suspenso ao peito; deu a esta mulher, com tudo o que tinha, o seu nome, e ao menino, tão grande, tão santa amizade, que nem vo-la sei contar. Hoje é cego, ele que tanto viu, e tanto amou o que viu! Vive no caso os seus dias e amparado nos próprios affectos. (como-vido) Se lhos arrancam, feito é dele, que já lhe é bem vacilante a saúde! Agora, Sr. Álvares, por Deus vo-lo peço, reparaí que também podereis dizer: — «Não casasse, não se afeiçoasse, não protegesse! Não tenho culpa, nem ele tem direito para me pedir que lhe dê a esmola do meu silêncio, e de esperar pela sua morte próxima». — (Solene) Sim! Podeis dizê-lo; mas a caridade, se a não ouvirdes, quando ela vos pede piedade para o velho que está à beira da sepultura, há-de levantar-se na vossa alma, Sr. Álvares, com a figura do remorso e há-de clamar-vos que matastes o honrado protector de uma viúva de dezanove anos e o amparo solícito, dedicado, divino, do vosso filho! Entre a mulher e o filho, e vós, há-de erguer-se — crede-o! — a figura melancólica do pobre cego, que malais sem dó! E, para rematar, sereis o mais desgraçado dos homens, porque só quisestes ouvir a Justiça e fechastes a alma à Caridade!»*

Em 1906, por alturas do 1.º centenário do falecimento do Arcebispo, foi publicado em Braga, com prefácio do poeta JOÃO PENHA, o poemeto do Dr. ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA CORREIA SIMÕES, cónego da sé, intitulado «D. Frei Caetano Brandão», no qual o autor segue, com rigor e por vezes com minúcia, a vida e feitos do seu herói.

Eis um trecho do *Preâmbulo*:

*«Foi o Senhor D. Frei Caetano Brandão
Um vulto excepcional — imenso galardão!*

*Amplo sec'lo dezoito e no ano de quarenta,
A onze de Setembro, e sem casa opulenta,
Não longe de Azeméis, paróquia de Loureiro,
No bispado do Porto e distrito de Aveiro,
Nessa casa feliz, que inda talvez existe,
Veio à luz desta vida o venerando Antis'te.»*

(Pág. 14)

Agora, um passo que no-lo mostra em luta com o mau clero:

*«Reparte sempre o amor, derrama sempre a luz,
Alma de Claridade, espelho de Jesus!*

*Mas teve de encontrar as grandes resistências,
As lutas, as paixões, humanas impaciências,
O orgulho e a ambição, os lobos do rebanho,
Que buscam no redil sòmente o próprio ganho.*

*Serve todo o caminho; investem disfarçados;
Não entram pela porta, exploram desvairados;
Penetram lá no aprisco, ilegítimamente,
Sabendo aí entranhar-se, irreverentemente.*

*A «impetra» e «renúncia», ao prover benefícios,
«Contestações»... trabalho e muitos sacrifícios!*

*E sempre o homem justo e bom, mas inflexível;
Com erro e simonia é duro, incompatível!
Eis porque vai cuidar na reforma do clero,
E cuidar a valer, com todo intenso esmero.»*

(Págs. 81-82)

Finalmente, a referência à parte mais importante da obra social do grande Arcebispo:

*«Duas casas fundara em Braga o bom Prelado,
Que estão a assegurar, do seu pontificado,
Em todo o tempo e sempre, enquanto houver miséria,
— Frutos da Caridade, essa divina Artéria.*

*A casa da «Tamanca», asilo de meninas,
Órfãszinhas que ali brilham, como as boninas,
À luz da Religião — calor e seiva e alento —,
Que medram no corpinho e sobem no talento,
Nas prendas, instrução, muitas habilidades,
As próprias do seu sexo e daquelas idades:*

*Dirigidas ao Bem, refeitas à Virtude,
Com perfeições n'alminha e no corpo saúde,
— Casa que não tem preço, obra monumental.
Dum altíssimo alcance, indizível, vital!*

*Pelo Bem ficou sendo a excelência dos mimos
Desse illustre Primaz, que no-los deu opimos.*

*E, como em simetria, o asilo de rapazes,
Dos órfãos seminário, a fazê-los capazes
Das artes, da lavoira, indústrias e de ofícios;
Que os lava e lhes dá pão e os preserva dos vícios;
Na música os instrui e mete-os à ginástica;
Adestra-os em desenho e dá-lhes força e plástica;
Educa-os na doutrina e nos bons sentimentos,
E só deixa ser padre algum de mais talentos!...
— É outro monumento, outro imortal padrão
Do famoso pastor Frei Caetano Brandão.*

*Quantíssimo proveito, enormes benefícios!
Agasalha o orfãozinho, ali nos dous hospícios!»*

bibRIA (Págs. 128-129)

D. Frei Caetano Brandão também foi alvo de malquerenças e ataques por parte do Clero e da Nobreza bracarense, como já atrás foi afirmado e o leitor observou na primeira transcrição que fizemos da peça de SILVA GAIO.

Além disso, alguém altamente colocado escreveu uma espécie de poema herói-cómico, intitulado *Quixotada*, que por certo corria em cópias manuscritas. A ela se referiu o escritor ALBERTO PIMENTEL no seu trabalho — «Poemas Herói-Cómicos Portugueses» — (1922), no qual nos dá conta de que Inocêncio Francisco da Silva tirara uma cópia da *Quixotada*, constituída por «cinquenta e quatro décimas octossílabas, em que se propalam contra o virtuoso prelado as mais atrozes calúnias».

JOSÉ TAVARES

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

(Continuado de pág. 46)

V

O RELATÓRIO DO PRIOR PEDRO RODRIGUES DE AREDE (1767-1799) ACERCA DA IGREJA E FREGUESIA

ALGUMAS PALAVRAS DE INTRODUÇÃO

ENTRE os documentos encontrados no arquivo paroquial do Pinheiro da Bemposta merece uma referência muito particular a cópia de um relatório apresentado pelo Prior de S. Paio do Pinheiro da Bemposta, o Padre Pedro Rodrigues Arede que dirigiu os destinos da freguesia no último quartel do século XVIII (1767-1799). Este relatório dá-nos pormenores do mais subido interesse sobre direito de *apresentação* da freguesia que pertencia, *in solidum*, ao Padroado Real (n.º 1). Aliás as armas de Portugal, sobrepujadas pela coroa no cimo do retábulo-mor significam isto mesmo.

O rendimento global da freguesia era enviado para o Patriarcado de Lisboa, destinado à construção do futuro seminário da capital

A descrição da residência paroquial (n.º 3) faz-nos entrar no edifício actual que persiste ainda; a referência à igreja não é menos elucidativa, com a descrição das duas sacristias, entre as quais, como no meu tempo de rapaz, não havia qualquer ligação directa. A porta de ligação actual foi feita só no tempo do Prior Mons. Albino Soares de Pinho. E foi muita pena que, para a sua execução, se fizesse desaparecer o lavatório ou *lavabo* primitivo que eu conheci muito bem.

Na igreja refere-se a existência da imagem de *N.ª Senhora dos Escravos*, da parte do Evangelho, do lado oposto à de S. Pedro

ad Vincula que é um exemplar lindíssimo, de categoria museológico (n.º 5). Tinha só quatro altares, dois lateris e dois colaterais junto ao arco cruzeiro; os colaterais eram da invocação de *N.ª Senhora da Esperança* e *N.ª Senhora do Rosário*; os laterais, onde estão agora as imagens do Coração de Jesus e Imaculada Conceição, eram os altares do *Espírito Santo*, do lado da Epístola, e Senhor Jesus, do lado oposto (n.º 6). A imagem do Espírito Santo foi retirada para a sacristia no tempo de D. António Barroso.

Para desenvolvimento e manutenção do culto, nada menos de nove confrarias existiam na paróquia, sendo nada menos de sete na igreja paroquial (n.º 7).

Uma outra informação, com o maior interesse, é a que nos refere a existência, em fins do século XVIII, de uma capela com a invocação de S. Paio, padroeiro da freguesia, a qual se localizava junto à residência paroquial (n.º 9).

Quem o havia de adivinhar?

Foi pena que tivesse desaparecido, pois ao desfazer-se a igreja antiga, o retábulo-mor foi reconstruído nesta pequena capela e hoje seria do maior interesse termos um documento da velha reliquia desaparecida. Outras capelas referidas no relatório: Nossa Senhora da Ribeira, S. Silvestre (Curval), S. João Baptista (Quinta do Curval), S. Luiz (lugar de Figueiredo), S.º António, S. Sebastião e S. Tomé (todas na Vila da Bemposta), S. José (Quinta de Fontechãs).

Existia também um *Oratório Particular* na Casa do Capitão-mor João Pereira de Melo Leitão, de que, actualmente, se conserva ainda o tecto em maceira com caixetões e um armário na parede com a pintura primitiva; oxalá a família do capitão-mor, ainda proprietária da mesma casa, tenha o bom gosto de restaurar este oratório que eu conheci a servir de cozinha, logo à esquerda de quem entra na casa dos Arcos ou Casa do Capitão-mor que é uma das mais características do norte de Portugal, mesmo antes de lhe restituir os arcos que a embelezavam e foram entaipados.

Mais duas capelas completavam o número de nove: a de S. Tomé, em monte ermo, fora da vila da Bemposta e a do Senhor S. José, no interior da Quinta de Fontechãs, de que era administrador Inofre Teixeira de Almeida e Cuha.

Quanto a festas, celebravam-se «as que manda fazer a justiça por determinação de Sua Majestade Fidelíssima e as que os mordomos das confrarias e devotos costumam fazer» (n.º 10). Não havia dinheiro para muito mais.

A reparação e conservação do corpo da igreja competia aos paroquianos; a da capela-mor era obrigação dos Piores que percebiam «os divinos» para isso.

Porém, no futuro, a partir da publicação da Bula *Divini Redemptoris*, esta despesa correria por conta do Colégio futuro ou seu rendeiro (n.º 12).

No que diz respeito ao clero, além de dois ordinandos, que

eram uma esperança, só havia sacerdotes usados ou até decrepitos. Uma lástima numa freguesia que, com os seus oito lugares, tinha 286 fogos, com um pouco mais de 1.000 habitantes.

Porém, mais que este resumo, interessa conhecer o relatório, do Prior Pedro Rodrigues de Arede (1). Leia-se:

II.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor

Em observância da Doutíssima determinação de V. S.^a e acertada Carta-Circular, que com a devida submissão, reverência e respeito recebi da mão de V. S.^a, vou a dar satisfação e cumprimento na forma que nela se me declara com a individuação e clareza que pude alcançar respondendo distintamente a cada um dos Itens na dita Carta mencionados, a efeito de V. S.^a se certificar do estado em que está esta minha Igreja e Freguesia, para lhe dar a providência necessária tanto para o Culto Divino se celebrar com o devido asseio e reverência, como para a utilidade do bem espiritual dos fregueses dela. E respondendo ao *primeiro*, é o que se segue.

— I —

1.^o É esta igreja, e foi sempre do Real Padroado *in solidum*, e desde a sua fundação sempre foi Priorado e como tal nela me colei por carta e apresentação de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde e da mesma forma todos os meus antecessores sem uemória do contrário.

2.^o Consiste o rendimento dela, dos frutos certos e dizimais, em novecentos oitenta e tantos mil réis, que por tanto se rematou na corte de Lisboa aplicado o dito rendimento para um futuro Seminário pela Bula, que apareceu, intitulada *Divini Preceptoris*, ficando por ela desmembrado e unido o seu rendimento ao dito futuro Seminário, reservando a ténue cômgrua de cento e cinco mil réis para o Pároco dela, sendo este o segundo ano que a Patriarcal percebe o rendimento total dos frutos dela. E os incertos são tão ténues e limitados que se não pode fazer total juízo do seu rendimento em razão de que pelo bem da alma de cada defunto que são três officios de nove lições ou nocturnos por uso e costume desta Paróquia, não tem o Pároco dela mais do que três carneiros, três alqueires de trigo e no fim do ano dois mil réis de amenta: e a esmola como cada um dos mais Reverendos Sacerdotes, vindo com esta esmola e assistência em importar pároco com a obrigação de três missas cinco mil reis. Renderá o foliar seis mil réis que consiste em pouco dinheiro, alguma galinha e

(1) Vid. *Arq. do Dist. de Aveiro*, n.^o 127, vol. xxxii, 1966, pág. 199.

tudo mais em ovos. Importa o Sanctorum em seis mil réis pouco mais ou menos por ser uso e costume dar cada casal quarenta réis que quase metade pela sua pobreza o não dão. Por cada assento de Baptisado e Casados cem réis. Estes são os usos e o rendimento dos frutos incertos, e não tem mais cousa alguma de foros ou pensões do que cento e cincoenta réis de Direito dominical de um praso que nunca recebi nem o meu antecessor. Vindo assim a ficar não sòmente eu mas também os meus sucessores sem a cõgrua sustentação para nossas pessoas; e muito menos por se não pagar a Cura a quem dou trinta mil réis da minha bolsa e necessitar esta freguesia não só de um mas de dois que sempre teve no tempo do meu antecessor e seus predecessores residindo estes actualmente nesta igreja; e como presentemente me acho embaraçado com várias diligências deste Juízo Eclesiástico e do tribunal do Santo Officio a que não devo faltar, muito mais se necessita de dois Curas a quem parece se deve pagar suas respectivas cõgruas dos frutos certos e divinos desta Igreja.

3.º Tem esta Igreja Fábrica certa, administrada pelo Juiz dela, tão ténue que consiste o seu total rendimento em um vintém anual de cada fogo ou casal encabeçado e dez réis de cada solteiro e de cada sepultura que se abria dentro da igreja trezentos réis; e não tem mais rendimento algum.

Consistem as casas desta Residência de duas salas forradas e pintadas com seu eirado arruinado e com uma casa térrea solhada e forrada para hospedagem cujo forro e tecto está muito danificado e muito pior a cozinha que se acha arruinada de paredes sem portas, sem fechaduras e o tecto vindo-se abaixo, necessitando de ser reformada de novo e levantada pela altura da mais Residência para a expedição das águas onde é contínuo o temporal e para boa acomodação da família dos Reverendos Párcos por não ter capacidade para isso. Acha-se uma das salas com sua ruína necessitada de janelas novas pelas que existem estarem gastas com o tempo e temporal que vem da parte do mar que lhe fica defronte: não falando no maior perigo da mesma sala que se acha para a parte da entrada com total ruína. E necessitam de duas janelas e de duas portas interiores com suas fechaduras os quartos que ficam debaixo do eirado acima declarado; por se achar totalmente sem elas e exposta a Residência a ser roubada. Acha-se o pátio da mesma Residência com umas portas velhíssimas e como se as não tivesse, e as cavalariças da mesma forma necessitando também delas novas e de se lhe reformarem as madeiras por estarem os telhados delas vindo-se abaixo ao que está obrigado o Rendeiro dos Divinos da mesma Igreja.

Tem esta Igreja passais em ela e Residência situada no meio deles, que, para logradouro dos Párcos dela, constam de terras suas dois pomares com algumas árvores de espinho e alguma fruta de verão e de inverno e muita parte delas consta de matas para

lenhas e estrumes e de uma devesa de castanho e ninguém se utiliza dela mais do que os Reverendos Párcos até o presente: e não tem outro género de bens que lhe fossem doados ou deixados por título algum.

4.º É o templo desta Igreja magnífico e dos melhores do Arcediagado de Vouga formado de pedra e cal com uma só nave, porta principal, duas travessas estas velhas e incapazes e aquela nova oleada e com muita valentia. Tem doze frestas quatro na capela-mor, seis nos lados da Igreja e duas no frontispício, todas correspondentes ao mesmo templo que o fazem vistoso com a sua grandeza, tem suas vidraças inda que algumas quebradas com suas redes de arame por fora; tem uma magnífica torre com sua entrada por dentro da Igreja que dá serventia para o coro que está correspondente pela sua altura à mesma Igreja: tem dois sinos um dos quais serve de relógio; é toda forrada de madeira de castanho com toda a valentia em forma de arco de quinto com moldura alta; e por se lhe não vedarem as águas, já em parte tem sua danificação e princípio de ruína.

Tem duas sacristias para a parte da Epístola uma respectiva à capela-mor com os caixões muito bem feitos e seguros para os paramentos dela com seu oratório com uma imagem de Cristo de boa forma emulto com várias imagens e dois espelhos que a ornam, necessita de ser solhada de novo e de se lhe consertar o supedâneo e o lavatório que não conserva em si água alguma por estarem devassas as chaves dos registos e de se lhe reformarem os telhados por chover em muita parte dela. E a outra com seus caixões para uso e guarda das ceras e peças das confrarias e necessita também de reforma dos telhados e se lhe mudarem os caixões para outro lado pela humidade que percebem do lavatório e de um supedâneo novo. Tem um só púlpito para a parte do Evangelho, fonte baptismal e pias de água benta em todos seus lugares necessários. Tudo se acha bom menos a pia baptismal que além de ser pequena se acha com sua quebradura e se necessita de uma nova correspondente ao mesmo templo. Anda-se reformando o soalho de madeira e necessita de umas grades para o comungatório e boa guarda dos altares.

5.º O altar-mor desta Igreja tem a grandeza correspondente a ela, está separado do sacrário e tribuna perto de cinco palmos, indecência grave pelo perigo que pode acontecer na administração do SS.º Sacramento; necessitando de se unir ao mesmo sacrário que se acha com toda a perfeição e asseio para a guarda do SS.º Sacramento. Tem uma tribuna magnífica com seu trono e camarim tudo de talha dourada, suposto que formalizada â antiga. Acha-se colocada nela a imagem de Nossa Senhora dos Escravos para a parte do Evangelho, que é perfeitíssima, inculcando a mais ardentíssima devoção. E para a parte da Epístola

a de S. Pedro ad Vincula que também está perfeitíssima uma e outra de vulto. E desta mesma parte logo immediata a de S. Francisco e da outra do Evangelho a de S. Paio padroeiro desta Igreja, todas de boa forma e de vulto mais pequeno. E não tem mais santo algum de vulto, e sòmente dois paineis, um para a parte do Evangelho com o martírio de S. Paio, e outro para o da Epístola com a imagem de Santo António, um e outro no mais alto da tribuna. Tem o dito altar-mor uma banquetta de castiçais de prata sem cruz e duas de pau com suas cruces dourada uma com seu crucifixo e prateada com sua cruz sem crucifixo. Declarando que estas são da confraria do SS.^{mo} Sacramento. Não há sepultura alguma na capela-mor mais do que a que pertence ao Pároco. E declaro mais que a capela-mor e tudo o referido respectivo à sacristia eram até o presente obrigados aos RR. Piores meus antecessores cuja obrigação havendo de se executar a bula acima declarada passa para a Patriarcal ou ao Rendeiro dos Divinos desta Igreja. Tem toalhas usadas todas. Tem três frontais ingrados, dois de damasco roxo e encarnado em bom uso, e verde outro de melânia, necessita de um branco pelo não ter, e de um missal por se servir com os das confrarias: e de umas galhetas novas com seu prato.

6.º E pelo que respeita aos paramentos de uso da sacristia, vasos sagrados de serviço immediato da missa e ornato dos altares são os que se seguem. Sete casulas de damasco branco com seus galões e franja de seda amarela inda em bom uso excepto quatro destas que necessitam de sebastos dianteiros por se lhes acharem rotos e diluídos, forradas todas de olandilha. Tem mais duas de damasco encarnado e uma delas com sebastos de veludo da mesma cor, ambas usadas. Mais duas de damasco verde uma, nova com galão de ouro fingido, e roxa outra guarnecida com galão de seda amarela de bom uso. Mais duas de melânia verde uma, e outra encarnada ambas velhas. Mais quatro de osteda roxas três, e branca uma com sebastos e guarnição da mesma encarnada: todas com suas estolas e manípulos das suas qualidades. Nove alvas de linho grosso e só três estão em bom uso, e as mais incapazes de servirem. Sete amitos e só um está são. Três cordões todos incapazes. Nove bolsas de corporais das quatro cores em bom uso. Seis mesas de corporais todos bons e guarnecidos de renda e com suas palas líneas. Doze sanguinhos. Catorze véus das quatro cores, todos usados. Três cálices de prata com suas patenas e colherzinhas da mesma, necessitam de serem dourados ao menos nas copas e lábios e patenas pela parte superior. Duas estolas de paroquiar, roxa uma em bom uso de damasco de ouro e outra do mesmo, branca já usada: necessita-se delas verde e encarnada. Duas capas pluviais de damasco branco, uma quase nova, e outra de melânia roxa já velha: necessita-se dela de damasco nova e de verde e encarnada pelas não haver. Quatro

toalhas de linho grosso para uso do lavatório. Há na sacristia Inquiridion das missas solenes e mais funções da estante; dois Rituais de Paulo Quinto e um Livro de Offícios de Defuntos, todos já velhos e usados; e um Processionario em bom uso.

Tem esta Igreja mais quatro altares, os dois colaterais junto ao arco cruzeiro, da invocação de N. Sn.^a da Esperança da Epístola com sua imagem de vulto perfeitíssima. E da parre do Evangelho a de N. Sn.^a do Rosário da mesma forma e perfeição, ambas com seus retábulos de talha dourada mas disforme pelo uso, e lhet caído o ouro, metidas ambas no vão da parede, ornados estes altares com pedras de ara, três toalhas cada um, seus frontais de damasco das três cores menos a verde, com suas banquetas de quatro castiçais de pau prateados e cruces do mesmo à romana com cruxifixos: administrados pelos mordomos das mesmas Senhoras. Os outros dois ficam nas costãs da Igreja, mediatos aos sobreditos altares correspondentes um ao outro. O do lado da Epístola da invocação do Espírito Santo e o da parte do Evangelho do Senhor Jesus, com suas tribunas de talha dourada sem defeito, com todo o mais asseio que os dois acima declarados, administrados pelos seus respectivos mordomos: com suas lâmpadas de arame pequenas, e os três acima declarados com elas de prata de ordinária grandeza.

7.^o Há nove confrarias nesta freguesia, a saber, sete na Igreja dela e duas fora dela, como são a de N. Sn.^a das Candeias da Ribeira e a de S. Sebastião da vila de Bemposta; consiste o pouco rendimento destas em alguma esmola que se tira pelos devotos em dia de S. Miguel; não se sabe seu instituto mais do que principarem por devoção suas festividades e os Provedores obrigarem os devotos a terem livros e a registarem-se naquele Juízo. As mencionadas da Igreja são a primeira do SS.^{mo} Sacramento. Do seu instituto não há memória: consiste o seu ténue rendimento nas esmolas que anualmente se tiram e de alguns foros que se lhe deixaram com encargos e obrigações de missas que constam da tábula serem cinco resadas, uma dia de Reis, outra de S. Francisco cantadas e quatro aniversários de vários defuntos in perpetuum.

Administra esta confraria uma capela de missa quotidiana para o que tem a juro três mil cruzados de capital vindo a ficar a confraria de conveniência em cada ano duas terças partes de acréscimo da dita missa quotidiana para cuja administração tem livro separado de que se toma conta pelo Provedor.

Administra mais outra capela de missas de domingos e dias santos para o que tem de capital seiscentos mil réis a juro com seu livro separado de que se toma conta por este Juízo Eclesiástico no tempo da visita. E de uma e outra se satisfaz na forma que determinaram seus instituidores.

Tem esta confraria dois pontificais, um de damasco de ouro

branco com o seu pluvial, véu de ombros, frontal, pálio e vasos de prata e pano de púlpito, e outro de seda encarnada com seu pluvial, frontal e pálio forrado de veludo com suas sanefas de damasco dourado, para as suas festividades. Conserva mais duas píxides de prata dourada uma maior e outra mais pequena com suas coberturas de damasco com sua espiguiha de ouro já usadas para o sacrário, e um cális de prata em boa forma com sua patena e colherzinha tudo dourado, bolso de corporais da mesma qualidade do paramento com sua mesa de linho fino guarnecida de renda e uma custódia de prata dourada feita à antiga, duas galhetas com seu prato de prata também ao antigo. Tem vaso de prata para uso da comunhão e outro de castanho, turíbulo e naveta de prata. Tem mais seis portadas de cortinas duas de damasco de ouro encarnado com galão e franja de ouro e quatro de damasco liso guarnecidas de seda crua, tudo para ornato da capela-mor nas suas festividades. Manda esta confraria por costume antiquíssimo dizer missa todas as sextas-feiras e domingos três de cada mês.

A segunda que é a de *N. Srr.^a do Rosário* não se sabe do seu instituto. Consiste o fundo dela em esmolas pedidas pelo S. Miguel de cada ano; terá de capital cem mil réis em dinheiro a juro mais alguns poucos foros e estes com obrigação de dezassete missas resadas e um aniversário.

Administra mais uma capela de cinquenta missas para o que tem de capital trezentos mil réis. Tem mais obrigação esta confraria de missa cantada com procissão todos os domingos primeiros de cada mês e missa resada todos os sábados do ano: não se sabe deste princípio e dá conta no Provedor. Tem esta confraria para as suas festividades um pontifical de damasco branco guarnecido de galão já usado. Tem mais seu pluvial, véu de ombros e pano de púlpito do mesmo; um cális com sua patena de prata mais um guião de damasco branco com sua cruz de prata. Duas portadas de cortinas de damasco encarnado com seus galões de seda amarela e tudo o referido é bem administrado.

A terceira que é a de *N. Srr.^a da Esperança* não se sabe o seu princípio ou instituto, não tem rendimento algum mais do que as esmolas que tiram os mordomos pelo S. Miguel nem despesa mais alguma do que a da festividade do seu dia; terá de líquido três moedas pouco mais ou menos e toma conta dela o Provedor.

A quarta que é a do *Senhor Jesus* não tem rendimento mais algum do que as esmolas de forma que não chegando estas para o sustento e asseio do seu altar, tomou um devoto conta dele e administra quase à sua custa e lhe faz sua festa no primeiro de Janeiro. Tem seu guião de setim encarnado com sua cruz de prata.

A quinta que é do *Divino Espírito Santo* cujo princípio se ignora, não tem rendimento algum mais do que a esmola que tiram os mordomos dela que apenas chega para o asseio do seu altar. Esta e aquela dão conta no Provedor; tem seu guião com uma pomba de prata.

PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

A sexta que é a de *N. Snr.^a dos Escravos*, o seu instituto principiou por devoção, e haverá vinte e um anos pouco mais ou menos que se instituiu confraria por ordem do Provedor, não tem rendimento algum mais do que alguma esmola que ordinariamente consome na festa do seu dia.

A sétima que é a das Almas e é mais Irmandade que confraria e foi instituída há anos por autoridade ordinária de quem toma conta o mesmo ordinário. Terá de liquido pouco mais ou menos trezentos mil réis. Consiste o seu rendimento em esmola anual que pagam os Irmãos cinquenta réis cada um e em esmolas que se tiram pelo S. Miguel. É o seu compromisso de muita edificação. Tem seu pontifical de seda roxa com dois guiões de damasco verde com cruces de prata e ornato de baeta preta e atuúde de veludo preto com franja e galão de ouro para essa dos aniversários. Tem obrigação de duas missas por um defunto particular. É obrigada a mandar dizer missa das almas todas as segundas-feiras do ano. E na primeira terça-feira de cada mês um officio de nove lições com o número de todos os dez Irmãos sacerdotes, e um Aniversário nos oitavários dos Santos. E por cada Irmão defunto se fazem três nocturnos do n.^o de dez P.P. com obrigação de missa de esmola e cada um cem réis. Não há dissensões entre seus Irmãos e menos entre estes e o Pároco.

8.^o Não há mais obrigação de missas perpétuas nesta Igreja mais do que as que vão mencionadas no número sétimo acima declarado e a esmola delas é muito ténue em razão de serem a de umas 50 réis 60 e 70 réis e poucas são de 100 r. porém sempre se dizem e satisfazem desde o seu princípio até o presente sem omissão alguma.

9.^o Não tem esta Igreja mais alguma que lhe seja anexa e só há nesta freguesia as capelas seguintes:

Primeira a Capela de *S. Paio* junto à Residência desta Igreja feita e reedificada de novo de pedra e cal com suas cruces e pirâmides dos entabolamentos de esquadria fingida. Tem sua tribuna de pedra de Ançã com duas imagens de vulto da mesma pedra e de forma decente, uma de *N. Snr.^a da Conceição*, outra de um Santo Papa da invocação antiga de *S. Paio*. Conserva a mesma tribuna sacrário de pedra com sua porta de pau com a sagrada verónica, conservando a mesma tribuna e altar na forma que antigamente era a Igreja velha que por se mudar há anos se reedificou na capela-mor a dita capela, que se acha bem feita e segura forrada de madeira de pinho de forma arqueada, dealbada por dentro e por fora com suas portas de castanho no frontispício oleadas de encarnado, não iem frontal algum e menos paramentos; está obrigada a ela a Fábrica menor; não tem obrigação de missas e sòmente a ela vai a procissão dia de *S. Paio* orago da dita Igreja e dia da Comemoração dos fieis defuntos.

Segunda a Capela de N. Sn.^a da Ribeira sita na Ribeira dos Covais de extremosa grandeza, reedificada e dealbada por dentro e por fora de novo, com sua capela-mor, com seu arco e junto a ele dois altares colaterais, ladrilhada de tijolo, forrada de madeira de castanho de quinto em forma arqueada; tem seis frestas duas na capela-mor e quatro no corpo dela com suas grades de ferro além das quais tem um óculo no frontispício que a faz clara e junto à porta principal conserva um coberto sustentado com quatro colunas de pedra, bem feito e seguro e forrado de madeira de pinho e bem vedado das águas; portas principais de madeira de castanho em bom uso e de cada lado suas frestas com grade de ferro e por remate do portal principal tem um retábulozinho com seu nicho bem feito de pedra de Ançã em que se acha colocada a imagem da Sn.^a Santa Catarina de pedra de Ançã em boa forma e só se acha defeituosa por ter quebrada a mão direita. Tem seis entabouamentos com suas cruzes e pirâmides tudo de esquadria fingida e seu campanário com um sino pequeno.

Tem sua tribuna de pedra de Ançã, a capela-mor pintada de várias cores com duas ordens de imagens; no meio da primeira ordem tem debuxadas e esculpidas as imagens de N. Sn.^a e S.^{ta} Isabel no mistério da visitação da parte da Epístola e da do Evangelho a de S. Tomás estas de vulto e de boa forma; na segunda conserva no meio a imagem de N. Sn.^a da Ribeira com seus mantos e saias de seda para se ornar de corpo suficiente e na última perfeição com sua coroa de prata e o Menino que está perfeitíssimo com resplendor da mesma; da parte da Epístola S. Gonçalo e da do Evangelho S. Domingos ambas de pedra de vulto e perfeitas. Em todo o fundo da dita tribuna se acham duas estátuas de pedra ançã da parte da Epístola uma e do Evangelho outra primeira que se acha para a parte da Epístola no traje de viúva e segunda para a parte do Evangelho com hábito de Religioso de S. Domingos com um anel episcopal em o dito polegar da mão direita e com uma mitra diante de si e ambas de joelhos com as mãos levantadas por estilo devoto. Acham-se junto à primeira estátua uma pedra ançã com armas episcopais e a segunda outro com o letreiro seguinte:

«Esta ermida da Virgem Santíssima Nossa Senhora da Ribeira mandou fazer neste lugar e onde estava a antiga Dom Frei Sebastião da Assunção Bispo de S. Tiago e Ilhas de Cabo Verde, e Guiné, e Religioso da Ordem do Glorioso Padre S. Domingos por seus Avós e pais e ele terem muita devoção a Esta Senhora e deixou-lhe renda para a Fábrica e missas em todas as Festas de Nossa Senhora / mostra-se que foi lavrado o dito letreiro no ano de 1611.»

Porém até o presente não há memória tenha renda alguma da que faz menção o dito letreiro; antes a Fábrica desta e a con-

fraria a sustentam de todo o necessário. Tem duas estantes uma de couro outra de altar, pia de água benta sobre uma coluna, seu púlpito fixo na parede para a parte do Evangelho e lageado de tijolo. Tem uma vestimenta de damasco branco guarnecido com franja miúda amarela já usada, alva e amito novo, bolsa de damasco branco do uso da vestimenta, uma mesa de corporais, véu branco novo guarnecido de seda amarela, outro verde e usado, sete sanguinhos, um cális, patena e colher de prata, quatro toalhas do altar, duas novas guarnecidas de renda e duas já usadas, dois manusterjos e um missal reformado de novo. Tem galhetas e prato de estanho velhas e necessita de uma cruz decente para o meio do altar decente. Tem frontal de madeira por pintar. Os altares colaterais tem um a imagem do Apóstolo Santo André e o outro que é da parte do Evangelho tem a imagem de São Sebastião, está com pés braços e pescoço quebrados e aquela também de pedra e perfeita. Não se diz missa nestes altares por lhe faltarem frontais, coberturas, toalhas e o mais necessário para isso.

Acha-se nesta capela estabelecida a confraria de N. Sn.^a das Candeias; não se sabe o seu princípio. Consiste o seu rendimento nas esmolas tiradas pelo S. Miguel; terá de líquido quinze mil réis; não tem obrigação alguma mais do que a despesa da festividade da mesma Senhora e reparar a Capela do necessário. Toma dela conta o Provedor.

Terceira a capela de S. *Silvestre* no lugar do Cúryal que se acha reedificada de novo; é de capacidade ordinária, ladrilhada de tijolo, portal e janelas de esquadria, estas com grades de ferro e aquele com portas de madeira de castanho em bom uso com sua fechadura forrada de pinho de terço em arco principiado a apodrecer junto aos entabolamentos por causa da chuva; tem um único altar com frontal de madeira pintado, supedâneo de madeira, retábulo de pedra ançã e nele três imagens no meio a de N. Sn.^a da parte da Epístola, a de S. Braz e do Evangelho a de S. *Silvestre*, todas de pedra e de vulto de forma decente. Tem mais as imagens de S. Gonçalo e de S. Lourenço imediatas ao retábulo também de pedra e encarnadas todas à antiga e principiada a encarnação a desfazer-se.

Tem três toalhas para o altar, duas novas e uma com seu uso, dois castiçais de metal e estante do altar, pedra de ara antiga, um missal usado, cális, patena e colher de prata, tudo muito bom, uma vestimenta de osteda branca com sebastos e guarnição da mesma encarnada já usada, uma alva, amito e cordão em bom uso, dois sanguinhos, uma mesa de corporais com sua bolsa de osteda branca encarnada e roxa e um só véu branco, galhetas com seu prato de estanho velhas e um sem cobertura, uma branca muito velha com sua gaveta para guarda dos paramentos; é administrada pela fábrica desta Igreja, e não tem obrigação alguma. Tem seu campanário com seu sino pequeno e a ela vão as procissões desta Igreja dia da festividade de S. *Silvestre* e nas Ladainhas de Março.

Quarta a *Capela de S. João Baptista* sita na quinta do Curval junto às casas da mesma; foi sempre partiicular da mesma quinta, que se me certifica ser hoje senhorio dela a Casa de Anadia em virtude de uma rematação feita ao Morgado de Gonçalo de Almida, do Porto. Acha-se em miserável estado, paredes, tecto e telhado todo arruinado e quase profanada por entrarem nelagados e animais imundos pela pouca segurança das portas que sempre estão abertas sem embargo de recomendação que se tem feito aos caseiros para as fecharem. Acha-se sem retábulo, cinco imagens que tem de vulto de pedra e uma de pau todas truncadas de pés, braços e narizes que se desconhecem pela sua deformidade; não tem paramentos alguns nem ornato para o altar. Um coberto que tinha está caído já em terra; mete compaixão ver o miserável estado em que está. Poucos anos há se celebrava nela e se fazia festa a S. João e S.^{to} Amaro, indo desta Igreja a ela as procissões nesses dias; não se sabe que tenha obrigação de missas e por se achar dentro na quinta presume-se o dono dela a dotaria no seu princípio para o asocio dela. Necessita de ser reformada de todo o necessário ou de se demolir pela indecência com que se acha.

Quinta a *Capela de S. Luís* do lugar de Figueiredo; acha-se reedificada de novo e guarnecida de cal fina por dentro e por fora tem só uma porta principal e a que se fecha em bom uso com sua chave e fechadura duas frestas no frontispício com suas grades de ferro, seu campanário e sino pequeno e entabolamentos que a ornam de esquadria fingida ladrilhada de tijolo, um só altar com seu retábulo de talha bem feito por dourar e nele colocadas três imagens no meio a de S. Luís Rei de França de vulto e de boa forma mas o estofado e encarnado imperfeitissimo da parte da Epístola a de S.^{ta} Maria Madalena e do Evangelho a de S. Domingos encarnadas de novo mas imperfeitissimas; tem uma cruz de pau por pintar e de estilo grosseiro; acha-se sem pedra de ara por se achar quebrada a que existia; tem um púlpito portátil de madeira, um cális patena e colher de prata, uma mesa de corporais com sua renda, bolsa para ela de osteda branca, encarnada e roxa dois sanguinhos uma vestimenta de osteda branca com sebastos e guarnição encarnada, uma alva, cordão e amito tudo usado, véu de cális de seda encarnada, um missal usado e duas galhetas de estanho com seu prato. Não tem obrigações algumas; é administrada pela Fábrica desta Igreja e não tem confraria e só os devotos do Santo fazem a festa no seu dia.

Sexta a *Capela de S. António* sita na vila da Bemposta de que é Administrador o capitão-mor João Pereira de Melo Leitão deste lugar e freguesia do Pinheiro; é ordinária, feita de pedra e cal à antiga; tem só uma porta principal já muito usada, seu campanário com seu sino pequeno lajeada de cal e areia, forro de pinho e velho com um só altar e seu supedâneo de madeira e com imperfeição e retabulozinho em que está colocado o Santissimo; acha-se

PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

ornado com duas toalhas em bom uso com sua cobertura de carneira encarnada e com um frontal de chita já usado; a imagem de Santo António é de pau em boa forma e perfeição; tem um cális com sua patena e colher de prata, um véu branco de seda em bom uso, sete sanguinhos com alguma imperfeição, uma mesa de corporais com sua renda e bolsa para eles de damasco branco e encarnado já usada, uma vestimenta de osteda encarnada com sebastos e guarnição da mesma branca, uma alva com seu cordão e amito já velhos e outros usados com sua resgadura. Um missal em bom uso estante do altar para ele, pedra de ara nova; necessita de uma cruz para o meio do altar e de ser pincelada de cal fina por dentro e por fora; tem obrigação de missa semanária e cinco no dia do Santo e destas uma cantada as quais se não dizem todas no mesmo dia por não haver sacerdotes porém a umas e outras se dá satisfação em outros dias segundo se me informa e delas toma conta todos os anos o Dr. Provedor.

Tem o mesmo capitão-mor um *Oratório particular* em sua casa fechado e separado das mais salas dela que se acha com toda a perfeição; o altar dele se acha ornado com sua banquetta sobre a qual estão várias imagens de Santos de vulto pequenas, perfeíssimas, com duas toalhas finas com sua renda, pedra de ara nova frontal de damasco branco com sebastos encarnados, alva guarnecida de renda, amito e cordão tudo em bom uso cális patena e colher de prata missal antigo mas em bom uso e no meio do altar uma cruz com imagem de Cristo de marfim, tem galhetas com seu prato de estanho fino. Sou informado que há cinco anos se não diz missa nele.

Sétima a capela do Senhor S. *Sebastião* sita também na vila da Bemposta onde se recolhem as Procissões Reais e a do Corpo de Deus é feita de pedra e cal com seu arco cruzeiro e capela-mor; não tem mais do que um altar desta, tem seu campanário e sino pequeno; necessita de ser levantado o corpo dela e posto em altura proporcionada à da capela-mor; tem duas frestas no frontespício quadradas com suas grades de ferro as portas dela de castanho ainda em bom uso e oleada com ferrolho e fechadura, acha-se o corpo dela forrado de madeira de castanho já velho e o pavimento solhado de madeira de pinho inda em boa capacidade e para a parte do Evangelho tem púlpito fixo com suas grades e da mesma parte uma fresta; de frente desta outra na costã das paredes; a capela-mor tem seu retábulo pintado de várias cores e nele se acham colocadas as imagens de S. Sebastião e de S. Braz ambas de vulto de boa forma e encarnadas de novo; tem quatro frestas muito pequenas lageada de cal e areia e forrada de madeira de madeira de pinho pintada de pedra fingida. Acha-se o altar dela ornado com frontal de madeira pintado e outro de damasquillo guarnecido com franja miúda de seda tudo encarnado; tem cális com o pé de estanho dourado e o copo dele, patena, colher de prata, duas mesas de corporais com sua renda com duas bolsas para eles

uma de damasco branco encarnado outra de melânia encarnada forrada de seda verde inda em bom uso. Duas alvas usuais, dois amitos, um cordão, três vestimentas uma de damasco encarnado quase nova com galão de seda amarela, outra de melânia encarnada guarnecida de franja miúda em bom uso e outra de veludo, preto com galão falso três véus encarnados três toalhas do altar pedra de ara grande, dois castiçais de estanho, galhetas de estanho com seu prato tudo em bom uso, um caixão de castanho com duas gavetas para os paramentos, escabelo com caixa de fechadura para a cera, duas estantes de coro e altar, missal em bom uso com confessionário quatro tocheiras de pau pintadas uma lâmpada pequena de arame e uma pia de água benta à entrada da porta.

Acha-se estabelecida nesta capela a confraria do S. Sebastião cujo princípio se ignora, não tem rendimento algum do que as esmolas que se tiram pelo S. Miguel nem obrigação mais alguma do que a despesa da festividade do Santo e ornato da capela por causa do que se acha alcançada; toma dela conta o Provedor da Comarca.

Oitava a *Capela de S. Tomé* sita em monte e ermo fora da vila da Bemposta; é feita de pedra e cal muito ordinária na grandeza; não tem mais do que um altar e porta principal com ela de castanho mas inda em bom uso; tem no frontespício duas janelas pequenas com grades de ferro seu campanáriozito porém sem sino, parte dela ladrilhada de pedra e o mais em telha vã forrada de pinho com sua danificação por causa das águas; tem seu retábulozinho antigo no qual se acham colocadas duas imagens de pedra, uma do Senhor S. Tomé e outra do Senhor S. Braz encarnadas de novo e decentes; uma e outra tem duas estantes uma para o altar outra de coro inda em bom uso, um cális copa e patena de prata e pé de estanho fino, uma mesa de corporais de linho com sua renda, bolsa de damasquilho branco e encarnado, véu de seda encarnada, pala línea, missal, dois castiçais de estanho fino, duas pedras de ara tudo bom e com especialidade o missal. Uma vestimenta de osteda branca com sebasto e guarnição da mesma encarnada, alva, amito e cordão em bom uso; necessita de quatro sanguinhos, tem duas galhetas com seu prato de estanho, duas toalhas em bom uso, frontal de madeira pintado e no meio do altar uma cruz com uma imagem de Cristo de forma grosseira. É de pessoas particulares; tem obrigação de doze missas pelo decurso do ano e no dia do Santo, cinco rezadas de esmola e cinquenta reis as referidas doze e as cinco no dito dia a cem reis cada uma de esinola e no mesmo dia do Santo uma cantada de esmola de cem reis e um vintém de Presidência ao Pároco; necessita de ser dealhada de cal fina por fora e por dentro. Consta-me as mencionadas missas se dizem todos os anos; mas não na forma que determinou o primeiro instituidor em razão de que no dia do mesmo Santo apenas se canta uma e as mais se satisfazem em diversos dias. Tem fazendas obrigadas para a dita satisfação e

PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

fábrica e ornato da mesma capela. Dá conta na Provedoria; os actuais administradores são M.^o de Almeida e outros da vila da Bemposta.

Nona a *Capela do Senhor S. José* sita no interior da quinta de Fontechãs da qual é administrador Inofre Teixeira de Almeida e Cunha; é de ordinária grandeza é feita de pedra e cal com altura comprimento e largura bem proporcionadas com dois portados principal um e na costã para a parte do Evangelho outro, boas portas de madeira de castanho novas com suas chaves e fechaduras, um óculo no frontespício e junto à porta principal duas frestas em esquadria com suas grades de ferro, ladrilhada de tijolo e forrada de castanho de terço em forma arqueada com duas linhas do mesmo para a segurança dela, com seu coro gradeado miudamente e oleado de verde tem, púlpito portátil de madeira de castanho, sua banca com gaveta para a guarda dos paramentos, pia de água benta e galheteira de pedra em esquadria, seu retábulo de talha dourada recolhido em um arco de esquadria com seu varão e cortinado de seda com seu galão de prata e no dito retábulo se acham colocadas as três imagens de Jesus, Maria e José significando a fugida para o Egipto, todas de vulto e de forma espeziosa e perfeitíssima com seus bordões dourados, a Senhora com sua coroa de prata e o Senhor S. José e Menino com resplendores da mesma. Tem mais esculpidas na talha do retábulo, da parte do Evangelho, a imagem do Senhor S. Francisco no mistério da impressão das chagas e S.^{ta} Apolónia. E da Epístola S.^{ta} Luzia e outra imagem de uma Santa cuja invocação não se sabe, e no alto do retábulo as imagens de S.^{to} António e do Menino Jesus. Tem sua cruz de pau preto, o altar com uma imagem de Cristo de marfim, título e remates da mesma cruz de prata, um escabelo com caixa e fechadura, campanário com sua campainha.

Tem um cális de prata com a copa por dentro e por fora e patena pela parte superior e colher de prata tudo à moderna duas mesas de corporais finos com sua rendinha e palas lineas, com a mesma seis sanguinhos, quatro vestimentas de tela encarnada prateada com galão da mesma, uma outra de damasco branco guardada de galão de seda amarela ambas novas; de damasco branco outra com sebastos de tela encarnada com os quartos dianteiros já diluídos e outra de damasco roxo já usada com seus manípulos e estolas todas correspondentes, duas alvas uma de esguião nova com seus costados de renda e esta na fimbria, punhos e bocal esta nova outra em bom uso, seis amitos, um cordão, tudo em bom uso, quatro véus de seda dois encarnados roxo um é branco outro todos quase novos, duas bolsas de corporais de damasco quase novas, um missal com seu caderno dos Santos Crúzios por apenso, quatro toalhas para o altar todas boas, um frontal de madeira pintado, outro de tela de prata encarnada com seu galão de prata, duas pedras de ara, dois castiçais grandes galhetas de metal branco. Acha-se finalmente essa capela com toda a perfeição e asseio; tem

obrigação de vinte missas e três em dia de Natal; todos os anos dá-se a ela inteira satisfação e conta no Juízo da Provedoria.

10.^o E pelo que respeita às festas que se costumam celebrar nesta Igreja Paroquial além das que a Igreja manda celebrar nos dias solenes não há mais alguma que aquelas que manda fazer a justiça por determinação de sua Majestade Fidelíssima e as que os mordomos das confrarias e devotos costumam fazer nos dias dos Santos delas tendo as mesmas confrarias rendimento para isso e faltando este se lhe não fazem. E pelo que respeita aos sermões não têm estes número certo em razão de dependerem do zelo dos mordomos e possibilidades de suas respectivas confrarias de forma que os mais certos são os da Quaresma e Semana Santa e dia de Páscoa e muitos anos sucede não os haver por não haver líquido nas mesmas confrarias. E de ordinário não excede a esmola de cada um a mil e duzentos reis e o mais a de mil e seiscentos. Não tem o povo confrarias nem pessoas particulares obrigação dos tais sermões mais por zelo e devoção e o Pároco só por obrigação do seu officio em explicar aos seus paroquianos a doutrina cristã e o sagrado Evangelho e as verdades católicas.

11.^o E pelo que respeita aos usos desta paróquia respectivè às esmolas officios casamentos funerais e bens de alma vai declarado na resposta ao segundo interrogatório. E não há ofertas tanto aos santos desta Igreja como aos das capelas da freguesia de que se utilize o Pároco dela e pelo que respeita a desobrigação da Quaresma e acento dos defuntos não é uso levar coisa alguma.

12.^o O uso e costume respectivos a reedificação e reparo do corpo desta Igreja pertence aos paroquianos dela e a capela-mor sempre foi uso e costume tanto do edificio dela como de paramentos e tribuna menos o camarim e o sacrário ser da obrigação dos Priores meus antecessores por perceberem os divinos desta freguesia e havendo de se observar a mencionada Bula *Divini Preceptoris*, passa esta obrigação para o Colégio futuro ou seu Rendeiro.

— II —

E pelo que respeita a relação do estado da paróquia pertencente ao Rev. Clero respondendo a cada uma das relações distintamente. São as que se seguem.

Há seis presbíteros nesta freguesia: primeiro o *Rev. Manuel Vaz da Silva* natural e morador no lugar do Pinheiro, ordenado a título de seu património de noventa e tantos anos de idade e entrevado na cama há mais de três, e não celebra há mais de seis: vive com suas irmãs e é bem remediado.

PARA A HISTÓRIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

Segundo o *Rev. João de Andrade* formado em Cânones natural e morador no dito lugar do Pinheiro e ordenado a título do seu património foi muitos anos prègador e encomendado em várias igrejas do Arcebispado de Braga; terá de idade setenta anos, mal pode dizer missa por se achar trémulo das mãos; é filho de lavradores e bem remediado, de bons costumes, virtudes e génio, muito caritativo, zeloso do bem das almas e exacto nas obrigações do seu officio e não se ocupa em negócios temporais e é amante da pobreza; anda decentemente vestido, vai à igreja dizer missa e assiste às funções dela com vestido comprido e decente e não tem mulher alguma em casa mais do que uma ama da sua idade e uma criada. Mostra que foi ciente e que entende perfeitamente a Sagrada Escritura, Cânones e Concílios; não tem por ora emprego algum e já inapto para os ministérios da igreja e não esteve tempo algum em o Seminário e sempre foi de bom procedimento e moderado no seu comer e beber, dando sempre de si bom exemplo e nesta forma tenho relatado todas as mais circunstâncias da Relação segunda terceira e quarta a este respeito.

Terceiro o *Rev. Padre Manuel da Silva Carvalho* natural e morador no lugar do Pinheiro na companhia de seus pais e irmãos lavradores, de idade de trinta e cinco anos, ordenado a título de seu património, seus pais são bem remediados, de boa vida e costumes virtuosos e de bom génio, prudente, sóbrio, caritativo e zeloso do bem das almas, pacífico e exacto nas obrigações de cura que tem exercitado desde que se ordenou até ao presente que haverá sete anos pouco mais ou menos; anda decentemente vestido e assiste às funções da igreja e fora dela com hábito comprido e decente. Esteve parte de três anos no Seminário donde se ordenou. Consta-me estudou moral pela Suma de Antoin. e parece terá aquela ciência e capacidade para a intelligência da Sagrada Escritura e matérias morais; sabe suficientemente as cerimónias da igreja; faz doutrina aos meninos e ajuda muito o seu Pároco no exercício do seu ministério. Não tem mais exercício ou occupação alguma, e não tem enfermidade alguma; teve princípios de Cantochão pelo que mostra.

Quarto o *Rev. Bernardo Pacheco Soares* natural e morador na vila da Bemposta, filho de lavradores, de idade de setenta anos pouco mais ou menos, ordenado a título de seu património, bem remediado, não tem emprego algum, é muito achacado e falto de ouvir pelo que não confessa há muitos anos, de boa vida e costumes, virtuoso e de bom génio, prudente, sóbrio e caritativo, esmoher, pacífico, exacto na obrigação do seu officio divino; anda decentemente vestido com hábito talar; assiste na companhia de seus sobrinhos e sobrinhas, foi sempre de recto procedimento e não tem mulher suspeita em casa; tem pouca aptidão para as letras; não sabe cantochão, e celebra perfeitamente; não esteve no Seminário nem tem tido emprego algum. E por ser de muitos anos não pode ajudar o seu Pároco no ministério da igreja.

Quinto o *Rev. Padre Manuel Gomes de Sá* natural e morador na vila da Bemposta, filho de gente muito pobre, de sessenta anos de idade pouco mais ou menos, ordenado a título de seu património que mais o é no nome do que no rendimento por ser constituído em terras estéreis e pouco lucro dão, de que resulta estar pobríssimo, sempre foi de muitas virtudes, bons costumes e génio e exercia as obrigações do seu officio e cerimónias da igreja melhor do que ninguém, vive só em uma pobre casa, anda vestido decentemente com um que pelo amor de Deus haverá três anos pouco mais ou menos lhe deu uma paralesia que o privou dos sentidos de que resultou ficar mudo e esquecido, e sem embargo disso vem à igreja e se confessa e comunga várias vezes pelo decurso do ano, necessita parece de curador que cuide dele, e no ténue património que está perdido por falta de agricultura dele e de se lhe fazer fora de tempo e não há mais que dizer a seu respeito e só me consta que algum tempo foi culpado por ter na sua companhia uma parenta de menos idade, de que se livrou e é falecida a dita cúmplice.

Sexto o *Rev. João Dias Pinheiro* natural e morador no lugar de Figueiredo de Cima filho de lavradores de idade de sessenta anos pouco mais ou menos, aleijado de uma perna e ordenado a título de seu património que é de bom rendimento mas assevera-se-me não chegará para as dívidas que deve; tem actual licença de confessar, foi cura nesta freguesia vários anos e também no Bispado do Porto. Haverá dezoito anos foi culpado de mancebia de que se livrou presentemente; é virtuoso e zela o bem das almas, é pacífico e cumpre com as obrigações de seu officio, anda decentemente vestido com sua loba e cabeção e assiste às funções da igreja com toda a decência e modéstia, mostra saber moral alcançado do Laraga e Feliz Potestas; não foi ao Seminário nem sabe cantochão; ajuda muito ao seu Pároco no ministério de confessar e na administração dos Santos Sacramentos quando está legitimamente impedido com outros, e sabe suficientemente as cerimónias da igreja.

Há mais nesta minha freguesia dois ordinandos nesta minha freguesia. Primeiro *João Baptista Alvarez de Araújo* filho de Manuel Alvarez Martins e de sua mulher Isabel de Araújo e Silva naturais e moradores todos no Calvário do Pinheiro, clérigo in Minoribus de idade de trinta e um anos, bacharel formado em Cânones sem enfermidade ou achaque algum, seus pais bastantemente ricos e dos principais lavradores desta freguesia de boa vida e costumes, génio prudente, sóbrio, caritativo, zeloso do bem espiritual dos próximos e da igreja; sempre andou à tonsurado e com hábito clerical decentemente vestido; assiste a todas as funções officios e missas da igreja; vive na companhia de seus pais e irmãs, sabe as cerimónias da igreja, tem ciência, literatura e capacidade para ser perfeito sacerdote muito recolhido e estudioso, ajuda o seu Pároco em tudo aquilo que lhe é possível e da obrigação das suas Ordens; pelo que se faz digno de ser ordenado de presbítero para ajudar

ao seu Pároco no ministério da igreja por não ter mais do que dois sacerdotes que o possam ajudar por estarem os mais decrépitos e incapazes de o poderem servir e rogo a V. Senhoria se digne atender a este meu requerente por se achar já com seu património corrente que rende vinte mil reis cada ano.

Segundo *Manuel José Pacheco Soares* ⁽¹⁾ filho do ajudante Manuel Pacheco Soares e de sua mulher Maria Marques de Jesus naturais e moradores na vila da Bemposta, ordenado de prima tonsura com os dois graus de Ostiário e Leitor: terá de idade vinte e dois anos pouco mais, é filho de lavradores, não é muito sadio, é bacharel formado em Cânones de bom procedimento, vida e costumes, anda à tonsurado e assiste às funções da igreja, missas e officios decentemente vestido e este vestido comprido com seu cabeção; vive na companhia de seus pais, tem aptidão e capacidade para as letras e se aplica no exercício delas; não sabe cantochão, ajuda ao seu Pároco no ministério que lhe permitem as suas Ordens e é zeloso no bem espiritual dos próximos e das coisas pertencentes à igreja pelo que também se faz digno de ser admitido e ordenado presbítero por seus pais serem bem remediados e terem possibilidade para refazerem o património.

E não há nesta freguesia mais sacerdote algum nem clérigo in Minoribus do que os que ficam relatados, nem catequista exorcista ou mestre de meninos que seja eclesiástico, e só há alguns estudantes que dão classe e ensinam gramática com a aprovação e direcção da Intendência dos Estudos, que me constam são de boa vida e costumes.

E pelo que respeita a Relação respectiva do estado da paróquia pelo que pertence ao povo, é o que abaixo se segue.

Consta esta minha freguesia de oito povos ou lugares, *primeiro* o Pinheiro que fica em pouca distância da igreja que se compõe com o número de sessenta e cinco fogos. Segundo: a vila da Bemposta que dista desta igreja um quarto de légua que se compõe de quarenta e dois fogos com os cárceres da mesma vila pelo meio da qual passa a estrada real.

Terceiro: o de Figueiredo de Cima que dista desta igreja um quarto de légua, que se compõe com o número de trinta e seis fogos.

Quarto: o de Figueiredo de Baixo que dista desta igreja um quarto de légua que se compõe com o número de quarenta e cinco fogos.

Quinto: o dos Covais que dista desta igreja mais de meia légua, que se compõe com o número de vinte e nove fogos.

Sexto: do Curval que dista desta igreja um quarto de légua e se compõe com o número de quarenta e quatro fogos.

(1) Vid. *Arq. do Dist. de Aveiro*, n.º 127, vol. xxxii, 1966, pág. 200.

Sétimo: o de Togilde que dista desta igreja um quarto de légua que se compõe de dezoito fogos.

Oitavo: de Fontechãs, que dista desta igreja um quarto de légua que se compõe com o número de sete fogos. Ficando todos os referidos lugares ao redor da igreja e com igual distância da mesma excepto o lugar do Pinheiro que como dito fica está quase próximo à dita igreja e dos Covais que fica arredado mais de meia légua. Vindo assim a compor-se esta freguesia com o número de duzentos e oitenta e seis fogos, de pessoas maiores de novecentas e dezoito e menores oitenta e seis.

E todas as referidas pessoas estão bem instruídas nos sólidos princípios da Religião e doutrina cristã conforme a capacidade e percepção de cada um. E não há Catecismo particular nesta freguesia e para o uso da Paróquia mais do que o..... *de Parochis e Catecismo ad Parochos:* e as pessoas particulares se aproveitam, e ensinam a seus domésticos a doutrina do Mestre Inácio e usam de outros compêndios doutriniais de que se usam não só neste Bispado mas em todo o reino.

E da mesma forma frequentam a missa paroquial e assistem à explicação do Evangelho e doutrina cristã e ouvem com docilidade respeito e submissão a voz do seu Pároco; não conversam na igreja uns com os outros e temem as censuras dele, santificam os domingos e dias santos suposto achei alguma relaxação em trabalhos aos domingos e dias de preceito quando vim para esta igreja e que fui e vou desterrando. Não há excessos no demasiado vinho nem bêbados nesta freguesia por vício: alguns jogos e frequência deles achei vindo para esta igreja; nas estalagens e vendas do Pinheiro tenho reprimido o que posso com admoestações e condenações mais se têm emendado; mas ainda se não acha desterrada esta profanidade.

Não há nesta minha freguesia mercados ou feira alguma pelos quais se haja de perverter e estimar em menos as funções da religião e ministério sagrado excepto um mercado ou arraial que o são mais no nome do que na realidade e se faz em dia de S. Silvestre no lugar do Curval todos os anos no último do mês de Dezembro que não consta mais do que uns poucos de carros de nabos para se venderem, vindo para este efeito na véspera algum pão e vinho e não mete outros géneros e apenas durará duas horas sem embargo de ter havido provisão régia para se constituir mercado e feira pública. Pratica-se o referido sem haver memória do seu princípio.

Acham-se instruídos nas obrigações dos seus respectivos estados e procuram satisfazer a eles conforme a capacidade de cada um. Não há ociosidade nesta freguesia nem gastam o tempo os

pais de famílias ou grande parte dele nos templos em prejuízo da educação de seus filhos e de seu necessário sustento, excepto algumas filhas famílias denominadas beatas que achei vindo para esta igreja gastavam muita parte dos dias na igreja por fugirem ao meu parecer e de todos os mais com o corpo ao trabalho ao que logo fui dando a providência necessária e já vão ajudando os pais e mais família.

Não se percebe nesta freguesia haja feiticeira, benzedeira ou mezinheira, nem homens que exercitem semelhantes diabruras. Não há presentemente nem considero depois que sou Pároco nesta freguesia que as pessoas dela sejam orgulhosas, antes todos me parecem amantes da paz, nem há discórdias graves entre famílias: excepto dois ou três fogos que costumam andar às vezes de rixa com os maridos inquietando a vizinhança e causando escândalo o que não posso remediar e darei conta na visita Pastoral. Não há mancebia nesta freguesia nem pecados públicos ao presente que causem escândalo. Excepto duas moças solteiras a quem já repreendi e admoestei várias vezes que entram e sobem de dia e de noite frequentemente em duas estalagens que há no Pinheiro com o pretexto de servirem os donos delas e há alguma fama e presunção se deshonestam com os passageiros e com vários homens em tendo ocasião, de que também darei conta na visita pastoral, ou a V. Senhoria antes disso se a tempo lhe não puder dar a providência necessária.

Estes são os termos em que está a minha freguesia e o que pude alcançar para que V. Senhoria se inteire e capacite do estado dela, para lhe dar a providência necessária e a mim o castigo das minhas omissões. Fico pedindo a Deus guarde a V. Senhoria muitos anos.

O Prior

Pedro Rodrigues de Arede

Não há dúvida que este relatório é um documento curiosíssimo; as informações que nos transmite são um verdadeiro retrato sócio-económico-religioso da freguesia a que dizem respeito.

BERNARDO XAVIER COUTINHO

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 80)

J

- 185 **João Ribeiro da Silva** — *mercador na cidade de Aveiro; natural de S. Torcato, termo de Guimarães; filho de Jerónimo Ribeiro e de Domingas Martins, naturais de S. Torcato; neto paterno de Amaro Ribeiro, natural de S. Torcato, e de Domingas Pereira, natural de S. João de Gondar, termo de Guimarães, e materno de Francisco Fernandes e de Catarina Martins, naturais de Cima de Selho, freg. de S. Torcato; ajustado para casar, em 1770, com Maria Luísa de Jesus, natural e moradora na freg. de S.^{to} Isidoro da vila de Eixo, Aveiro, filha do alferes Luís Fernandes e de Luísa Marques, neta paterna de Pedro Fernandes e de Madalena Luís, e materna de Domingos Alves e de Domingas Marques, e sobrinha materna de Manuel Alves Marques, Familiar do S.^{to} Ofício, todos naturais e moradores na vila de Eixo.*

Carta de Familiar de 3 de Outubro de 1770.

João — m. 142, n.º 2144

- 186 **João Rodrigues** — *natural e morador na freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia; filho do capitão Manuel André e de Madalena Rodrigues, naturais e moradores em Sangalhos; neto paterno do capitão André Pires e de Isabel Tomé, e materno de António Rodrigues e de Ângela Francisca, todos também naturais e moradores em Sangalhos; casado com Maria Ferreira, filha de*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Cristóvão Ferreira e de Maria Simões, naturais e moradores na freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia, neta paterna de Pedro Simões, natural de Avelãs do Caminho, e de Maria Francisca, natural da freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia, e materna de João Vaz e de Maria Simões, naturais e moradores em Avelãs do Caminho.

Carta de Familiar de 14 (?) de Maio de 1702.

João — m. 33, n.º 761

- 187 **João Rodrigues** — cirurgião e sangrador; morador na rua da Caldeiraria Velha, freg. de S. Nicolau de Lisboa; filho de Guilherme João e de Ana Rodrigues, moradores em Vila Chã, freg. de S. Bartolomeu, Pombal; neto paterno de João Mateus e de Isabel Martins, moradores em Vale de Milho, Abiul. Pombal, e materno de Manuel Rodrigues e de Antónia Fernandes, moradores em Vila Chã; casado com Antónia Cordeira, filha de Manuel Moreira, sangrador do Hospital Real, e de Inácia Cordeira, moradores à Escola do Boi Formoso, freg. do Socorro de Lisboa, neta paterna de *Francisco Pires* e de *Catarina Lôpes*, moradores em *Assequins*, freg. de *S.^{ta} Eulália de Águeda*, e materna de Luças de Canécia, espadeiro, natural de Toledo, Espanha, e de Isabel Cordeira, moradores na Sombreiraria, à entrada do beco do Silvestre.

Provisão de sangrador dos cárceres da Inquisição de 29 de Outubro de 1669 e Carta de Familiar de 5 de Dezembro do mesmo ano.

João — m. 10, n.º 326

- 188 **João Rodrigues de Almeida** — escrivão proprietário da Alfândega da vila de Castelo Branco; *natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*; filho de *Pedro Rodrigues*, natural de Castelo Branco, e de *Beatriz de Almeida*, natural de Penamacor, *que haviam vivido em Esgueira* até aos seis meses do habilitando, e depois moradores em Castelo Branco; neto paterno de António Rodrigues e de Briolanja Rodrigues, naturais e moradores em Castelo Branco, e materno de Domingos Pires, o «Melão», e de Isabel Lourença, naturais e moradores em Penamacor; irmão do P.^o Manuel Rodrigues de Almeida, sacerdote do hábito de S. Pedro em Castelo Branco.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1722.

João — m. 103, n.º 1466

- 189 **João Rodrigues Branco** — *natural e morador na vila de Aveiro*; filho de *Luis Rodrigues Branco*, natural de Matosinhos, e de *Maria de Matos Pinta*, natural de Aveiro, e *ai moradores*; neto paterno de Manuel Rodrigues Branco, natural de Matosinhos, e de Joana Luis, natural de S. João da Foz, moradores em Matosinhos, e materno de *João Franco Pessoa* e de *Francisca de Matos*, naturais e moradores em Aveiro; ajustado para casar, em 1719, com D. Josefa Clara Nogueira de Sete Pontilha, natural e moradora em Matosinhos, filha do capitão António Nogueira de Sete, Familiar do S.º Officio, e de Mariana dos Reis, naturais e moradores em Matosinhos, neta paterna de Francisco Gonçalves de Sete e de Ana da Silva Pontilha, de Leça de Matosinhos, e materna de Frutuoso Manuel e de Maria Álvares, também de Matosinhos.

Carta de Familiar de 28 de Setembro de 1718.

João — m. 52, n.º 995

- 190 **João Rodrigues Catana** — mercador; natural e morador em Coimbra; filho de Amaro Rodrigues, mercador na praça de Coimbra, freg. de Santiago, natural de Viana, e de *Maria Francisca*, mercadora na mesma cidade, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ancas, Anadia; neto paterno de Pero Lourenço e de Isabel Rodrigues, naturais de S. Martinho de Coura, e materno de *Domingos Simões*, o «Manco», natural de Ancas, e de *Ana Francisca*, natural de Montelongo da Areia, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro, moradores em Ancas; casado com Antónia Pinta, filha de António Pinto, pintor, natural de Tentúgal, e de *Leonor Gomes*, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia, moradores em Coimbra, freg. de S.ª Cruz, neta paterna de Belchior Jorge e de Ana Vaz, naturais e moradores em Tentúgal, e materna de *Estêvão Gomes* e de *Mécia Gomes*, naturais e moradores em Mogofores.

Carta de Familiar de 22 de Fevereiro de 1690.

João — m. 20, n.º 506

- 191 **João Rodrigues Correia** — ourives da prata; natural da freg. dos Olivais, termo de Lisboa; filho de Manuel Rodrigues, natural dos Olivais, e de Rosa Maria, natural de Lisboa, freg. do Socorro, moradores nos Olivais; neto paterno de José Rodrigues, filho de Diogo Fernandes

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

e de Isabel Rodrigues, dos Olivais, e de Antónia Francisca, filha de Manuel Francisco e de Mariana da Costa, da freg. de N.º Sr.º da Purificação de Bucelas, e materno de Martinho Correia, filho de João Francisco e de Isabel Correia, da freg. de S.º André de Escariç, Arouca, e de Joana Maria, filha de Antão Pousado e de Catarina Dias, de N.º Sr.º dos Enfermos, freg. de S.º Estêvão das Galés, termo de Lisboa; casado com Ângela Rita, natural da freg. de S. João da Praça de Lisboa, filha de José da Rocha de Oliveira, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e de Ana Joaquina, irmã de José Pereira, Familiar do S.º Ofício, natural da freg. de S. Vicente de Lisboa, neta paterna de Domingos da Rocha, filho de António da Rocha e de Catarina Pinta, da freg. de S. Vicente do Pinheiro, Penafiel, e de Páscoa de Oliveira, filha de Francisco Dias e de Isabel Fernandes, da Porta Nova, freg. de S. Pedro de Miragaia, Porto, e materna de António Pereira de Macedo e de Joana Quitéria do Pilar, moradores em Lisboa.

Carta de Familiar de 22 de Novembro de 1763.

João — m. 124, n.º 1953

- 192 **João Rodrigues da Cruz** — natural e morador em Aveiro, freg. da Vera Cruz, filho de Manuel Rodrigues e de Maria Dias, naturais e moradores em Aveiro; neto paterno de Simão Fernandes, natural de Aveiro, e de Antónia Rodrigues, natural da freg. de S. Mamede de Talhadas, Sever do Vouga, e materno de Manuel Gonçalves, natural de Aveiro, e de Isabel Dias, natural de Serém, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Agueda, todos moradores em Aveiro.

Carta de Familiar de 14 de Maio de 1723.

João — m. 55, n.º 1046

- 193 **João Rodrigues Duarte** — comissário do correio no Rio de Janeiro, e aí morador na rua Direita de N.º Sr.º da Candelária; natural de Lanhezes, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda; filho de José Rodrigues, natural de Varzielas, freg. de S. Pedro, Oliveira de Frades, e de Isabel Duarte, natural de Paranho do Monte, freg. do Espírito Santo de Arca, Oliveira de Frades, moradores em Lanhezes; neto paterno de Simão Rodrigues, natural de Varzielas, e de Maria João, natural de Viladre, freg. de S.ª Maria de Alcofra, Vouzela, e materno de António Duarte, natural

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Paranho do Monte, e de Maria Domingues, natural da Póvoa de Meijão, freg. de Alcofra.

Carta de Familiar de 25 de Setembro de 1749.

João — m. 91, n.º 1566

- 194 **João Rodrigues Ferreira** — capitão, natural de Oliveira de Frades e morador em *Arrancada*, freg. de *S. Pedro de Valongo, Águeda*; filho de João Rodrigues Ferreira e de Ana Coelho, moradores em Oliveira de Frades; neto paterno de Jorge Rodrigues Ferreira e de Brízida João, de Vendonages, freg. de S. Vicente de Lafões, e materno de Manuel de Carvalho e de Isabel Coelho, de Ventosa, freg. de S.^{ta} Maria; viúvo de *Faustina Ribeira Luís*, irmã de *Joana*, ou *Gabriela Ribeira*, casada com o capitão *Domingos Henriques*, Familiar do S.^{to} Ofício, filhas do capitão *João Luís Frade* e de *Joana Ribeira*, netas paternas de *Amaro Anes* e de *Isabel Luis*, e maternas de *Matias Luís* e de *Paula de Almeida*, da freg. de *S. Pedro de Valongo*; casado segunda vez com *Maria Brandoa da Silva*, natural da freg. de *S. Paio de Frossos, Albergaria a-Velha*, filha do capitão *António Brandão* e de *Maria da Silva*, moradores em *Frossos*, neta paterna do capitão *António Brandão*, natural de *Frossos*, e de *Isabel Manuel*, natural de *Alqueidão*, freg. de *S. Salvador de Ilhavo*, e materna de *João Nunes Barreto*, também natural de *Frossos*, e de *Paula da Silva*, natural da freg. de *S.^{ta} Mariinha de Avanca, Estarreja*.

Carta de Familiar de 22 de Agosto de 1715.

João — m. 49, n.º 965

- 195 **João Rodrigues Loureiro** — confeiteiro; natural de Lisboa e aí morador na rua da Confeitaria, freg. de *S. Julião*; filho de *Domingos Rodrigues Loureiro*, confeiteiro, natural da freg. de *S. João Baptista de Rocas, Sever do Vouga*, e de *Maria Madanela*, natural de *Belas*, freg. de *N.^a Sr.^a da Misericórdia*, igualmente moradores na rua da Confeitaria; neto paterno de *Domingos Rodrigues* e de *Maria João*, naturais e moradores em *Rocas*, e materno de *João Luís*, natural de *S. Pedro de Penaferrim, Sintra*, e de *Domingas Francisca*, natural de *Belas*, e aí moradores.

Carta de Familiar de 11 Abril de 1726.

João — m. 57, n.º 1085

- 196 Lic.º **João Rodrigues Pereira** — bacharel formado pela Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coim-

bra; natural de Lisboa e aí morador na Tanoaria, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires; filho de João Rodrigues Pereira, natural de Penim, freg. de S.ª Maria da Cunha, Coura, e de *Maria João, natural de Paradela* (1), freg. de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga, moradores em Lisboa; neto paterno de Pedro Afonso e de Maria Esteves, naturais e moradores em Penim, e materno de *Pedro João, natural de Paradela*, e de *Maria Manuel, natural de Paredes, Pessegueiro, moradores em Paradela*; ajustado para casar, em 1714, com D. Maria Teresa de Freitas Garcês, natural de Loures, filha de João Fidalgo, cavaleiro de Cristo, natural da Quinta do Barro, Loures, e de D. Cezília Teresa de Freitas, natural da Granja de Alpriate, moradores na referida quinta, neta paterna de João Fidalgo e de Domingas João, moradores em Loures, e materna do sargento-mor Agostinho de Almeida Mourão, natural da Granja de Alpriate, e de D. Maria de Freitas Lobata, natural de Lisboa, freg. da Madalena, moradores em Alpriate.

Carta de Familiar de 24 de Maio de 1679.

João — m. 17, n.º 432

- 197 **João Rodrigues Ribeiro** — mestre ferrador, *natural de Albergaria-a-Velha, freg. de S.ª Cruz*, e morador no Círio Marcos da Costa, termo da cidade do Rio de Janeiro; filho de *Manuel Gomes* e de *Maria da Silva Ribeiro, naturais e moradores em Albergaria-a-Velha*; neto paterno de *Miguel Rodrigues* e de *Domingas Gomes*, e materno de *João André* e de *Maria Domingues*, também *naturais e moradores em Albergaria-a-Velha*.

Carta de Familiar de 15 de Setembro de 1770.

João — m. 142, n.º 2143

- 198 **João Rodrigues Rosa** — cirurgião aprovado e irmão da Congregação de N.ª Sr.ª da Doutrina de S. Roque; natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da vila de Redinha e morador na rua do Lagar do Sebo, freg. de S. Nicolau de Lisboa; filho de Manuel Rodrigues Rosa e de Susana Gomes, naturais e moradores em Redinha; neto paterno de Manuel Simões Rosa, natural da freg. de Tapeus, anexa à de N.ª Sr.ª da Conceição de Redinha, e de Maria

(1) Actualmente é já freguesia com o orago de N.ª Sr.ª do Loreto.

Rosa, natural de Redinha, e materno de Manuel Lopes Balas e de Águeda Gomes, naturais e moradores em Redinha; primo de João da Mata, Familiar do S.^o Offício; casado com Ana Maria Rosa, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, filha de João de Magalhães Louredo, pintor, natural da freg. de S. Miguel de Louredo, Braga, e de Eufémia Maria das Chagas, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição da Rua Nova, neta paterna de Domingos de Magalhães, natural da freg. de S. Cristóvão, anexa à de S. Miguel de Louredo, e de Isabel Pires, natural de Louredo, e materna de Pedro Mata e de Anastácia Maria, moradores em Sintra; enviuvando, ajustado para casar, em 1752, com Laureana Maria Catarina, natural de Lisboa freg. de S. Julião, filha de Miguel Machado, ourives da prata, e de Teresa Maria de Jesus, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. João da Praça e de N.^a Sr.^a da Conceição da Rua Nova, e moradores na referida rua; neta paterna de Manuel Machado Delgado, mestre das fragatas de S. Mag.^{de}, natural da freg. de S. Mateus de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, e de Águeda Pereira, natural da freg. das Mercês de Lisboa, e materna de *Manuel dos Santos, natural da freg. da Apresentação de Aveiro*, e de Ana Gonçalves, natural da freg. de S. Salvador de Antões, termo de Vila Pouca de Aguiar, prima de Joaquim Rodrigues dos Santos, mercador de retrós na Rua Nova, Familiar do S.^o Offício, filho de Joana da Luz, irmã de sua mãe.

Carta de Familiar de 28 de Abril de 1751.

João — m. 94, n.^o 1589

- 199 **João Rodrigues Sancho** — ecónomo da matriz de Olivença; natural e morador na freg. de S.^{ta} Maria do Castelo; filho de Sebastião Lourenço Mouro, alferes da Ordenança e escrivão do Fisco do Tribunal do S.^o Offício de Évora, natural da freg. do Castelo de Olivença, e de Joana Maria, natural da freg. de S. Domingos de Olivença; neto paterno de *Manuel Gonçalves, natural da freg. de N.^a Sr.^a das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha*, filho de *Sebastião Gonçalves* e de *Domingas Fernandes, moradores em Angeja*, e de Ana Loba, natural de Olivença, freg. do Castelo, filha de Manuel Lobo, mestre de solfa, natural de Borba, e de Ana Lourença, a «Moura», e materno de Francisco Sancho, natural de Moncorvo, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção, filho de Apolinário Luís de Folgar e de Joana Sancha, de Asonina, bispado de Braga, e de Isabel Rodrigues, natural de Évora-Monte, freg. de S. Pedro, filha de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Miguel Fernandes e de Esperança Rodrigues de Castellhana, moradores em Évora-Monte.

Carta de Familiar de 15 de Novembro de 1771.

João — m. 150, n.º 2202

- 200 P.º João de S.^{ta} Francisca e Cunha — presbítero secular, morador na sua quinta das Laranjeiras, freg. de S.^{ta} Maria de Loures; natural de Melres, Gondomar; filho de António da Cunha e de Maria Vieira, naturais e moradores em Melres; neto paterno de Nicolau da Cunha, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Pedorido, Castelo de Paiva, e de Maria Gonçalves, natural da freg. de Santiago de Rio Meão, Feira, e materno de Manuel Vieira Gago e de Ana Alves, naturais e moradores em Melres.

Provisão de Notário de 5 de Outubro de 1773.

João — m. 156, n.º 2256

- 201 João de Santiago — ourives da prata em Coimbra; natural da Mata, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia; filho de Domingos Santiago e de Maria Francisca, naturais e moradores em Mata; neto paterno de Francisco Vaz, natural da Mata, e de Maria de Santiago, natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia, moradores na Mata, e materno de Francisco Dias, natural de Vale de Azar, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia, e de Maria Domingues, natural da Mata, e aí moradores; casado com Agueda Marques, natural de Coimbra, filha de André Marques, natural de Bostelo, freg. de S.^{ta} Eulália de Aguada de Cima, Aguada, e de Margarida João, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de André Marques e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Bostelo, e materna de Amaro João, natural de Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel, e de Catarina João, natural de Aguim, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 24 de Abril de 1675.

João — m. 13, n.º 368

- 202 João de Santiago — morador em Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Aguada; filho de Simão de Santiago e de Antónia Gonçalves, moradores em Avelãs do Caminho, freg. de S.^{to} António, Anadia; neto paterno de Simão Fernandes de Santiago, natural da freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e de Maria da Costa, natural de Casal da Rua, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia, e ma-

terno de *António Gonçalves, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Aguada de Cima, Águeda, e de Maria Antónia, natural de Avelãs do Caminho*; irmão de *António de Santiago*, ourives da prata e dispenseiro do S.^{to} Offício de Coimbra; casado com *Sebastiana Vidal*, filha de *João Gonçalves* e de *Maria Vidal, moradores em Arrancada*, neta paterna de *Sebastião Fernandes* e de *Maria Gonçalves, moradores em Cadaveira, freg. de S. Pedro de Valongo*, e materna de *Tomé João* e de *Maria Vidal, moradores em Arrancada*, irmã do *P.^o João Rodrigues Vidal*, vigário da freg. de S. Miguel de Ribeiradio, Oliveira de Frades, e sobrinha de *Gaspar dos Reis Vidal*, Familiar do S.^{to} Offício, *morador em Aveiro*.

Carta de Familiar de 23 de Agosto de 1661.

João — m. 9, n.^o 282

- 203 **João dos Santos**—capitão de navios; *natural de S. Mateus, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e morador em Paraíba do Norte, Brasil; filho de *Tomé Gonçalves, natural de Famalicão, freg. de S. Pedro de Arcos, Anadia*, e de *Maria João, natural de S. Mateus*; neto paterno de *Tomé Gonçalves, natural de Famalicão*, e de *Maria Francisca, natural do Casal, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia*, e materno de *Manuel Jorge, natural do Outeiro de Cima, freg. de S. Lourenço do Bairro*, e de *Maria João, natural de S. Mateus*.

Carta de Familiar de 26 de Março de 1735.

João — m. 68, n.^o 1270

- 204 **P.^o Frei João dos Santos**—religioso da Real Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal e mestre de Teologia no Convento de N.^a Sr.^a da Boa Hora e S.^{ta} Rita, junto a Belém; *natural da freg. da Vera Cruz de Aveiro*; filho de *Filipe dos Santos* e de *Maria Rodrigues, naturais de Aveiro, respectivamente das fregs. da Vera Cruz e de N.^a Sr.^a da Apresentação*; neto paterno de *Manuel João Ataueiro* e de *Joana dos Santos, naturais de Aveiro, freg. da Vera Cruz, e aí moradores na rua do Seixal*, e materno de *Gregório Fernandes, natural de Lações, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis*, e de *Ana Rodrigues, natural da freg. de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga, e moradores na freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro*; irmão de *Frei Manuel da Anunciação*, religioso professo da Real Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal, executor de Teologia nos Colégios de S.^{ta} Rita de Lisboa e Coimbra, graduado bacharel na Universidade de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Évora e definidor-geral da mesma congregação, Qualificador do S.^o Offício.

Provisão de Qualificador do 4 de Junho de 1782.

João — m. 171, n.^o 1514

- 205 **João dos Santos e Carvalho** — natural e morador em Aveiro; filho de *Manuel dos Santos* e de *Ana dos Santos*, naturais de Aveiro; neto paterno de *André Manuel* e de *Isabel André*, naturais da freg. de *S. Miguel de Aveiro*, e materno de *António Dias* e de *Ángela Quaresma*, também naturais de Aveiro, freg. de *N.^a Sr.^a da Apresentação*; casado com *Francisca da Cruz*, natural de Aveiro, filha de *António Leitão*, mercador e Familiar do S.^o Offício, e de *Maria da Cruz*, naturais e moradores em Aveiro, neta paterna de *João Leitão*, filho de *Francisco Leitão* e de *Isabel Fernandes*, e de *Maria João*, filha de *Manuel Fernandes* e de *Maria João*, naturais e moradores na freg. de *S. Miguel de Aveiro*, e materna de *Miguel Gonçalves*, filho de *Pedro Gonçalves* e de *Sebastiana Francisca*, também naturais e moradores em Aveiro, freg. de *S. Miguel*, e de *Ana Ferra*, natural de Sá, freg. de *S.^o André de Esgueira*, Aveiro, filha de *Miguel Duarte*, natural de Sá, e de *Catarina Francisca*, natural de *S. Pedro do Sul*, moradores em Sá.

Carta de Familiar de 13 de Janeiro de 1705.

João — m. 37, n.^o 801

- 206 **P.^o Frei João de S. Tomás** — religioso da Província de S.^o António de Portugal e lente de Véspera de Teologia no Colégio de S.^o António da Pedreira da Universidade de Coimbra; natural da vila de Ovar, freg. de *S. Cristóvão*, filho de *Manuel Tomás da Silva* e de *Bernarda Pinta Pereira*, naturais e moradores em Ovar; neto paterno de *André da Silva* e de *Maria Francisca*, naturais e moradores na mesma vila, e materno de *Domingos Gomes Brandão*, natural da freg. de *S. Martinho de Fajões*, Oliveira de Azeméis, e de *Ana Pinta*, também natural de Ovar, e aí moradores.

Provisão de Qualificador de 12 de Março de 1751.

João — m. 135, n.^o 2101

- 207 **João de Seabra Esteves** — ourives da prata; natural da freg. de *S. Lourenço de Carnide*, termo de Lisboa, e morador na rua da Prata, em Lisboa; filho de *José de Seabra*, natural da freg. de *N.^a Sr.^a da Conceição de Mo-*

gofores, Anadia, e de Maria Antunes, natural de Carnide; neto paterno de *João de Seabra, natural de Mogofores*, e de *Catarina Rodrigues*, natural de Montemor-o-Velho, e *moradores em Mogofores*, e materno de João Esteves, natural da freg. de Santo Nome de Jesus de Odivelas, e de Ana Antunes, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Misericórdia de Belas; casado com Genoveva Rosa, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, filha de Manuel Dias, natural da freg. de S. Bento de Anseriz, Arganil, e de Joana Maria, natural de Porcalhota, freg. de N.^a Sr.^a do Amparo de Benfica, neta paterna de Manuel Dias e de Luzia Abranches, naturais e moradores em Anseriz, e materna de António Francisco e de Maria da Silva, naturais e moradores na Porcalhota.

Carta de Familiar de 26 de Novembro de 1743.

João — m. 79, n.º 1436

- 208 **João da Silva** — oficial-maior do escritório de Fernão Gomes da Gama, escrivão da fazenda de S. Mag.^{de} e oficial do seu assentamento; natural de Coimbra, freg. de S.^{ta} Justa, e morador em Lisboa na rua do Paço, ao Colegiado de S.^{to} Antão; filho de Manuel Dias, oficial-mestre de tenda de alfajate, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Ançã, e de *Maria Francisca, natural de Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel*, moradores em Coimbra na rua Direita, freg. de S.^{ta} Justa; neto paterno de Afonso João e de Maria Dias, moradores em Ançã, e materno de *Rafael Jorge* e de *Domingas Francisca, naturais e moradores em Oliveira do Bairro*; casado com Vicência Correia, filha de António Correia, cavaleiro fidalgo e guarda dos livros da Casa da Índia, natural de Lisboa, e de Francisca Nogueira, moradores na calçada de S. Francisco, à entrada da rua dos Cabides, neta paterna de Domingos de Figueiredo, natural de Castelo de Vide, e de Antónia Correia, natural de Lisboa e aí moradores a S.^{to} André, e materna de Gonçalo Duarte, natural de Amarante, e de Catarina Correia, natural de Guimarães. O pai da mulher do habilitando casou segunda vez com Maria Pestana.

Carta Familiar de Abril de 1662.

João — m. 8, n.º 274

- 209 **João da Silva de Carvalho** — tesoureiro da Alfândega do Porto; natural de Carvalhos, freg. de S. Pedro de Pedroso, e morador no Porto, ao Padrão de Belmonte; filho de Manuel da Silva e de Antónia Fernandes, naturais e moradores em Carvalhos; neto paterno de Manuel da

Silva, natural de Seixalço, freg. de S.^{ta} Maria do Olival, e de Maria da Silva Andreza, natural de Carvalhos, e aí moradores, e materno de João Fernandes e de Maria Gonçalves, também naturais de Carvalhos; casado com Clara Maria da Silva, natural do Porto, filha de Manuel Álvares Moreira e de Brites Barbosa Aranha, naturais do Porto e aí moradores na rua de Cima da Vila, freg. da Sé, neta paterna de Manuel Moreira e de Maria Álvares, igualmente naturais do Porto e aí moradores na rua de S. Bento, freg. da Sé. e materna do sargento-mor Domingos Aranha de Pinho e de Joana Barbosa, naturais e moradores na freg. de S. Salvador de Arouca (1).
Carta de Familiar de 31 de Agosto de 1723.

João — m. 56, n.º 1047

- 210 P.^o João da Silva Nogueira — abade da igreja de S. Miguel do Mato, Arouca; natural do Porto, da rua da Ferraria de Cima, freg. da Vitória; filho de Gonçalo Nogueira, natural de Nogueira, Maia, e de Ângela da Fonseca, natural da mesma rua da Ferraria, e aí moradores; neto paterno de André Jorge, lavrador, e de Isabel Jorge, naturais e moradores em Nogueira, e materno de Salvador da Fonseca, natural de Vila Boa do Bispo, Benaviver, e de Paula Dias, também natural da rua da Ferraria, e aí moradores; irmã do cônego Vicente Álvares, notário do Santo ofício de Coimbra.
Provisão de Comissário de 7 de Abril de 1705.

João — m. 38, n.º 812

- 211 João da Silva Pereira — mestre tanoeiro; natural da freg. de S. Mamede de Serzedelo e morador na de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de Manuel André e de Maria Antónia, naturais e moradores em Serzedelo; neto paterno de André António, natural de Figueira de Matos, Serzedelo, e de Maria Antónia, natural de Perozinho, e materno de António da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Marinha da Cortegaça, Ovar, e de Maria Antónia, natural de Serzedelo; casado com Ana Maria Caetana, natural de Vila Nova de Gaia, freg. de S.^{ta} Marinha, filha de António de Sousa, natural de Vila Cova, freg. de S.^{ta} Maria das Medas, Penafiel, e de Caetana Maria, natural de Cibrantões, freg. de S.^{ta} Eulália de Oliveira do Douro,

(1) Actualmente a freg. de Arouca é de S. Bartolomeu, de S. Salvador é a de Burgo. Será esta?

moradores na rua dos Marinheiros da freg. de S.^{ta} Mari-
nha, neta paterna de Manuel de Sousa e de Francisca
João, naturais e moradores em Vila Cova, e materna de
Domingos Álvares e de Maria Álvares, naturais e mora-
deres em Cobrantões.

Carta de Familiar de 18 de Abril de 1755.

João — m. 107, n.º 1749

- 212 **João da Silva Rangel** — *escrivão do público do concelho de Estarreja; natural e morador na Murtosa, freg. de S.^{ta} Maria; filho de João Antão, natural da Murtosa, e de Mariana da Silva, natural da freg. de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja; neto paterno de João Antão, também natural da Murtosa, e de Domingas Antão, natural de Veiros, e materno de João da Silva e de Maria Rangel, naturais de Veiros; viúvo de Maria André, natural da Murtosa, filha de Manuel Jorge Prezado, natural de Pardelhas, Murtosa, e de Isabel André, natural de Levagada de Sedouros, freg. de S. Martinho de Bunheiro, Murtosa, neta paterna de João Jorge e de Maria Amador, naturais e moradores em Pardelhas, e materna de Pedro André e de Maria André, naturais e moradores em Sedouros. O habilitando teve uma filha natural, Inácia, filha de uma Isabel, da freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga.*

1705.

João — m. 179, n.º 1588

- 213 **João da Silva Rijo** — lavrador; natural da freg. de N.^a Sr.^a das Ciladas, termo de Vila Viçosa; filho de Joaquim José da Silva, natural da freg. da Sé de Évora. Familiar do S.^{to} Ofício, e de Teresa Rita de S. José Gromicha, natural da herdade de Monte Velho, termo de Elvas, e moradores em Ciladas; neto paterno de António Fernandes, natural de Évora, filho de *Domingos Fernandes, natural da freg. de S. Cristóvão de Ovar, e de Antónia Martins, natural de Évora, e de Antónia Rodrigues, filha de Bento Fernandes Carrão, natural de Porto de Carros, freg. de S. Martinho de Mortede, Cantanhede, e de Sebastiana Siros, natural de Jordão, termo de Évora, e materno de Manuel Rodrigues Rijo, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Graça, termo de Avis, filho de João Ramos Rijo, natural de Casa Branca, e de Brites Rodrigues Relvada, natural de Vila Fernando, e de Margarida Martins Gromicha, natural da herdade de Monte Velho.*

Carta de Familiar de 30 de Março de 1784.

João — m. 162, n.º 1351

- 214 Lic.^o **João da Silva Varela** — natural de Santa Comba Dão e morador em Aveiro; filho do capitão Diogo da Silva e de Maria de Oliveira, moradores em S.^{ta} Comba; neto paterno de Jorge Luís, natural de Penacova, e de Luísa Henriques, natural de Azenha, freg. de S. Miguel de Poiares, e aí moradores, e materno de João de Oliveira Varela, natural de S.^{ta} Comba, e de Suzana Mendes, natural de Mortágua, e aí moradores; casado com *Maria da Cruz, natural de Aveiro*, filha de *Tomás Henriques* e de *Ana Dias*, neta paterna de *Sabino Henriques* e de *Isabel Jorge*, e materna de *António Jorge* e de *Ana Dias*, todos naturais e moradores em Aveiro.
Carta de Familiar de 16 de Novembro de 1676.

João — m. 14, n.^o 396

- 215 **João da Silveira Zuzarte** — estudante de Coimbra; natural de Camarate, freg. de Santiago, e morador em Lisboa, freg. da Sé; filho de Francisco da Silveira Zuzarte, cavaleiro do hábito de Cristo e moço do guarda-roupa de S. Alt.^{za}, Familiar do S.^{to} Offício, e de D. Margarida Isabel Henriques, naturais de Camarate e moradores em Lisboa; neto paterno de João Baptista Maciel e de Maria da Fonte Malhoa, e materno de Diogo Ferreira Pais, Familiar do S.^{to} Offício, e de Isabel Henriques; ajustado para casar, em 1720, com *D. Mariana Teresa da Silva, natural de Roda, freg. de S.^{ta} Maria de Fermedo, Arouca*, e moradora em Lisboa, filha de *Manuel Gomes de Pinho*, natural da freg. da Campanhã, termo do Porto, e de *Briolanja Maria de Lima, natural de Fermedo*, e aí moradores, neta paterna de *Dr. António Gomes de Pinho, natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Aze-meis*, e de *Joana Ferreira, natural de Fermedo*, e materna de *João de Paiva de Oliveira, natural da freg. de S.^{to} Isidoro de Romariz, Feira*, e de *Maria dos Santos*, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, moradores em Fermedo.
Carta de Familiar de 20 de Outubro de 1717.

João — m. 51, n.^o 981

- 216 **João Simões** — natural e morador no lugar dos Arcos, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia; filho de João Simões e de Ana Antónia, naturais e moradores em Arcos; neto paterno de André Simões e de Antónia Rodrigues, naturais de Arcos, e aí moradores, e materno de Domingos Dias e de Maria Dias, moradores na quinta da Pedreira, S. Paio de Arcos; casado com *Maria da Silva*, filha de *Manuel Francisco* e de *Inácia Francisca*, moradores em Vale de Azar,

Arcos, neta paterna de *Domingos Rodrigues* e de *Maria Francisca*, moradores em *Anadia*, e materna de *Agostinho Francisco* e de *Catarina Rodrigues*, moradores em *Vale de Azar*.

Já Familiar em 30 de Outubro de 1698.

João — m. 28, n.º 676

- 217 **João Simões Barbosa** — mercador na Rua Nova em Lisboa, e natural da mesma cidade; filho de António Simões Barbosa, natural do Lavradio, freg. de S.^{ta} Margarida, e de Luzia de Almeida, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, moradores na Rua Nova; neto paterno de *Francisco Simões*, natural da freg. de S. Salvador de *Roge*, *Vale de Cambra*, filho de *Simão Pires* e de *Maria André*, moradores em *Sandiães*, *Roge*, e de *Maria Francisca*, natural do Lavradio, e aí moradores, e materno de João Dias, natural de Unhos, freg. de S. Silvestre, Loures, e de *Catarina de Almeida*, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição, moradores na Calcetaria, freg. de S. Julião; casado com *Páscoa Pereira de Sena*, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, filha de *Manuel Pereira da Paz*, natural de Aljubarrota, freg. de S. Vicente, e de *Catarina de Sena*, natural de Lisboa, também moradores na Calcetaria, neta paterna de *Mateus de Azambuja* e de *Simoa Pereira*, naturais e moradores em Aljubarrota, e materna de António de Sena, francês, natural de Oignis, e de *Antónia Nunes*, natural de Lisboa, e aí moradores no Ver-o-peso, freg. de S.^{ta} Maria Madalena.

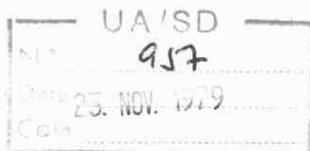
1699.

João — m. 179, n.º 1589

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo





UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

INAUGURAÇÃO DA «CASA- -MUSEU» DE EGAS MONIZ, EM AVANCA

NA tarde do dia 14 de Julho de 1968, concretizaram-se os desejos do Doutor EGAS MONIZ e de sua esposa, D. Elvira de Macedo Dias Egas Moniz, relativos à instituição da «Fundação Egas Moniz» e da sua «Casa-Museu», em Avanca, acerca das quais fez exemplar exposição o nosso camarada ROCHA MADAHIL, no vol. XXXII do *Arquivo do Distrito de Aveiro* (págs. 241 a 266); realizou-se a abertura solene da «Casa-Museu».

O presidente da Comissão Dirigente, prof. Boaventura Pereira de Melo, convidara para o acto, além das pessoas da família do Doutor EGAS MONIZ: o Bispo de Aveiro; os reitores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra; directores das Faculdades de Medicina das três cidades; Presidente da Junta de Investigação Científica e Tecnológica; presidentes da Academia das Ciências, do Instituto de Alta Cultura e da Sociedade de Geografia; subsecretários do Tesouro e do Fomento Ultramarino; Inspector Superior das Belas Artes; director das Belas Artes do Porto; Subsecretário Nacional da Informação; Director da Biblioteca Municipal do Porto; Inspector de Saúde; Embaixadores da Suécia, Brasil e Espanha; Catedráticos de Lisboa, Porto e Coimbra; Presidente da Junta Distrital de Aveiro; Comandante da Legião Portuguesa, Director da Urbanização, Director das Obras Públicas e Capitão do Porto de Aveiro; Delegado do Instituto Nacional de Trabalho; de Aveiro, ainda, o Reitor do Liceu, o Delegado de Saúde, o Director Escolar, os comandantes da Polícia e da Guarda N. Republicana; Comandantes Militar e da Base Aérea (S. Jacinto); Subdelegado de Saúde, Juiz e Delegado da Comarca de Estarreja; Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional; Presidentes das Câmaras do Distrito; Directores dos Museus e das Escolas Técnicas; Directores dos Conservatórios de Música (Aveiro, Feira, Espinho); delegados Escolares de Estarreja e Murtoza; Chefe da Repartição de Finanças e Conservador do Registo Civil de Estarreja;

Presidente da Junta de Pardilhó; Presidentes dos Bombeiros e do Clube Desportivo de Estarreja; Presidentes da Associação Atlética e da Associação Artística de Avanca. Além disso, mais de cem entidades particulares, de maior ou menor relevo, de Lisboa, Porto, etc., e da região aveirense; directores da Imprensa Diária de Lisboa, Porto e Coimbra, dos jornais de Aveiro e de Estarreja, e, ainda, a Emissora Nacional e a Televisão.

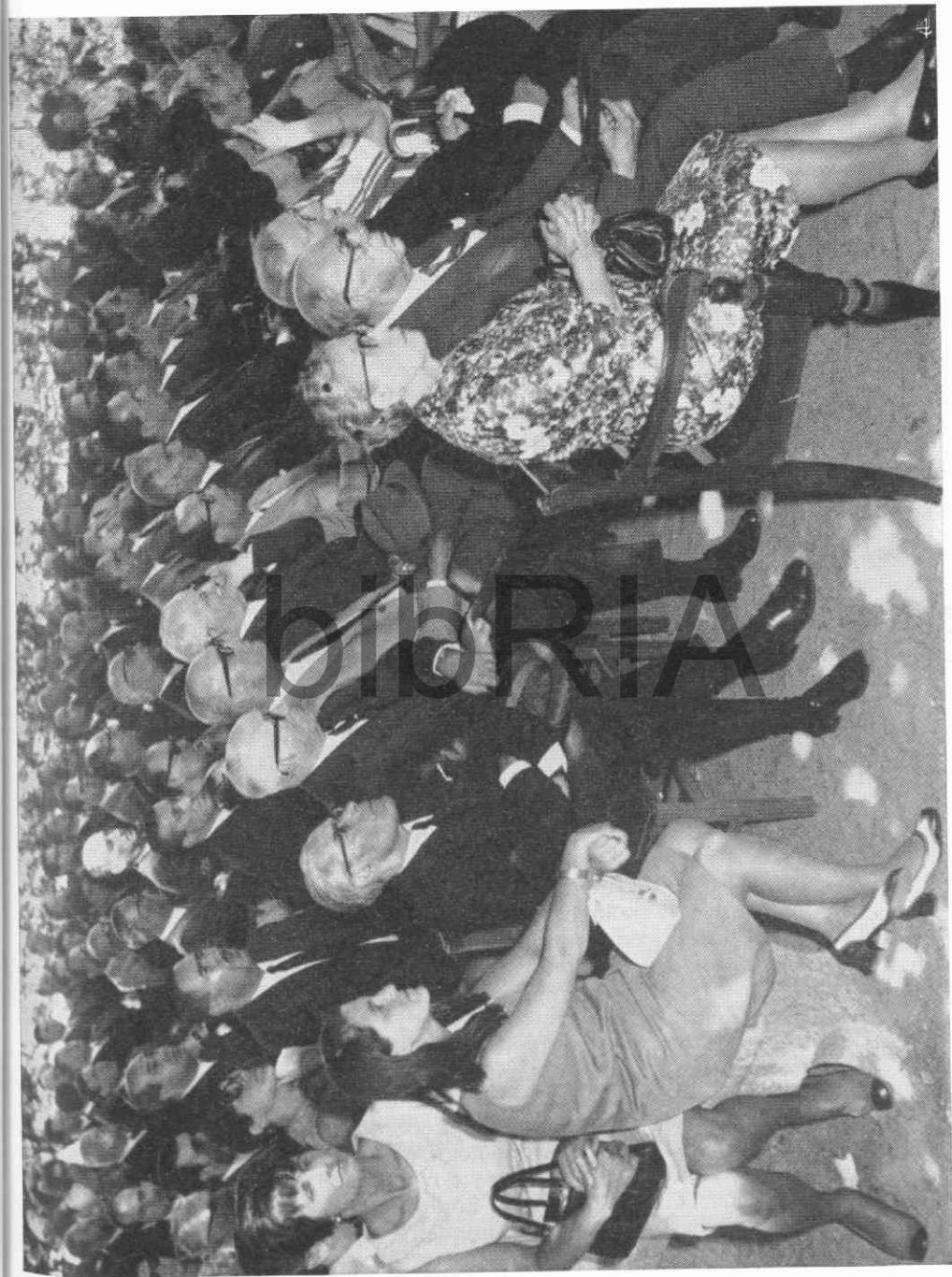
*

Para a realização da sessão solene, levantou-se graciosa tribuna e dispôs-se ampla plateia de cadeiras em aprazível local, ou seja junto e a nascente da «Casa do Marinheiro», sob as frondosas tílias que aí se levantam.

Nem de propósito! De facto, o Doutor EGAS MONIZ, nos apontamentos que deixou para servirem de guia aos organizadores da «Casa-Museu», referia-se àquele ambiente. Depois de dizer que, no Verão, para ele e para a Esposa o local mais apetecido era o torreão grande da casa, com varanda voltada ao Nascente e por isso muito abrigada, acrescentava:

«Chega lá o rumor da vida agrícola e o chilrear da passarada, que por vezes chega a ser menos agradável. As andorinhas vêm ali fazer ninhos; mas essas são quase mudas, contentando-se com os vaivéns das suas acrobacias voadoras. Os que fazem ruído são pardais que vêm pernoitar nas tílias que aqui abrigam o prédio, do Nascente e Poente, e são árvores de grande porte.

A este propósito, desejo registar nestas páginas um aspecto da vida colectiva destas aves pouco estimadas, e que nunca vi referido. Os pardais juntam-se, por vezes aos milhares, naquele arvoredo, e tanto, que um vizinho me dizia, contrariado, que eu lhes dava dormida, mas ele e os demais é que os sustentavam. E eu também, pois o meu quintal também estava ao dispor dos seus bicos devoradores de grãos das sementeiras. Algumas vezes lhes demos caçada e extermínio. Cinco e seis espingardas os fustigavam de maneira impiedosa. Duas e mais canastras de pardais eram distribuídas pelos caçadores, vizinhos e o rapazio que se juntava. Em geral, a maioria dos que escapavam voltavam a ocupar os seus postos no dia imediato, de forma a repetir-se a matança nos dias seguintes, embora com menos rendimento. Pelo menos nos dois anos imediatos desaparecia a parçalada. Quando muito, lá para fins de Agosto do segundo ano algumas dezenas dos incautos habitantes das vigorosas tílias começavam a animar o arvoredo. Eram por certo ingénuos descendentes dos que haviam sofrido a arremetida mortífera. No terceiro ano, ainda era escassa a frequência, embora já mais abundante do que nos anteriores; mas no quarto ano voltava a multidão a inten-



Aspecto da assistência

sificar-se no povoamento do arvoredó. Fazia-se então novo extermínio, e por três ou quatro vezes verificámos a sequênciã dos mesmos factos.

O instinto colectivo de conservação mantém-se na memória dos pardais que escaparam ao ataque, e só quando novas gerações vêm aumentar a grei, sem conhecimento das atrocidades passadas, voltam a juntar-se ao abrigo reconfortante da folhagem das frondosas árvores a que se acolhiam. É de notar que quanto mais mortífero e persistente fosse o ataque, mais demorava a volta da descendência.

Muitas vezes reflecti sobre esta defesa colectiva de aves que pareciam ter existência independente, isolada, a fora da época dos amores e procriação, mas que afinal vivem num cooperativismo de defesa delineada. Parece que, após os grandes desastres, se reúnem em assembleia, para tomar decisões futuras. Como dissemos, nos dias do massacre a maior parte voltava ao seu poiso, como não conhecendo outro local onde pudesse abrigar-se. Algumas dezenas emigravam para o arvoredó que existe junto a um pequeno lago que está no fundo da propriedade; mas a grande maioria ficava fiel ao seu primitivo paradeiro, correndo o risco de novos tiroteios.»

Pois foi à sombra destas tílias, mas sem barulho de pardalada, apenas com um ventinho às vezes um tanto desagradável, que se instalaram os convidados a quem foi possível comparecer. Para a tribuna de honra da sessão, presidida pelo Subsecretário da Administração Escolar (Dr. Alberto Carlos de Brito), que representava o Chefe do Estado (Almirante Américo Tomás), foram chamados uns trinta e oito dos convidados; mas, como nem todos estavam presentes, é difícil enumerar, com precisão, aqueles que tomaram assento na tribuna. Eis os que conseguimos identificar: Dr. Manuel Lousada, Governador Civil; Monsenhor Aníbal Ramos, representante do Bispo de Aveiro (D. Manuel de Almeida Trindade); Boaventura Pereira de Melo, presidente da Fundação de Egas Moniz; Dr. Artur Correia Barbosa, presidente Distrital da União Nacional; Dr. Artur Alves Moreira, presidente da Câmara de Aveiro; Dr. João de Meira, representante da Junta de Investigação Científica e Tecnológica e do seu presidente (Dr. Leite Pinto); Doutor Almeida Lima, representante da Academia das Ciências e do Centro de Estudos de Egas Moniz; Prof. Doutor Eduardo Coelho; Dr. Sousa Pereira, representante do Instituto de Alta Cultura; Drs. Gonçalves de Azevedo e Vaz Serra, directores das Fac. de Medicina do Porto e de Coimbra, respectivamente; Dr. António Luís Gomes, presidente do Conselho da Administração da Fundação da Casa de Bragança; Dr. António Manuel Gonçalves, director do Museu de Aveiro; Dr. Fernando de Almeida, director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia; Dr.^a D. Maria Emília Amaral Teixeira, directora do Museu Nacional de Soares dos Reis; Dr. Carlos da Silva Lopes, conservador do mesmo Museu; D. Maria Isabel Guerra Junqueiro, conservadora do Museu de Guerra Junqueiro; Dr. David Cristo; etc.

INAUGURAÇÃO DA «CASA-MUSEU» DE EGAS MONIZ

Constituída a Mesa, falaram sucessivamente o professor Boaventura Pereira de Melo, o Dr. António Manuel Gonçalves e o Prof. Doutor Almeida Lima. Eis os seus discursos, longamente aplaudidos pela assistência:

I

DISCURSO DO PROFESSOR BOAVENTURA PEREIRA DE MELO

Senhor Subsecretário, muito Ilustre Representante de S. Ex.^a o Presidente da República, Excelência Reverendíssima, Senhor Governador Civil, Magníficos Reitores, Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Nos arquivos da Universidade de Coimbra está registado com o n.º 3 esta acta de Doutoramento:

«António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, filho de Fernando Pina de Resende Abreu, natural de Avanca, concelho de Estarreja, Distrito de Aveiro:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1901 — Aos quatorze do mês de Julho, na Sala Grande dos actos desta Universidade, recebeu o grau de Doutor na Faculdade de Medicina, com a solenidade e cerimónias costumadas, o licenciado António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz.

Conferiu-lhe o grau, como Prelado da Universidade, o Ex.^{mo} Reitor, Doutor Manuel Pereira Dias, o qual delegou as suas vezes no Doutor Manuel da Costa Alemão, para, como Decano da Faculdade, e Padrinho Oficial, condecorar com as insígnias doutorais o nóvo Doutor — o que assim se fez.

Acompanhou e apresentou o doutorando, neste acto, o Ex.^{mo} Conselheiro José Maria de Alpoim Cerqueira Borges Cabral, como procurador do Ex.^{mo} Conselheiro José Luciano de Castro.

Foram oradores os Doutores José Serras e Silva e António de Pádua, e serviram de Testemunhas os dois Lentes mais antigos da faculdade, presentes ao acto — os Doutores João Jacinto da Silva Correia e Raimundo da Silva Mota.

Estes assentos foram subscritos por Manuel da Silva Gaio, Secretário da Universidade, e assinados por todos.»

De um outro livro, este de assentos de Baptismos da Igreja do Santíssimo Sacramento da cidade do Rio de Janeiro, também consta que foi baptizada solenemente Elvira de Macedo Dias, nascida em catorze de Julho de 1884.

Senhora de excelsas virtudes, a insigne Esposa de Egas Moniz sobreviveu-lhe dez anos.

E, com tanta fidelidade e tão religiosamente cumpriu os desejos e as aspirações do marido estremecido, que me não dispensou, como tanto lhe roguei e até implorei, não me dispensou deste muito honroso, mas bem espinhoso encargo.

Foi ela a benemérita instituidora da Obra que hoje tão solenemente se inaugura.

Este duplo aniversário—Doutoramento de Egas Moniz e nascimento da Companheira que adorou e que o acompanhou em todas as horas boas e más da vida—não podia ter mais condigna celebração, nem outra data se podia escolher para a inauguração da Casa-Museu, que, concluído o Regulamento em elaboração, será aberta ao público, e para a qual pedimos a protecção de Deus.

Na minha qualidade de Presidente da Fundação de Egas Moniz, cabe-me a subida honra e o raro privilégio de apresentar a V. Ex.^a, Snr. Subsecretário da Administração Escolar e muito Ilustre Representante do mais alto Magistrado da Nação, as nossas mais respeitadas saudações e a expressão do nosso mais reconhecido agradecimento pela elevada honra da presença de V. Ex.^a

E seja-me permitido saudar e agradecer a presença de todas as altas individualidades que tanto brilho vieram trazer a esta inauguração.

Meus Senhores:

Esta Obra destina-se a fins culturais, científicos e educativos, que, através dos tempos, recordará a nacionais e estrangeiros o valor e o labor dum avancanense que muito honrou e glorificou a Pátria e por isso se tornou um dos seus filhos mais ilustres.

O eminente Professor Doutor Almeida Lima e o Ex.^{mo} Senhor Dr. António Manuel Gonçalves, a quem publicamente quero agradecer a magnífica colaboração que nos deram, vão certamente referir-se à Obra que Egas Moniz realizou, tão notável pela diversidade como pela originalidade.

Desde a Instrução Primária até ao fim da sua carreira universitária foi bom estudante, Professor eminente e investigador de mérito excepcional.

Figura prestigiosa da sociedade portuguesa, deixou bem marcada a centelha do seu talento como orador, parlamentar, diplomata e homem de letras.

Homem de sociedade, com distinção de maneiras e de trato que gerava admiração e o respeito de quem de perto o conhecesse.

Consagrou toda a sua vida a trabalhos da maior utilidade que na investigação científica culminaram com descobertas que têm contribuído para a salvação de milhares de vidas.

Espírito sempre renovado e criador, conservou até ao fim a sua forte vontade e o vigor pleno das suas faculdades mentais,

INAUGURAÇÃO DA «CASA-MUSEU» DE EGAS MONIZ

como o confirmam alguns escritos que deixou, datados da véspera do seu falecimento. Conservou também até ao fim a grandeza de alma e a magnanimidade que ficou provada quando, ferido de morte e a caminho do hospital, pediu que perdoassem ao louco que sobre ele descarregara oito balas, quando, no seu consultório, lhe passava uma receita.

Trabalhador infatigável, e sempre enamorado das belezas desta região, as férias que nesta Casa passava, ocupava-as também no estudo e na preparação de conferências sobre arte, Ciência, literatura e dissertações académicas.

Afervorados amigos da nossa região ribeirinha, deixaram-nos nesta Casa tudo o que mais estimaram e os prendeu à vida. E, nesta boa terra, que se orgulha de ter sido o seu berço, quiseram os dois repousar modestamente o sono eterno.

Curvo-me perante a memória de quem nesta casa soube criar felicidade e beleza.

II

DISCURSO DO DR. ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES

Sabemos que o Prof. Egas Moniz faleceu precisamente no ano centenário do seu dilecto Amigo José Malhoa. A Junta de Província da Estremadura no raro album comemorativo que editou no ano seguinte — e foi lá doze anos — enfeixou na colaboração que «nota explicativa» qualificava de «altamente preciosa» as palavras que o Dr. João Couto, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, propositadamente escrevera, a incidir sobre o Museu das Caldas da Rainha, que é a obra notável do Colega António Montês, o qual perdemos ainda há nove meses.

E uma nota especial merecia o aparecimento desse «Boletim», — salientava-se — como que a encerrar a Comemoração do Nascimento de Mestre Malhoa, um capítulo intitulado «O Amigo José Malhoa», escrito pelo punho do Prof. Egas Moniz e entregue na véspera do seu falecimento. Este derradeiro lampejo literário e profundamente humano havemos de ouvi-lo um pouco e meditá-lo.

Mas, porque um novo Museu se abre e vai florescer neste país, não podemos calar e neste lugar — diante de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Administração Escolar na distinguida representação do Venerando Chefe do Estado — uma palavra de estremecida saudade pelo Dr. João Couto. Há três dias que deixou este mundo, mas é a sua presença que nos anima, agora e sempre. Evocamos o Mestre perene da Museologia portuguesa e como humilde servidor daquela família de Conservadores que ele formou e continua a dinamizar o património artístico nacional, sobretudo os Museus, fazendo-os órgãos de cultura viva e para todos, e não só repositórios atraentes para escolhidos.

E é oportuno lembrar como o Prof. Egas Moniz deve integrar-se na história da Museologia portuguesa, por um tipo de acção pedagógica, hoje universalmente vulgarizada.

Foi em 16 de Janeiro de 1916. O nosso mui respeitado antecessor, João Augusto Marques Gomes, realizou no Museu de Aveiro um sarau de arte poética e musical, cuja sequência era — e com que sensibilidade — pautada pelos toques da sineta datada de 1481, aquela mesma a que obedeceu Santa Joana Princesa, naquele Mosteiro de Jesus. Enchia a enorme sala do Museu (com mais de 50 metros de fundo) uma assistência orçada em mais de meio milhar de aveirenses, e a meio do singular programa, já por si precursor no género de extensão cultural dos museus, ouviu-se dissertar sobre «A Arte através dos séculos» o Prof. Doutor Egas Moniz. Alguém anotou que a sua fala durou 50 minutos — uma aula em verdade — evocando as vicissitudes da criação artística desde a pré-história ao limiar do século XIX. Caracterizou com precisão as grandes épocas históricas da arte universal, sustendo-se nos afeiçoamentos portugueses e exemplificando com as próprias obras que o Museu de Aveiro expunha, apontando-as carinhosamente

«Divagações sobre Arte» assim intitulou o Sábio Professor a sua lição como a recolheu no livro *Ao Lado da Medicina*, abrindo um precedente significativo num tipo de divulgação que hoje nos é comum através das palestras ilustradas com diapositivos ou da directa visita guiada.

Como compreendemos bem esta *sua* Casa-Museu, se escutarmos as vigorosas palavras com que terminava essa lição:

«As grandes escolas de Arte plástica são os Museus. Quisera um em cada cidade, em cada vila e em cada aldeia, para que o povo se elevasse na comunhão espiritual do Belo.

Percorrer estas salas é recordar um passado de trabalho sereno que hoje desconhecemos; é sublimar, na admiração destes quadros, a sentimentalidade estonteada da hora presente; é instruir-se, é educar-se, é olhar sobranceiro a vida, de forma a poder divisar nela o que ela tem de mais encantador: — a Arte» (1).

Embora elegantemente confessasse no exórdio que «afastado de há muito do discurso e da conferência, vivendo exclusivamente para os meus livros, para a minha profissão e para as minhas predilecções da arte, não tenho entrado em contacto com outro público que não seja o das minhas aulas, e fizera o propósito de não procurar outro, ao menos tão cedo», não lhe faltando «convites e instâncias», só quebrando «a linha de conduta» que se impusera, por duas razões. A primeira, afirmou:

«É que ao distrito de Aveiro pertence a querida aldeia em

(1) In *Ao Lado da Medicina*, Lisboa, 1940, pág. 200.

INAUGURAÇÃO DA «CASA-MUSEU» DE EGAS MONIZ

que nasci, pedaço de terra onde criou raízes o meu coração e onde os dias se não contam pelos ciclos do sol, tão rapidamente eles se sucedem na saudosa evocação dos que passaram e no convívio íntimo com a natureza, a grande, a eterna inspiradora».

A segunda considerava-a mais imperiosa, por se tratar da obra notabilíssima de Marques Gomes e que ali estavam a viver — o Museu de Aveiro. E sobre esse meu querido antecessor, retemos esta justa homenagem:

«Aveiro colocará o seu nome na galeria dos que mais a ilustraram e melhor a serviram.»

Aliás, meses antes, exactamente em 28 de Maio de 1915, exarou o Prof. Egas Moniz, no livro de visitantes do Museu:

«Com Marques Gomes, o incansável trabalhador e investigador de Arte, algum auxílio do Estado e todo o edificio do Convento, transformar-se-á este Museu, que já representa um grande esforço e é digno de ser admirado pelos amigos da Arte [em] um dos mais belos, se não o mais belo Museu regional de Portugal. A Marques Gomes fica devendo Aveiro o grande serviço de tornar a linda cidade conhecida sob um novo aspecto, e os visitantes bendirão do grande cultor da Arte que ele é, pelo prazer de admirar tão belas coisas.»

É interessante reparar que foi nesse ano de 1915 que Egas Moniz acabou de refazer esta sua *Casa do Marinheiro*, «segundo planta de Ernesto Korrodi, sob a direcção do Padre António Maria de Pinho, de Avanca. Foi decorador Álvaro Miranda, da Granja» — assim o registou no seu delicado memorial da infância e juventude *A nossa Casa*.

Agora também *no*sa — minhas Senhoras e meus Senhores, povos de Estarreja e da Murtosa, e do distrito aveirense e de todo o Portugal — pelas tão enternecedoras e esclarecidas disposições testamentárias (aliás essencialmente concretizadas nos Estatutos da Fundação Egas Moniz):

«Ele e sua esposa muitas vezes têm falado sobre o destino a dar à «Casa do Marinheiro», em Avanca, onde passavam, e passam, longas temporadas, sobretudo desde o ano de 1915, no qual a modificaram, tornando-a vivenda confortável, casa essa à qual o prendem em especial as recordações da sua infância, pois ali nasceu e ali passou os seus primeiros anos. — Tal como a mantém e por a terem constantemente melhorado, bem como a respectiva quinta, tem sido muito pesado encargo, que, no entanto, têm podido suportar. — Sua mulher desejava que aquela casa fosse aproveitada para uma instituição a que o nome dele ficasse ligado, gentileza que muito lhe agradece. — Que pensaram em Asilo ou Casa de Repouso, ideia abandonada, por não disporem de meios bastantes para o seu sustento, e ainda por ser solução um pouco contrária aos princípios que defende, pois em sua opinião a assistência deve ser completamente dirigida e paga pelo Estado. — Que decidiram, por isso, que se criasse um Museu, — ideia que aceitou com júbilo, pois tendo sido modesto coleccionador de alguns objectos de arte, não gostaria que fossem dispersados. No conjunto — juntando tudo —, virá a ter um certo interesse. — Além disso, pensou em juntar a essa parte artística uma parte científica, ligada aos seus trabalhos, e outra, mais

íntima, dedicada a recordações de família e pessoais. — Por isso, no caso de já não existir a sua esposa, deixa ele testador todos os bens que possuir, à data em que falecer, na freguesia de Avanca, concelho de Estarreja, para a fundação e manutenção de um Museu Regional, que será denominado, conforme o desejo de sua esposa, «Casa-Museu Egas Moniz», para que fique, assim, ligada à sua querida aldeia esta recordação da sua vida, como demonstração do seu apreço pelos amigos e conterrâneos dos concelhos de Estarreja e da Murtosa, pois aproveitará a toda essa região ribeirinha, cujas populações sempre o acompanharam nas suas horas de alegria e momentos de tristeza, seguindo-o em boa camaradagem e dedicação. — Os Museus, por modestos que sejam, são centros de educação e de regalo espiritual — É o pouco que pode deixar aos seus compatriotas, e conta dar-lhe condições de vida autónoma, podendo seguir, e mesmo melhorar, algumas das suas instalações. — Prevê também a possibilidade de alcançar fundos suficientes para ter mais tarde, em anexo, uma sala de leitura e escolas nocturnas, de aperfeiçoamento, e ainda profissionais.»

E após determinar sobre os haveres e sobre o modo administrativo e técnico da Casa-Museu, assim especificou:

«O Museu será dividido em três partes: Uma, a mais valiosa e que será por certo a mais visitada, embora esteja principalmente instalada no rés-do-chão, estende-se aos outros andares guardando o mais possível as características actuais, e ao novo edifício ou pavilhão a construir. É a secção artística. A ela deixa não só tudo o que constitui o recheio artístico da Casa do Marinheiro, mas ainda o recheio artístico da casa de Lisboa na Avenida Cinco de Outubro, 73, todos os quadros, jarras, bibelots, vidros, lustres, relógio de António Pais, que está na sala verde, mobiliário completo da sala Luís XVI, da entrada, e todo o seu recheio; mobília completa da chamada saleta da Senhora, no primeiro andar da casa, e seu recheio, de seis cadeiras esguias de pau santo que estão no «hall» de entrada da casa de Lisboa; seis cadeiras que estão no seu quarto de cama; a cadeira onde trabalhou no seu escritório, e em que fez todos os seus livros, bem como a escrivaninha e seis cadeiras das melhores, se couberem no Museu; o grande guarda-louça da sala de mesa; uma papelreira que está na sala de jogo, que era de seu tio Abade e tem sido utilizada por sua esposa; o contador e a cómoda pequena D. João V, que estão no seu quarto, bem como todos os lustres de vidro que possui em Lisboa e que caibam em Avanca, e outras coisas que ali possam ser úteis e que o critério dos seus testamenteiros resolverá, seguindo as instruções que deixa em carta. Também deixa ao referido Museu todas as pratas que possui em Avanca e na sua moradia da Avenida 5 de Outubro, 73, em Lisboa, com pequenas excepções indicadas nas cartas. Os testamenteiros darão cumprimento a este seu desejo. Refere-se, em especial, às pratas antigas com a marca da época, à baixela que possui do século XVIII (D. João V), que tem sido adquirida desde 1920; a todos os castiçais que possui nas duas casas de Lisboa e Avanca e que formarão uma interessante colecção; a três carimbos em prata, dois com brasão e um igual à guarnição do tinteiro que tem na sua secretária de Lisboa, que também ficará no Museu; a um modesto serviço de chá que tem gravadas as palavras «Casa do Marinheiro» que lhe foi oferecido para não mais sair dali. Dentre as pratas antigas, devem ser postas em relevo o faqueiro que está em Lisboa, adquirido na casa Leitão, com a garantia de ser um terço do faqueiro que pertenceu ao Marquês de Pombal. Ao faqueiro que lhe foi deixado por seu tio Abade, com as letras CPR e que adquiriu em volta de 1850, e as demais pratas que possui com excepção das

INAUGURAÇÃO DA «CASA-MUSEU» DE EGAS MONIZ

poucas que deixa como lembranças. A segunda parte do Museu, fixada no primeiro andar, terá uma sala correspondente às duas casas de banho, exclusivamente dedicada à apresentação de objectos referentes às suas descobertas científicas sobre a Angiografia cerebral e a Leucotomia prefrontal, no género da exposição que foi apresentada pelos seus antigos colaboradores de Santa Marta, aquando do Congresso de Neuro-Cirurgia, no Hospital Júlio de Matos. A terceira parte, cuja base principal ficará no segundo andar, será destinada a recordações familiares e pessoais que, embora espalhadas por outras salas, terão ali o centro principal, com recordações de sua mãe, esposa e irmã, títulos que lhe foram concedidos, condecorações, capelo, capa e batina, etc.».

Quem teve a dita de conviver com o sábio Professor, ou nos extintos salões das suas casas de Lisboa ou nesta «Casa do Marinho», recorda decerto o gosto requintado de apropriada ornamentação artística, a coerente utensilagem das baixelas e de outras peças, num saber viver e grato receber do casal Egas Moniz.

Evoca algures o Senhor Dr. Alberto Rego:

«...quero ainda referir-me ao delicadíssimo gosto com que sabe rodear-se dum autêntico ambiente de arte nas casas onde tem vivido e à verdadeira intuição artística que o tem guiado sempre na compra de tantos objectos preciosos que transformam em autênticos museus as suas casas de Lisboa e Avanca. Há certamente interiores mais ricos, mais sumptuosos e mais impressionantes. Mas será difícil encontrar-se um equilíbrio mais perfeito na arrumação geral, na disposição do mobiliário, dos quadros e dos *bidets* e dessas pequeninas mil coisas que fazem do ambiente interior de certas casas um eco delicadíssimo do espírito das pessoas que as habitam. Mas de Egas Moniz sente-se especialmente uma harmonia e uma ordem perfeitas que imediatamente dão ao espírito do visitante a certeza de que nada de banal se encontra lá dentro e de que a pessoa criadora de tal ambiente tem a necessidade espiritual de dar a tudo quanto a rodeia um pouco de si mesmo, rodeando-se assim de coisas que disso sejam dignas.»

Não receemos certo arranjo e modo de apresentação que se estadeia nesta Casa-Museu, porque se a qualidade se revigora às vezes pela quantidade, é lícita exposição de conjuntos e obedecemos a cuidadosas prescrições do coleccionador que denunciam um pendor humanístico de Egas Moniz. Ele, que evocou um dia o Papa João XXI, o primeiro médico e humanista da dilatada pléiade dos pares no tempo que glorificou como nosso Prémio Nobel, ao coleccionar objectos artísticos, afirmava uma humaníssima faceta da sua personalidade.

Disse Brimo que «o coleccionador é um artista que procura uma obra de arte, mas esta tem de satisfazer plenamente ao seu anseio pessoal e de o ajudar a perfazer a sua própria obra: a sua colecção». Cada galeria de obras de arte, cada biblioteca, cada colecção denuncia as paixões, os sonhos, as ambições, contingências, virtudes e capacidade do homem que pôde ajuntá-la — é sempre a *sua* colecção e, por isso, uma colecção *viva*, obra de selecção e contiguidade vincadamente pessoal.

No impressionante «canto de Cisne» confiado a António Montês na véspera de falecer—«O Amigo José Malhoa»,—apontou esta lucidíssima afinidade:

«Entre as obras de arte e a investigação científica há certas afinidades que se apercebem nos pontos culminantes das suas realizações.

O verdadeiro artista que se concentra no seu labor e consegue obter uma obra em que a beleza de forma e da cor é a expressão do ideal imaginado tem, quando realizada, um grande e levantado prazer espiritual.

Diz-se que Miguel Ângelo, ao terminar a sua impecável estátua de Moisés, batera com o martelo no joelho, gritando-lhe:— Fala!

A obra dera-lhe a noção da vida na forma impecável da inspiração do seu génio inigualável. Queria agora impor-lhe a reacção vital que só lhe poderiam conceder os deuses imortais. Mas o mármore de Miguel Ângelo a todos fala do esplendoroso génio escultural do seu inspirado autor.

O cientista que se dedica à investigação científica e pretende trazer alguma coisa de novo para aumentar os conhecimentos adquiridos, desvendando o desconhecido, também pode viver o infável prazer das realizações felizes e admirar os novos horizontes da concretização do pensamento inicial.

Quando em 1927, depois de longos e repetidos trabalhos no cadáver e no animal, realizados em Santa Marta e no Instituto Rocha Cabral, apliquei o método ao homem — salto que nos levou longas semanas de preocupações e anseios! — tive a fortuna de ver, pela primeira vez opacificadas as artérias cerebrais no homem.

Vivi a hora mais alta da minha existência! Nenhum outro momento se lhe aproximou. Senti perpassar por sobre a minha cabeça o sopro criador que as lendas concedem aos dominadores dos mitos, igualmente àqueles que devem sentir os grandes artistas ao realizar obras de grande tomo.

É no íntimo prazer das realizações científicas e artísticas que mais se aproximam as duas actividades, aparentemente díspares e distanciadas.»

Aqui verificamos na Casa-Museu como preferia os pintores naturalistas e se deleitava na obra dos nossos Silva Porto, José Malhoa, Carlos Reis, Falcão Trigoso e tantos mais, de quem coleccionou ou sobre quem escreveu ou de quem visitava os certames.

Anotemos a largueza convivente com que julgou um dia a arte moderna. Foi na inauguração de uma Exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes, em 7 de Fevereiro de 1930:

«Devo dizer que as minhas tendências, talvez excessivamente modernistas, não acompanham a gente chamada de bom senso, que sistematicamente põe de parte tudo o que se afasta das normas apelidadas clássicas da corrente arte pictural. Por vezes, nas exposições que visito, descortino interesse e até beleza em telas que outros apreciam à gargalhada ou com o sorriso indulgente de um desdém mal disfarçado.

Feitas estas declarações, sinto-me mais à vontade para poder expor a minha opinião sobre as escolas ultramodernistas que, como mostrarei, interessam ao assunto de que me estou ocupando. (...)

INAUGURAÇÃO DA «CASA-MUSEU» DE EGAS MONIZ

Diz Guillaume Apollinaire, no seu livro *Meditações estéticas sobre os pintores cubistas*, que o objectivo da sua arte não consiste no prazer da vista, como pretendem a arte antiga e a arte moderna que navega nas suas águas. Querem atingir um ideal superior e, assim, fugindo às proporções clássicas e ao que eles chamam as ilusões ópticas, desejam exprimir a grandeza das formas metafísicas em obras que sejam mais cerebrais do que sensoriais. Afastam-se da concepção humana da beleza que imortalizou a arte grega, para exprimirem as suas impressões e ideias com sinais, símbolos e imagens que irrompem livremente da imaginação⁽¹⁾.

E adiante:

«O cubismo aspira a representar no mesmo quadro diferentes aspectos e pontos de vista de um objecto ou de uma paisagem. A imagem não é para estes artistas a realidade comum, é uma visão concentrada na memória visual. O modelo é decomposto em partes e estas organizadas à vontade do artista. Este não prescinde das realidades visuais dos objectos, mas junta-as e dispõe-nas segundo o seu sentimento estético. Wright pretende que o cubismo seja o complemento do impressionismo, porque este procura reproduzir o efeito que produzem as impressões da luz, o cubismo preocupa-se em exprimir o efeito que determinam as impressões da forma.

O cubismo, inicialmente, pretende encher toda a superfície do quadro. Não há espaços vazios. Para isso ou deviam introduzir-se figuras supérfluas ou decompor em muitas a figura dominante.

Por outro lado, tem a preocupação de suprimir tudo o que não seja essencial e por isso se multiplicam sem conta os aspectos do assunto, procurando dar a sua visão múltipla. Os quadros de Picasso, Leger, Braque, Duchamp, Gris, procuram justificar esta nova técnica. Da pintura passou o cubismo à escultura: porções de objectos colocados distintamente, numa desordem, pelo menos aparente.

Estas manifestações de arte são inteiramente individuais. Um quadro depende menos do objecto que serve para tema do que das sensações absorventes do artista. E, como estas variam de dia para dia, segundo o estudo psíquico do pintor, nunca o mesmo assunto poderá ser tratado em épocas sucessivas da mesma maneira ou mesmo de forma aproximada⁽²⁾.

*

Não devo prosseguir mais. Um dia, Cardoso Pinto, que foi director do Museu Nacional dos Coches, numa das conversações em que muito aprendemos do mester de conservador, dizia-nos que todo o nosso labor se resumia a ver e aprender e estudar para saber fazer uma boa ficha. Como pálido eco do *espírito superior* que preside a esta Casa, estamos a tentar fazer a ficha o melhor

(1) In *Ao Lado da Medicina*, Lisboa, 1940, págs. 135-136 — Conferência «Os Pintores da Loucura», realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes, na inauguração da Exposição do Grupo Silva Porto, em 7 de Fevereiro de 1930.

(2) *Id.*, págs. 136-7.

que podemos, com o máximo de precisão e o mínimo de adjectivos, e estamos prestes a acabá-la, porque a isto fomos chamado.

Mas o mesmo Cardoso Pinto, em reunião de trabalho no Museu Nacional de Arte Antiga, do qual fora Conservador, dizia, diante do Dr. João Couto, que a nossa profissão é a de «peças conscientes» que se incorporam na «máquina» que é o Museu e o movem como organismo — servimos o seu passado, vitalizamos o seu presente, construimos o seu futuro.

Expressamente designou o Prof. Egas Moniz a vontade de que, para dar realidade à sua Casa-Museu, fosse ouvido e achado um Director de Museu do Estado, e no caso veio colaborar com Boaventura Pereira de Melo e sua Esposa Maria Odete, Almeida Lima, António Macieira Coelho, Joaquim Rosado e outros mais, o Director do Museu de Aveiro.

Quem?

Um sucessor dos sucessores de Marques Gomes que, ao coadjuvar os arranjos museográficos desta Casa-Museu, procura retribuir o bem e a estima e a franca admiração que Egas Moniz votou ao criador principal do Museu de Aveiro.

III

DISCURSO DO PROF. DOUTOR ALMEIDA LIMA

Se tomo hoje aqui a palavra, é porque tenho várias razões para o fazer.

Primeira, por ter sido convidado pelo Presidente da Fundação Egas Moniz.

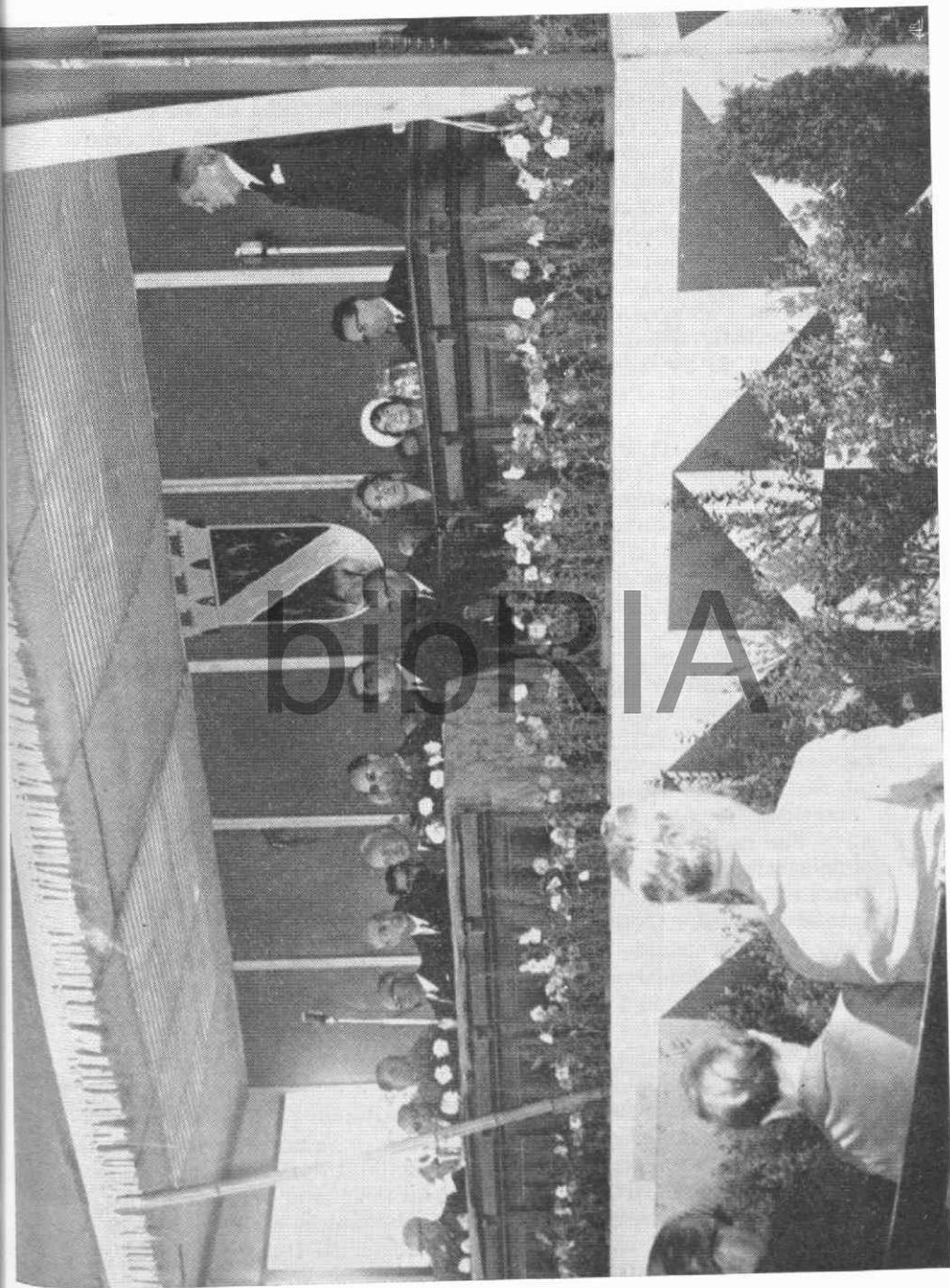
Segunda, por me ter sido confiada, pelo seu Eminentíssimo Presidente, a representação da Academia das Ciências de Lisboa nesta cerimónia inaugural.

A agremiação científica de maior prestígio entre nós iguala em idade e dignidade as grandes Academias europeias e à qual Egas Moniz *tanto se dedicou*. Foi seu digno presidente e fez brilhar as suas sessões científicas em comunicações memoráveis, pois consagrava-lhe a primazia dos relatos das suas descobertas.

A terceira é que, sendo o actual Presidente da Direcção do Centro de Estudos Egas Moniz, todos os que ali trabalham, seguindo a impulsão do Mestre e continuando, na medida em que os reduzidos recursos lhe permitem, a sua obra, Médicos, Técnicos e Funcionários, me pediram para falar em seu nome, e dizer da Saudade uns, do Orgulho todos, perante qualquer acontecimento que recorda o seu patrono.

A quarta razão é pessoal, tão grande, tão imperiosa, mas por todos tão conhecida, que me dispense de a mencionar.

Todos estes motivos seriam suficientes para justificar o importantes na proximidade de coisas tão belas, da Arte e da Natureza,



A mesa, na altura da oração do Prof. Doutor Almeida Lima

as minhas palavras tão sinceras de veneração como toscas, se as compararem às que podem encontrar neste Museu escritas por Egas Moniz.

Talvez o maior de todos seja o simples facto de ser Português, não apenas médico português. Egas Moniz bem mereceu de todos os seus compatriotas; cuidou do bom nome de Portugal em numerosas situações: Delegado à Conferência da Paz de Versailles, Embaixador em Madrid, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Criou amigos em muitos países, prestigiou o nome da sua Pátria; era o seu dever e Egas Moniz cumpriu-o com o brilhantismo e o escrúpulo com que desempenhava todas as missões que aceitava. Mas não foi como diplomata que conseguiu o maior triunfo internacional para o nosso País. Foi como cientista. Cientista de tal mérito, que lhe foi concedido o maior galardão internacional: O Prémio Nobel. Distinção tão cotada internacionalmente, que transcende o homem que a recebeu e é tida como testemunho da cultura do meio onde tais trabalhos se realizaram e se crê são devidamente apreciados.

Não é aqui ocasião de lhes falar em termos técnicos da obra de Egas Moniz, do seu transcendente valor teórico e dos milhares de vidas que são salvas (sem alardes jornalísticos) pela aplicação, hoje universal, da angiografia, nem da evolução da cirurgia dita estereotáxica, desenvolvimento directo da leucotomia cerebral.

Apenas queremos reproduzir as próprias palavras de Egas Moniz, quando diz: «*As descobertas científicas e nomeadamente as que se conquistaram no campo da biologia e da medicina são clarões que se esbatem cedo, ofuscadas pela luz viva de novas e valiosas investigações.*

Poderão amanhã ser contestadas algumas das suas conclusões à luz de novas aquisições científicas, mas a base do seu trabalho, essa há-de forçosamente perdurar».

Por uma vez o Mestre não teve completa razão. O clarão da angiografia não se esbateu ainda. O ano passado comemorou-se em Lisboa e em Madrid o 40.º aniversário da descoberta da angiografia cerebral.

E ao Centro de Estudos Egas Moniz acorrem ainda muitos médicos de todos os países civilizados. «*A Meca da Neurocirurgia*» lhe chamou ainda há pouco um dos mais famosos neurocirurgiões norte-americanos.

O método de Egas Moniz é executado diariamente em todas as clínicas neurológicas e neurocirúrgicas, e é ainda um dos mais eficazes instrumentos de investigação que temos para tentar resolver as múltiplas incógnitas que ainda têm para nós a anatomia, a fisiologia e a patologia da circulação sanguínea do cérebro humano.

Um último motivo justifica também falar aqui hoje: A minha qualidade de Professor Universitário. O exemplo de Egas Moniz, a consideração da sua atitude e do seu sucesso como professor, é precioso no momento actual.

Como não é oportuno falar da obra científica de Egas Moniz, menos será analisar aqui a catastrófica crise do ensino universitário, crise não apenas nacional, mas sem excepção bem aparente em todas as Universidades do Mundo. Contudo, tão grande deve ser a preocupação dos Professores e de todos a quem compete dirigir, orientar e comandar as prementes e inevitáveis reformas, que uma breve palavra sobre o auxílio que a todos pode trazer o exemplo de Egas Moniz, quase que se impõe.

Das múltiplas causas da actual apavorante deficiência do ensino universitário, duas são facilmente descortináveis, ambas de difícil solução: o aumento crescente dos alunos e a escassez e a qualidade dos mestres. Os professores faltam por várias razões, entre elas a económica, a mais fácil de resolver, teóricamente. O principal é não se saber hoje quais as qualidades a exigir de um Professor Universitário.

Uns dizem: O Professor Universitário deverá ser um investigador. A estes há muito respondeu o sábio espanhol Ramon y Cajal: *«O investigador obedece à lei do mínimo esforço, concentrando exclusivamente a atenção na investigação pessoal, condenando-se à esterilidade docente; vive num ambiente discreto de aprovação e estima»*.

Não — dizem outros —, o Professor *deve entregar-se exclusivamente à sua actividade docente*. Então o Professor será apenas o «lente», repetidor daquilo que o aluno pode encontrar em livros e revistas, sem opiniões fundamentadas na experiência, sem originalidade, sem brilho, por fim sem influência didáctica.

Na realidade, o Professor Universitário deve ser como Egas Moniz o foi, um investigador com a dedicação do ensino, capaz de despertar o interesse e a confiança dos alunos e ter entusiasmo pela transmissão do saber. Quem assistiu às aulas de Egas Moniz não mais as esquecerá. Todos os seus discípulos, e muitos vivem ainda, as recordam com e reconhecimento. Na velha biblioteca do Hospital de Santa Marta, antigo refeitório de frades, era onde Egas Moniz dava as suas aulas. O curso era inteiramente livre, mas a sala estava sempre cheia. Os alunos ouviam atentos e interessados o Mestre dissertar, na sua voz calma e sonora, sobre o caso de um doente, sempre presente, como motivo e demonstração do aspecto da patologia que desejava tratar. E, como sucedia nas aulas do celebrado Charcot, em Paris, estavam sempre presentes auditores que não eram alunos, mas que desejavam ouvir o Mestre.

Devemos todos ter presente, no momento actual, este grande exemplo.

Os múltiplos interesses culturais de Egas Moniz levaram muitos dos seus biógrafos a compará-lo a uma figura renascentista, assim como as suas descobertas despertaram, principalmente nos estrangeiros, Cairns, Jefferson, Babinski, Freeman, a analogia com os grandes navegadores portugueses.

Literato e orador cujas culminâncias lhe dariam fama segura nesse sector, se não fosse sobre elas projectada, por vezes, a sombra gigantesca do cientista.

Amador esclarecido das artes plásticas, de cujo gosto esmerado é testemunho permanente esta maravilhosa Casa-Museu, que pelo seu amor à Pátria legou aos seus conterrâneos e a todos os portugueses.

Encantadora faceta do seu génio, elevado recreio do homem dedicado à fria exactidão do sábio, necessário correctivo emocional ao esforço intelectual da investigação científica.

Esta Casa-Museu, que hoje tão acolhedoramente nos recebe, não é, porém, apenas o escrínio das jóias da colecção artística reunida pelo Mestre, a dar-lhes uma unidade e imprimir-lhes um calor humano a contrastar com a frialdade dos grandes museus, mas é também uma varanda debruçada sobre a paisagem que Egas Moniz tanto amou.

Desde pequeno aqui contactou com a natureza, comungou com ela e por isso não esqueceu, passados muitos anos, o alegre ribeiro que além corre. Muitas das suas atitudes na vida, talvez, tivessem sido moldadas por essas primeiras indeléveis impressões.

Oiçamos a sua descrição desses primeiros anseios de liberdade.

«Havia uma ambição na nossa vida de garotos: o rio. Passava ao fundo da pequena quinta um riacho tentador.

Estávamos proibidos de ir sós para lá.

Mas era tentação irresistível.

• O desejo de transgredir as ordens paternas aparecia como uma necessidade imperiosa, revolta que considerávamos legítima contra a opressão familiar. Apenas com pessoas de gravidade podíamos descer às margens do Gonde — assim se chama o riacho.»

Quantas vezes, ao longo da sua vida, desceu Egas Moniz às margens do seu Gonde, sob o carregado sobrolho paterno!

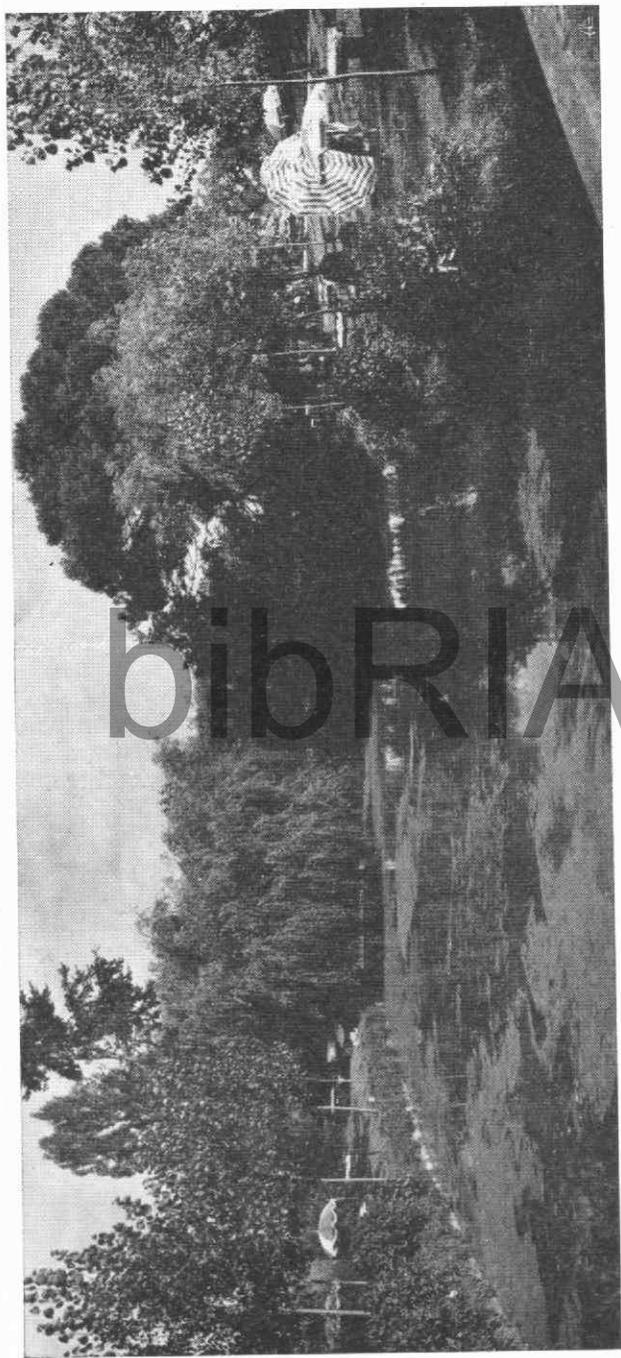
É castigo ou prémio do mais impenitente materialista, ver irromper na aridez do seu dia a dia, no deserto de fórmulas, de causas e efeitos, da estrita lógica, a consoladora fantasia que traz junto de nós a recordação viva daqueles a quem muito quisemos e a morte nos arrebatou.

Apresentam-se-nos vivos os seus sentimentos, advinhamos se se alegam ou sofrem pelo que se passa à sua volta.

Comungamos com eles, alegra-nos a sua alegria que fantasiámos, entristecemos-nos os seus desgostos que imaginámos.

Estou vendo Egas Moniz repetir nesta ocasião as palavras finais da introdução de «A Nossa Casa».

«Tudo se passa em torno da Casa do Marinheiro — Ali todos se juntavam em dias festivos; templo da confraternização e harmonia em que sempre viveu a minha gente.»



Aspecto do parque da «Casa do Marinheiro»

É o nosso maior preito, a nossa maior vaidade, o nosso maior desejo imaginar que ele hoje, aqui, se olhasse em redor e nos visse, repetiria contente: *a minha gente!*

*

Terminada a oração do Prof. Doutor Almeida Lima, o Presidente da Sessão, pela boca do Presidente da Fundação de Egas Moniz, declarou encerrada a cerimónia. Seguiu-se demorada visita às instalações da «Casa-Museu», constituídas pela biblioteca, dezoito salas e dois amplos pavilhões modernos, onde se admira o numeroso, variadíssimo e muito valioso recheio a que se referiu no seu discurso, em transcrições de prosa do Doutor EGAS MONIZ, o Director do Museu de Aveiro — Dr. António Manuel Gonçalves.

E as cerimónias inaugurais terminaram, para quem quis, com um «beberete», servido à volta do aprazível parque que circunda a lagoazinha dependente do rio Gonde, que corre a pouca distância da «Casa do Marinheiro».

bib**RIA**

Este nosso modestíssimo relato é mais uma homenagem que o «Arquivo» presta à memória do eminente cientista, prémio Nobel de fama mundial, nosso muito querido e saudoso amigo.

Aveiro, Setembro de 1968

JOSÉ TAVARES

FERNANDO CALDEIRA

(1841-1894)

CONSIDERAÇÕES MARGINAIS

(Continuado da pág. 98)

ASCENDENTE DAS FEIAS...

ESTÁ escrito que quem o feio ama, bonito lhe parece. Paradoxalmente, o poeta meteu-se a fazer o retrato de uma feia, mas tais e tantos descontos faz na fealdade dessa feia, que ela, afinal, acaba por ser... bonita.

Começa por dizer que ela «tem uns olhos esquisitos! / castanhos!... muito ensombrados / duns longos cílios curvados»... Pois sim. Mas remata por saldo positivo: «Sim... os olhos são bonitos».

Vai-se depois (salvo seja!) à boca, e diz não desgostar — «é muito engraçada»... E acrescenta: «Também é o que tem!... mais nada!... Mas, logo a seguir, declara que a cor do rosto «é muito delicada».

Feito este inventário, novos louvores acrescenta: «frescor da idade», «certa expressão de candura», «certa ingenuidade», «bonita figura»... Pé pequenino. Cabeleira exuberante. Voz pura, sã, fresca, deliciosa, «um primor de formosura»...

A concluir, o nosso poeta tem esta confissão:

*Não tem mais nada bonito!...
Quando encaro aquele rosto
sinto um desgosto infinito...*

*O que é realmente esquisito
é gostar eu do desgosto.*

Costuma dizer-se, numa locução latina que «não são as mais belas mulheres que inspiram as grandes paixões». De facto, há,

por vezes, nas mulheres feias, um particular encanto, um *quid*, ou um não sabemos o quê, que nos leva a preferi-las às belas, carecidas desse indefinível. FERNANDO CALDEIRA escrevendo os versos que atrás reproduzimos, estava então vivendo no clima, ou no signo, desse tal inefável *quid*. CAMPOAMOR dizia: «Tengo miedo de aquellas / que eclipsan, siendo feas, a las belas». Assim o confessou numa das suas *Humoradas*, e damos como provável que falasse com um saber de experiência feito.

LIRISMO PEDESTRE

Isto de pés pequeninos foi sempre coisa que deu no goto dos poetas. Entende-se (pois pudera!) que falo de pés femininos, que dos pés masculinos, se miniaturais fossem, dariam, ao poeta, simples motivo de troça.

Sempre os poetas, em todos os tempos e lugares, louvaram os pèzinhos das mulheres, delès dizendo maravilhas. VIRGÍLIO, o doce VIRGÍLIO, no livro VII da *Eneida*, falando de Camila, diz que esta ao pisar as coisas nem sequer chegava a magoá-las («objets inanimés avez-vous donc une âme?»), tão leve era o peso deles, o de uma pluma:

*Illa vel intacta segetis per summa veloret
Gramina, nec teneras cursu loessisset aristas,*
.....

Passo que o famoso GÔNGORA, nas suas *Soledades*, imitou, desta maneira:

*Su vago pie de pluma
surcar pudiera mieses, pisar ondas,
sin inclinar espiga,
sin violar espuma.*

LUIZ DE GÔNGORA foi-se no encalce de VIRGÍLIO, e este, por sua vez, no encalce de HOMERO, que, na *Iliada*, XX, já nos aparece enamorado dos pés femininos, quando estes, de leves, mal pisam o chão, mais parecendo asas que voam que pés que poisam no chão.

CAMPOAMOR falou algures (onde foi isso?) de «...aquellos pies, que bien poderian / ocultarse en el cáliz de una rosa».

FERNANDO CALDEIRA também se confessou perdido de amores por uns pèzinhos mais pequenos do que permitia a força humana... Nós cá não somos de intrigas... Ele que o diga. Dirigindo-se à dona desses pés quase microscópicos, diz-lhe que eles, «coitaditos!» são «tão finos, tão pequenitos / que por um triz, que os não tens».

E depois de vários *piropos*, endereçados a pés tão minúsculos, confessando que tão galantes e bonitos são que lhe faz dó vê-los pisar o pó, fala-lhe nestes termos:

*Olha, a dizer-te a verdade,
eu acho que é crueldade
deixá-los ir pelo chão...
Se queres, poupa-lhes os passos,
levo-te a ti num dos braços
e eles ambos noutra mão (1).*

Seriam esses pés — ou outros de igual teor — que lhe mereceram a quadra seguinte:

*Os pèzinhos tomam banho
em duas gotas de orvalho!
vejam, daquele tamanho,
quando a levam, que trabalho! (2)*

O tema dos pés pequeninos em mulher constituiu em FERNANDO CALDEIRA uma autêntica obsessão. Pelo menos literária...

Se o nosso poeta elogiou o pé pequenino, também as mãos pequeninas lhe mereciam louvor. Louvor interesseiro, ao que parece...

*Tem umas mãos tão pequenas,
que não se me dava um dia
de lhes dar um beijo apenas,
a ver se o beijo cabia.*

Aquele Frederico, o Conde Trofa, que aparece no *Sapatinho de Setim*, também tinha a paixão do minúsculo pé feminino, donde talvez possamos concluir que FERNANDO CALDEIRA, autor do *Sapatinho*, fosse realmente possuído por essa mesma paixão.

D. Belchior, falando com o criado do Conde, diz-lhe: «Nunca compreendi aquela tolice do teu amo pelos pés bonitos». Ao que o criado responde:

«Foi sempre aquilo! V. Ex.^a não vê o *atelier*? Não vê a quantidade de pèzinhos que ele lá tem de mármore. O mestre de escultura mesmo dizia que, se o snr. Conde chegasse a modelar o busto e o corpo com a perfeição com que chegou na escultura do pé, seria o primeiro escultor do seu século. É uma mania. Em Nápoles teve um duelo, em que foi ferido por causa de um pé que desde Roma seguiu até lá, e o mais bonito foi que só

(1) *Mocidades*, pág. 14, Lisboa, 1903.

(2) *Mocidades*, pág. 87.

depois recebendo uma visita da agradecida dama e do marido, foi que reparou que era uma matrona veneranda, velha e feia como uma bruxa a dona do tal pèzinho. Doeu-lhe mais esse despeito do que a estocada» (1).

D. Belchior, falando de Sofia, no *Sapatinho de Setim*, diz que o tamanho do pé dela é «zero cinquenta de popa à proa!» (Acto I, cena XII).

Ainda, referindo-se ao pé pequenino e bonito de mulher, afirma: «Pé que seja bonito tem a consciência disso e tendo-a deita logo a sua pontinha de fora a aceitar as devidas homenagens; precisa da admiração de uns olhos como uma florinha precisa de uma pérola de orvalho» (Acto I, cena XII).

Frederico, o Conde, está apaixonado pelo pé de Sofia, a quem não pede a mão, porque, afinal, é o pé que ele pretende. Assim o diz Sofia, dialogando com D. Leonor:

«Não pensa na mão. Pensa no pé. Sabes o tremendo mistério qual é? Sabes o abismo que nos separa? Sabes qual é o fatal impossível entre nós... não sabes?

É o meu pé. E porque eu tenho uns pés deste tamanho... (gesto), lá segundo umas lógicas do senhor Frederico, em vez de o saudar estendendo-lhe a mão havia de estender-lhe o pé para o senhor Frederico ver que o meu pé é bonito. Porque se eu esconder o meu pé, então o senhor Frederico ama-me, sim e muito, muito, muito, mas chora porque tem de mutilar o seu amor pelos artelhos... Dize... Já viste um monstro igual?»

D. Belchior não leva a bem que o Conde faça questão de pé, mas de mão, relativamente a Sofia. E na qualidade de trocadinhas, e de homem de trocadilhos, faz o seguinte jogo de palavras, dirigindo-se ao Conde, que realmente morre de amores pela Sofia, a do pé pequeno:

«A gente casa pela mão, não é pelo pé. O anel nupcial é para as mãos, não é para os pés. O padre quando nos une, ata-nos as mãos, não nos ata os pés, como a um casal de frângãos que vá para a praça. Acabemos com isto. Gostas da pequena, vai pedir a sua mão. Não a despeites. Ela gosta de ti, mas anda desesperada contigo e se tu insistes sem lhe fazer questão do pé para a mão, do pé para a mão passa-te ela o pé, um belo dia e, verdade verdade, pé para isso lhe tens tu dado...» (2)

De facto, poderíamos aqui escrever toda uma larga página, fazendo fogo com os variadíssimos significados de pé.

O pé passou, metafóricamente, para um semi-número de frases. E daí linguagem como a do teor seguinte:

Eu, em grego, sinto que não tenho pé — naufrago. — Bem o queria eu acusar, mas para isso não tenho pé, o comportamento

(1) O *Sapatinho de Setim*, acto I, cena I. Fala de Daniel.

(2) O *Sapatinho de Setim*, acto II, cena XII.

dele é impecável. — Não te demores: vai num pé, e vem no outro. — Não tive sombra de sorte ao jogo: entrei com o pé esquerdo. — Aquilo foram triunfos sobre triunfos: entrou com o pé direito. — Fui apanhado com a boca na botija. Mal vi o polícia, aquilo foi: ó pés, para que vos quero! — Não o assustou o perigo: manteve-se ali a pé quedo. — Pressas não eram com ele: caminhava pé ante pé. — Os raciocínios dele falhavam todos pela base: não tinham pés nem cabeça. — O problema ele o resolveu do pé para a mão. Foi obra de chegar, ver e vencer. — Debaixo dos pés se levantam os trabalhos: quando menos nos precatamos, zás!, uma desgraça nos cai em casa. — Pôs os pés à parede, e ninguém lhe arrancou palavra. — Tais os remorsos do seu mau procedimento que se lançou aos pés do ofendido. — Abusa da confiança que lhe dão: a gente dá-lhe o pé, e ele toma-nos a mão. — Do assunto não sabia patavina: meteu os pés pelas mãos... — Não lhe deixou levantar a grimpá: pôs-lhe o pé no pescoço. — Por dá cá aquela palha, faz um grande pé de vento... — Em vez de interpretar o texto no sentido simbólico, antes o interpretou ao pé da letra. — A quatro pés andasse você, e garanto-lhe que não chegaria a tempo. — Para chegar à hora exacta, muito terá que dar ao pé, — Não tinha paciência para nada: estava sempre com o pé no ar... — Tão agressivo era que das mãos fazia pés para multiplicar as patadas.

«A VIDA NÃO É SER, É PARECER»

Belchior — que passa por D. Belchior — deita em rosto a um autêntico fidalgo que foi ele, plebeu a fingir de nobre, quem triunfou na vida. Seja o impostor a falar ao conde:

«... Compreendo que a consciência te fale de superioridades que tenhas sobre o comum dos homens, porque eu mesmo tas reconheço. Mas não olhes só para baixo e respeita os que te suplantam. Relativamente a mim duas, apenas duas, superioridades te reconheço. Nascestes conde, eu nasci nas ervas. Nascestes no esplendor da riqueza, eu nos andrajos da miséria e do abandono.

No demais, falem os factos. É na extensão, mais ainda que na rapidez do voo, que as aves provam a pujança das asas. Tu nascestes conde, és conde; nascestes para ter uma educação esmerada e brilhante, tiveste-la. O que voaste? Nada, que te vejo no ponto da partida. Eu? Eu, só, sem ninguém, sem nome, sem riqueza, sem educação, sei o que tu sabes e mais e melhor, porque tive por mestre a experiência e foi meu livro a vida; ostento a riqueza que não tenho, a educação que ninguém me deu, a fidalguia que eu próprio me dei, e eis-me aqui. Vê-me bem!... e não procures o meu ponto de partida, que de longe, de tão longe venho

que nem a memória mo alcança. Pois as asas que me trouxeram chamam-se inteligência» (1).

Ao que o conde retorque:

«Por sinal que nunca mais vaidoso as bateu o galo, rei da capoeira.»

Resposta de D. Belchior:

«Acho demasiado tosca a imagem. Eu já muita vez te disse que adoro a discussão, mas detesto a grosseria e a insolência, o teu forte.»

O conde:

«O meu forte é a paciência com que assisto às intermináveis procições que a toda a hora saem (*indicando-lhe a frente*) daí desse templo erigido à toleima. O que tu detestas é a lógica e o bom senso, o que tu adoras é o paradoxo. Julgas-te um sábio, por isso mesmo que és um ignorante. Julgas-te um fidalgo, o que aliás nada vale, por isso mesmo que nasceste nas ervas; julgas-te riquíssimo, por isso mesmo que não possuis um real.

És ao menos coerente, extasias-te perante a tua inteligência, por isso mesmo que és um pateta.»

Belchior — o falso D. Belchior — não se fica, e, muito cinicamente, responde:

«Justamente, é isso mesmo — à parte as conclusões que derivam logicamente não dos princípios, mas da sua habitual e natural petulância. É isso mesmo. Como não vivo para mim só e isolado, mas para os outros e no meio da sociedade, é natural que me prepare para ser julgado e não para me julgar eu próprio.

Se a sabedoria, se a riqueza, se mesmo o prestígio do nascimento elevado valem alguma coisa [...], valem para o mundo, o mundo lhes marca o valor.»

D. Belchior é da opinião de que «a vida não é ser, é parecer». E justifica-se, dizendo:

«Estudei o mundo e fiz-me para ele que o não faria nunca para mim. A questão não é a consciência, porque não se trata de um homem, a questão é da opinião, porque se trata da sociedade. Sou ilustrado...? Diz-me a consciência que não? Pois diga, eu voto com a opinião, e a opinião diz que sim. Sou pobre, di-lo a magreza da minha bolsa? Pois diga, eu voto com a opinião, a opinião diz que sou rico e do prestígio da riqueza aufero-lhe as regalias.

Sou plebeu, di-lo o completo abandono do meu nascimento, a miséria da minha infância? pois digam, eu voto com a opinião, e a opinião aceitando-me como fidalgo, anuncia-me *primo* em todos os salões aristocráticos» (2).

(1) *O Sapatinho de Setim*, acto II, cena XII.

(2) *O Sapatinho de Setim*, acto II, cena XII.

Sobre matéria de dívidas tinha Belchior engraçada filosofia:

«...As dívidas são a constipação de todas as nossas alegrias, de todos os nossos prazeres. Imagina a maior ventura, a mais divina ventura... uma dívida, uma pequena dívida a constipa. Enquanto o homem mais feliz tiver uma dívida, a sua ventura está de capote, coberta de flanelas, em copiosa transpiração, rodeada de tisanas e xaropes e tem os olhos pequenos, o nariz inchado e vermelho, tosse, espirra, fala fanhoso, é triste, imperitante, insuportável» (1).

Este Belchior das Arábias queria dinheirinho—o rico «bago»—para pagar as dívidas que lhe constipavam as alegrias. Ignoramos se ele era credor de alguém. O que ele detestava, de morte, era ser devedor, relativamente ao seu semelhante. Dívidas que tivesse, talvez quisesse que lhas perdoassem. Ele é que não estaria disposto a perdoá-las. Nas palavras de S. Mateus, vi, 14, aceitaria a primeira parte, não a segunda: «Dimitte nobis debita nostra, sicut et nos dimittimus debitoribus nostris».

A euforia lhe viria de não dever nada—nadinha—a ninguém. Para evitar as constipações psicológicas...

bib* * *RIA

Belchior—o leitor o verificou—é o homem que se bate pelo parecer. Parecer ou não parecer é para ele o problema. Ser, sem parecer, não adianta nada. Mas parecer, mesmo sem ser, adianta muitíssimo. Essa a sua filosofia.

Demoremo-nos nós no problema do parecer.

Escreveu JACINTO BENAVENTE:

«Antes me despediera yo de la piel que de un buen vestido; que nada importa tanto como parecer, y el vestido es lo que antes parece» (2).

Para a personagem shakespeareana, ser ou não ser era o problema. Para a maioria da humanidade, parecer ou não parecer, eis o fundamental.

Irmo-nos atrás das aparências, é o habitual. Julgamos do interior pelos exteriores. Melhor: nem sequer nos preocupamos com o *intus*, toda a nossa atenção vai para o *extra*, como se este permitisse juízo definitivo. Pelo hábito, aquilatamos do monge.

Os aspectos exteriores pesam muito sobre os espíritos—até

(1) D. Belchior, falando com Daniel, em *O Sapatinho de Setim*, acto 1, cena 1.

(2) *Los Intereses Criados*, quadro 1, cena 1.

mesmo quando esses espíritos são superiores. Os desgraçadinhos passam metade da vida amargurados pela ideia de que os outros tenham opinião pouco lisonjeira a respeito do modo como eles vestem, como se apresentam. Julgar-se-iam diminuídos, se acaso soubessem que eram ridicularizados por não andarem no rigor da moda.

Ao andrajoso até os cães ladram dos portais. Aos bem vestidos até as ombreiras das portas e as colunas das igrejas fazem vénias.

Diz-se que a barba não faz o filósofo. A verdade, todavia, é que a filosofia, para meio mundo, já não parecerá filosofia se não for barbuda, e tanto mais profunda será, quanto mais fluviiais forem as barbas do pensador. Ao que os espíritos mordazes respondem: Se as grandes barbas fazem o filósofo, quem se surpreenderá da alquimia de vermos um bode transformado num Platão?

A verdade é que existem atributos exteriores que nós difficilmente conseguimos dissociar de certas qualidades ou de certos defeitos. Filósofo de cara rapada? Não entra na cabeça do vulgo que isso possa acontecer. Filosofia meio mundo a associa à calva precoce, à barba por fazer, aos fundilhos nas calças, à distracção invencível. Um janota, aos olhos do público-pé-de-boi, nunca poderá ser filósofo. Não lhe cabe tratar-se por tu com as ideias. Quem lhe comesse os miolos ficaria em jejum natural.

Lugares de comando não são compatíveis com quem veste às três pancadas. Os comandados teriam, porventura, menos respeito pelas ordens vindas de cima. D. QUIXOTE conhecia a psicologia do chefe, quando, em carta a Sancho Pança, governador da Baratária, lhe recomendava: «Vistete bien; que un palo compuesto no parece palo» (1).

Um juiz que não vestisse toga — toga austera e roçagante — seria juiz da qualidade de inspirar pouca confiança. Numa das suas fábulas, LA FONTAINE aludiu assim ao caso:

*D'un magistrat ignorant
C'est la robe qu'on salue.*

Cavaleiro que, na arena, não envergasse vestuário vistoso, logo nos pareceria menos cavaleiro... Pela equipagem, ajuizamos de quem segue na carruagem.

Meio mundo vive na ideia quase dogmática de que o belo vestuário, o vestuário distinto, apurado, feito por alfaiate de alto coturno, empresta personalidade a quem nele se encaderna. Mostra-te na maneira como vestes, e eu te direi quem és.

(1) *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, parte II, cap. LI.

Desacredita-se todo aquele que não se sincroniza com a moda. Passa por provinciano, por espírito de perspectivas curtas, mazorro. Correr demasiadamente depressa para a moda que chega, seria tido à conta de leviandade. Mas não a acompanhar discretamente, será havido como sintoma de desajeitado para a vida social.

A mulher, muito mais do que o homem, tem a obsessão da moda. Outros santuários ela não visitará. O da modista é que ela não deixará de frequentar. O vestido faz parte da sua personalidade.

BENAVENTE não ia com o luxo das mulheres. Via nesse luxo uma ofensa aos pobres. Soubessem as elegantes quantos animais são abatidos em favor das suas *toilettes*, quanto o sacrifício dos operários nos labores que essas *toilettes* implicam, e elas renunciariam, automaticamente, ao seu luxo afrontoso. No luxo põem as mulheres todas as suas ambições, acreditando que é uma força. BENAVENTE assimila essa força aos armamentos dos grandes Estados: «una fuerza aparente que es una miseria efectiva» (1).

A mulher, porém, não se digna prestar atenção a essas filosofias.

BENAVENTE vê nas modas do vestuário uma especial filosofia, a de que a alma procura sintonizar-se com a beleza do vestuário que envergamos. São dele as palavras seguintes, dadas por nós em tradução:

«A contínua variação nas modas é reflexo da inquietude espiritual.

O desejo de sermos justos necessita de se vestir de toga; o desejo de ser valente exige que envergemos o uniforme. A nossa aparência, ao persuadir o nosso semelhante, talvez acabe nos persuadir a nós próprios.

Quando num círculo social se exige dos concorrentes que se mostrem educados, pede-se-lhe que vistam o traje das pessoas educadas: traje de sociedade.

É incontestável que o vestido educa. Por isso é mais fácil educar uma mulher do que um homem. Observai como uma mulher de baixa extracção, sem mestres, sem livros, toma ares e maneiras de grande senhora pela mera circunstância de vestir de uma grande modista. Todos nós conhecemos muitos sábios que parecem saloios, por falta de um bom alfaiate» (2).

Filosofia é esta que coincide com o estafado dito de que o hábito faz o monge, o exterior faz o interior, ou mais amplamente, as atitudes corporais são da qualidade de gerarem as atitudes espirituais correspondentes.

(1) *Obras Completas*, vol. VI, pág. 936, Madrid, 1942.

(2) *Obras Completas*, vol. VI págs. 966-967, Madrid, 1942.

* * *

Era PASCAL quem aconselhava os indecisos em matéria de fé a que imitassem os devotos, nas atitudes corporais que estes tomassem no templo. Ajoelhassem, como eles ajoelhavam. Se persignassem, como eles se persignavam. Se aspergissem de água benta, como eles se aspergiam. Praticassem, enfim, a liturgia exterior que eles praticavam.

Segundo a sua convicção, os indecisos em matéria de fé acabariam por «virar» crentes. O ritual exterior acabaria por gerar um estado místico igual ao dos crentes. As atitudes corporais rematariam por ter ressonância no mundo interior, criando os estados de alma correspondentes a essas atitudes.

PASCAL sabia o que dizia. De facto, quantos crentes não há aí que devieram crentes precisamente por terem imitado as genuflexões, os modos concentrados e abismados, e outros rituais dos autênticos crentes?

Corpo e espírito estão em ligação íntima. Se o pensar numa acção é já tomar um pouco as atitudes corporais relativas a essa acção, como não admitiremos que também a recíproca é verdadeira, isto é: o levantar a mão em programa de bordoadada sugere a cólera, o simular o medo pela fuga sugere o autêntico medo?

Pois não é verdade que os actores, no palco, tomando as atitudes das personagens que estão representando, lhes vão ganhando automaticamente a alma? Não é verdade que dois garotos, que lutam a fingir, acabam por lutar a sério?

A maneira de, em Roma, sermos romanos vem muito de imitarmos os gestos, as atitudes, as falas, os exteriores, os ademanos corporais dos Romanos. Começando cada qual por ser romano no *extra*, acaba por sê-lo no *intus*. Sintonizando-se, somaticamente, com o Romano, o peregrino acabará por se sintonizar com ele, psicologicamente.

A nacionalização de muitos estrangeiros, neste ou naquele país, começa sempre pelos exteriores, e termina, invariavelmente, pela alma. Faz-se centripetamente.

Claro, claríssimo, que há estrangeiros que, por força nenhuma deste mundo, renunciam à sua específica maneira de ser, ainda depois de uma vida inteira no país para que emigraram. Estrangeiros entraram, estrangeiros se mantiveram, estrangeiros morreram ou virão a morrer. Esses indivíduos são, porém, excepcionais. O habitual é a nacionalização verificar-se, em relação ao homem médio, pelos processos acima indicados: imitação do somático e do exterior, primeiro, vindo, depois, como corolário, a alma que corresponde a essa imitação. Nesses tais, o acto gera o espírito. O ritual a mística. O exterior o interior. O andar, o gesto, o ritmo—que são coisas de fora—acabam por gerar uma alma específica, correspondente a esse andar, a esse gesto ou a esse ritmo.

* * *

Voltemos ao vestuário, e digamos que ele é da força de dar (ou simbolizar) categoria social. Um indivíduo veste casaca — e fica encantado da vida, porque, upa!, upa!, está na mó de cima. Um outro veste jaqueta — e diz cobras e lagartos e outros bichos peçonhentos, porque está na mó de baixo. Era RODRIGO DA FONSECA MAGALHÃES quem dizia haver duas espécies de socialismo: aquele que «quer que os que andam de casaca passem a andar de jaqueta, para que todos andemos de jaqueta». E aquele que «quer que os que andam de jaqueta passem a andar de casaca, para que todos andemos de casaca. Os socialistas da primeira maneira aspiram a cortar as abas das casacas dos que andam de casaca, para que fiquem todos a andar de jaqueta. Os socialistas da segunda escola pretendem, pelo contrário, pregar umas abas nas jaquetas dos que andam de jaqueta, para que fiquem todos a andar de casaca».

E RODRIGO DA FONSECA conclui: «Eu, se tiver de vir a adoptar algum desses dois socialismos, será o segundo que adoptarei».

Também nós, aqui, usaremos do direito de opção. Não queremos o socialismo das casacas. Nem o das jaquetas. Mas apenas aquele que for mais funcional. E o mais funcional não será o que preconiza andarmos em mangas de camisa, para maior desembaraço nos movimentos?

Traje plebeu — dir-se-á. Traje de trabalho — diremos nós. Sejamos aristocráticos de espírito, sim senhores. No respeitante a vestuário, porém, sejamos apenas funcionais.

MENTIRA

Certa personagem de FERNANDO CALDEIRA diz, de uma outra: «Eu nunca vi mentir tão correntemente. Até ele acredita no que diz» (1).

Assim como há quem capriche em seguir pelos caminhos da verdade, não torcendo esta de um milímetro, assim também aí temos aqueles que da mentira usam com a facilidade de quem respira. E como o hábito é uma segunda natureza, os mentirosos de carreira, à força de mentirem, já não sabem fazer distinção entre a verdade e a mentira. Tão correntemente dizem as suas mentiras que terminam por acreditar nelas como se fossem superlativas verdades.

O jeitinho de mentir está, muita vez, no interesse de subir, dê lá por onde der. Contemos, a propósito, o que aconteceu com

(1) Daniel, falando de Belchior, no *Sapatinho de Setim*, acto I, cena VI.

Richelieu. Este, ao herdar o bispado de Luçon, meteu-se a caminho de Roma, para ser sagrado. Era, então, pouco mais do que um rapazola. E vá Paulo v de perguntar-lhe, impressionado como ficou com o aspecto juvenil do futuro fundador da Academia Francesa, se ele tinha a idade canónica para receber o bispado. Não esteve o moço com meias medidas, e respondeu que sim. Mas palavras não eram ditas, e já estava pedindo ao Papa que o absolvesse, porque lhe tinha mentido, adiantando cinco anos sobre a sua autêntica idade. Espanto de Paulo v, que, em vez de indagar, fez este comentário:

— *Questo giovane sera un gran furbo.* (Este jovem virá a ser um pícaro de alto lá com o charuto!)

Faltavam-lhe, efectivamente, os tais cinco aninhos para ser sagrado bispo de Luçon. Parece, todavia, que o Pontífice teria passado uma esponja sobre o pormenor canónico da idade. O que faltava em idade àquele mancebo atrevido, sobrava-lhe em talento. O futuro veio a confirmar que aquele bispo por antecipação tinha estofos para cardinal. Lá chegou.

As mentiras que naturalmente se acreditam são as que nos lisonjeiam. Verdades que nos molestem não as acreditamos nós, nem à mão de Deus Padre! O narcisismo a que cada qual é mais ou menos atreito leva-nos a aceitar sem sombra de relutância todos os louvores a nosso respeito, ainda que mentirosos.

A propósito, repetiremos uma anedota:

ANATOLE FRANCE nunca se negou a receber os jovens que se lhe dirigiam, pedindo conselho sobre os seus trabalhos literários. E como um desses jovens lhe perguntasse — diante doutros — se tinha lido o trabalhinho que ele lhe dera a ler, logo o mestre respondeu solícito:

— Está claro que li. Mal a noite caiu, fui por ali adiante, e só o larguei depois de lido. Uma noitada deliciosa!

— Mestre, parece-me que está troçando do pobre de mim. Se calhar nem o leu...

— Não li? Quer a insofismável prova de que o li? Pois eu lhe digo: na pág. 84 do seu livro vem o que de melhor o meu amigo escreveu. Está ali patente o autor com toda a sua alma! É ou não é verdade?

— Mestre, queira perdoar a minha desconfiança. Muito e muito obrigado!

O poeta, não cabendo em si de contente, dizia para os outros jovens, a quem, aliás, não conhecia:

— Extraordinário! O Mestre leu o meu livro. Na página 84, está, efectivamente, o meu melhor poema. E gostou! Que prazer ele me deu! Não calculam!

E assim falando, saiu.

Foi então que um dos jovens presentes meteu conversa com ANATOLE, nos seguintes termos, mais ou menos:

— Mestre, não acredito que tivesse lido o livro. Eu, sim. Se

o prezado Mestre tentasse a leitura do livrinho, não passaria da segunda página... Essa lhe garanto eu.

— De facto, e aqui para nós, devo dizer-lhes que o não li...

— Mas então porque citou a pág. 84, como sendo aquela onde vinha o melhor poema?

— Você é a ingenuidade em pessoa. Citei essa página, como podia ter citado qualquer outra. Em cada uma das páginas julga o autor ter o seu melhor poema.

— E se a página estivesse em branco?

— Nesse pormenor não tinha eu pensado. Se tal houvesse acontecido, a minha resposta seria o mais sangrento dos epigramas!

E ANATOLE concluía, justificando-se:— Não faz mal. Quando a gente impinge uma mentira com boas intenções, podemos sempre contar com a cumplicidade do Céu ..

Em ANATOLE, a mentirazinha piedosa, dita aos principiantes das letras, ter-se-ia tornado num hábito.

Poderia o autor da *Ilha dos Pinguins*: no seu jeitinho das mentiras piedosas, fazer suas as palavras de JACINTO BENAVENTE: «¡ Permitted, señora conciencia, que nunca falte una amable mentira en nuestros labios quando alguien se llegue a pedirnos una opinión sincera » (1).

O que mantém um sofrível clima de boas relações inter-humanas, é cada um de nós renunciar a dizer a verdade inteirinha ao nosso semelhante. Não há sociabilidade que se agunte, se dissermos reciprocamente o que pensamos uns dos outros. Não temos bojo moral para recebermos as marretadas da verdade vindas da língua alheia.

A verdade, como a caridade, por nós próprios deve principiar. Devemos a verdade a nós mesmos. Talvez possamos ter mentiras piedosas para os outros. Para nós, porém, devemos ser severos. Connosco, importa que sejamos sinceros. Evitemos doentios narcisismos — os tais narcisismos que nos promovem a génios, não passando nós de inteligências mediocres; que nos segredam sermos cultos, sendo nós, no fundo, ignorantes da quinta casa.

SHAKESPEARE, pela boca duma das suas personagens (2) preconizava justamente que fôssemos sinceros connosco, e daí se seguiria, como a noite ao dia, que o seríamos com toda a gente.

Mentira pela qual tenhamos a pretensão de nos elevarmos é, afinal, muito mais nociva do que todas as verdades que nos rebaixem — se é que é rebaixarmo-nos o dizermos a nós próprios as verdades inteirinhas.

Mentiras, se as quisermos promover a verdades, temos que dizê-las com altivez, com calor, porque se forem ditas com timi-

(1) *De Sobremesa*, LIV.

(2) Polónio, em *Hamlet*, acto I, cena III.

dez, serão duplamente mentiras. Para além de as dizermos com desembaraço é preciso dizê-las muitas vezes. Cem vezes, se tanto for preciso. Mil se for necessário. Quando, porém, chegarmos à casa dos mil, já serão mais verdadeiras que a própria verdade.

Dize-me o meio social em que vives, e eu te direi quantas vezes mentes. Grandes naus, grandes tormentas. Pois também, grandes cidades, grandes mentiras. Mentiras enfiadas umas nas outras. Alguém disse que, na babilónica Paris, o homem de bem mente dez vezes ao dia; a mulher honesta vinte; o homem de sociedade cem. Quanto à mulher de sociedade, nunca se conseguiu apurar-lhe o número!

Há duas espécies de verdade: a verdade sem máscara, e a verdade mascarada. Esta última, segundo BYRON, é que é a mentira. A verdade inteirinha, sem rebuços, passa por ser tão rude, que mulher e homem pouco mais fazem do que mascará-la.

Vem de longe, já dos livros sagrados — ou com eles aparentados —, que todo o homem é dado a mentir: *Omnis homo mendax*. Para cada verdade que diz, tem vinte mentiras a desfazê-la. A verdade é tão cruel, que meio mundo prefere adoçá-la na mentira.

Falar e mentir é tudo um na boca do homem e da mulher. Em certa carta, dirigida a *lady Ossory* (datada de Novembro de 1779), escrevia *Sir Horace Walpole*: «Vim a descobrir que há esperanças de que o mundo se corrija. Em quatro dias, não ouvi uma só mentira. É que reinou silêncio absoluto! Não ouvi patavina!»

Afigura-se-nos, todavia, que os mentirosos de profissão mentem ainda quando calam. Se não mentem com palavras, mentem com atitudes, com actos, com o olhar, com quantos dentes têm na boca. Mentem por dentro e por fora. Tudo neles mente — até os próprios trapos que vestem, os sapatos que calçam, as luvas que enfiam nas mãos.

O mentiroso, para pôr coerência nas suas mentiras, como quem diz: para dar aparências de verdade às suas mentiras, deveria ter boa memória. CORNEILLE, em *Le menteur* (acto IV, cena V), o disse: «Il faut bonne mémoire après qu'on a menti». Mas como, por via de regra, a referida memória falha, o resultado é a segunda mentira negar a primeira, a terceira a segunda, e por aí adiante, de tal modo que a última mentira já não tem sombra de ligação com a primeira...

O mentiroso deveria possuir rica imaginação para excogitar mil provas em favor das suas mentiras. Se lhe faltar essa imaginação, mais económico lhe ficará dizer puras verdades. Para faltar à verdade, é preciso ter palavra fácil, eloquência de raiz. Quem for tatibitates, não se meta pelos trilhos da mentira, porque num instante é apanhado. Não é mentiroso com êxito quem quer, mas só quem pode. Qualquer tolo é capaz de dizer a verdade. Mentir custa infinitamente mais. Exige talento.

A mentira é uma, as espécies são mil. Até mesmo quando dizemos a verdade, podemos estar mentindo. De facto, quem diz verdades que não sente, verdades que não pratica, está ainda mentindo. Mente o médico que aconselha preceitos verdadeiros que não segue. Mente o padre que adopta a filosofia de frei Tomás: façam o que ele diz, mas não o que ele faz. Mente ainda aquele que fala do que ignora, dando-se, todavia, ares de quem expõe no signo da certeza sem réplica.

NOBREZA

Atenção ao seguinte diálogo de D. Leonor e Sofia, em *O Sapa-tinho de Setim* (acto I, cena VIII):

D. Leonor. — «Quê menina?! Pois tu casavas com Frederico se gostasses dele como, aliás, creio que gostas?

Tu, uma fidalga, uma titular? Ele o filho dum caseiro!!

Sofia. — Mas Frederico é nobre... tem um coração fidalgo».

D. Leonor (rindo). — «Lá se lhe dá títulos de fidalguia!»...

Sofia. — «Não dou, porque a fidalguia dele não é da que se dá, é da que se tem. Crê, minha Leonor, que há muito bom fidalgo a quem nunca deram esses títulos de fidalguia, e deram muitos desses títulos a quem não é fidalgo, nem o será nunca. Estes dá-os o rei, aqueles é Deus que os dá. Estes são pergaminhos, guardam-se na gaveta, lá ficam esquecidos, quantas vezes!

Aqueles são virtudes, guardam-se na alma, vão sempre connosco, não esquecem nunca». A propósito, disse JACINTO BENAVENTE:

«*La única aristocracia posible y respetable es la de las personas decentes*» (1).

A aristocracia que apenas se limita a invocar os pergaminhos dos antepassados; que apenas se limita a ostentar ramalhudas árvores genealógicas, sem corresponder às responsabilidades herdadas, é uma fraca aristocracia. A verdadeira nobreza está em continuar com óptimos serviços à colectividade outros serviços já prestados a essa mesma colectividade pelos antepassados daqueles que presentemente se dizem herdeiros de altos pergaminhos. Mais deve quem mais nobre se diz. Nobreza e demofilia devem equacionar. A nobreza mais há-de servir do que servir-se. Mais há-de governar do que governar-se. Se não proceder de acordo com este paradigma, automaticamente deixará de ser nobreza. A nobreza não pode perflhar outra mística que não seja a da virtude. Não pode ter outro alvo que não seja o do bem. Nobreza sem virtudes, em vez de apagar os defeitos próprios, ainda lhes dá maior nitidez.

(1) *La Mariposa que voló sobre el Mar*, acto II, cena IV.

A nobreza herdada obriga moralmente a que o seu herdeiro a continue. E melhor do que herdar nobreza dos outros é que a herdemos, dia a dia, de nós próprios. A tarefa da nobreza é tarefa de sempre e sem fim. Nunca se dá por feita, antes se estará sempre fazendo. A nobreza, quando herdada dos antepassados, deve ser transmitida aos vindouros, revista, corrigida e aumentada.

Nobreza será menos vaidade do que responsabilidade. Menos *honor* do que *onus*. Menos ostentação espectacular do que amor de bem servir, *talent de bien faire*, como na divisa do nosso Infante.

Fazer finca-pé em títulos é pouco, se os títulos não possuem a cobertura das boas acções, aquelas que se traduzem em promoção humana.

«POETAE NASCUNTUR»

Não é poeta quem quer, mas quem poeta nasceu. *Poetae nascuntur*. Não são os versos à força que dão a justa medida da autêntica poesia. Não se improvisa a tristeza para se dar a impressão de que se está vivendo uma situação de tristeza. Todavia, falsos poetas aí os há que ingenuamente julgam ser poetas de verdade só pela circunstância de rimarem palavras. FERNANDO CALDEIRA estava discretamente ironizando, quando, no *Sapatinho de Setim*, põe D. Belchior monologando, à mesa, de caneta na mão, a fabricar poesia:

«Não vai lá. É impossível... Este quarto verso não sai, por mais que teime... Sim, e se não aproveito esta ocasião de me fazer poeta e triste... não tenho outra... Uma decepção destas é realmente das que abatem qualquer espírito forte... — Poetas somos nós todos, dizia no outro dia Frederico; e pareceu-me aquilo bem. Em todas as almas pôs Deus a corda da poesia; sòmente, em um grande número, fica essa corda silenciosa e ignorada a vida inteira. — É preciso — rosa ou espinho, — sorriso ou lágrima, ventura ou dor... — é preciso que um grande affecto nos entre na alma, engrandecendo-a e dilatando-a, até que essa corda tenha a distensão precisa para que um ai que passe, ressoe e vibre .. — Pois muito bem. Não tive eu agora o maior desgosto? não estou eu até com muitíssimo apetite e curiosidade de ser triste?... Logo cá há-de estar a tal corda a chiar! A questão é teimar. Vamos a isto:

*Tu eras, Leonor, aquela
que a minha alma sonhou sempre;
tu eras o norte, a estrela.
Eu, a*

Eu, a... Eu .. — Ora que diabo hei-de eu ser? É boa!... Sim, porque se eu quiser ser poeta (*desesperado*), não basta para

a minha quadra, que eu fosse qualquer coisa, que eu era, acabe em *empre*, para rimar com *sempre*! — Oh! Senhor! Pois eu não posso ser o que eu quizer, sem estar à mercê dessa palavra?... — E eu não mudo aquele verso... Gosto muito:

*que a minha alma sonhou sempre;
tu eras do norte a estrela.*

E eu queria ser, cá para a minha ideia... queria ser bússola, agulha de marear, brigue, bergantim, iate, fragata, palhabote... — Qual diabo! Nem um que acabe em *empre*!... É boa! E a corda, a tal corda cá dentro, moita!» (1)

Ter ou não ter a tal corda — eis o problema. Certamente que só com a corda — a tal corda — nada termina, porque é preciso que o poeta esteja senhor da técnica do verso. Mas o certo — certíssimo! — é que sem ela nada começa.

O poeta há-de ser poeta de raiz, ou não será poeta com credenciais para a posteridade. A poesia — o dom da poesia — não se ensina. No respeitante a génio poético, bem podemos dizer: *quod natura non dat, technica non praestat*.

Claro, claríssimo, que também não basta a inspiração no trabalho literário — como, aliás, noutra qualquer —, é necessária também a transpiração, a virtuosidade da técnica.

«A ARTE É, NÃO SERVE»

Quando FERNANDO CALDEIRA escreveu *Os Missionários*, peça em 5 actos, dispôs-se a fazer arte ao serviço da política, em vez de fazer pura arte pela arte, desligada da propaganda de qualquer ideal. Não se lembrou de que *a arte é, não serve*, isto é, não se deve enfeudar nem à moral, nem à religião, nem à política. O resultado foi ter de se arrepender, porque, na ocasião em que a peça foi representada, pouco faltou para que fosse pateada. O êxito não lhe coube em sorte. Precisamente aquelas «tiradas» em que o escritor ingenuamente supunha viria a conquistar plena ovação, precisamente essas tiradas foram recebidas com frieza, da parte do público.

De facto *Os Missionários* desapareceram da cena, embora com desgosto do autor. O público queria arte, o autor impingiu-lhe sermões políticos. Perdeu seu tempo. E o seu latim. Ganhou, em compensação, a certeza de que a arte não pode ser colocada na situação ancilar senão de si própria...

(1) *O Sapatinho de Setim*, no começo do 1.º acto.

TRADUÇÃO

FERNANDO CALDEIRA também, aqui e além, traduziu. De ALFREDO DE MUSSET, por exemplo, traduziu *Qu'est-ce que la poésie?* Segue o original:

*Chasser tout souvenir et fixer la pensée,
Sur un bel axe d'or la tenir balancée,
Incertaine, inquiète, immobile pourtant;
Éterniser, peut-être un rêve d'un instant;
Aimer le vrai, le beau, chercher leur harmonie;
Écouter dans son coeur l'écho de son génie;
Chanter, rire, pleurer, seul, sans but, au hasard;
D'un sourire, d'un mot, d'un soupir, d'un regard;
Faire un travail exquis, plein de crainte et de charme;
Faire une perle d'une larme
Du poète ici-bas voilà la passion,
Voilà son bien, sa vie et son ambition.*

Agora a tradução:

*Deitar sobre o passado um véu d'esquecimento,
Fixar num eixo d'ouro a inquieta fantasia
Indecisa, flutuante, imóvel todavia;
Eternizar, talvez, o sonho d'um momento;
Modelar todo o ideal no belo e na verdade;
Sentir o génio a arder no íntimo do seio;
Cantar, chorar e rir por simples devaneio;
Fazer d'um belo olhar, d'um ai! d'uma saudade
Um primor d'arte, um mimo, um verdadeiro encanto
Fazer pérolas do pranto...
Eis a aspiração completa,
A vida, a paixão do poeta (1).*

Duas breves palavras de comentário. F. CALDEIRA traduziu *pensée* por fantasia. Forçou a nota. É que melhor lhe jogava fantasia com todavia. A necessidade de rima é que o obrigou a traduzir daquela maneira. E, afinal, MUSSET não poderia repetir-se. *Rêve*, que aparece no quarto verso, é que poderia traduzir-se por fantasia. Pelo modo como o tradutor procedeu é como se houvesse duas fantasias no original, o que não é verdade.

Também o *aimer* do quinto verso do original foi arbitrariamente traduzido por *modelar*. O *hasard* do sétimo verso também

(1) FERNANDO CALDEIRA, *Mocidades*, 2.^a edição, págs. 2-3, Lisboa, 1903.

não foi bem traduzido por *devaneio*. Se no original estivesse *rêverie*, estaria bem. Assim, não,

A tradução do oitavo e nono verso:

*D'un sourire, d'un mot, d'un soupir, d'un regard;
Faire un travail exquis, plein de crainte et de charme;*

por

*Fazer d'um belo olhar, d'um ai! d'uma saudade
Um primor d'arte, um mimo, um verdadeiro encanto*

também nos parece menos rigorosa. *Sourire* não corresponde a *belo olhar*. *Mot* ficou sem tradução. *Saudade* não serve para *regard*. O *plein de crainte* ficou por traduzir. Um *mimo* não tem correspondência no texto francês, a não ser que o demos como duplicação do *primor de arte*. O *bien* do último verso também ficou por traduzir.

É certo que o andamento geral do texto de MUSSET não foi quebrado na tradução de FERNANDO CALDEIRA. Mas houve falhas. Inconscientes? Propositadas? Ou resultaram da dificuldade da tradução? Quando a tradução é rimada, as traições são mais frequentes.

Façamos, porém, justiça a FERNANDO CALDEIRA. A musicalidade da tradução por ele feita não dediz da delicada musicalidade do texto original.

Traduzir sem trair é tarefa de costa arriba! E se é difícil evitar a traição na tradução da prosa, ainda o é mais — infinitamente mais — na tradução da poesia. Sejam poetas a traduzir poetas. Mas que se esmerem ao máximo, na sua tarefa. Eles, mais do que ninguém, têm responsabilidades porque, traduzindo música poética, a mesma música devem passar para as suas traduções. Serão eles, músicos *sui generis*, a traduzir outros músicos com sua musicalidade específica. O estilo musical do poema a traduzir passará inteirinho para o estilo musical do texto a traduzir. Se houver apenas o propósito de fazer corresponder as palavras do original com as da tradução, nada feito. Esse será o critério atomístico. Ora o tradutor há-de colocar-se na situação de quem vê e ouve a música do estilo—e essa ressalta da panorâmica auditiva do poema.

Na tradução, é preciso muita argúcia para o pensamento e sentimento originais, e, outrossim, para as belezas formais, estilísticas, musicais em que esse fundo psicológico é expresso.

A famosa SÉVIGNÉ dava os tradutores ignorantes como iguais dos criados boçais, que encarregados de transmitir alhos, chegam com bugalhos ao seu destino. Trocam os recados. M.^{me} LA FAYETTE dizia que, quanto mais delicado é o cumprimento a transmitir, maior é a dificuldade que eles, criados [no nosso caso,

tradutores], têm em o transmitir. «Plus le compliment est délicat, plus on est sur qu'ils s'en tireront mal!»

Não se meta o ignorante a traduzir. E desista de o fazer a quem faltarem dons de artista. Sim, porque o texto original não é só fundo, só ideia, só conteúdo psicológico, é também forma, estilo, música. E se, para se alcançar o fundo, é necessária a cultura, para se alcançar e exprimir — na versão — o estilo, a música, a forma, não se dispensa o espírito de finura do artista. Há inefabilidades, imponderáveis, subtilezas, certo génio próprio, certo intento característicos do original de que o tradutor se aperceberá, e para os quais terá a perfeita equivalência de fundo e forma na sua tradução. E não é isso fácil tarefa. E é essa a razão por que tantos tradutores cincam nesse trabalho, que uns quantos dão por inglório, mas que, afinal exige muito talento. Tradutores, muitos os chamados, mas dobrados de traidores. Eleitos, porém, só aqueles a quem sobra sagacidade igual à do autor a traduzir, e a quem sobra génio na língua própria, não tendo também para ele segredos a língua do original.

Tradução há-de essencialmente equacionar com transubstanciação. A alma que estava no corpo da língua original há-de passar inteirinha para o corpo da língua em que se traduz. Se o tradutor apenas fizer correspondência de corpos linguísticos, sem transplantação da alma de uma língua para outra, fez que traduziu. No fundo, e ao certo, o que fez foi trair.

A fidelidade na tradução será sobretudo a respeitante à alma do original. A simples fidelidade à palavra dará motivo a uma ironia parecida com a dirigida às mulheres: fiéis não são belas, e belas não são fiéis.

PSICOLOGIA DA VOZ

Uma personagem de *A Madrugada* (acto II, cena X), referindo-se a certa voz dolorosa, diz, com perfeita verdade psicológica: «parecia que vinha a escorrer ainda das lágrimas que traz lá de dentro».

«O mal e o bem à face vem». Por analogia, poderíamos dizer que, do mesmo modo, o mal e o bem à voz vem. Voz cantante, eufórica, lépida, fresca, nas situações de alegria. Voz chorosa, opressiva, vagarosa, soluçada, sem frescura, entrecortada de nós, nas situações de tristeza aguda. Entrecortada de nós, dissemos. São justamente as palavras que VIRGÍLIO põe na boca de Eneias, a versos tantos do seu poema: «Vox faucibus haesit». Este *haesit* pode bem traduzir-se metafóricamente por voz entrecortada de sínopes ou de nós.

A voz, nosso principal instrumento de comunicação, afasta quando dura, seduz quando doce. BYRON que sabia dessas coisas da voz, nas suas conquistas de amor, afirmou no seu *Don Juan*, que o diabo não tem entre todas as suas armas, arma que com

mais eficiência fira o coração do que uma voz doce. Isto em tradução mais ou menos livre. Se o autor quer os dois versos no original em que tal se diz, aqui lhe ficam:

«*The devil hath not in hall his quiver's choice | an arrow for the heart like a sweet voice.*»

O que, em muitos casos, importa não é a palavra, mas a tonalidade afectiva, a musicalidade ou a dureza com que ela é pronunciada. É a voz que empresta à palavra todo o conteúdo emocional que ela comporta. O mesmo passo duma peça de teatro nada significa, dito por certa voz que não sente em profundidade o mundo interior da personagem representada. Mas todo um mundo emocional ele abrirá ao ouvinte, se a voz traduzir, com sentida humanidade, o sismo psicológico da personagem. De actor para actor, as diferenças estão mais nas tonalidades afectivas da voz do que propriamente nos gestos, nas atitudes. O que ao actor se pede não é a dicção-recta-pronúncia, o que lhe emprestaria ar pedante, mas a perfeita dicção psicológica, que dê toda a gama emocional das situações.

O homem está oculto sob a sua voz. Enquanto o não ouvimos ao natural, sem rebuços, tal qual é no quotidiano, constitui mistério. Fale ele, porém, e boa parte do seu mistério psicológico nos fica como que automaticamente devassado. Deixa-me ouvir-te a voz, e eu te direi quem és. A voz nos dá a chave de muitos enigmas psicológicos.

ORATÓRIA

* * *

No cap. LXVI do *Leal Conselheiro* (Do regymento que se deve teer na capella para seer beem regida), escreve D. DUARTE: «Item se devam guardar cantar de lyngua, nem de desvairamenro de boca, mas soamente cantem de papo cada huñ melhor que poder».

«Cantar de língua», não sabemos nós o que seja, dada a nossa ignorância, maior do que permite a força humana...

Mas não será talvez difícil entender o que seja cantar com «desvairamento de boca». Deverá ser abrir, porventura, tal e tanto a boca, que pareça que o cantor quer engolir este mundo e a cabeça do outro!

Cantar por esse processo é feio. E quanto ao discursar, e ao falar? A censura feita ao canto também aí tem cabimento. A voz, nessas condições, carece de naturalidade.

Os oradores e os conversadores que se prezam não se devem esfaltar na emissão da voz. Esta lhes deve sair espontânea, sem artificios, de maneira a não provocar os risos da crítica.

A voz deverá ser a tradução fiel do nosso mundo emocional, sem outra preocupação que a de exprimir a perfeita verdade psicológica. Oratória enfunada que nem vela de galeão, emitida com voz tronitroante, ninguém a toma a sério.

O «cantar de papo» é elogiado por D. DUARTE. *Papo*, teve sua evolução semântica. Hoje, com efeito, cantar de papo talvez seja um cantar enfático. E falar e perorar de papo parece-nos que é igualmente um falar e um perorar da mesma natureza — com ênfase e, por isso mesmo, a pedir as marretadas da troça.

* * *

Vertical a voz, se traduz euforia espiritual ou boa disposição do «irmão corpo». Mas horizontal — e até de rastos — a voz, quando expressão de agudas tristezas e de dúvidas cruciantes. Há vozes de maré viva e vozes de maré morta. De sol nascente, e de sol poente. Crepusculares e de dilúculo. Tudo à mercê do nosso mundo interior. Há uma voz que grita para dentro, em perguntas angustiosas, e outra que interroga para fora, sôfrega de decifrar mistérios:

*Dime en secreto graciosa luna,
¿de que estás llena cuando estás llena?*

Há vozes que, sinestésicamente, podemos dizer terem várias cores. A poetisa, amargurada, fala da sua «voz cor-de-marfim», da sua «voz cor-de-angústia». Isto não é simples literatura para encher. É, pelo contrário, psicologia da voz, e da mais cruciante.

Certos timbres de voz equivalem a pedradas. Outros há, todavia, que são o próprio mel. Não é puro artifício o facto de os poetas empregarem metáforas sinestésicas tais como: ela tinha uma voz muito doce, ele tinha uma voz muito dura. Os epítetos *doce* e *dura* traduzem à maravilha, a impressão causada por essas vozes. Há vozes que, atiradas sobre o nosso semelhante, fazem sangue. E outras há que, caídas sobre as almas, têm ressonância terapêutica. Certas vozes ferem mais fundo que espadas. Mas outras há que são mais eficientes que os bálsamos da botica.

Há vozes que nada exprimem, e silêncios de extraordinária eloquência. Queremo-nos com silêncios eloquentes. Abominamos palavras que não passam de *flatus vocis*. Há vozes que, mesmo clamando no deserto, se ouvem, afinal, em todo o mundo. Outras há que, mesmo clamadas entre a espessa multidão, caem num poço sem fundo.

Quer-se o homem com voz bem timbrada, viril, decidida, indo ao alvo pela recta euclidiana, a mais curta distância da origem ao termo. Quer-se a voz da mulher também decidida, é certo, mas feita de doçura maternal. Coisa excelente numa mulher, diz SHAKESPEARE (*The King Lear*, acto V, cena III), é a «voz sempre suave, gentil e humilde».

Não nos despediremos do leitor sem uma engraçada anedota relativa à voz. Há homens pequeninos — quase a rasar pela linha

de terra — e que, todavia, têm um vozeirão. Isso a par de outros, que, possuindo copulência maior do que autoriza a biologia humana, têm voz mais doce que a de uma senhora. Contemos:

Henrique Díez-Canedo tinha uma voz que faria as delícias de uma tiple ligeira. Pois muito bem: o nosso homem costumava, todos os anos, ir veraneiar a Deva. Ora, ao encontrar-se nas proximidades do estio, com uma das pessoas que costumavam passar o verão naquela excelente praia cantábrica, ela lhe perguntou:

— Lá nos vamos ver, este ano, em Deva, pois não?

Díez-Canedo que, por essa ocasião, tinha a seu cargo uma secção diária do jornal madrilenho *La Voz*, respondeu:

— Não posso garantir. Com isto da *Voz*...

— Ora, ora! replicou o interlocutor. Não faça caso. Estamos todos acostumados a ouvi-la.

A voz desse homem era, na verdade, mais doce que o mel, musical de raiz. E a propósito se conta que, passando, certa ocasião, por um cego que pedia esmola, Díez-Canedo lhe entregou a sua, dizendo:

— *Tome, hermano.*

Ao que o pobre correspondeu amavelmente:

— *Gracias, señora.*

Nesse momento, Díez-Canedo, com voz que a indignação ainda tornou mais esganiçada, replicou:

— *¡No soy señora!*

Ao que o pobre cego respondeu:

— *Usted perdone, señorita.*

Pior a emenda que o soneto. Ou pior a amêndoa que o sorvete..., como diz a paródia popular.

CRUZ MALPIQUE

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

II

FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO DE OVAR

TIVEMOS ocasião de recopilar, em artigos anteriores, e notas, as referências dos quatro inquéritos paroquiais levados a efeito no séc. XVIII — de 1721, 1732, 1756 e 1758 — sobejamente falados e identificados já em vários passos desta revista, dos quais muitos exemplares do primeiro foram publicados pelo Sr. Dr. A. G. DA ROCHA MADALH (1).

Do segundo e terceiro desses inquéritos, tivemos a oportunidade de apresentar todas as *informações*, relativas a freguesias do distrito de Aveiro, cujos originais se encontram arquivados na Torre do Tombo e escaparam assim, as do inquérito de 1732, à averiguada destruição que a colecção sofreu, na quase totalidade, com o Terramoto de 1755, e as do inquérito especial versando os efeitos do grande sismo, ao notado descaminho de grande parte (2).

Do inquérito de 1758, apenas três *memórias* foram até agora publicadas nesta revista; e do inquérito de 1721, poucas do Norte do Distrito.

Continuaremos a apresentar, sem plano de ordem preconcebido, um ou outro exemplar de ambas as espécies, das terras a Norte do Vouga e do Antuã, mantendo a grafia e a disposição dos manuscritos arquivados, com a omissão das respostas meramente negativas que dão a alguns pontos dos respectivos questionários, já conhecidos.

(1) *Arq. do Dist. de Aveiro*, vols. xxvii, pág. 306, e xxxiv, pág. 62.

(2) *Id.*, vols. xxi, n.º 82, págs. 139-144 (e separata) e xxxiv, n.º 133, pág. 64, quanto ao de 1732; e xxii, págs. 40 e segs. — n.º 85-87 (e separata), quanto ao de 1756.

Hoje, retomamos a série iniciada com a memória da freguesia de Junqueira no vol. xxvii, publicando a de S. Cristóvão de Ovar, uma das que se destacam entre as de 1758, acompanhando-a de algumas notas finais.

OVAR — comarca de Esgueira

(Dicionário Geográfico, vol. 26, n.º 45, pág. 347)

Responde-se aos Interrogatorios; da Freguezia de S. Christovão

- 1 — Fica na Provincia da Beira baixa; no Bispado do Porto; comarca Ecclesiastica da Feyra; secular tambem da villa da Feyra; Provedoria d'Esgueira; termo proprio d'Ovar.
- 2 — He hoje Donatario o Senhor Infante D. Pedro: por se unir à Casa do Infantado, o Condado da Feyra.
- 3 — Tem dous mil, trezentos, noventa e tres vezinhos; Pessoas maiores prezentes, e abzentes || seis mil, seiscentas, e cinco: Menores || quinhentas e seis.
- 4 — Está em campina d'Areas: e so da parte do Nascente em terras lavradias; por conta dos muntos Pinhais, que tem, se não descobre della povoação alguma.
- 5 — Tem termo seu, que comprehende alem da villa, quinze lugares | scilicet | Ruella, que tem || quinhentos, e tres vizinhos || Ribeira, que tem || cento, e oitenta e sette || Assoins, que tem oitenta e dous || Granja, que tem || quatorze || São João, que tem quarenta e nove || Barreiro, que tem || nove || Cabanoins, em que foi a primeira fundação desta Villa, que tem || trinta, e tres || Simo da Villa, que tem || cincoenta || Sobral, que tem || cincoenta, e oito || Ponte Nova, que tem || quarenta e oito || Pontereada, que tem || vinte e nove || Sande, que tem || vinte e seis || Torreira, que tem || hum || Areas, que tem || dous || e finalmente S. Donado, Couto da Excellentissima Mitra deste Bispado, que tem || vinte e seis ||.
- 6 — Acha-se a Igreja Matris bem no meio da freguezia, e tem Dezoito lugares, digo tem dezassete lugares, porque alem dos quinze confrontados no Interrogatório 5.º tem mais o de Guilhovai, que comprehende || sessenta, tres vezinhos || e o da Lagoa d'Assoins, que tem || vinte, e oito, os quais suposto sejam do termo da villa de Pereira Juzan, são freiguezes d'Ovar.
- 7 — He São Christovão; tem seis Altares; o da capella môr, em que está o santissimo sacramento, e a Imagem do Padroeiro; Dous collaterais pegados ao Arco Cruzeiro; hum da parte direita, da Senhora do Pillar, e Almas; outro da parte da esquerda, que he da Senhora do Rozario; outro com capella lançada fora das paredes principais da Igreja, mas dentro della, que he do Senhor dos Passos: outro da parte direita do Senhor d'Agonia; e em

correspondencia deste da parte esquerda outro de S. Bartholomeu.

Tem oito Naves; quatro por cada parte, alem de 4 meias naves, que são duas por cada parte; a saber, duas junto ao Arco Cruzeiro; e duas junto ao coro. As irmandades estabelecidas nella são tres; a de S. Christovão Padroeiro que he do principio desta freguezia, de que ficão Irmaons todos os que se cazão, ou queiram ou não; e por devoção, ou se querem, as pessoas ecclesiasticas, e solteiras. A do Senhor dos Passos; e a das Almas.

- 8 — He vigario collado de apresentação in solidum do Illustrissimo cabbido deste Bispedo, o qual por Bulla, que obteve lhe come os Dizimos, que trazem arrendados em sette mil cruzados cada anno; e fica o Parocho com congrua, e pe d'Altar, o qual em annos, que morre gente fazendo lhes officios, tem rendido dous mil cruzados, e ordinariamente hum anno por outro rende de certos, e incertos seiscentos mil reis.
- 11 — Não tem, nem teve em tempo algum; e he contra a verdade, o que a este intento refere na Corografia Portugueza tom. 2.º tract. 3.º Cap. 3.º o P.º Antonio Carvalho da Costa.
- 12 — Nada tem, nem teve em tempo algum Misericordia; tem sim a providencia por Acordaons antiquissimos da Camara de se arrendar annualmente a Barca chamada da Misericordia, que consiste, em que nas duas noites de sabbado, e Domingo the o por do sol da segunda-feira de cada semana, não possa barco algum sahir deste cais com frete em ordem a que fiquem os que vierem para a ditta Barca; e sem licença do Arrendatario della, não sae outra. Arrenda-se este privilegio, ou Barca cada anno por dez moedas de Ouro, as quais se despendem em esmolas aos passageiros pobres, e em carruagens, conforme a necessidade de cada hum, para conduzir os impossibilitados the a primeira Misericordia; ha livro de Recibo, e de Despeza disto, pello qual dá conta o Procurador, e juiz do Povo. Há tambem huma finta, a que chamão Multa, antiquissima; que consiste, em que cada fogo, sendo cazado dê seis vintens, viuvo tres vintens; solteiro trinta reis; cuja quantia recebe o mesmo procurador, juiz e elleitos, e a despense annualmente em Botica, e galinhas para os Doentes pobres da freguezia, e nas obras necessarias da Igreja, e capellas da freguezia.
- 13 — Na villa ha onze capellas; cinco são dos Passos de Christo Redemptor nosso; e so em huma destas se diz missa: porque fica defronte das cadeias; nas outras seis se diz missa, e são as seguintes: Nossa Senhora da Graça; de cuja Capella, e Imagem trata o Santuario Mariano do P.º Fr. Agostinho de Santa Maria no tomo 5.º tit.º 20 narra o que ha: so se enganou no dia da Festa, que diz ser a 15 de Dezembro; porque he no dia da Conceição, a oito do ditto mez. Nesta capella se

achão collocadas as Irmandades da Escravidão; a que chamão da Senhora da Cadeinha a qual se compoem de todos os Estados, e he antiquissima. A do Santissimo Coração de Jesus // A veneravel Ordem terceira de S. Francisco // A de S. José // e a da mesma senhora da Graça, que he dos Ecclesiasticos desta villa e de muitos da vizinhança.

A de Santo Antonio, templo magestoso, com duas torres bem lançadas; capella maior; e dous collaterais, e nesta se achão tambem as Irmandades do mesmo Senhor Santo Antonio // A de S. Joze o novo // A de S. Thomé, que he muito antiga, e pertence ao eondado da Feyra. A da Senhora da Saude; que he do lecençado Francisco Pinto Brandão // A de S.^{ta} Apollonia; que he do Padre Manoel Thomas figueiras // a de S. Lourenço Martir, que he de Manuel Ferreira d'Amorim, cappitão de huma das ordenanças desta villa.

No lugar da Ruella ha huma capella no principio que he de S. Pedro; na qual se acha estabelecida a Irmandade de Nossa Senhora do Terço; e na fronteira della se acha o Passo do Caluario obra magestosa, de figuras, e Imagens bem feitas, e estofadas. No fim do mesmo lugar da Ruella está outra capella de S. Miguel.

No lugar de S. Doado, ou S. Donado, como querem os Antigos se acha a capella, que antigamente teve o nome de S. Guldofre; e hoje a capella de S. Salvador.

No lugar do Sobral, a de S. Domingos; no de S. João, tem a sua capella o mesmo nome do lugar // Na entrada da freguesia em lugar descampado sem cazas, e de Pinhais, se acha a do glorioso Martir S. Sebastião // No lugar da Ribeira a de S.^{ta} Catharina.

Duas legoas distante da Igreja Matris no sítio chamado Torreira em Areal, que medea entre o mar, e o Rio d'Aveiro, se acha a capella de Nossa Senhora do Bom Successo com tres Altares; no mór está a Imagem da mesma Senhora no collateral da parte direita a Imagem de S. Payo, ou Pelagio, a quem procura muito a devoção dos fieis por Advogado contra as Maleitas; no da parte esquerda a de S. Lazaro.

Cinquo legoas distante da Igreja Matris, e tres para diante da referida capella do Bom Successo, no mesmo Areal, que medea entre o mar, e o Rio, se acha outra capella com a Invocação de Nossa Senhora das Areas. Desta capella, e Imagem sagrada trata com informação verdadeira, o Santuario Mariano no tomo 5.^o § 19.

Em hum dos annos de 1743 ou 1744 appareceo de fronte da mesma capella antiga huma Imagem trazida em uma rede de arraslo, que no mar lançarão huns pescadores; os quais logo principiavão de aclamar a Imagem com o nome de S. Jacintho foi collocada na mesma capella, e Altar da Senhora e daqui vem o chamarem hoje muitos à ditta capella a de S. Jacintho,

e tambem; porque como principiou o santo de obrar muitos milagres, e serem grandes as esmolas, com estas se fez hum novo, e famoso templo risco fiel, e imitação singular do decantado templo do Senhor das Barrocas da Villa de Aveiro; em que se achão collocadas as sagradas Imagens da Senhora da Conceição, ou Areas, e de S. Jacintho.

Da referida cappella da Senhora das Areas trata a Corografia Portugueza do Padre Antonio Carvalho da Costa com Contradição: porque se no tomo 2.^o tract. 3.^o Cap. 3.^o dis que he desta villa a ditta cappella: no mesmo tomo cap. 3.^o das grandezas d' Aveiro, diz que he da mesma villa d' Aveiro. Tambem assevera o mesmo dicionario Geografico do P.^o Luis Cardoso da Congregação do Oratorio tom. 1.^o in fine fl. 690.

He errada a informação porquanto ha mais de cinquenta annos se decedio no supremo senado da Rellacão pertencer o ditto sitio das Areas, e para diante delle the a Barra Velha, que confronta com a freguezia de Mira, pertencente a esta villa, e la se acha hum Marco de pedra com estas letras || var || desde então the este dia sem duvida, nem controversia estão senhores e possuidores dos dittos lemites as justiças, Parocho, Padroeiro, e senhor d'Ovar.

São as sobreditas duas cappellas mui uteis aos povos; porque alem de munta gente, que em todos os Domingos, e dias santos alli concorre de romagem: desde o Spirito Santo the o mez de Novembro de cada anno dão exercitio a sua pesca do Mar os moradores d'Ovar no sitio da Torreira; e os moradores de Ilhavo no sitio das Areas; os quais todos antes da factura das dittas cappellas com muito trabalho, e risco, satisfazião ao preceito de ouvir Missa; e agora com a providencia, que ha de cappelains para nos dias de preceito hirem alli celebrar, e confessar, não he crível, que deixem de se aproveitarem, e satisfazerem os tais pescadores ao preceito.

- 14 — Em cada huma das referidas cappellas, nos dias proprios das suas invocaçoins, em que os moradores fazem as suas festas ha romagem; porem as de maior concurso são = Na Dominga quarta da Quaresma, em que a Irmandade dos Santos Passos faz com todo o custo, e grandeza a sua função. Nos dias = 25 = 26 = e 27 = do mez de Julho de cada anno; nos quais se celebrão as tres festas nas sobredittas duas cappellas do Bom Successo, e Areas; a saber a 25 a de S. Jacintho || a 26 || a da Senhora das Areas || a 27 || da Senhora do Bom Successo; em cujos dias não tem numero os luzidos, e vistozos barcos, que occupão o Rio, nem as pessoas, que enchem os Arraiiais. Pouco menos numeroso he o concurso nos dias sette e oito do mez de Sptembro, em que na cappella da Senhora do Bom Successo se celebrão as festas de S. Lazaro, e S. Payo.
- 15 — Recolhem com maior abundancia milho grosso, ou mains; trigo, senteio, cevada, e sebola, e com menos vinho verde, Alhos, e

frutas; mas as terras vizinhas os provem muito bem destes generos.

- 16 — Tem hum juiz ordinario, que serve do crime, civil, e cisas, e este mesmo he juiz das cisas na villa de Pereira jusan. Tem dous vereadores; hum procurador do Concelho; hum escrivão, e tabelião do publico; outro Escrivão da Camara, que serve tambem da Almotaçaria; dous Almotaces; hum alcaide. Tem mais juiz dos orphaons, com seu escrivão. Isto he o que tem, e teve sempre: por isso fica inatendivel o que refere o P.^o Antonio Carvalho [tem, por erro, Cardoso] no tomo 2.^o Cap. 3.^o tract. 3.^o fol. 175.
- 17 — He cabeça de Conselho.
- 18 — Manoel Soares de Albergaria, nascido e criado no bairro de S. Thomé desta villa, o qual com errada informacão baptiza por natural d'Aveiro o P.^o Luis Cardozo no primeiro tomo do seu Decionario: Foy Ajudante da Cavalaria da Beira; Mestre de Campo, Governador de Boarcos, e da Paraiba no Brazil. O Doutor Fernando Pereira de Campos natural desta villa juiz de fora na villa d'Aveiro; e chanceller na cidade de Goa dos Estados da India. O Doutor fr. Thomas Pereira Irmão do sobredito, Mestre na sagrada Religião de Christo, e Caudatario na faculdade da Sagrada Theologia na Universidade de Coimbra.
- 20 — Serve-se do correio da Villa da Feyra, que dista legoa, e meia: chegam as cartas às sextas feiras, e se responde nos sabbados.
- 21 — Dista cinco legoas da cidade do Porto, capital do bispado, e quarenta, e oito a de Lisboa, capital do Reino.
- 24 — Meia legoa distante da villa está a Costa do Mar. he brava e sem enseada, nem pedras; nesta lanção os moradores em alguns dias de verão quando estão succedadas as suas ondas, as redes de Arrasto, de que uzão; e com maior abundancia pescão sardinhas.
- No destrito desta freguezia, tres legoas abaixo da Cappella da Senhora das Areas se acha aberta a chamada nova Barra d'Aveiro, que he hum Rego Largo, de settenta palmos de largura na entrada do Mar, o qual se abriu por ordem de Sua Magestade fidelissima, para dar sahida as agoas do Rio, que sumergião esta villa, a d'Aveiro, e freguezias vizinhas. Espera-se ver seguro e firme o dito Rego: para o que corre ja hum real no vinho neste termo, e em varias comarcas mais.
- 25 — Dizem os naturais, que as cazas citas ao cruzeiro da villa, que hoje servem de celeiros das Rendas do serenissimo Infante, e que ainda conservão o nome de Castello, na Realidade o forão no tempo do Senhor Conde da Feyra.
- 26 — Padeceo ruina a cappella maior da Igreja, porque tendo ja duas aberturas, as deo mais a conhecer cahirão duas cruces: huma

do frontespicio da Igreja, outra da Cappella mor; abriu-se a abobeda da capella do Senhor dos Passos por varias partes: descompos-se-lhe o telhado; caiu-lhe a cruz, e duas piramides. Igual ruina experimentou a abobeda da sancristia chamada do senhor, e as paredes, que abrirão. Na cappella da Senhora da Graça so se voltou huma cruz com huma meia volta à direita: e assim se conserva a instancias dos seus devotos. que tem por especial prodigio o verem a cruz com a ditto volla, inclinar-se toda à Igreja, ficando sempre em pe, quando todas as mais se virão por terra. Na de S.^o Antonio cahirão as cruces, e Piramides. As cappellas dos Passos abrirão em varias partes; cahirão por terra as cruces, e Piramides, que lhes servião de remates. Nas cazas particulares, se não sentio ruina mais que abrirem algumas humas pequenas bichas, que com a continuação dos mais terremotos se tornarão a unir. Não falleceo pessoa alguma na ditto occazião; e o mais he, que andando a trabalhar na cidade de Lisboa duzentos homens no mesmo dia, em que se vio morrerem tantos, os desta freguezia escaparão todos a morte. Louvou-se a perda em duzentos mill reis; toda se acha reparada; excepto a cappella maior, que como he de Padroeiro, se espera este verão, que com o respeito do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor nosso Perlado se rezolvera reparala.

bibliA

- 1 — Chamase-lhe o Rio d'Aveiro, de que largamente trata o P.^o Antonio Carvalho da Costa no tomo 2.^o Cap. 3.^o Alem do que della refere, digo, que o ditto rio tem nesta freguezia o seu principio: porque sahindo daqui das tres Ilhas, a saber Cobello Ribeira e Puxadouro corre do Norte a sul com a Costa do Oceano, ficando entre ambos huma faxa d'area, se vai recolher ao mar. Da parte da terra, ou Nascente, pertence, e he districto o mesmo Rio de varias freguezias, termos, e conselhos; da parte porem do Mar he inteiramente do termo, e distrito desta villa; como fica notado no Interrogatório 13.
- 2 — Apparece nas sobreditas tres Ilhas sucegado, e corre todo o anno.
- 3 — No sobredito rio se recolhem aqui vários regatos, ou rios pequenos, que correm por esta freguezia, e descem do Nascente das freguezias circumvezinhas; dos quais dous se juntão no sitio da Ponte da Villa, junto à cappella da Senhora da Graça; e não tem aqui outros nomes, mais do que o Rio da Villa. O Rio da Ruella: quando he certo, que na Villa da Feyra, e outras donde elles vem, tem nomes diversos.
- 4 — He navegavel o Rio d'Aveiro; e capaz de toda a embarcação: os outros dous supra não são nauegaueis.
- 5 — He de curso quieto em toda a sua distancia.
- 6 — Corre do Norte para o Sul.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

- 7 — *Cria muito peixe; e em maior abundancia, Enguias, Tainhas, solhas, e mugens, em menor e por arribação Robalos, Lampreias, sabeis, e corvinas.*
- 8 — *Pesca se nelle todo o anno.*
- 9 — *Pagão de dez peixes hum para o Dizimo, outro para o senhor da terra; e não tem mais tributo algum.*
- 10 — *Cultiva se a maior parte das suas margens de milho, o que da em abundancia; e outras partes são salinas de sal, e juncais, de que se utilisão os moradores para cultivarem com elle as terras. Tem algumas Arvores silvestres.*
- 13 — *Morre no mar.*
- 15 — *Não ha pontes no dito rio d'Aveiro; no meio porem desta freguezia ha hum de cantaria com quatro Arcos grandes, e cinco pequenos; e quatro vazadores, que he onde se ajuntão os dous rios chamados da villa, e Ruella, de que ja tratei. He mui vistosa esta Ponte; porque no meio della está a cappella da Senhora da Graça; tem varias arvores de huma e outra parte, que a fazem muito aprazivel.*
- 16 — *Tem os sobreditos dous regatos multos moinhos, que moem de Inverno, e tambem no verão havendo chuvas.*
- 18 — *Livremte usão os povos não so das agoas, molliços, e hervas do Rio d'Aveiro; mas tambem das dos sobreditos regatos, se elles alurão no verão, para regarem as suas terras.*
- 19 — *Cercão as Agoas do Rio d'Aveiro quinze legoas; recolhe-se nelle o Rio Bouga e outros. Desde esta freguezia the Aveiro passa por Pardilho; Bunheiro, Veiros Mortoza Aveiro: daqui para baixo the se recolher no mar dirá quem ficar mais perto.*
- S. Christovão da villa d'Ovar, e de Abril 30 de 1758 annos.*
- O vigario*

João Bernardino Leite de Sousa

*

NOTAS

A memória agora reproduzida, cremos que originalmente, na íntegra, tem o seu interesse, pelo menos como ponto de partida para ulteriores investigações, não só pelo que contém a respeito de Ovar, dentro dos seus actuais limites territoriais (as suas jurisdições, a população, os templos, os homens illustres, os rios e tudo o mais a respeito dos pontos do questionário), como relativamente à história das praias de banhos e de pesca do cordão litoral até Mira, inexistentes à data, pode dizer-se, mesmo como simples povoados.

Em vários números do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, foi versada já a questão da jurisdição sobre a Costa, até à barra, da Câmara de Ovar, que o pároco de 1758, como se vê, ainda reivindica contra as erradas informações da *Corografia Portuguesa* e do *Dicionário Geográfico*, invocando um acórdão abonatório da Relação.

Apenas sob o Liberalismo, por decreto de 1855, as zonas da faixa costeira das actuais freguesias de S. Jacinto (que ao tempo da memória se chamava Areias) e da Torreira, foram integradas, respectivamente, nas da Vera Cruz e da Murtosa e, portanto, nos concelhos de Aveiro e Estarreja.

Como negativamente se mostra da memória, alguns lugares actuais da Costa não tinham ainda existência, como povoados, pelo menos. Assim, por exemplo, o Furadouro, o Torrão do Lameiro e a Costa Nova, não falando da Barra que, como comunicação entre a Ria e o mar, anteriormente e até 1757, situada perto de Mira (a «barra velha»), e então quase completamente obstruída, foi substituída pelo «rigueirão» — o «rego largo» de que fala o vigário de Ovar — que o aveirense João de Sousa Ribeiro, capitão-mor de Ílhavo, por aviso real de 27 de Janeiro daquele ano, foi autorizado a abrir, à sua custa, cortando o marachão de areias na Vagueira, e serviu de barra durante alguns anos — a «barra nova», como foi designada na época.

Nesse mesmo ano, a Câmara de Ovar, para tentar manter a sua jurisdição em todo o cordão litoral até à «barra velha», no sítio desta, a cerca de 3 léguas para Sul, mandou colocar o marco que o pároco refere na resposta ao n.º 13.

A descrição desses acontecimentos notáveis na história da Região vem feita em anteriores volumes do já imprescindível «*Arquivo*».

Anote-se que o Furadouro e o Torrão do Lameiro, ao que se pode alcançar de mais antigos documentos, já muito antes existiam como designações corográficas. O primeiro aparece num documento de 1354, em que invoca o domínio do julgado de Cabanões em todos os lugares «da foz do Vouga até ao *ffuradouro*», e o segundo, em um instrumento de 1607, relativo a marinhas de sal, publicado na revista *Aveiro e o seu Distrito*, vol. II, n.º 5, pág. 37.

A Torreira, que no século passado tinha foros de primeira praia de banhos — e talvez única — de toda a vasta zona da província da Beira, ao mesmo tempo que constituía o importante centro piscatório assinalado, em um *Dicionário Geográfico* de 1852, com 9 companhas de pesca da sardinha, em 1758 tinha apenas um vizinho (casa, família ou fogo).

Ali iam os pescadores de Ovar, no Verão, exercer as suas artes, de Maio a Novembro, em que levantavam e recolhiam os aprestos até ao ano seguinte.

A capela, de cuja fundação ainda não vimos publicada notícia, era consagrada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, no altar mor, de festa principal, a 27 de Julho, e com os altares colaterais de S. Lázaro e S. Paio, festejados, conjuntamente, nos dias 7 e 8 de Setembro. No decurso dos anos seguintes, foi-se obliterando nas populações o culto das duas primeiras invocações e cremos que já na primeira metade do século passado, apenas se conservava, em larga projecção romeira e festiva, como actualmente, o de S. Paio.

S. Jacinto, chamado então o lugar de Areias, compunha-se de dois fogos, apenas. Aí iam, não os pescadores de Ovar, mas os de Ílhavo.

Ressalta o interesse da averiguação dos primitivos «colonizadores» da Torreira — para falarmos só da praia da comarca de Estarreja. Os primeiros residentes a partir do único fogo de 1758 (guarda dos aprestos de pesca ou da capela?), que podem ser considerados os fundadores da Torreira — e, afinal, tão próximos de nós no tempo, tornando fácil a investigação — seriam pescadores ou lavradores? De Ovar ou de terras da margem oriental?

Essas e outras interrogações, que surgem da leitura do documento, ainda carecidas de resposta, as procuraremos esclarecer e propomos desde já à curiosidade dos investigadores locais de merecimento e dispondo de fontes que as circunstâncias nos vedam.

Para já, parece indiscutível que foi gente de *Cabanões* quem «colonizou» esse território da faixa litoral «da foz do Vouga até ao Furadouro». Os pescadores que procuravam a costa da Torreira, por certo achada como mais propícia, para aí, durante seis meses no ano, irem ao mar, eram averiguadamente de Ovar. E era nessa faixa a *gelfa*, onde gente de Ovar criava gado cavalhar, ao que se alcança do mencionado documento de 1354, publicado pelo Padre MIGUEL DE OLIVEIRA no seu estudo «A Vila de Ovar — Subsídios para a sua história até ao século XVI», no capítulo precisamente epigrafado «A Gelfa», a págs. 125 e segs. do vol. III do «Arquivo».

— Como nota curiosa, assinalamos que o pároco contemporâneo da Murtosa, não falando, evidentemente, da Torreira, refere como limite poente da sua freguesia o «rio largo e fundo que vem da vila de Ovar», que dá como «capaz de embarcações de navios», fala dos outros braços da Ria — a qual com este nome não indica — como de outros «rios largos e fundos» (o que vem «de junto à freguesia de Pardilhó», o que vem «do lugar de S. Romão, além da vila de Vagos») e põem-nos, os três a que reduz a sua referência, a «ajuntar-se no Vouga».

Acrescenta que «o Rio que vem da vila de Ovar, desde lá até à barra, pela parte do Poente, tem margens que se não cultivam,

nem tem árvores algumas, porque são uma península de areia movediça, que fica entre o mar Oceano e o Rio» — informação também cheia de interesse para a historiografia da zona, a partir do que se chamava em tempos idos «povoamento de fogo morto», que se foi operando daí em diante, não só de habitantes, como florestal e agro-pecuário, sendo certo que, contradizendo o pároco da Murtosa, o de Ovar dá como cultivadas já a milho e com «algumas árvores silvestres», as margens do «rio».

E a verdade é que, embora este último se não lhe refira, a existência da *gelfa* implicaria, pelo menos, o cultivo das pastagens necessárias à alimentação do gado que lá se criava. Temos, portanto, de haver como inexacta a informação do cura da Murtosa.

— Resposta ao n.º 2 — Como se sabe, o Condado da Feira havia revertido para a Coroa, com a morte, em 15 de Janeiro de 1700, do 8.º e último conde, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva, sem sucessão legítima, e, por carta dada em Lisboa a 10 de Fevereiro de 1708, passado, na maior parte dos bens, para a Casa do Infantado, de que era senhor, então, o Infante D. Francisco, irmão do rei doador, D. João V, a que sucedeu no senhorio o Infante D. Pedro.

— No n.º 11 do questionário inquiria-se sobre a existência de hospital.

— O n.º 26 perguntava acerca de alguma ruína que tivesse padecido no terramoto de 1755.

— Entre o questionário principal e o que dizia respeito ao Rio, no final, havia outro — *da Serra* — a que o pároco, compreensivelmente, nada respondeu.

Estarreja

EDUARDO COSTA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 160)

J

- 218 **João Simões de Matos** — natural e morador em Giesta, freg. de S. Simão de Oia, Oliveira do Bairro; filho de Simão João, natural da freg. de S.^{ta} André de Fermentelos, Águeda (1), e de Maria Simões dos Santos, natural de Giesta, e aí moradores; neto paterno de Simão João, o «Seco», natural de Fermentelos, e de Maria Antónia, natural de Perrães, Oia, e materno de Manuel de Matos, natural de Casal de Álvaro, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Espinhel, Águeda, e de Maria Simões dos Santos, natural de Giesta; casado com Maria Martins, também natural de Giesta, filha de João Pires Coelho, natural do Rego, Oia, e de Isabel Martins, natural de Giesta, neta paterna de António Pires, natural de Perrães, e de Sebastiana Francisca, natural de Giesta, e materna de Simão Martins, igualmente natural de Giesta, e de Isabel Simões, natural de Casainho de Baixo, freg. de Espinhel.
Carta de Familiar de Abril de 1753.

João — m. 99, n.º 1652

- 219 **João de Siqueira Leitão** — natural e morador em Coimbra; filho de João de Siqueira, cereeiro, natural de Assequins, freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda, e de Maria dos Anjos,

(1) Então lugar pertencente à freg. de Requeixo, Aveiro.

natural de Coimbra, e aí moradores na rua da Calçada, freg. de Santiago; neto paterno de *Manuel João* e de *Catarina André*, naturais e moradores em *Assequins*, e materno de António Correia e de Maria da Malta, naturais e moradores em Coimbra, freg. de Santiago; casado com D. Escolástica Maria da Encarnação, natural de Coimbra, filha de Manuel da Cruz, solicitador do S.^o Offício de Coimbra, e de Madalena da Cruz Henriques, naturais e moradores em Coimbra, na referida freg. de Santiago, neta paterna de Francisco Simões, natural de Coimbra, filho de Francisco Simões, de Coimbra, e de Isabel Dias, de Alvorge, Ancião, e de *Francisca Dias*, natural da freg. de N.^a Sr.^a do Ó de Barcouço, Mealhada, filha de *Manuel Dias*, de Mata, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e de *Domingas Francisca*, de Barcouço, e materna de Manuel Pires, filho de António Rodrigues Sioga e de Margarida Henriques, natural de Trexomil. e de *Maria Henriques*, filha de *João Manuel* e de *Isabel da Fonseca*, moradores na freg. de S.^{ta} Marinha de Palmaz, Oliveira de Azeméis, residindo, quer os avós paternos, quer os maternos em Coimbra.

Carta de Familiar de 3 de Outubro de 1701.

João — m. 33, n.º 748

- 220 **João Soares Heitor** — natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Palmaz, Oliveira de Azeméis; filho de *Manuel André* e de *Maria Heitor*, de Palmaz; neto paterno de *Pedro André* e de *Maria Manuel*, naturais de Palmaz, e materno de *Belchior Fernandes* e de *Domingas Heitor*, naturais da freg. de S. João do Loureiro, Oliveira de Azeméis; casado com *Teresa Maria Figueira de Pinho*, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, filha do Lic.^o *Cipriano Martins Tavares*, natural da freg. de Santiago de Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha, e de *Mariana Figueira de Pinho*, natural de Salreu, neta paterna de *Simão Martins Tavares* e de *Águeda Tavares*, natural da freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga, moradores em Ribeira de Frágoas, donde ele era natural, e materna de *Domingos Figueira* e de *Maria de Pinho Vicente*, naturais e moradores em Salreu, parenta em terceiro grau, pela parte paterna, de *João Tavares da Silva*, morador em Silva Escura, e do *Dr. Manuel Tavares*, e pela materna de *Bernardo Figueira* e de *João Rebelo de Almeida*, de Salreu, todos Familiares do S.^o Offício.

Carta de Familiar de 5 de Setembro de 1724.

João — m. 56, n.º 1069

- 221 **João de Sousa** — natural e morador no Couto de Maiorca, Figueira da Foz; filho de João de Sousa, natural de Coimbra, e de Feliciano de Jesus, natural de Maiorca, e aí moradores; neto paterno de António de Sousa, natural de Souzelas, e de Antónia Rodrigues, natural de Coimbra, e aí moradores, e materno de João Francisco e de Maria de Araújo, naturais e moradores em Maiorca; casado com Maria Rodrigues, a «Sonça», natural de Maiorca, filha de João Francisco Capitão e de Maria Rodrigues, a «Sonça», neta paterna de Tomé Francisco e de Maria Gonçalves Cascoa, e materna de Manuel Rodrigues, filho de António Rodrigues de S. João e de Isabel Fernandes, todos igualmente naturais de Maiorca, e de Maria Fernandes, a «Sonça», natural de Buarcos, filha de *Francisco Fernandes, natural da freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada*, e de Maria Rodrigues, natural de Maiorca, moradores em Buarcos.
- Carta de Familiar de 13 de Dezembro de 1771.

João — m. 150, n.º 2205

- 222 **João de Sousa** — *natural de Arrifana de S.^{ta} Maria, Feira*, filho de *João de Sousa*, natural de Entre-ambos-os-Rios, e de *Maria Correia, natural de Arrifana de S.^{ta} Maria, e aí moradores*; neto paterno de Domingos de Sousa e de Aldónia Rodrigues, naturais e moradores em Entre-ambos-os-Rios, e materno de *João Rodrigues, natural de Arrifana de S.^{ta} Maria*, e de *Apolónia Correia, natural da freg. de S. Nicolau da vila da Feira*; casado com *Luisa Gomes*, filha de *António Gomes*, presbítero, *natural da freg. de S. Salvador de Fornos, Feira*, e de *Maria Dias, natural da freg. de S.^{to} André de Mosteirô*, neta paterna de *Gonçalo Fernandes, natural de Fornos*, e de *Catarina Gomes, natural de Mosteirô, moradores em Vinhas, freg. de Fornos*, e materna de *Domingos Dias, natural de Mosteirô*, e de *Domingas Francisca, natural de Macieira, freg. de S. Mamede de Travanca, Feira, moradores em Mosteirô*; enviuvado, ajustado para casar, em 1716, com *Maria Valente*, filha de *João Valente* e de *Maria da Costa, moradores em Guilhovai, freg. de S. Cristóvão de Ovar*, neta paterna de *Gaspar Dias* e de *Maria da Silva, de Guilhovai*, e materna de *Simão Fernandes, de Samil, freg. de S. Pedro de Vila Chã, Oliveira de Azeméis*, e de *Maria da Costa, de Marelães, freg. de S. João Baptista de Cepellos, Vale de Cambra*; ajustado de novo para casar, em 1724, com *Teresa Rodrigues dos Reis*, filha de *Manuel Rodrigues dos Reis* e de *Maria Fernandes, moradores em Ribeiro*,

freg. de S. Miguel do Souto, Feira, neta paterna de Domingos Manuel, de Barreiro de Cabanões, freg. de S. Cristóvão de Ovar, e de Maria Manuel, de Ribeiro, e materna de Marcos Jorge e de Anastácia Fernandes, de Fornos.

Carta de Familiar de 14 de Agosto de 1704.

João — m. 37, n.º 798

- 223 P.º João de Sousa Caldeira — *prior da igreja de S. Miguel de Monsarros, Anadia; natural de Condeixa-a-Nova; filho de Francisco de Sousa Caldeira e de Maria Rodrigues, a «Ferreirinha», naturais e morador em Condeixa-a-Nova; neto paterno de António de Sousa Trovão, natural da vila de Pereira, Montemor-o-Velho, e de Maria Simões Caldeira, a «Marquesa», natural de Condeixa-a-Nova, e aí moradores, e materno de António de Miranda e de Maria Rodrigues, a «Farela», igualmente naturais e moradores em Condeixa-a-Nova.*

Provisão de Comissário de 16 de Setembro de 1771.

João — m. 148, n.º 2191

- 224 João de Sousa Correia — *alferes das ordenanças; natural e morador na freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia; filho de Manuel de Seabra Ribeiro, natural de Mogofores, e de Isabel Correia de Sousa, natural de Torre, freg. de S. Salvador de Montemor-o-Velho, moradores em Mogofores; neto paterno de João de Seabra Ribeiro e de Catarina Rodrigues, também naturais e moradores em Mogofores, e materno de João Gonçalves Correia e de Maria Dias, naturais e moradores na Torre; casado com Rosa Maria Soares, natural da freg. de S.º António de Avelãs do Caminho, Anadia, filha de Domingos Jorge Tavares e de Antónia Soares, moradores em Avelãs do Caminho, neta paterna de Jorge Vaz e de Bárbara Simões, naturais da freg. de Vilarinho do Bairro, Anadia, e materna de Francisco Soares, natural de Sardão, freg. de S. Miguel de Recardães, Águeda, e de Isabel Rodrigues, natural de Feteira, freg. de Sernache dos Alhos, Coimbra, moradores em Mogofores; enviuvando, ajustado para casar, em 1772, com Isabel Maria, filha de António Ferreira, natural da Mealhada, freg. de S. Vicente, e de Isabel Francisca, natural da freg. de S.º António dos Covões, Cantanhede, neta paterna de Domingos Jorge Tavares, natural de Vilarinho do Bairro, que após a morte de sua primeira mulher, avó da Isabel Maria, Andreza Ferreira, natural da Mealhada, casara de novo com Antónia Soares,*

de quem houvera *Rosa Maria Soares*, primeira mulher do habilitante, e materna de *Manuel Fernandes*, natural de *Vilarinho do Bairro*, e de *Maria Francisca*, natural de *Covões*.

Carta de Familiar de 13 de Maio de 1753.

João — m. 100, n.º 1669

- 225 **João de Sousa Melo** — homem de negócio; natural de *S. Pedro do Sul* e morador no *Porto*, na rua *Nova do Anjo das Hortas*, freg. de *S.º Ildfonso*; filho de *Manuel de Sousa Melo*, natural de *S. Pedro do Sul*, e de *Maria de Sousa*, natural de *Lourosa*, freg. de *S. Miguel do Mato*, *Vouzela*; neto paterno de *João de Melo*, natural de *Fataunços*, *Vouzela*, e de *Domingas Ribeiro*, solteira, natural de *Negrelas*, *S. Pedro do Sul*, e materno de *Manuel Gomes Luís*, natural de *Lourosa*, e de *Maria Rodrigues*, natural da freg. de *Ribafeita*, *Viseu*; ajustado para casar, em 1733, com *Bernarda Joana Soares de Melo*, natural do *Porto*, freg. da *Sé*, filha de *Pedro Rodrigues Gonçalves Braga*, natural de *Braga*, freg. da *Sé*, e de *Maria Soares de Sá*, natural da freg. de *S. João Baptista da Raiva*, *Castelo de Paiva*, neta paterna de *João Gonçalves* e de *Catarina Fernandes*, naturais da freg. da *Sé* de *Braga*, e materna de *João Soares Barbosa*, cirurgião, natural da freg. de *S.ª Maria do Sobrado*, *Castelo de Paiva*, e de *Domingas de Sá*, solteira, natural de *Raiva*, moradores, o primeiro, na freg. de *S. Martinho de Sardoura*, *Castelo de Paiva*, e a segunda, em *Oliveira de Arda*, *Raiva*.

Carta de Familiar de 22 de Maio de 1733.

João — m. 66, n.º 1230

- 226 **João de Sousa Ribeiro da Silveira** — cavaleiro professo da *Ordem de Cristo*; natural e morador na vila de *Aveiro*, freg. de *S. Miguel*; filho de *Manuel de Sousa Ribeiro*, natural da mesma freg. de *Aveiro*, e de *Maria de Oliveira de Afonseca*, natural de *Ílhavo*, freg. de *S. Salvador*, moradores em *Aveiro*; neto paterno de *Manuel Ribeiro de Oliveira* e de *Maria da Silveira Cardosa*, naturais e moradores em *Aveiro*, freg. de *S. Miguel*, e materno de *Domingos André*, natural de *Alqueidão*, freg. de *S. Salvador de Ílhavo*, e de *Luísa de Oliveira*, natural da freg. de *S.º Isidoro de Eixo*, *Aveiro*; sobrinho neto, por parte de seu pai, de *Pedro Ribeiro de Oliveira* e primo, por conseguinte, de seu filho *Carlos Ribeiro da Maia*, do filho deste *Luís da Gama Ribeiro Rangel*, e de seu sobrinho

Luis Manuel Ribeiro Brandão, Familiares do S.^o Officio, esobrinho materno do capitão *Manuel André de Oliveira*, igualmente Familiar; ajustado para casar, em 1743, com *D. Brites Joana Teresa da Silveira*, natural e moradora em Aveiro, filha de *Jerónimo de Magalhães Coutinho*, capitão-mor de Ferreira de Aves, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^o Officio, natural de Fundo da Vila. Penalva, e de *D. Maria Jerónima da Silveira*, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, e aí moradora, neta paterna de Francisco de Magalhães Coutinho, natural de Lamas, Ferreira de Aves, filho de Dionísio da Costa Gouveia, de Lamas, e de Maria de Afonseca, de Fundo da Vila, e de D. Luísa de Barros, natural da Quinta dos Esporões, Penalva, filha de Manuel de Barros e Figueiredo, da mesma quinta, e de *Ana Ribeiro*, da vila de Aveiro, e materna de *Tomé Ribeiro Leitão*, natural da mesma vila, filho de *Manuel Ribeiro Leitão*, da freg. de S.^o António de Avelãs do Caminho, Anadia, Familiar do S.^o Officio, e de *Maria Miguéis*, de Aveiro, e de *Clara Ribeiro da Silveira*, filha de *Manuel Ribeiro de Oliveira* e de *Maria da Silveira*, todos da freg. de S. Miguel de Aveiro, irmã de *Bernardo Caetano de Magalhães Coutinho*, Capitão-mor de Ferreira de Aves, por sucessão de seu pai, e Familiar do S.^o Officio, igualmente natural de Aveiro.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1742.

João — m. 77, n.º 1409

- 227 **João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães** — capitão de cavalaria do regimento ligeiro de Bragança aquartelado na Praça de Chaves; natural de Aveiro, freg. de S. Miguel; filho de *João de Sousa Ribeiro da Silveira*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Familiar do S.^o Officio, e de *D. Brites Joana Teresa da Silveira*, naturais e moradores na freg. de S. Miguel de Aveiro.

Para os avós veja-se o Proc. anterior, de seu pai.
Carta de Familiar de 20 de Outubro de 1772.

João — m. 153, n.º 1227

- 228 **João de Sousa e Silva** — proprietário do officio de recoveiro da cidade do Porto; natural da freg. de S. Veríssimo de Valbom, Penafiel; filho de *António da Silva*, natural de Amorim, freg. de Santiago de Lobão, Feira, e de Isabel de Sousa, natural de Recemonde de Cima, freg. de Valbom, e aí moradores; neto paterno de *Brás*

Francisco e de Maria André, naturais e moradores em Amorim, e materno de Bartolomeu Álvares e de Maria Domingues, lavradores, naturais e moradores em Recemonde de Cima; casado com Maria Teresa da Silva, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, filha de Francisco Rebelo, recoveiro do Porto, natural da freg. de S. Julião de Lobão, Tondela, e de Maria da Silva, natural da freg. de S. Miguel de Guimarães, neta paterna de Domingos Fernandes e de Maria Rebelo, naturais e moradores em Lobão, e materna de Jacinto da Silva e de Maria Gomes, moradores em Guimarães, irmã do P.^o Francisco da Anunciação, religioso da Congregação de S. João Evangelista, filho da primeira mulher de seu pai, Ana Ribeira, e de João de S.^o António, da mesma Congregação; enviuvado, ajustado para casar, em 1727, com Mariana Rosa, natural do Porto, freg. de S.^o Ildefonso, viúva de João Moreira, moradora em casa de Pedro Dias, à igreja de S.^o Ildefonso da mesma cidade, filha natural de João de Moura, soldado do regimento pago do Porto, da companhia de Tomás da Cunha, natural da freg. de Soalhães, conc. de Sobre-Tâmega, e de Marcelina Antónia, solteira, natural de Braga, moradores a S.^o André, freg. de S.^o Ildefonso, neta paterna de António Álvares e de Maria de Moura, de Soalhães, e materna de Manuel Pinto, contratador do açafraão, e de Custódia Gomes, solteira, moradores na rua Nova do Bico das Palhotas, em Braga.

Provisão de Recoveiro do S.^o Ofício de 26 de Novembro de 1726 e Carta de Familiar de 23 de Setembro de 1727.

João — m. 67, n.^o 1090

- 229 **João Tavares de Pinho** — mercador; *natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e morador em Vila Nova de Gaia; filho de João Tavares e de Maria de Pinho, do lugar de Matinho, Castelões; neto paterno de Inácio Tavares e de Maria Tavares, de Outeiro, Castelões, e materno de Manuel Luís e de Leonor de Pinho, da Mouta, Castelões; casado com Maria Rosa da Cruz, natural da freg. de S.^o Marinha de Vila Nova de Gaia, filha de Domingos Fernandes da Cruz, natural de S. Martinho, freg. de S. Pedro de Ossela, Oliveira de Azeméis, e de Joana de Castro, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores, neta paterna de Domingos Fernandes e de Maria Fernandes, naturais e moradores em S. Martinho, e materna de Manuel Martins, natural de Vilar, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, e de Luzia Dias, natural da freg.*

de S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, e moradores na referida vila.

Carta de Familiar de 14 de Agosto de 1742.

João — m. 77, n.º 1408

- 230 **João Tavares da Silva** — capitão; *natural e morador em Sequeiros, freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga*; filho de *Gaspar Tavares, natural de Sequeiros*, e de *Ângela da Silva, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, moradores em Sequeiros*; neto paterno de *Francisco Tavares, natural de Presas, Silva Escura*, e de *Isabel Gaspar, natural de Paçô, freg. de S. João Baptista de Cedrim, Sever do Vouga*, e materno de *João Rodrigues e de Maria da Silva, naturais e moradores em Salreu*; ajustado para casar, em 1719, com *Mafalda Bernarda de Araújo de Albuquerque, moradora em Sequeiros*, filha de *Manuel de Araújo e Resende e de Maria Valente de Carvalho, moradores na vila da Bemposta, freg. de S. Pedro de Pinheiro, Oliveira de Azeméis*, neta paterna de *Manuel de Araújo de Albuquerque*, Familiar do S.º Ofício, e de *Maria Martins, natural da quinta do Carvalhal, freg. de Santiago da Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha, moradores na vila da Bemposta*, e materna de *Manuel de Carvalho de Pinho, natural da freg. de S.ª Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis*, e de *Maria Tavares, moradores em Sequeiros*.

Carta de Familiar em 24 de Outubro de 1716.

João — m. 50, n.º 967

- 231 **João Teixeira de Aguiar** — mestre confeiteiro, morador na rua da Confeitaria, freg. de S.ª Maria Madalena de Lisboa; natural de Freiria, freg. de S. Salvador de Vila Pouca de Aguiar; filho natural do P.º Diogo de Figueiredo, natural de Vila Real, e de Maria Teixeira, solteira, natural de Freiria; neto paterno do P.º Diogo Gomes de Figueiredo, natural de Vila Real, e de Isabel da Fonseca, natural de Constantim, Vila Real, e materno de Filipe Teixeira e de Ana Vaz, naturais e moradores em Vila Pouca de Aguiar; casado com Teresa Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de Manuel Rodrigues, mestre esteireiro, natural do Pragal, freg. de S.ª Maria do Castelo, Almada, e de Margarida dos Santos, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e aí moradores, neta paterna de *Domingos Rodrigues, natural da freg. de Santa Cruz de Alvarenga, Arouca*, e de Catarina Monteiro, natural de Vale de Mourelos, freg. de N.ª Sr.ª do Monte, Almada,

e materna de *Domingos Rodrigues, natural de Cabeçais, freg. de S.^{ta} Maria de Fermedo, Arouca*, filho de *Domingos Rodrigues* e de *Joana Rodrigues*, também de *Cabeçais*, e de *Madalena Ferreira*, natural da freg. de *Santiago de Almada*.

Carta de Familiar de 2 de Setembro de 1745.

João — m. 82, n.º 1469

- 232 **João Teixeira Rebelo** — mercador; natural do Porto, ou de Lamego, e nesta morador na praça de Cima, freg. de S.^{ta} Maria de Almacave; filho de Manuel Rebelo, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Mós, Vila Verde, e de Micaela Teixeira, natural de Lamego; neto paterno de António Rebelo e de Maria da Fonseca, naturais e moradores em Mós, e materno de João Teixeira, natural da rua do Castelo da cidade de Lamego, e de Joana Pereira, natural de Mós, moradores na referida cidade; casado com Rosa Maria de Santana, natural de Lamego, filha de *Manuel Martins Paiva*, mercador, natural de *Nojões, freg. de S.^{ta} Marinha do Real, Castelo de Paiva*, e de *Antónia Maria*, natural do Porto, moradores em Lamego na praça de Cima, neta paterna de *Pedro Martins, natural de Nojões*, e de *Maria Mendes, natural de Vilar de Eirigo, freg. de S. Miguel de Bairos, Castelo de Paiva*, e materna de *João Pereira Reimão, natural de Agueiros, Bairos*, e de *Isabel da Fonseca*, natural da rua das Congostas, freg. da Sé do Porto.

Carta de Familiar de 13 de Janeiro de 1739.

João — m. 72, n.º 1341

- 233 **João Teixeira Rebelo de Almeida** — natural e morador na quinta do Beco, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda; filho de *Domingos Teixeira Rebelo, natural da freg. de N.^a Sr.^a das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha*, e de *Maria da Conceição, natural de Arrancada do Vouga, Valongo*, moradores na quinta do Beco; neto paterno de *Domingos João* e de *Domingas Teixeira, naturais e moradores em Angeja*, e materno de *Pedro Fernandes Nogueira, natural de Dofernando (?)*, Valongo, e de *Joana de Almeida, natural do Beco, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda, moradores em Arrancada do Vouga*; ajustado para casar, em 1705, com *Maria de Almeida de Magalhães, natural de Arrancada*, filha de *Sebastião de Arede* e de *Maria de Magalhães de Almeida, moradores em Arrancada*, neta paterna de *Pedro de Arede* e de *Ana Rodrigues, moradores em Arrancada*, e materna do capitão *António de Almeida* e de *Brites de Gois Ferraz, morado-*

res na freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Lamas do Vouga, Águeda.

Já Familiar em 30 de Maio de 1696.

João — m. 26, n.º 616

- 234 P.^o João Teixeira Tavares — abade da igreja de S. Miguel do Vale de Arouca, Urrô, Arouca; filho de Gonçalo Teixeira e de Maria Tavares, de Eiriz, freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca; neto paterno de André Fernandes e de Catarina Vieira, da Barroca, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Rossas, Arouca, e materno de Jerónimo Tavares e de Jerónimo de Pinho, de Rossas; irmão do P.^o Sebastião Tavares, prior de Travanca, Penacova, ex-comissário do S.^{to} Ofício em Arouca e prior da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra.

Provisão de Comissário de 11 de Julho de 1662.

João — m. 8, n.º 272

- 235 João Tibúrcio Barbosa — escrivão do registo da Chancelaria-mor do Reino; natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, e morador às Fontainhas; filho de Manuel Luís Barbosa, ourives da prata, natural da freg. de Santiago de Almada, e de Josefa Caetana da Silveira, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa, e aí moradores; neto paterno de António da Silva Barbosa e de Mariana de Almeida, naturais e moradores em Almada, e materno de João da Fonseca Osório, natural de Vila Nova da Rainha, e de Leonor Maria da Silveira, natural da Apelação, termo de Lisboa; sobrinho paterno de Alexandre da Silva Barbosa, e materno de José da Fonseca Osório, ambos Familiares do S.^{to} Ofício; casado com D. Ana Escolástica Madalena, natural da freg. dos Anjos de Lisboa, filha de João Machado Cardoso e de Maria Inácia Madalena, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S.^{ta} Maria Madalena e de S.^{ta} Cruz do Castelo, neta paterna de Luís Machado, natural da vila de Povos, e de Feliciania Maria, natural de Lisboa, freg. da Madalena, e aí moradores, e materna de António das Neves Coutinho, natural de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia, irmão do Familiar do S.^{to} Ofício de Coimbra Bernardo das Neves, e de Teodósia Maria da Penha, natural da freg. de S.^{ta} Cruz do Castelo, e aí moradores.

Carta de Familiar de 29 de Novembro de 1763.

João — m. 124, n.º 1949

- 236 **João Vicente de Oliveira** — bacharel formado em Coimbra, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa, e morador junto à Travessa do Desterro, freg. de N.^o Sr.^o dos Anjos; filho de *Domingos Tavares de Oliveira*, natural de *Souto Chão*, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga, e de Joana Maria da Luz, natural da freg. de S. Martinho de Sintra, moradores em Lisboa na freg. de S.^{ta} Maria Madalena, por detrás da igreja; neto paterno de *Estêvão Tavares*, lavrador, natural da freg. de S.^{to} Estêvão do Couto de Esteves, Sever do Vouga, e de *Catarina Tavares*, natural de Rocas do Vouga, e aí moradores, e materno de João Vicente de Brito, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e de Marta dos Santos, natural de Vila Franca de Xira; irmão de Joaquim José de Oliveira e de José Tavares de Oliveira, Familiares do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 1 de Fevereiro de 1765.

João — m. 128, n.^o 1993

- 237 **João Viegas Perestrelo** — natural de Lisboa, freg. dos Mártires, e morador na Cordoaria-Velha; filho de António Viegas de Colónia e de D. Mariana Perestrelo, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Paulo e de S. Nicolau; neto paterno de João Estuquer de Colónia, natural de Colónia, e de Maria Viegas, natural de Lisboa, moradores na freg. de S. Paulo, e materno de Manuel Simões, tesoureiro dos Almazéns e outros officios da Fazenda Real, e de D. Inês Ferreira de Mesquita, naturais e moradores em Lisboa; ajustado para casar, em 1695, com D. Maria Teresa de Andrade, natural de Lisboa, filha de Sebastião de Andrade Corvo e de Dionísia Maria de Alcáçova, naturais de Lisboa e moradores na sua quinta da Azenha, neta paterna de Manuel de Andrade e de D. Ana Barbosa, naturais e moradores em Lisboa, e materna de *Jerónimo de Alcáçova Cirne*, natural de Aveiro, e de Antónia da Silva, moradores respectivamente na sua quinta de Almargem, junto a S. Quintino, e em Lisboa, na rua Larga de S. Roque, defronte do cura do Loreto.

Carta de Familiar de 4 de Dezembro de 1673.

João — m. 12, n.^o 356

- 238 **Dr. João Xavier Nogueira** — médico em Lisboa; natural da freg. da Encarnação e morador na das Mercês, na rua de S. Boaventura; filho de Pedro Lopes Nogueira, natural da freg. de Santiago de Tavira, e de Plácida Teresa

Xavier, natural da freg. de Santos de Lisboa; neto paterno de Baltasar Lopes Nogueira e de Maria de Oliveira, naturais de Tavira, respectivamente das fregs. de S.^{ta} Maria e de Santiago, e materno de Silvestre Garcia do Amaral e de Leonor Maria Pereira, de Lisboa; sobrinho materno de D. Teresa Cipriana, casada com José Ferreira da Cunha, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com D. Teresa Luísa, natural do Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, filha de *Francisco de Almeida Cabral*, cirurgião, *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Rosa Maria do Nascimento Malheiro, natural da freg. de Alvarães, Viana do Castelo, moradores na calçada do Correio-mor, freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto, neta paterna de *André da Silva, natural da Feira*, filho de *Domingos da Silva, natural da freg. de Santiago de Espargo, Feira*, e de *Maria de Freitas, natural da Feira, e aí moradores*, e de *Rosa Maria da Fonseca, também natural da Feira*, filha de *António Rodrigues, o «Buchó», natural da Feira*, e de *Joana da Fonseca, natural da vila de Arouca, freg. de S. Bartolomeu*, e materna de Manuel de Araújo Malheiro, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Jolda, Arcos de Valdevez, filho de João de Araújo Mendes, natural da freg. de S. Paio de Jolda, Arcos, e de *Maria de Araújo Malheiro, natural de Ponte de Lima, moradores em Jolda*, e de *Páscoa Soares, solteira, natural de Alvarães*, filha de *João Afonso, o «Mouro», e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Alvarães.*

Carta de Familiar de 4 de Abril de 1771.

João — m. 147, n.º 2178

- 239 **Jaaquím de Abreu e Silva** — bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra; natural da freg. de S. Paio de Pico de Regalados, Vila Verde, e aí morador e advogado; filho de Alexandre de Abreu e Silva, natural de Pico de Regalados, e de Antónia de Araujo Meireles, natural da freg. de Valdreu, Vila Verde, moradores em Pico de Regalados; neto paterno de Francisco de Abreu, igualmente natural de Pico de Regalados, e de Isabel da Silva, natural da freg. de S. Vicente de Regalados, moradores em Pico de Regalados, e materno de António de Araújo e Silva e de Mariana de Barros, naturais e moradores em Valdreu; ajustado para casar, em 1747, com *Inocência da Silva de Resende, natural e moradora em Sub-Moinhos, freg. de S.^{ta} Marinha de Avanca, Estarreja*, filha de *Baltasar Lopes* e de *Isabel da Silva de Resende*, neta paterna de *Estêvão Vaz* e de *Isabel Lopes*, e materna de *Gregório da Silva Godinho* e de

Maria de Resende, e sobrinha materna do P.^e João de Resende Fragoso, abade de Mós, no Arcebispado de Braga, Comissário do S.^o Ofício, *todos naturais e moradores*, à excepção do último, em *Avanca*.

Carta de Familiar de 24 de Fevereiro de 1748.

Joaquim — m. 3, n.^o 31

- 240 **Joaquim António Ramos** — *natural e morador na freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro*; filho de João António, *natural de Malha Pão, Oiã*, e de Maria Álvares, *natural de Oiã, e aí moradores*; neto paterno de Miguel António e de Ascensa João, filha de Miguel João e de Isabel André, *moradores em Malha Pão*, e materno de Pascoal Martins e de Isabel Simões, *naturais e moradores em Oiã*; casado com Maria Josefa da Conceição, *natural de Oiã*, filha de Inácio Francisco, *natural de Póvoa de Lavadouro, Oiã*, e de Joana Martins, *natural de Oiã, e aí moradores*, neta paterna de Manuel Francisco, *natural de Póvoa de Lavadouro*, e de Isabel Simões, e materna de Manuel Simões e de Margarida Martins, *naturais e moradores em Oiã*.

Carta de Familiar de 22 de Dezembro de 1761.

Joaquim — m. 8, n.^o 104

- 241 **Joaquim António Rosa** — presbitero do hábito de S. Pedro; *natural da freg. da Sé do Porto, morador no Campo das Hortas, freg. de S.^o Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto*; filho de João Ribeiro, Familiar do S.^o Ofício, *natural de Vila Real*, e de Maria Rosa, *natural do Porto, ao Postigo dos Banhos, freg. de S. Nicolau*; neto paterno de Domingos Ribeiro, filho de Domingos João, o «Pas-seado», *natural da freg. de Poiares, Vila Real*, e de Isabel Gaspar, *natural de Vila Real*, e de Maria Baltasar, *moradora, como seu marido, em Vila Real*. filha de Diogo Baltasar Moreira, *também natural de Vila Real*, e de Maria Vaz Cocarra, *natural da freg. de Parada de Pinhão, Vila Real*, e materno de Francisco Soares Barbosa, *tanoeiro, filho de Francisco Soares, natural de Pinheiro, freg. de S.^{ta} Marinha de Real, Castelo de Paiva*, e de Maria Barbosa, *natural da freg. de S.^{ta} Maria do Sobrado, Castelo de Paiva*, e de Isabel Teixeira, *moradora, como seu marido, ao Postigo dos Banhos*, filha de Jerónimo Teixeira, *natural de Gatiães, freg. de Lufrei, Amarante*, e de Francisca Coelho, *natural da freg. de S.^{ta} Maria de Melgaço*; sobrinho materno do P.^e Francisco Soares Barbosa, *abade da freg. do Sobrado, e*

sobrinho neto materno de Domingos Gomes de Abreu, Familiar do S.^o Offício.

Provisão de Notário de 20 de Julho de 1753.

Joaquim — m. 5, n.^o 61

- 242 **Joaquim de Bastos** — *natural de Cabrum, freg. de S. Simão de Arões, Vale de Cambra, e morador na vila do Barreiro; filho de António de Bastos e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Cabrum; neto paterno de João Afonso e de Maria de Bastos, e materno de Domingos Gonçalves e de Domingas João, todos também naturais e moradores em Cabrum; casado com Francisca Clara dos Santos, natural da freg. de S.^{ta} Margarida da vila do Lavradio, filha de António dos Santos Nunes, natural do Barreiro, e de Clara Maria, natural do Lavradio, e aí moradores, neta paterna de Manuel Nunes, o «Velho», e de Francisca Pereira, naturais e moradores na freg. de S.^{ta} Cruz do Barreiro, e materna de João Nogueira, natural do Barreiro, e de Luísa Rodrigues, natural do Lavradio, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 10 de Julho de 1761.

Joaquim — m. 7, n.^o 96

- 243 **Joaquim Caetano da Silva** — *cirurgião anatómico; natural de Arcas, freg. de Cedrim, Sever do Vouga, morador na rua Nova da Graça, junto ao Convento, em Lisboa; filho de Domingos Rodrigues, natural de Peixinho, freg. de S. Pedro de Gozendo, Castro Daire, e de Maria Gomes, natural de Arcas, e aí moradores; neto paterno de Domingos Rodrigues e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Peixinho, e materno de António Gomes e de Maria Rodrigues, naturais da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição da vila de Sever do Vouga, moradores em Arcas; ajustado para casar, em 1767, com Maria dos Prazeres, natural da freg. de S. Miguel de Alfama, Lisboa, filha de José Lopes, cirurgião e Familiar do S.^o Offício, natural da freg. de S. Sebastião de Sernache do Bonjardim, e de Francisca Maria, natural de Arnoia, freg. do Espírito Santo do Castelo, termo da Sertã, moradores ao Chafariz de Dentro, Lisboa, neta paterna de António Lopes, natural de Nesperal, freg. de S. Simão, filho de Manuel Lopes e de Maria Fernandes, de Nesperal, e de Maria Gomes, natural de Sernache do Bonjardim, filha de António Fernandes e de Maria Dias, de Sernache do Bonjardim, e materna de Francisco Fernandes, natural de Arnoia, filho de Pedro Rodrigues*

e de Ana Simoa, do Casal de Selada, freg. do Espírito Santo, e de Maria Dias, também natural de Arnoia, filha de António Fernandes e de Maria Fernandes, do Casal da Póvoa, freg. do Espírito Santo.

Carta de Familiar de 24 de Março de 1760.

Joaquim — m. 6, n.º 86

- 244 **Joaquim Carneiro Machado** — capitão de mar-e-guerra das naus da Coroa; natural e morador em Macau; filho de Manuel Carneiro Machado, natural de Cabeceiras de Basto, e de D. Clara Teresa da Nazaré e Barros, natural do Porto; neto paterno de Amador Carneiro Barbosa e de Brízida Machado de Castelo Branco, moradores em Cabeceiras de Basto, e materno de *José Correia, natural da freg. de Santiago do Codal, Vale de Cambra*, e de Maria Teresa, natural de Lobjigos, S.ª Marta de Penáguião; casado com D. Josefa Correia da Costa, natural de Macau, filha de António José da Costa, natural da vila de Moura, e de Antónia Correia, natural de Macau, neta paterna de Amaro Gomes e de Maria da Encarnação, naturais de Moura, e materna de Pedro Correia da Veiga e de Marcelina Pinto, também naturais de Macau.

Carta de Familiar de 14 de Março de 1786.

Joaquim — m. 19, n.º 245

- 245 **Joaquim Coelho da Silva** — estudante; natural e morador no lugar da Boavista, freg. da Sé de Olinda, Pernambuco; filho do capitão Manuel Coelho da Silva, Familiar do S.º Ofício, natural do Porto, freg. da Sé, e de Ana Maria Angélica de Jesus, natural igualmente em Boavista; neto paterno de *Francisco Coelho, natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira*, e de Ana da Silva, natural de Balbo, Porto, e materno de João Fernandes Campos, natural de S. João de Caves, Braga, e de Maria Martins, natural da Boavista, e aí moradores.

Carta de Familiar de 25 de Maio de 1784.

Joaquim — m. 18, n.º 226

- 246 **Joaquim da Costa Queirós** — natural da freg. de S.º Estêvão de Alfama, Lisboa; filho de Francisco da Costa, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª da Pena, e de Francisca Xavier, natural de Évora, freg. da Sé, moradores às Portas da Ribeira, freg. de S.º Estêvão de Alfama; neto paterno de Manuel da Costa Oliveira e de Lourença Maria, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de

S. Nicolau e de N.^a Sr.^a da Pena, e materno de Bartolomeu Queirós, natural da freg. da Sé de Évora, e de Maria Baptista, também natural de Évora, moradores em Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão; casado com Catarina Dias dos Santos, natural da mesma freg. de S.^{to} Estêvão de Lisboa, filha de Manuel Dias, natural da freg. de N.^a Sr.^a das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha, e de Joana Dias, natural da freg. de S. Miguel da Fermelã, Estarreja, neta paterna de Manuel Dias e de Isabel Tomé, naturais e moradores em Angeja, e materna de André Dias, o «Baló», e de Maria Dias, a «Parola», naturais e moradores em Fermelã, irmã de Crespim Dias Parente, Familiar do S.^{to} Offício.

Carta de Familiar de 20 de Dezembro de 1768.

Joaquim — m. 12, n.^o 149

- 247 **Joaquim Duarte Rego** — natural da cidade de S.^{to} Paulo e morador na vila de Itu, Brasil; filho de Agostinho Duarte Rego, natural da freg. de S. João de Nogueira, Bragança, e de Maria Cardosa da Silva, natural de S. Paulo; neto paterno de Manuel Francisco Eiras e de Ana Duarte, naturais e moradores em Nogueira, e materno de Manuel Ferreira, natural da freg. de Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Azeméis, e de Ana Pires Cardosa, natural de S. Paulo; casado com Isabel de Novais Magalhães, natural de Itu, filha de Francisco de Novais Magalhães, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Ribeiros, Montelongo, e de Maria Francisca Vieira, natural de Itu, e aí moradores, neta paterna de João de Novais, natural de Ribeiros, e de Isabel de Magalhães, natural da freg. de S. Bartolomeu de Gens, Braga, e materna de João da Costa Aranha, natural de S. João da Foz, e de Maria Francisca Vieira, natural de Itu.

Carta de Familiar de 20 de Novembro de 1792.

Joaquim — m. 21, n.^o 267

- 248 **Joaquim Fernandes de Sousa** — natural e morador na vila do Recife de Pernambuco; filho do tenente-coronel Domingos Fernandes de Sousa, Familiar do S.^{to} Offício, natural do Casal da Velha, freg. de S. Nicolau da vila da Feira, e de D. Maria Dinis Bandeira, natural do Recife, e aí moradores; neto paterno de Manuel João, natural do Casal da Velha, filho de José João, também natural do Casal da Velha, e de Mariana Gomes, natural de Moure, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Lamas, Feira, moradores no mesmo Casal, e de Joana

Fernandes, natural de Eiras, Feira, filha de Pedro Fernandes, natural de Milheirós, Feira, e de Ana Fernandes, natural de Eiras, e aí moradores, e materno do capitão Francisco Antunes de Araújo, homem de negócio, Familiar do S.^o Ofício, natural de Viana, filho de Francisco de Araújo, natural de Cepões, e de Catarina Antunes, natural de Refoios do Lima, neto paterno de Belchior de Araújo e de Francisca de Amorim, de Cepões, e materno de António Afonso e de Maria Antunes, de Refoios do Lima, e de Maria Dinis Bandeira, natural do Recife, filha de Joaquim Dinis, natural de Lordelo do Ouro, Porto, e de Ana Maria Bandeira, natural do Recife, neta paterna de Luís Gonçalves e de Domingas Dinis, de Lordelo do Ouro, e materna de Manuel Gomes Bandeira, natural de Viana, e de Mariana Monteiro, natural do Recife; ajustado para casar, em 1763, com D. Teresa da Silva Gama, natural da freg. de S. Pedro Gonçalves da vila do Recife, filha do capitão António da Silva Gama, natural da freg. de S. Simão de Oitã, Oliveira do Bairro, e de D. Ana da Silva Gorjão, natural do Recife, e aí moradores, neta paterna de Miguel Domingues e de Madalena Simões, naturais e moradores em Oitã, e materna do sargento-mor José da Silva Gorjão, natural da vila de Peniche, e de D. Teresa Coutinho, natural do Recife, e aí moradores.
 Carta de Familiar de 4 Setembro de 1756.

Joaquim — m. 6, n.º 81

- 249 **Joaquim Ferreira Franca** — homem de negócio; *natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira, e morador na cidade da Baía; filho de Francisco Ferreira Franca, natural de Boco, Lourosa, e de Maria de Crasto, natural de Lourosela, Lourosa; neto paterno de António Dias Ribeiro, natural de Ribeiro, Lourosa, e de Maria Fernandes, natural de Boco, e aí moradores, e materno de Manuel de Crasto, natural de Aldeia, freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira, e de Maria João, natural de Lourosela, e aí moradores; ajustado para casar, em 1767, com Ana Inácia de Jesus, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição das Minas de Vila Rica e moradora na cidade da Baía, na rua Direita que ia das Portas do Carmo para o Terreiro, filha de Luís Pereira Lopes, mestre ourives da prata e do ouro, natural de Águeda, freg. de S.ª Eulália, e de Antónia da Silva Ribeiro, natural da Baía, freg. da Sé, neta paterna de João Pereira Lopes e de Antónia Jorge, naturais e moradores em Águeda, e materna de Manuel da Silva*

Ribeiro, natural da freg. de S. Miguel de Borba de Godim, Felgueiras, e de Inácia de Jesus, natural da Baía, freg. da Sé, e aí moradores.

Carta de Familiar de 20 de Setembro de 1765.

Joaquim — m. 10, n.º 132

- 250 **Joaquim Ferreira Varela** — homem de negócio no Rio de Janeiro, na rua dos Pescadores, freg. da Candelária; natural de Lisboa, freg. de S. Julião; filho de *António Fernandes, natural de Parada, freg. de S.^{ta} Eulália, Arouca*, e de Maria de Jesus, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho; neto paterno de *António Fernandes* e de *Maria Varela, naturais e moradores em Parada*, e materno de Manuel Ferreira Burgos, natural da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca, e de Maria do Ó, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, e aí moradores.

Carta de Familiar de 20 de Maio de 1727.

Joaquim — m. 1, n.º 6

- 251 **Joaquim Francisco Estima** — natural da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Espinhel, Águeda, e morador na de S. Pedro de Valongo, Águeda; filho de *Tomás Francisco Estima* e de *Maria Josefa Rodrigues, naturais e moradores em Espinhel*; neto paterno de *António Francisco Estima* e de *Joana Ferreira*, e materno de *António José* e de *Antónia Ferreira, todos igualmente naturais e moradores em Espinhel*.

Carta de Familiar de 2 de Maio de 1820.

Joaquim — m. 21, n.º 260

- 252 **Joaquim Gomes da Silva Azevedo** — negociante em Pernambuco; natural da freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto; filho de Francisco Gomes da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Góios, Barcelos, e de *Vicência da Costa Azevedo, natural da freg. de S. Paio de Oleiros, Feira*; neto paterno de João Gomes e de Custódia Francisca, naturais e moradores em Góios, e materno de *António da Costa Barros* e de *Teresa Soares de Azevedo, naturais e moradores em Oleiros*; casado com D. Maria Teresa Joaquina Velosa de Azevedo, natural do Recife, freg. de S. Pedro Gonçalves, filha do capitão António Alves Esteves e de Maria do Nascimento Teixeira, naturais igualmente da freg. de S. Pedro Gonçalves, e aí moradores, neta paterna de Manuel Alves Esteves, natural de Viana, e de Jerónima de Azevedo, natural de S. Pedro Gonçalves, e materna de Manuel Gonçalves

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Teixeira, natural da freg. de S. Salvador de Bouças, Matosinhos, e de Teodósia Maria de Sousa, também natural de S. Pedro Gonçalves, e todos aí moradores.
Carta de Familiar de 14 de Abril de 1788.

Joaquim — m. 19, n.º 238

- 253 **Joaquim Inácio da Costa** — com loja de bacalhau na Ribeira, Lisboa, e natural da mesma cidade; filho de Leonardo da Costa, natural da freg. de S. Julião de Frielas, e de Gertrudes Maria, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Piedade de Vidais, Caldas da Rainha; neto paterno de Manuel Fernandes, natural da freg. de S. Sebastião de Meãs, Montemor-o-Velho, filho de Manuel Fernandes e de Mariana Francisca, e de Maria da Costa, natural de Frielas, filha de António da Costa e de Cecília Serrão, e materno de André da Silva, natural da freg. de S.ª Maria da Visitação de Alvorninha, Caldas da Rainha, filho de Manuel Jorge e de Isabel Simoa do Casalinho, e de Francisca Maria, natural de Vidais, filha de Jerónimo Leal e de Catarina Antunes; ajustado para casar, em 1779, com Maria Teresa Rosa, natural da freg. de S.ª Catarina de Lisboa, filha de João Domingues, mestre calafate, natural da freg. de S. Salvador de Macieira, Maia, e de Teresa Maria Rosa, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, neta paterna de Matias Domingues Neves, e de Maria da Conceição, naturais de S. Salvador de Macieira, e materna de *Manuel Fernandes Dornas* e de *Rosa Maria da Graça*, naturais da *Ruela*, freg. de S. Cris-tóvão de Ovar.

Carta de Familiar de 28 de Fevereiro de 1771.

Joaquim — m. 14, n.º 168

- 254 **Joaquim José da Costa** — natural de Condeixa-a-Velha e morador em Coimbra; filho de José da Costa, natural da freg. da Ega, Condeixa-a-Nova, e de Mariana dos Milagres, natural de Condeixa-a-Velha, e aí moradores; neto paterno de António Simões, natural de S. Pedro de Vila Seca, Condeixa-a-Nova, e de Cristina da Costa, natural da Ega, e materno de José Rodrigues da Costa e de Isabel de Jesus, naturais de Condeixa-a-Velha; casado com Maria da Conceição, ou Maria da Cruz, natural de Trouxemil, Coimbra, já viúva de Domingos Rebelo, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Pranto de Sabugosa, filho de José Rebelo e de Maria de Sampaio, de quem tinha uma filha, Bárbara Fortunata, natural de Fornos, Trouxemil, filha de Alexandre José de Monte-

negro, natural de Reguengo, freg. de Sete Covos, Santiago de Compostela, Espanha, e de Joana da Silva, natural de Vila Nova de Gaia, moradores em Fornos, neta paterna de Domingos de Montenegro e de Domingas Igreja, naturais de Reguengo, e materna de *Manuel da Silva Gomes, natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis, e de Bernarda da Silva, natural da freg. de S. Pedro de Maceda, Ovar,* moradores em Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 23 de Outubro de 1807.

Joaquim — m. 22, n.º 295

- 255 **Joaquim José Marques** — negociante em Paraíba, Brasil; *natural da freg. de S.^{to} Isidoro da vila de Eixo, Aveiro;* filho de *Diogo Rodrigues,* natural da freg. de S. Martinho de Alpedrinha, Fundão, e de *Luisa Marques,* natural de Eixo, e aí moradores; neto paterno de Mateus Rodrigues, natural de Alpedrinha, e de Maria Nunes, natural de Dornelas, Aguiar da Beira, moradores em Alpedrinha, e materno de *Jacinto Marques* e de *Maria Ferreira,* moradores em Eixo; casado com Antónia Francisca Ferreira, moradora na cidade de Paraíba do Norte, filha do capitão António Ferreira Dias, Familiar do S.^o Ofício, natural de Levatais, freg. de S. Cristóvão de Refóios, e de Ana Quitéria Teixeira, natural de Paraíba, neta paterna de Manuel Ferreira Dias e de Custódia Antónia, naturais e moradores em Levatais, e materna de Jacinto Teixeira Mendes, natural da freg. de Tuíás, Guimarães, e de Maria da Anunciação, natural de Paraíba, e aí moradores.

Carta de Familiar de 8 de Outubro de 1789.

Joaquim — m. 20, n.º 251

- 256 **Joaquim José Mascarenhas** — estribeiro do Cardeal Inquisidor; natural e morador na freg. do Alecrim de Lisboa; filho de Francisco de Bivar Mascarenhas, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a do Loreto, e de D. Catarina Josefa de Figueiredo, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires; neto paterno de Manuel de Bivar Mascarenhas, natural da freg. de S. Salvador de Angra, Ilha Terceira, e de D. Catarina da Fonseca, natural da vila de Aveiro, freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação, e materno de João Tardim, natural do Reino de França, e de D. Joana de Figueiredo, natural da vila de Almada.

Carta de Familiar de 20 de Fevereiro de 1738.

Joaquim — m. 2, n.º 16

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- 257 **Joaquim José de Oliveira** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena; filho de *Domingos Tavares de Oliveira, natural de Souto Chão, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga*, e de Joana Maria da Luz, natural da freg. de S. Martinho de Sintra, moradores em Lisboa, freg. da Madalena; neto paterno de *Estêvão Tavares, lavrador, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Couto de Esteves, Sever do Vouga*, e de *Catarina Tavares, natural de Souto Chão, e aí moradores*, e materno de João Vicente de Brito, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e de Marta dos Santos, natural da freg. de S. Vicente de Vila Franca de Xira; irmão de José Tavares de Oliveira, Familiar do S.^{to} Ofício.
Carta de Familiar de 30 de Agosto de 1752.

Joaquim — m. 4, n.º 55

- 258 **Joaquim José Rodrigues** — natural de Vila Nova de Monsarros, freg. de S. Miguel, Anadia; filho de *Luis Rodrigues Baptista* e de *Maria Jerónima de Jesus, naturais e moradores em Vila Nova de Monsarros*; neto paterno de *Manuel Rodrigues Páscoa* e de *Maria Baptista*, e materno de *Ascenço dos Santos* e de *Maria Freire, todos igualmente naturais e moradores em Vila Nova de Monsarros*.
Carta de Familiar de 9 de Outubro de 1778.

Joaquim — m. 17, n.º 208

- 259 **Joaquim José dos Santos** — natural da freg. de N.^a Sr.^a da Encarnação de Lisboa, e morador em S.^{to} António do Recife; filho de *José dos Santos Homem, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro*, e de Ana de S.^{ta} Úrsula, natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires de Lisboa; neto paterno de *João dos Santos Homem* e de *Maria da Rocha, moradores em Aveiro*, e materno de Domingos da Cunha e de Maria Josefa, moradores em Lisboa; irmão de Germano José Epifânio, Familiar do S. Ofício (1).
Carta de Familiar de 19 de Novembro de 1787.

Joaquim — m. 19, n.º 240

- 260 **Joaquim Machado de Almeida** — escrivão proprietário de um dos officios do Juizo de fora do geral da cidade do

(1) O Proc. para a sua habilitação não foi encontrado.

Porto; natural da freg. de S.^{ta} Leocádia de Macieira do conc. de Basto, e morador na rua do Belmonte, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto; filho de Luís Pinto de Vasconcelos, natural de S.^{ta} Leocádia de Macieira, e de Maria Pereira de Almeida, natural de Guimarães, freg. da Sé, ou de S. Paio, moradores em S.^{ta} Leocádia; neto paterno de António de Sousa, natural da freg. de S. Tomé de Friande, e de Mariana Pinta de Vasconcelos, também natural de S.^{ta} Leocádia, e materno do P.^o António Mendes Machado, sacerdote do hábito de S. Pedro, natural e morador na rua do Goardal, freg. de S. Sebastião de Guimarães, e de Francisca Pereira, natural da freg. de S. Sebastião, ou da Sé, de Guimarães, moradora na Rua Nova da mesma localidade; casado com Inácia Teresa de Jesus, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto, filha de Manuel Pereira, natural da freg. da Vitória, e de Mónica Pereira, natural da freg. do Salvador de Novelos, Penafiel, moradores no Porto, na rua do Belmonte, neta paterna de *João Pereira, natural de Crava, freg. de S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva*, e de Isabel Pereira, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Chorense. Terras do Bouro, moradores no Porto, e materna de Manuel Delgado Monteiro, natural de Azurara, na quinta da Chave de Ferro, junto a Vila do Conde, e de Maria Ferreira, natural de Novelos, e aí moradores. Carta de Familiar de 18 de Março de 1745.

Joaquim — m. 3, n.º 32

- 261 **Joaquim Marques Martins** — *natural de Monsarros, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia*; filho de *Joaquim Martins* e de *Josefa Maria, naturais e moradores em Monsarros*; neto paterno de *José Martins, natural de Vale de Vime, freg. de Santiago da Moita, Anadia*, e de *Antónia Fernandes, natural de Monsarros, e aí moradores*, e materno de *Pedro Martins, natural de Póvoa do Gago, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, e de *Ana Rodrigues, natural de Vila Meã, freg. de S. Pedro de Espinho, Mortágua*; ajustado para casar, em 1788, com *Josefa Maria Álvares, natural de Monsarros, filha de Miguel Álvares e de Teresa Maria Duarte, neta paterna de António Álvares e de Mariana Dias, e materna de António Fernandes da Silva e de Isabel Duarte, todos naturais e moradores em Monsarros.*

Carta de Familiar de 25 de Setembro de 1764.

João — m. 9, n.º 126

262 Dr. Joaquim Maurício de Pinho e Sousa — cavaleiro da Ordem de Cristo e Opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra; natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, extra-muros da cidade do Porto, e aí morador; filho de Domingos do Rosário Varela, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Carcavelos, freg. de Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Aземéis, e de D. Quitéria Rosa Felizardo de Sousa, de S. Pedro de Miragaia; neto paterno de Pascoal Manuel, filho de Gonçalo Manuel, naturais de Carcavelos, e de Domingas Antónia, natural do Casal de Ló, freg. de S. João da Madeira, e de Isabel Jorge, natural de Carcavelos, filha de Domingos Jorge, natural de Moinhos, freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Aземéis, e de Domingas Fernandes, natural de Carcavelos, e materno do capitão João de Pinho e Sousa, homem de negócio e Familiar do S.^{to} Ofício, natural de S. Pedro de Miragaia, filho de Manuel de Pinho, homem de negócio, natural de Cucujães, filho de Manuel de Pinho e de Antónia Luís, também de Cucujães, e de Maria Jorge, natural da freg. de S. Mamede de Perafita, filha de Manuel Jorge, de S. Martinho da Barca, Maia, e de Maria Gonçalves, de Perafita, e de Mariana Josefa da Purificação, filha de Luís de Paiva Ferreira e de Grácia Maria, de Miragaia; sobrinho paterno de Mateus Fernandes Santiago, Familiar do S.^{to} Ofício, e do P.^o Manuel Francisco da Costa, presbítero do hábito de S. Pedro, e sobrinho neto materno de Carlos de Paiva Pereira, Familiar do S.^{to} Ofício, morador no Rio de Janeiro; ajustado para casar, em 1792, com D. Rosa Fontana, natural do Porto, filha de João Baptista Fontana, natural do Ducado de Milão, e de D. Jacinta Ana Fontana, natural do Rio de Janeiro, freg. da Sé, neta paterna de António Fontana e de Maria Fontana, naturais e moradores em Milão, e materna de Francisco de Pinho de Oliveira, natural de S. Pedro de Urzela, e de Jerónimo Ferreira das Neves, natural da freg. da Sé do Rio de Janeiro, e aí moradores, sobrinha de João Baptista Fontana.

Carta de Familiar de 13 de Outubro de 1772.

Joaquim — m. 16, n.^o 182

263 P.^o Joaquim de Melo Guedes Coutinho Garrido — fidalgo cavaleiro da Casa de S. Mag.^{de} e Deão da Sé da Guarda, Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra; filho de José de Melo Coutinho Garrido, fidalgo da Casa Real e Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de N.^a Sr.^a do Ó de Barcouço, Mealhada, e de D. Tomásia Bár-

bara Januária Guedes de Carvalho Meireles, natural do Porto; neto paterno de *Lourenço Xavier Garrido*, também fidalgo da Casa Real e Familiar do S.^o Offício, natural de Coimbra, e de *D. Dionísia de Melo Coutinho*, natural de Miranda do Corvo, *moradores em Barcouço*, e materno de Gonçalo de Meireles Guedes de Carvalho igualmente fidalgo da Casa Real e Familiar do S.^o Offício, natural de Arrifana do Sousa, e de Francisca Joana Guedes de Carvalho, natural do Porto, e aí moradores; sobrinho paterno do Dr. António Gonçalves Garrido, inquiridor da 1.^a cadeira da Inquisição de Coimbra.

Provisão de Deputado de 11 de Novembro de 1820.

Joaquim — m. 21, n.º 261

- 264 **Joaquim Pedro Nogueira** — natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra e *morador na vila de Aveiro*; filho de Pedro Lopes Nogueira, natural da freg. de Santiago de Tavira, e de Plácida Teresa Xavier, natural da freg. de Santos-o-Velho de Lisboa; neto paterno de Baltasar Lopes Nogueira e de Maria Oliva, naturais e moradores em Tavira, e materno de Silvestre Garcia do Amaral e de Leonor Maria Pereira, moradores em Lisboa; irmão do Dr. João Xavier Nogueira, médico da Câmara de S. Mag.^{de} e Familiar do S.^o Offício, e sobrinho materno de D. Teresa Crispiana, casada com José Ferreira da Cunha, também Familiar do S.^o Offício; casado com *D. Luísa Joaquina de Sampaio*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Candelária do Rio de Janeiro, filha do capitão Miguel Martins Cordeiro, natural da freg. de S. Sebastião de Ponta Delgada, e de D. Águeda Pereira de Azevedo, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição do Tambi, bispado do Rio de Janeiro, neta paterna do ajudante Manuel Rodrigues Coelho, natural de Cabeço de Vide, e de Maria Martins, natural de Ponta Delgada, e materna de Raimundo Pereira de Araújo, natural de Porto de Mós, e de D. Ana de Araújo, natural de Tambi.

Carta de Familiar de 8 de Julho de 1790.

Joaquim — m. 20, n.º 259

- 265 **Dr. Joaquim Pereira Cacheta** — lente de Teologia e cónego magistral da Sé do Porto; natural do Porto; filho de António Pereira Cacheta e de Joana Jacinta Teresa, naturais do Porto, respectivamente das fregs. de S.^o Ildfonso e da Vitória; neto paterno de Manuel Gonçalves Cacheta e de Isabel Gonçalves, naturais do Porto, e materno de *Manuel Francisco dos Santos*, natural da

freg. de S.^{ta} Cristina de Mansores, Arouca, e de Domingas da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Maria do Couto, Penafiel, moradores no Porto na rua das Taipas, freg. da Vitória.

Provisão de Comissário da Inquisição de Coimbra de 10 de Maio de 1785.

Joaquim — m. 18, n.º 229

- 266 **Joaquim Pinto Ferreira** — natural do Recife de Pernambuco e aí morador; filho de *João Pinto Ferreira, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Fiães, Feira, e de Joana da Costa Vaz, natural de Paraíba, moradores no Recife; neto paterno de António Pinto Ferreira e de Ana da Silva, mulher solteira, filha de Maria André, naturais e moradores em Fiães, e materno de António Vaz Marinho, natural da freg. de S. Miguel de Fontoura, Valença, e de Teresa de Sete Zuzarte, natural do Recife.*

Carta de Familiar de 5 de Outubro de 1784.

Joaquim — m. 18, n.º 227

- 267 **Joaquim Pires da Silva** — homem de negócio; natural de Sabuzedo, freg. de Santiago de Mourilhe, Montalegre, morador em Lisboa no beco das Tábuas, freg. de S. Paulo; filho de Domingos Pires e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Mourilhe; neto paterno de João Pires e de Maria Pires, e materno de Domingos Gonçalves e de Isabel Pires, todos igualmente de Mourilhe; ajustado para casar, em 1742, com Teresa Inácia de Jesus, natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Olivais, termo de Lisboa, e moradora na rua Direita da Ribeira, freg. de S.^{ta} Maria Maior de Lisboa, filha de *António João, lavrador, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Vale Maior, Albergaria-a-Velha, e de Catarina dos Santos, natural dos Olivais, e moradores na sua quinta em Poço de Cortes, freg. dos Olivais, neta paterna de Manuel Dias, natural de Albergaria-a-Velha, e de Isabel Antónia, natural de Vale Maior, e aí moradores, e materna de António Gonçalves, o «Ramalhete», natural de Lisboa, freg. dos Anjos, e de Margarida da Costa, natural dos Olivais, irmã de António João Dias, Familiar do S.^{to} Ofício.*

Carta de Familiar de 17 de Abril de 1741.

Joaquim — m. 2, n.º 25

- 268 **Joaquim Ribeiro de Macedo** — estudante com ordens menores, depois no hábito secular para servir um ofício no

Paço da Madeira, de que seu pai era proprietário, tocando-lhe como filho mais velho; natural e morador em Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão; filho de Leonardo Ribeiro e de Josefa Quaresma de Macedo, naturais e moradores na freg. de S.^{to} Estêvão; neto paterno de *João Gonçalves*, o «Castelhano», natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, e de Domingas Francisca, a «Perna Gorda», natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão, e materno de João Vicente Valente, o «Boles», e de Páscoa de Macedo, «as Santas Baias», também moradores na freg. de S.^{to} Estêvão; ajustado para casar, em 1763, com D. Ana Joaquina de Barbuda Lobo, moradora na calçada de N.^a Sr.^a do Monte, freg. dos Anjos, e mais tarde na sua quinta do Rego, freg. dos Santos Reis, ambas de Lisboa, e natural da freg. dos Anjos, filha de José António de Barbuda Lobo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a do Socorro, e de D. Escolástica Micaela Teresa Rosa, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, neta paterna de Bernardo de Barbuda Lobo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de D. Ângela Correia de Lacerda, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S.^{ta} Justa e de N.^a Sr.^a da Pena, e materna de Domingos Martins, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Chaves, e de Teresa Maria de Jesus, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, e aí moradores.

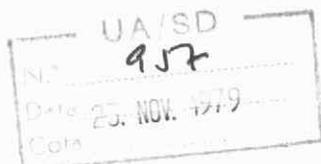
Carta de Familiar de 11 de Março de 1746.

Joaquim — m. 3, n.º 34

(*Continua*)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo





NO OCTOGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DUM GRANDE AVEIRENSE

— DR. ALBERTO SOUTO: (1888 † 1961) —

NASCIDO a 23 de Julho de 1888, contaria o Dr. ALBERTO SOUTO presentemente 80 anos, se vivo fosse.

Os Aveirenses devem à sua memória uma homenagem cultural que, pondo em merecido relevo a extensa e fecunda actividade intelectual e social de quem tão superiormente representou a mentalidade cidadina durante largas dezenas de anos, constitua, ao mesmo tempo, testemunho cultural da actual geração, intimamente articulada àquela a que ALBERTO SOUTO pertenceu, e sua temporal continuadora.

Tal homenagem, porém, visando atingir, como necessário se torna, a invulgar altura intelectual de personalidade que tão profundamente soube auscultar os anseios da cidade e a serviu e à região enquadrante, excede as possibilidades de qualquer organismo particular, carecendo, por isso — e para obtenção do nível social que de justiça a deve caracterizar — de ser oficializada, o que, infelizmente, equivale a dizer que só tardiamente, ou jamais — quem sabe, — alcançará efectivação.

O reconhecimento oficial chega sempre tarde, como é sabido, se motivos especiosos, de momento, não determinam a sua pública proclamação.

Tal como pessoalmente a concebemos e preconizamos, não podemos no *Arquivo do Distrito de Aveiro* realizar a homenagem que mais apropriada seria à memória do eminente polígrafo: *a organização e publicação dum estudo global do Distrito onde por igual toda a sua especial morfologia — física, histórica, social e cultural — encontrasse registo e recebesse desenvolvida anotação.*

Nada disto as limitadíssimas possibilidades do *Arquivo do Distrito de Aveiro* permitem realizar, como é óbvio; mas o *Arquivo* não esquece o seu distinto colaborador de muitos anos, que ver-

dadeiramente honrou as suas páginas, a elas confiando alguns dos seus mais profundos e mais edificantes estudos regionais.

De 1935 a 1959 aqui vieram a público comunicações suas, numerosas, que recordamos com renovada admiração e reconhecimento.

Sucessivamente registaram as páginas da nossa revista:

Geologia do Distrito de Aveiro — I a III — Artigo preambular.

O retrato de Santa Joana do Museu de Aveiro.

Arte rupestre (Arqueologia pré-histórica do Distrito de Aveiro).

A Geologia do Quaternário e o homem paleolítico do Vale do Cértima.

Geologia do Distrito de Aveiro — Orla sedimentar meso-cenozoica — I — Triássico.

Fichas e Nótulas — Aveiro arqueológico, artístico e monumental — A Misericórdia — Um mestre azulejista de 1607 —

O Castro de Arões.

Um comboio marítimo inglês no porto de Aveiro em 1809.

Geologia do Distrito de Aveiro — Orla sedimentar meso-cenozoica — II — Jurássico.

Blocos erráticos na mesopotâmia da Beira-Mar ao Sul de Aveiro e Norte de Cantanhede.

No 5.º centenário do nascimento da Princesa-Infanta Santa Joana.

O retrato da Princesa-Infanta Santa Joana e o grande enigma dos «Painéis de S. Vicente».

Discurso que proferiu na inauguração da estátua de João Afonso de Aveiro no dia 5 de Julho de 1959.

Por espontânea iniciativa sua, como Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — cargo que serviu com notável apuro e marcada inteligência — foram oficialmente reconhecidos e proclamados os serviços à cultura intelectual do distrito prestados desde 1935 pelo *Arquivo do Distrito de Aveiro*, declarando a Revista, em sessão extraordinária de 30 de Dezembro de 1959, *Benemérita da Cidade*, e conferindo aos seus Directores a *Medalha de Prata*, ao mesmo tempo que os designava membros da *Comissão organizadora do Instituto Alavário* nessa precisa data criado (1),

(1) O Instituto constituiu, desde longa data, pois já em 1929 o propunha na sua *Etnografia da Região do Vouga* (Beira-Litoral), o maior sonho da sua vida de estudioso, tão profundo alcance e influência cultural lhe atribuía!

Veza sem conta a generosa ideia foi objecto de impressões connosco trocadas; e em 29 de Dezembro de 1959 nos enviava ALBERTO SOUTO o teor,



Um dos mais expressivos retratos do Dr. Alberto Souto

*(Gravura obsequiosamente cedida pela
Direcção do semanário *Litoral*)*

como tudo oportunamente registámos transcrevendo, para memória, certidão oficial da referida sessão (*vol. xxvii, págs. 3 a 7*).

Duma considerável parte da colaboração confiada ao *Arquivo do Distrito de Aveiro* extraíram-se separatas que ficaram constituindo, positivamente, alguns dos números de maior projecção e alcance científico da sua bibliografia específica (não dispersa).

Não se limita, porém, às separatas do *Arquivo do Distrito de Aveiro* a bibliografia do Dr. ALBERTO SOUTO, reveladora do seu vivíssimo pensamento e do seu cultíssimo intelecto; iniciada ainda ao tempo em que cursava o Liceu de Aveiro, com o opúsculo, hoje muito raro — *Paz, Pátria e Iberismo* — que bem merecia reedição anotada, pois nele se afirmam já (1905) os ideais que vieram a nortear a sua futura acção social, a bibliografia do Dr. ALBERTO SOUTO que o seu eventual biógrafo poderá encontrar alfabetizada no registo das bibliotecas, é como segue; o simples enunciado de toda ela documenta, só por si, a amplidão do sector cultural abarcado pelo intellectual eminente que tantas e tão profundas páginas subscreveu.

Alguns dados da cronologia referente a acontecimentos nacionais dos séculos XIV e XV ligados à acção da dinastia de Avis.

Aveiro, Imp. Universal, 1958; 4 págs.

Alguns problemas da urbanização de Aveiro — Demografia e urbanização. Povo e cidade até ao ano de 2000.

Aveiro, Imp. Universal, 1948; 28 págs.

Separata do jornal «*O Democrata*», de Dezembro de 1947 a Janeiro de 1948.

Aos eleitores do círculo n.º 15 (Aveiro).

Aveiro, Tip. Silva, s. d. (1911). Fólio grande.

Apointamentos sobre a geografia da Beira-Litoral — I — Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema).

Aveiro, Tip. Minerva Central, 1923; 165 págs. — 3 inums. — 3 mapas fora do texto.

datado de 28, do projecto que deliberara apresentar em sessão da Câmara Municipal.

Acompanhava-o um bilhete seu: «*com um abraço, esperando que concorde com esta proposta que espero apresentar amanhã na reunião da Câmara — a última do ano e da Vereação que celebrou o Milenário, e que já dei a conhecer ao José Tavares e ao F. Neves, ontem e hoje mesmo. Bom Ano Novo!*».

E em carta de 9 de Março de 1960, crente de que a ideia em breve se transformaria em realidade, nos pedia ele: «*Logo que possa, rascunhe os estatutos do nosso Instituto*», o que prontamente fizemos, merecendo-lhe eles inteira aprovação.

Tudo isso dedicadamente conservamos, e agora se recorda com a enterrecida emoção das passadas ilusões profundamente vividas.

Arqueologia pré-histórica do Distrito de Aveiro. Arte Rupestre. As insculpturas do Arestal e o problema das combinações circulares e espiralóides do Noroeste peninsular.

Figueira da Foz, Tip. Popular, 1938; 20 págs. Ilustr. Separata do vol. IV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

Arte rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga). As insculpturas da serra de Cambra e de Sever e a expansão das combinações circulares e espiralóides no noroeste peninsular.

Porto, Imp. Portuguesa, 1932; 16 págs. — 2 de grav. fora do texto. Extracto do fasc. IV do vol. V dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*.

Aveiro.

Porto, Tip. de Marques Abreu, 1952; 48 págs. — 20 fls. de grav. fora do texto.

É o n.º 16 da colecção *A Arte em Portugal*, de Marques Abreu.

Aveiro. Aveiro e a Beira-Mar. Aveiro Cidade. Arredores de Aveiro. Ria de Aveiro. Distrito de Aveiro. — Paisagens. Arte e Monumentos. Aspectos vários. Indicações úteis.

Aveiro, Imprensa Universal, s. d.

Edição da Comissão de Iniciativa e Turismo de Aveiro; 10 págs. dobráveis. Ilustr.

Aveiro e a sua Arte perante o Congresso Internacional de História da Arte.

Aveiro, Imp. Universal, 1949; 8 págs.

Separata do jornal *«O Democrata»* de 29 Set. 1949.

Aveiro na obra de Camilo — A propósito do «Amor de Perdição» no Teatro Aveirense, em 1943.

Aveiro, Imp. Universal, 1943; 8 págs.

Separata do jornal *«O Democrata»* de 13 Nov. 1943.

Banco Regional de Aveiro, L.^{da}

Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada. Capital 500 contos. Escritura social (de 7 de Janeiro de 1920) Sede (Aveiro) Rua Coimbra (antiga Costeira) e Praça Luís Cipriano.

Aveiro, 16 págs. — 2 inums.

Caixa (A) Económica e a sua incorporação num Banco Regional (Projecto de fundação do Banco Regional de Aveiro).

Aveiro, 1919.

Câmara Municipal de Aveiro — Bases do orçamento e plano de actividade para o ano de 1958. Reunião do Conselho Municipal em 26-9 1957.

Anadia, Tip. Cisal, 1957; 24 págs.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Conferência pronunciada pelo Ex.^{mo} Snr. Dr. Alberto Souto no dia 17 de Julho de 1938 no Salão Silva Porto.*
Porto, Tip. Fernando Silva, s. d.; 8 págs. inums. — 1 de retrato extra-texto.
- Da instrução contraditória nos Feitos Crimes — Esboço crítico e expositivo.*
Aveiro, Tip. Minerva Central, 1919; 24 págs.
- Discurso do Presidente da Câmara Municipal Dr. Alberto Souto no acto solene da sua posse em 11 de Maio de 1957.*
Aveiro, Gráfica do Vouga, 1957; 20 págs.
- Discurso proferido em honra do Dr. Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães na sessão solene em que lhe foi conferida a medalha de ouro da cidade.*
Aveiro, opúsculo dactilografado, mas assim distribuído, 1960; 6 págs.
- Educação (A) de Esparta. A Ética e a Pedagogia. Princípios gerais da educação helénica. A educação espartana.*
Aveiro, Tip. Central, 1921; 17 págs. — 3 inums.
- Elogio fúnebre de Firmino Costa perante o seu fexetro, no quartel dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, em 13 de Dezembro de 1943.*
Aveiro, Imp. Universal, 1943; 8 págs. Ilustr.
- Em prol do Distrito — I — A questão distrital e a questão provincial.*
Aveiro, Imp. Universal, 1940; 44 págs. — 4 inums.
- Escudelas das fragas (marmitas eolianas) na Serra da Estrela. Algumas observações. Comunicação ao Instituto Etnológico da Beira, da Academia das Ciências de Portugal. 2.^a tiragem.*
Aveiro, Tip. Minerva Central, 1923; 28 págs. — 4 inums. Ilustr.
- Estação (A) arqueológica de Cacia. I. Primeiras palavras. Primeiras impressões.*
Aveiro, Imp. Universal, 1930; 20 págs.
- Estrada (A) Aveiro-Murtosa no campo regional e no plano nacional.*
Aveiro, Gráfica Aveirense, L.^{da}, 1958; 8 págs.
Separata do «Correio do Vouga» de 3-III-1958.
- Estudos de Paleogeografia e Geografia das Beiras. Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral apresentada numa tentativa de esboço esquemático dos grandes*

episódios da evolução morfológica plio-pleistocénica da região de Aveiro e das alterações holocénicas e intervenções humanas até ao presente.

Aveiro, Tip. A Lusitânia, 1953; 12 págs. Ilustr.

*Etnografia da Região do Vouga (Beira-Litoral)
Sobre a criação de um Instituto de estudos e de um Museu etnográfico com sede em Aveiro. Memória justificativa.*

Coimbra, Of. Gráf. da Coimbra Editora, L.^{da}, 1929; 70 págs.

Evolução histórica do seguro.

Coimbra, Tip. Popular de J. Bizarro, 1919; 67 págs. — 5 inums.

Geologia das Beiras — Os afloramentos ante-mesozoicos do rebordo da meseta ibérica do Distrito de Aveiro: o ante-câmbrico. O azoico e o agnostozoico. O arcaico e o algónquico. Tectónica. O paleozoico. O silúrico e o antrocolítico. Síntese e actualização.

Figueira da Foz, Tip. Popular, 1936; 18 págs. Ilustr.
Separata do vol. II do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

Geologia e Geografia do Distrito de Aveiro. Blocos erráticos na mesopotâmia da Beira-Mar ao Sul de Aveiro e Norte de Cantanhede.

Coimbra, Of. Gráf. da Coimbra Editora, L.^{da}, 1950. — 30 págs. ilustr.
Separata do vol. XVI do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

História (A), o Drama e a Graça da Água — conferência.

Aveiro, Imp. Universal, 1930; 70 págs. — 2 inums.

Joaquim de Melo Freitas — Despedida fúnebre, junto ao Monumento dos Mártires da Liberdade, no cemitério de Aveiro, em 9 de Dezembro de 1923.

Aveiro, Tip. Progresso, 1924; 2 fls. inums. — 16 págs. — 1 grav. fora do texto.

Marmitas eolianas na Serra da Estrela.

Algumas observações — Comunicação ao Instituto Etnológico da Beira, da Academia das Ciências de Portugal.

Aveiro, Tip. Minerva Central, 1922; 2 págs. inums. — 20. Ilustr.

Momento histórico da construção do Porto de Aveiro.

Discurso do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alberto Souto, na sessão solene de boas-vindas ao Senhor Ministro das Comunicações, General Gomes de Araújo, em 24 de Agosto de 1957.

Aveiro, Tip. Lusitânia, s. d.; 12 págs. inums.

Museu de Aveiro — Notícia sumaríssima.

Aveiro, Tip. Nacional, 1926; 27 págs. — 7 inums.

Museu (O) oceanográfico e a obra de naturalista do Sr. Luís Gonzaga do Nascimento (Setúbal).

Aveiro, Imp. Universal, 1940; 8 págs.
Separata do jornal «O Democrata» de 17 Fev. 1940.

Navegador (O) quatrocentista João Afonso de Aveiro e o seu monumento.

Parecer e relatório justificativo da comissão municipal de Arte e Arqueologia de Aveiro, sobre o vulto histórico a consagrar num monumento que o Governo deseja oferecer à cidade pela comemoração do seu milenário.

Anadia, Tip. da Cisial, 1956; 18 págs.

Paisagem (A) e o Homem na grande região aveirense.

— *Interpretação geográfica da paisagem física. Reflexão humana dessa paisagem. Sua correlação com a polimorfia estrutural da Beira-Mar (Esboço de uma síntese).*

Aveiro, Imp. Universal, s. d.; 10 págs.
Separata do n.º 1909 do jornal «O Democrata».

Paixão do Olho de Vidro — Poema destinado a um drama musical, de acto único, sobre o romance de Camilo Castelo Branco «O Olho de Vidro» com que se pensou comemorar em Aveiro, em 1925, o centenário do romancista.

Aveiro, Imp. Universal, 1953; 40 págs.

Palavras serenas.

Aveiro, s. l., 1921. Fólio grande. 2 págs. inums.

Paz, Pátria e Iberismo.

Discurso proferido na sessão solene comemorativa da Restauração de Portugal promovida pela Academia Aveirense no dia 1.º de Dezembro de 1905.

Aveiro, Tip. do Campeão das Províncias, 1906; x págs. — 14.

«*Pelagia Insula*» (A) de Festus Avienus.

Porto, Imp. Portuguesa, 1933; 8 págs, sem paginação própria.
Separata da «Homenagem a Martins Sarmiento».

Pescarias (As) da Terra Nova na Economia Portuguesa.

O consumo e a pesca do bacalhau. Importação estrangeira. A pesca nacional e a sua economia. O estrangeiro e a protecção às pescarias do alto. A questão pautal. O problema dos

iscos. Necessidade do fomento da nossa indústria bacalhoeira. Breves indicações para o estudo do problema, apresentadas ao Congresso Nacional.

Aveiro, Tip. de «A Liberdade», 1914; 34 págs. — 2 inums.

Quem são os proletários. Sua vida e aspirações (Extracto da conferência realizada no dia 21 de Novembro de 1908, a convite da Associação dos Construtores Civis e Artes Correlativas da cidade de Aveiro).

Aveiro, Tip. Minerva Central de José Bernardes da Cruz, 1908; 9 págs. — 1 inum.

Renascença coimbrã ao Norte do Mondego. O túmulo de D. Catarina de Ataíde.

Aveiro, Imp. Universal, 1951; 12 págs. Ilustr.
Separata do jornal «O Democrata» de 7 Ab. 1951.

Retrato (O) da Princesa-Infanta Santa Joana em traje de Corte e o grande enigma dos Painéis chamados de S. Vicente.

Coimbra, Of. Gráf. da Coimbra Editora, L.^{da}, 1957; 36 págs. Ilustr.
É o n.º II de *Trabalhos do Museu Regional de Aveiro*.
Separata do vol. XXIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

Romanização no Baixo-Vouga. Novo «oppidum» na zona de Talábriga.

Porto, Imp. Portuguesa, 1942; 50 págs. Ilustr.
Extracto do fasc. IV do vol. IX dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*.

Sobre as festas da Paz e da Vitória em Aveiro—(Carta) por Alberto Souto.

Aveiro, Tip. Nacional. Santos Mártires, s. d. (1918); 8 págs.

Uma lágrima (sobre o féretro de Álvaro de Melo) de um amigo.

S. l. n. tip., 1908; 4 págs. inums. Ilustr.

Waterloo... O epílogo da epopeia napoleónica.

Folhetins de «O Primeiro de Janeiro».
Porto, 1935.

(De colaboração com os Drs. AZEREDO PERDIGÃO e JAIME DUARTE SILVA)

Banco (O) Regional de Aveiro e o pedido de licença para a sua constituição definitiva

— *Requerimentos, relatórios, pareceres, projecto de estatutos e documentos extraídos do respectivo processo.*

Lisboa, Imp. Nacional, 1920; 48 págs. — 2 inums.

(De colaboração com FERNANDO DE ALMEIDA DE EÇA, JOÃO PEREIRA RAMOS DE CASTRO, e ALBERTO DE SÁ MORGADO)
À cidade e ao Distrito. Manifesto dos estudantes do Liceu Nacional de Aveiro.

S. l. n. d. (1906); fólio grande.

(De colaboração com RUI DA CUNHA E COSTA)
Almanaque ilustrado de A Liberdade para 1913

— *Guia do Turista com uma carta itinerária para uso dos viajantes e automobilistas no Distrito de Aveiro — 1.º ano de publicação.*

Aveiro, Tip. de «A Liberdade», 1912; 232 págs. — 43 fls. de gravuras fora do texto — 1 mapa desdobrável. Ilustr.

E lamentavelmente ficaram por publicar — e quem sabe se perdidos! — treze outros estudos de inegável interesse que nas próprias edições dos seus livros ele anunciava publicar em breve e que muito, decerto, haveriam de concorrer para a elevação cultural da riqueza bibliográfica do Distrito; intitulavam-se eles:

- *Buçaco!... A montanha, a floresta, o «deserto», e a batalha.*
- *Consciência (A) Geográfica e a formação da Consciência Nacional.*
- *Depoimentos Políticos — I — A República e a Guerra das Nações.*
- *— II — A defeza do Vouga — Ecos do movimento monárquico.*
- *Drama (Um) eterno — O epílogo da epopeia napoleónica: — Waterloo! ... (Recomposição do descritivo publicado em folhetins de «O Primeiro de Janeiro» em 1935).*
- *Geologia do Distrito de Aveiro: — II — Mesozoico. Cenozoico e Quarternário. O Triássico. O Jurássico. O Cretácico. O Pliocénico. O Antropozoico.*
- *Helvetiorum Fidei ac Virtuti! O exemplo suiço (Conferência realizada no Teatro Aveirense em 1925).*
- *Homem (O) e o Barro.*
- *Nas línguas do fogo.*
- *Noite de Sabat.*
- *Problema agrícola regional, problema agrícola nacional: Ensaio sobre a crise associativa (Conferência proferida na Escola Agrícola de Anadia em 1931 e no Eden Clube de Sangalhos, Bairrada, em 1935).*
- *Recepção (A) da Rainha.*
- *Retrato (O) de Santa Joana — A Princesa-Infanta (Recomposição do estudo publicado no «Arquivo do Distrito de Aveiro»).*

— *Solução demográfica de um problema de Arte. A falta de Românico no litoral entre Mondego e Douro (Conferência realizada perante a S. P. de Antropologia e Etnologia, na Universidade do Porto, em 1934) (1).*

Dos seus inúmeros dispersos, que por jornais e revistas ele foi deixando e onde oportunos problemas regionais foram enunciados e por vezes discutidos e esclarecidos, muito importando editá-los em volume, devidamente seleccionados, pois alguns deles



23 de Julho de 1950

O Dr. Alberto Souto com os directores do Arquivo do Distrito de Aveiro por ocasião da comemoração do 15.º aniversário da revista

constituem admiráveis sínteses de história local, não obstante a sua reduzida extensão, são de registar, pelo menos, os que dedicou a *Aspectos geográficos da Beira-Ria e da Beira-Mar (Jornal de Notícias, de 13 de Agosto de 1946 a 11 de Fevereiro de 1947, em 12 artigos, refundição dos nove que no semanário O Debate*

(1) E frequentes vezes, nas muitas confidências com que sempre nos distinguia, quer verbalmente, quer na basta correspondência conosco trocada (passam de uma centena as cartas e bilhetes que deste inesquecível amigo conservamos), ALBERTO SOUTO expressava a intenção que tinha de refundir o seu estudo de 1923 sobre as *Origens da Ria de Aveiro*, de harmonia com os novos elementos que entretanto foram surgindo, de palpitante interesse.

publicara de 12 de Novembro de 1931 a 24 de Março seguinte); *Aveiro* (*Diário de Notícias*, de 25 de Janeiro de 1924); *Aveiro, centro de Turismo* (*O Debate*, de 19 de Setembro de 1929); *Aveiro, sua fisionomia, seu carácter, sua expressão estética* (N.º único de *Veneza de Portugal*, de 15 de Setembro de 1934); *Aveiro, breve resumo da sua acção milenária* (*Gazeta dos Caminhos de Ferro*, de 16 de Dezembro de 1958); *Cabeço do Vouga* (*Independência de Águeda*, de Novembro de 1941 a Janeiro de 1942); *Estética dos nossos barcos* (*Talábriga*, n.º 1, de Fevereiro de 1921, e, mais tarde, na revista *Pátria*, do Porto); dois apontamentos sobre *Numância* (*Diário de Notícias*, de 25 de Outubro e 3 de Dezembro de 1932); *Oppidum (O) de Vouga-Marnel* (8 artigos no semanário *O Democrata*, de 25 de Outubro de 1941 a 24 de Janeiro de 1942); *Obras da Barra, do Porto e da Ria* (semanário *Litoral*, de 31 de Dezembro de 1955 a 21 de Janeiro de 1956—3 artigos); *Paisagem (A) aveirense, sua interpretação com a poliformia estrutural da Beira-Mar* (*O Debate*, de 15 de Outubro de 1931); *Reforma administrativa* (1930); *Supressão dos distritos* (*Diário de Notícias*, de 23 de Dezembro de 1930); *Sal (O)* no semanário *O Democrata*, de 4 de Setembro de 1948 a 9 de Outubro seguinte (3 artigos); *Serra (A) do Arestal* (*O Severense*, de 1931); *Teatro (O) aveirense* (*O Democrata*, de 18 de Março de 1944 a 8 de Abril seguinte, em 6 artigos); *Túmulo (Os)*, da série de artigos: *Aveiro arqueológico, artístico e monumental* (*O Democrata*, de 1950 e 1951); *Uma tarde, em Waterloo* (*Diário Liberal*, de 17 de Junho de 1933 e seguintes); *Xaile (O) de Aveiro perante a Capital* (*O Democrata*, de 17 de Julho de 1937); e tantos outros com que este breve apontamento poderá ser acrescentado por alguns dos seus devotados coleccionadores locais, que certamente os haverá.

A notar, ainda, a expressiva introdução às *Cartas de fuzilados*, traduzidas do francês pelo Dr. AUGUSTO DAVIM, e por ele intitulada «*Morreram para que a França viva*».

Merecem menção muito especial os 6 vigorosos artigos de desagravo e defesa que no semanário aveirense *Litoral* ALBERTO SOUTO publicou após o inesperado desfecho da sua actividade política em 1961 sobrevivendo, aqui impossível de historiar, mau grado nosso, e que tão profundamente o abalou; encontram-se nos n.ºs 359 a 364 do referido semanário, de 9 de Setembro de 1961 a 14 de Outubro seguinte; foram o seu último contacto com o público: poucos dias após, vencido pela mágoa, ALBERTO SOUTO cerrava os olhos para todo o sempre, deixando vago um título que ele conquistara e para o qual a actual geração dificilmente encontrará sucessor idóneo: o de aveirense n.º 1, emérito, constante, e intermerato.

*

Tem valor de verdadeiros inéditos, considerada a dificuldade material da respectiva conservação, os artigos de jornal; é por isso

que, dentre os de ALBERTO SOUTO acima recenseados, exumamos o que no semanário local *O Debate* ele publicou em 19 de Setembro de 1929, intitulado *Aveiro, Centro de Turismo*, e que constituiu a representação então dirigida ao Governo da Nação no sentido de ser a cidade considerada como zona de Turismo e de nela se criar uma Comissão Municipal de Turismo, o que veio, um mês depois, a ser até certo ponto estabelecido, como do Diário do Governo de 24 de Outubro de 1929 ficou constando, nos seguintes precisos termos:

Considerando que a cidade de Aveiro possui os requisitos bastantes para ser classificada como estância de turismo nos termos da lei n.º 1152, de 23 de Abril de 1921, e regulamento de 24 de Agosto de 1924, aprovado pelo Decreto n.º 10057, da mesma data;

ouvidas a Repartição de Jogos e Turismo e a Comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho de Aveiro; usando da faculdade que me confere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 12740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 15331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Interior:
Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º — Fica classificada como estância de Turismo, para os efeitos da Lei n.º 1152, de 23 de Abril de 1921, a cidade de Aveiro.

Artigo 2.º — A área sujeita à jurisdição da respectiva Comissão de Iniciativa é constituída por todo o concelho de Aveiro.

Artigo 3.º — Fica revogada a legislação em contrário.

São factos decorridos há cerca de 40 anos, mas que interessa lembrar, tanto mais que a ideia da zona de Turismo tendo a cidade de Aveiro por centro, voltou a ser apresentada no *Plano das actividades do Município para 1961*, último ano da presidência do Dr. ALBERTO SOUTO, em Outubro desse ano falecido (dia 23).

O artigo de *O Debate*, de 1929, é, pois, uma página que para a história da cidade se recupera:

«AVEIRO, CENTRO DE TURISMO

A região de Aveiro tem sido até hoje esquecida e ignorada oficialmente como zona de turismo. No entanto, a cidade capital do Distrito Administrativo, é o centro de um país singularmente rico e variado de paisagens das mais típicas e originais do Ocidente

Europeu, atractivo e ponto obrigatório de paragem e visita de todos os portugueses que, viajando, passam do Norte para o Sul e vice-versa. Não classificada ainda como terra de turismo, Aveiro é, porém, quotidianamente visitada por excursões e passeantes que ali acorrem a ver a sua ria e admirar os seus costumes e monumentos.

Situada à beira de um lido que os geógrafos consideram como o mais notável acidente das costas peninsulares do Atlântico (CERECEDA), objecto de repetidas dissertações e estudos de natureza científica, assunto de tantos descritivos literários e artísticos, Aveiro tem nessa ria, tão diversa estruturalmente das rias galegas, um magnífico campo não explorado de grandes excursões de recreio para que apenas falta a devida organização.

Presta-se a ria admiravelmente a todos os desportos náuticos. Para regatas de remo e de vela, para corridas de natção, para caça e pesca, para aviação marítima, a ria de Aveiro oferece condições inigualáveis, pois na vastidão dos seus estuários, bacias, cales e canais, são diversísimas e variadíssimas as condições de fundo, corrente, temperatura, mas sempre excelentes e seguras para todos os exercícios desportivos.

A paisagem é única no país. Contemplando-a das colinas de Angeja, perturbou-se OLIVEIRA MARTINS.

De *Holanda Portuguesa* a classificou RAMALHO ORTIGÃO.

«*Quem não viu a cidade e a zona que a rodeia e quer experimentar uma sensação de profunda beleza e de vida intensa e diversa da que vira até aí, e de que ninguém poderá supor a existência num país como o nosso, faz bem em não continuar a viagem*», diz ANTÓNIO ARROIO, porque «*a região de Aveiro é uma pequena Holanda em pleno clima e luz ocidentais*» crendo que «*a maioria dos portugueses ignoram o que essa zona baixa, conquistada lentamente ao mar, encerra em si de riquezas valiosas e de aspectos estéticos intensamente diferenciados.*»

A *Ria*, diz o autor do estudo brilhantíssimo sobre o País português, «*é um pólipó colossal que se divide em infinitos braços e penetra pelo interior das terras, desde Ovar até aos Palheiros de Mira, em quarenta quilómetros da Costa e transversalmente numa largura máxima de dez quilómetros, e como aspecto, provavelmente pela extensa superfície de exploração de centenas de hectares de água salgada, toda esta região se distingue do Norte do país pela luz irisada que a banha e de momento a momento muda de tom.*»

É a mesma paisagem «*indecisa entre o mar e a terra que nos enche de vivo prazer e que nos atrai como a sombra de manzanilha*»

(OLIVEIRA MARTINS), cuja luz, cuja cor, tanto impressionaram RAUL BRANDÃO e que tanto seduz todos os visitantes.

A alguns quilómetros apenas, as praias da Costa Nova, com uma ria inigualável para barquear, da Barra, soberbo sanatório marítimo já hoje muito procurado para as curas de luz solar, com vistas e passeios lindíssimos, do Forte, de S. Jacinto, da Torreira, do Furadouro, praias económicas, de calma e sossego, largamente frequentadas pelas gentes do Litoral e da Beira Alta, cheias de originalidade e pitoresco.

Os barcos típicos da ria, as curiosas indústrias das marinhas de sal, da apanha do molicho, do manejo costeiro e da pesca da Terra Nova, são outros tantos motivos de curiosidade e observação, animando a paisagem com notas inconfundíveis.

Como centro monumental e artístico, Aveiro é hoje notável. O Museu Nacional de Arte, instalado no antigo convento de Jesus, é um dos mais importantes do país, constituindo com o Museu Grão Vasco e Machado de Castro um triângulo de percurso obrigatório na velha província das Beiras. As suas vastas colecções são notabilíssimas, especialmente a de paramentos religiosos e tecidos, sendo único no mundo o túmulo de mármore embutido da Princesa-Infanta Santa Joana, filha de D. Afonso V e irmã de D. João II, e sem rival a riquíssima e finíssima talha dourada da sua formosa e famosa igreja.

Mais além, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre com o seu museu, capela-monumento, e soberbo mostuário.

Em Aveiro cidade, ainda digno de visita, as fábricas de cerâmica artística, onde se produzem excelentes louças decorativas e azulejos de renome nacional, a igreja das Carmelitas, o monumento a José Estêvão, etc.

Interessantíssimos os costumes, o traje das tricanas de clássica fama, as procissões majestosas, que atraem milhares de forasteiros.

A menos de uma hora de caminho de ferro, a Curia e Espinho. A pouco mais, Luso e o Buçaco. A dois passos, o túnel de Angeja, a pateira de Fermentelos, lagoa de aspectos deslumbrantes, e imprevisíveis, Águeda, o Vale do Vouga que é, observado da estrada ou da linha férrea, todo um poema de verdura, de arrojo, de beleza estranha, casando o ar minhoto com as montanhas beirãs, levando do mar, onde as ondas rolam, espumam e bravejam, ao alcantilado das penedias de Vouzela e Viseu, ao coração de Portugal!

Falta a Aveiro a Comissão de Turismo e Iniciativa que vele pela conservação das suas belezas, que propagandeie os seus encantos e atractivos, que melhore os seus serviços de recepção e acomodação de visitantes, que promova o melhoramento e aumento das comodidades que a civilização impõe e exige.

É o que Aveiro hoje deseja e solicita dos poderes constituídos.

ALBERTO SOUTO»

(*O Debate* de 19 Set., 1929).

*

Amplamente justificada a evocação de tão eminente aveirense nas páginas do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, como cremos ter ficado, às nossas descoloridas palavras juntaremos ainda alguns artigos com que amigos comuns acorreram com destino a um eventual volume de *In-Memoriam* em que em 1963 chegámos a pensar, mas que veio a revelar-se, até hoje, inviável, apesar de toda a nossa boa vontade, tão diminuta foi a colaboração obtida...

Julgámos, mesmo, que a ideia se enquadraria bem no esquema seguinte, que então esboçámos, e que era assim concebido:

Página votiva.

Evolução do Meio aveirense desde o final do século XIX até ao presente.

Biografia geral, de conjunto, do Dr. ALBERTO SOUTO.

Estudos de análise, desenvolvidos, sobre diversos aspectos da sua vida, tais como: *Terra* da sua naturalidade / *Família* de que provinha / *Vida escolar* e Meio em que a sua *mocidade* decorreu / Sua *ideologia política e social* / *Influências* que a determinaram.

VIDA PÚBLICA: Deputado às *Constituintes*. Na Junta Autónoma, da *Barra*. Na Presidência do *Senado Municipal* aveirense. Na Presidência da *Câmara Municipal* de Aveiro. Na Direcção do *Museu* de Arte. Na *Advocacia*.

VIDA INTELECTUAL: O *Geólogo*.

O *Arqueólogo*.

O *Etnógrafo*.

O *Escritor regional* (os grandes problemas locais; Arte e Paisagem distritais).

- Bibliografia específica* (Livros e opúsculos).
Colaboração dispersa (relação de jornais e revistas; selecção da sua colaboração dispersa, para exemplificação).
Inéditos seus, conhecidos.
O *Orador*.
O seu *aveirismo*.
Síntese final. Constância do seu pensamento.

Para que não venham a perder-se, também, e em obediência à generosa ideia que as ditou, aqui desde já se arquivam (podendo, a todo o tempo, ser integradas em publicação de maior tomo e mais dignificante alcance), as páginas de memórias reunidas há cinco anos em compreensiva resposta ao apelo que a todos os escritores de seu mais íntimo convívio e afinidade intelectual então dirigimos.

Infelizmente, porém, «*Les morts vont vite*», e a memória e a gratidão dos homens são fracas.

A História, no entanto, é paciente e sabe esperar.

Tem o Tempo por seu aliado.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
bibRIA

ALBERTO SOUTO ETNÓGRAFO

DE ALBERTO SOUTO pode afirmar-se, com afoiteza e verdade, que foi um autêntico polígrafo, no mais lato e justo sentido do termo, tantas foram as disciplinas que cativaram o seu belo talento.

Efectivamente, o Direito, a Arte e a Arqueologia, a Geografia e a Geologia, a Etnologia e o Folclore, constituíram para ele, nos seus múltiplos aspectos e problemas, temas aliciantes, como pode verificar-se pela longa e brilhante nota bibliográfica dos seus estudos.

Destes ressaltam, porém, excluídos os de Direito, o interesse e o carinho que dedicava à região onde nasceu e sempre viveu — maravilhoso pedaço de Portugal onde é possível estudar, escalonadas da orla marítima à montanha, três feições distintas do viver do povo.

Abençoado, este bairrismo, que deu lugar a trabalhos como «*Etnografia da região do Vouga*» (1929), «*Os afloramentos ante-mesozóicos do rebordo da Meseta Ibérica no distrito de Aveiro*» (1936), «*Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*» (1953) e outros mais, que lhe outorgam, com plena justiça, o título de etnólogo distinto que desde logo compreendeu a íntima relação entre um grupo de ciências todas visando um mesmo fim: o melhor conhecimento do Homem e do ambiente natural que o cerca.

É foi precisamente sobre o homem que viveu e vive entre o Vouga e o Mondego, entre o mar e as elevações que cerram, a leste, os horizontes de uma paisagem única, que se debruçou, em muitos dos seus escritos, o espírito brilhante de ALBERTO SOUTO, como veremos.

Ao publicar, em 1929, «*Etnografia da Região do Vouga*», que modestamente designou como «*Memória justificativa*», logo em subtítulo apontou os seus desígnios: a criação de um Instituto e de um Museu Etnográfico com sede em Aveiro, velha aspiração sua, quase tornada obcecção depois de visitar estabelecimentos idênticos já então existentes em Espanha e em França.

Ele o confessa, ao escrever «o Museu Etnográfico de Aveiro passou a viver na minha imaginação como se fosse uma realidade e, ansioso pelo momento de poder meter ombros à tentativa; as suas secções e os seus detalhes preocupavam-me como se, efectivamente, ele existisse».

E como idealizou e planeou ALBERTO SOUTO o seu Museu? Qual, em primeiro lugar, seria a sua extensão geográfica e quais os limites impostos à sua acção cultural?

Em duas ou três passagens do opúsculo nos responde com erudição e critério:

«Mas a terra entre Mondego e Vouga é uma zona fronteira, de transição, entre o Norte e o Sul, sob o ponto de vista paisagem.

Para o Sul do Vouga a terra toma aspectos diversos do Norte das suas margens.

Os restos de um revestimento vegetal com ar minhoto, reflectem-se ainda nos socalcos verdejantes do Vale de Cambra, de Sever e de Ribeiradio.

A vinha de enforcado termina aqui. Para o Sul estes restos do Além-Douro não mais tornam a aparecer.

Surge, então, nos altos, a Beira-Alta; na zona baixa, a Beira-Litoral e a Beira-Mar que nitidamente se define já em Espinho, mas o Norte, com suas latadas caindo dos degraus da terra e das árvores, com o vicejar dos seus lameiros, com os seus esteios de granito, seus bois de largas hastes, suas cangas floreadas, seus espigueiros, esse morre de todo nas margens do Vouga».

E mais adiante, depois deste período cheio de verdade e beleza: «Não pode nem deve este Museu abranger apenas a área restrita dos arredores de Aveiro.

Pouco ou nada valeria.

Subindo as colinas e as serras do nosso anfiteatro geográfico, a riqueza etnográfica aumenta consideravelmente».

E cita-nos, depois, «a zona serrana, desde os confins de Arouca aos recessos da Freita, de Cambra, de Sever, de Águeda; a zona das colinas que vão da Feira a Azeméis, Albergaria e Luso; a feição da vida agrícola e quase anfíbia dos campos de Eixo e Estarreja e das margens das pateiras de Angeja, Frossos, Fermentelos, à Bairrada e às Gafanhas».

Deste modo, cientificamente certo, se libertou ALBERTO SOUTO, há mais de trinta anos, dos velhos preconceitos que pretendiam alinhar por erradas divisões políticas as fronteiras naturais das grandes regiões geográficas e etnográficas do continente português.

Não se suponha, porém, que escaparam ao brilhante investigador os aspectos diversos de que se revestem a vida e as actividades do povo em tão larga área, uma e outras obrigatoriamente subordinadas às condições climáticas, à constituição do solo e ao seu relevo, uma e outras sofrendo em escalas diferentes as influências externas inevitáveis em «terra aberta ao Oceano», como escreveu ALBERTO SOUTO.

À sua intuição, à sua cuidadosa observação, ao seu conhecimento directo da região, não podiam, de facto, escapar pormenores, detalhes, variantes, contrastes, que concretizou numa série de perguntas do maior interesse etnográfico. Destaco as seguintes:

«Porque é que em Esgueira as cangas dos bois são despidas de ornatos e em Cacia nos aparecem já com debuxos e coloridos como as do Norte do Vouga?»

«Porque é que em Águeda e Albergaria e nalguns pontos da margem do médio Vouga nos aparecem populações com tipos tão delicados e belos de mulheres, relativamente franzinas, semelhantes às de Aveiro, adoptando com facilidade o traje das tricanas, e de Albergaria para o norte, de Angeja à Vila da Feira, os tipos de traje das mulheres são tão diferentes?»

E já anteriormente havia observado:

«Entre Aveiro e Ílhavo, os lugares das Ribas, Verdemilho e Arada, marcam um tipo de mulheres elegantes, esbeltas, pouco opulentas de carnes, que até há pouco usavam chapelhinho de fita de veludo e pluma e saias de pouca roda.

Este tipo estende-se por Vilar até Esgueira.

Mas logo adiante, em Cacia e Angeja, apenas uns dez quilómetros à margem esquerda e direita do Vouga, a mulher é outra, tem outro tipo menos franzino, é mais larga, fala de outra maneira, usa saias amplas e empregadas e chapéu de aba, à varina, como as murtoseiras, as de Ovar, as de Vila da Feira».

Nem àquelas mesmas suas qualidades podiam também escapar as reconhecidas fronteiras, imprecisas e injustificáveis, que bastas vezes barram a propagação de determinados fenómenos, ou manifestações, da vida do povo — problemas de solução difícil e tão apaixonantes como as modernas concepções dos grandes mestres da Etnografia.

Ao enunciar o que mais convinha arquivar no seu Museu, o saudoso investigador deteve-se, com especial interesse, nos barcos que navegam no mar e na ria de Aveiro: o «moliceiro», o «saleiro», ou «barco mercantel», o «barco do mar» e o «chinchorro», principalmente no primeiro, que já anteriormente havia estudado, nave de elegância única em todo o mundo, de tradições fenícias, ou românicas, com lugar de honra nos «*Estudos Etnográficos*» de D. JOSÉ DE CASTRO.

Sem esquecer a casa, a habitação rústica, «onde predomina como material de construção e adobe», e a aldeia, «demasiadamente utilitária para criar e manter formas caprichosas, artísticas, e autóctones, para poetizar, mesmo, a vida rural», escreve mais além:

«Quanto às indústrias, sem fazermos um museu industrial, pois não nos interessam os problemas técnicos, não deixaria de ser útil arquivar as suas produções típicas, quando relacionadas com os recursos do solo e presas às aptidões tradicionais da raça».

E cita as cerâmicas, as cangas, o linho, o mobiliário, os utensílios caseiros e da vida agrícola, etc.

Não se julgue, porém, que ALBERTO SOUTO, ao elaborar o plano do Museu que idealizou, não teve presente os aspectos espirituais da vida popular da sua região, precisamente, talvez, dos que mais enlevavam o seu espírito brilhantíssimo, aqueles que o exacto conceito português engloba sob a designação internacional de Folclore.

Assim, ele fala-nos, por exemplo, do «banho santo da noite de S. João», do «espojamento na relva da capela da Senhora das Febres, no bairro piscatório de Aveiro», do «banho de vinho do S. Paio da Torreira», dos «bodos espantosos da Senhora de Vagos», da «benzedela do pão de S. Cristóvão de Aveiro», dos «votos e flagelações dos Santos Mártires de Travassô», das «promessas e ex-votos da tantas romarias» e, ainda, das majestosas procissões aveirenses, como a de Cinzas, durante a qual, ao passar sobre a ponte, se volta para o mar um grande Cristo crucificado, enquanto se canta o *miserere*, das alminhas e do culto das almas em Aradas, das crianças «ógadas», que se curam com um bolo de cinco dedadas amassado em azeite, das «áftas» da boca dos meninos de peito, que se tiram tocando-lhes com a chave do Sacrário, das figas de azeviche, ou de coralina, para o mau olhado, etc. — todo um estendal de usos, de credices, de superstições, que fariam as delicias de qualquer folclorista.

Em 1929, há, portanto, mais de trinta e cinco anos, ALBERTO SOUTO, que então desconhecia as novas directrizes da Etnografia e as modernas normas da museologia etnográfica, projectou com raro e inteligente critério o Museu que ainda hoje falta em Aveiro.

Criá-lo, dotá-lo de corpo e de alma, assegurar-lhe os indispensáveis meios de investigação científica e imprimir-lhe a mais larga acção cultural, será, em meu entender, a melhor homenagem que aquela cidade poderá prestar à memória de um seu filho tão ilustre.

D. SEBASTIÃO PESSANHA

O DR. ALBERTO SOUTO, NOS SEUS ALTOS MÉRITOS E NA MINHA SAUDADE

PERTENCEMOS à mesma geração e identificavam-se os nossos ideais!

Por isso, nas magnas reuniões da Academia, em Coimbra, em que o entusiasmo sonhador de que só a mocidade é capaz, se encontravam muitas vezes, irmanados os nossos aplausos ou os nossos protestos.

Implantada a República, ALBERTO SOUTO, novo, cheio de talento, espírito vivíssimo e inteligência pronta, predicados que se denunciavam ao primeiro contacto, foi eleito deputado.

Os rumos da vida afastaram-nos, só de longe em longe, por encontros casuais ou pelo noticiário dos jornais sabendo um do outro.

Rodaram anos!

A República, fustigada por uma série de vendavais, de dentro e de fora, não pôde acudir ao clamor que, em razão do atraso de melhoramentos de civilização, de longe vinha contra o Terreiro do Paço.

Os beirões, francos e leais e devotados amigos do seu torrão, tomaram a sério uma nova ressurreição para, na conjugação de esforços de todos os de boa vontade, se lançarem na discussão, estudo e resolução dos seus problemas.

De tão feliz e fecunda iniciativa resultou, volvida uma dúzia de anos sobre a nossa separação, encontrarmo-nos novamente, lado a lado, e, sem que tivéssemos perguntado um ao outro os propósitos que nos traziam ou os caminhos que propúnhamos percorrer, mantendo os mesmos princípios que nos animaram na mocidade: ânsia de progresso, bem comum e valorização nacional.

Realizaram-se congressos em Viseu, em Coimbra e em Aveiro, todos sob o signo da unidade beiroa, da defesa e exaltação das qualidades e virtudes dos beirões e dos princípios da liberdade e da independência tão marcadamente registadas nas páginas grandes da história local.

Revigoraram-se as nossas relações, especialmente durante os dias em que decorreu o Congresso de Aveiro, cimentando-se ainda mais, para todo o sempre, os nossos sentimentos de inalterável estima.

O que terá sido então esta nossa vida de meio século de comunhão espiritual?

Simplesonho? Aspirações? Diletantismo?

Não, como facilmente se aquilata pela carta que segue, igual ou parecida na franqueza e espontaneidade com outras que trocámos. Curiosíssima por muitos títulos, e especialmente como capítulo esclarecedor da marcha inicial do regionalismo beirão e da acção proveitosa e construtiva, nele exercida pelo Dr. ALBERTO SOUTO.

Definindo, segundo o seu pensamento, com manifesta clareza e sinceridade, a posição das terras de aquém da Serra até ao Mar, em relação às Beiras, conclui, por entre as dúvidas e hesitações que corriam, que a região de entre Espinho e o Cabo Mondego, e a Serra e o Mar, formavam a Beira Litoral.

E o seu princípio, a sua lógica e verídica concepção, aceite pelos povos directamente interessados e acolhida entusiasticamente por todos os demais beirões, levou o nosso regionalismo a entrar na sua fase construtiva com as três províncias: Alta, Baixa e Litoral.

Apreciando a posição das cidades de Aveiro, Coimbra e Porto em relação à divisão administrativa, dá a razão da sua discordância no que respeita a qualquer subordinação da região de Aveiro a qualquer divisão que a não deixe independente.

«Deve manter-se o distrito bem apetrechado administrativamente.»

«Não absorções. Não províncias grandes.»

A carta, discutível em alguns pontos, é resposta a um pedido que eu lhe fiz para publicar nos livros dos Congressos Beirões uma tese que o meu Amigo apresentara ao 1.º Congresso.

Publicando-a, preste-lhe a minha homenagem de admiração e estima.

E porque, no final, ele escreveu: «Desculpe a massada, mas deu-me prazer», penso que a sua divulgação, se ele dela tivesse conhecimento, o satisfaria.

ALBERTO SOUTO era susceptível de brilhar em todos os campos de trabalho intelectual. Da política e do regionalismo voltou-se para a advocacia, para as artes e letras, para a arqueologia e para a museografia, tendo afirmado em todas estas actividades especial competência.

Era um orador, e nos nossos congressos regionais estabelecia sempre alegre e jubilosa convivência, acudindo proveitosamente com o seu marcado bom senso e oportunas intervenções, nas discussões mais animadas ou acaloradas.

Grande cavaqueador, lançava com clareza e argúcia todo o seu poder de convicção na defesa dos seus pontos de vista.

Recordo o entusiasmo com que, já madrugada, depois de um festival folclórico realizado na cidade do Porto, por ocasião do *Colóquio Dr. José Leite de Vasconcelos*, caminhando nós pelas ruas quase desertas, ele me falava da sua interpretação das figuras dos painéis do Infante, e da convicção com que defendia os seus pontos de vista em relação à identificação da Princesa Santa Joana!

Dele tive as últimas notícias por sua carta de 15 de Setembro de 1960, e relativa às homenagens que a bondade de muitos me prestou no limite da idade, e onde, por entre generosas afirmações da sua apreciada amizade, escreveu: «Leio com enternecimento sinceríssimo as notícias boas que respeitam ao meu querido amigo e colega e camarada de tantas manifestações do nosso civismo e amor à terra, à região, à nação, à cultura e à bondade».

Faço esta transcrição embora imodestamente, por sincera e confirmativa do que atrás escrevi.

O Dr. ALBERTO SOUTO, que foi um grande cidadão, amante da sua terra e da sua Pátria, será para todo o sempre, para mim, para a sua terra e para a Nação, um saudoso e chorado amigo.

bib*RIA

«Biblioteca Municipal de Aveiro, 18/2/31

Meu Ex.^{mo} Amigo!

Não sei onde pára já a minha tese de 1921, mas as conclusões eram idênticas, embora menos completas, às da tese de 1928.

Em 1921 a Beira-Mar tergiversou em aderir ao Congresso de Viseu.

Eu mesmo fiz a pergunta: devemos ir? somos nós também da Beira?

E diziam muitos: — Que temos nós, daqui da serra, com Viseu e as Beiras?

É que não havia relações algumas, laço algum a não ser o mesmo que nos une ao Douro ou à Estremadura. Estudei o assunto e concluí pela nossa união à Beira. Fomos ao Congresso e eu afirmei que a região dentre a Serra e o Mar e dentre Espinho e o Cabo Mondego, se deve considerar uma das Beiras, ou parte da Beira Litoral.

Integrámo-nos, assim, no movimento beirão.

Ao Congresso de 1928 levei as características geográficas da Beira-Litoral e da Beira-Mar. Mas o facto de resumir o assunto associando-o à tese do meu Ex.^{mo} Amigo, deixou passar o caso quase sem debate. Assentou-se, porém, nos votos finais do Congresso, que

a Beira-Mar começava nos confins de Espinho e em que a Beira se limitava, pouco mais ou menos, pelo seu paralelo.

Outra coisa entendeu a Comissão da divisão administrativa.

Vejo que por tal critério Aveiro pode ser muito prejudicado e que a divisão está sujeita a críticas. Cantanhede devia vir para Aveiro e Coimbra devia ficar quase sem território.

À volta de Aveiro e da sua ria — poisados como as rãs à volta do charco, desde a areia do mar aos altos de Arouca, Cambra, Sever, Caramulo, Buçaco, dispuseram-se os povoados numa aglomeração natural, voltados ao sol do Poente e do Sul, em verdadeiro anfiteatro.

Com esta disposição natural das populações, nada teve Coimbra; foi um centro de cultura artística, intelectual, religiosa e nada mais. Deixou indiferentes os povos do Norte e ao Sul do Mondego.

Aveiro, pelo contrário, foi na foz do Vouga e na beira da Ria, noutros tempos, um porto de mar; modernamente, apesar da decadência do porto pelo assoreamento, o mais importante aglomerado da região de Vouga-Mar exercendo atracção sobre todas as populações dentre o Oceano e a Serra. Coimbra, depois da República principalmente, deixou de ser a cidade parasita da Universidade e fez-se uma grande cidade com indústria e comércio. Mas a sua atracção sobre a região ao Norte da linha da Beira-Alta não é decisiva nem justifica que a absorva como capital de província.

Coimbra é, por enquanto, uma cidade bonita que não tem território para dele ser capital. Mas o mesmo quase sucede ao Porto.

É uma cidade que se basta. Mas para ir além de um distrito, custa. Tem de se lhe arranjar território para a província à força de tesoura!

Digo, portanto, o que sempre, desde 1921, pensei: Aveiro é o centro de uma região natural, caracterizada essencialmente pela sua exposição ao mar — oceanicidade acentuada e absorvente de todos os outros caracteres climáticos — que vai de Espinho ao Cabo Mondego e da costa à cumiada das Serras — Beira-Mar-região que deve entender-se bem com a Beira-Litoral e Beira-Alta seu hinterland, mas que não pode fundir-se com ela nem com o litoral ao Sul da Serra da Boa Viagem ou, melhor, ao Sul do horst de Cantanhede, porque o não permite a sua individualização.

Sei que o Porto — socialmente — atrai a zona dentre Espinho e seu paralelo e o Douro, estende a sua atracção económica até ao paralelo de Ovar, mesmo até Aveiro.

Mas isso não basta para se arrancar do domínio geográfico esse território. O Ribatejo, o Alentejo sorraiano e o Baixo Alentejo, não poderiam então resistir à atracção de Lisboa.

E Lisboa, está como o Porto, uma grande cidade capaz de ser capital do País, mas sem território para uma província natural.

Em resumo: eu sou contrário à divisão provincial. Entendo que deve manter-se o distrito bem apetrechado administrativamente, bem delimitado de harmonia, tanto quanto possível, com as condições naturais e com as tendências e conveniências dos povos, conjugadas

com as conveniências governativas. Os distritos podem entender-se em Congressos como os nossos das Beiras. Mas absorções, não.

Armadilhas, não! Províncias grandes, não!

Se o Governo mexe nisto, acende mais uma fogueira revolucionária! Veio isto a talho de foice, sobre o seu desejo de conhecer o que eu disse no Congresso de Viseu.

Depois disso estive muito doente, pela Serra da Estrela, pela Suíça, perdi muita coisa. Mas a ideia era a que lhe expus aqui. Em 1928 defini-a melhor. Mais a precisei numa conferência que há dias fiz na Bairrada — Anadia — e já agora espero a publicação do relatório da Comissão para a publicar em um folheteco a tal respeito.

Dentro da Beira-Litoral de BARROS GOMES eu distingo a Beira-Mar, ou região de Aveiro ou do Baixo-Vouga, abrangendo a bacia hidrográfica da Ria de Aveiro e suas adjacências (Esmoriz-Mira-Tocha) e entre o mar e a cumiada de Arouca ao Buçaco — em inteligentes e sensatos termos.

Desculpe a massada, mas deu-me prazer.

Abraça-o o Amigo Muito Dedicado e Admirador

ALBERTO SOUTO»

bibRIA

JAIMÉ LOPES DIAS

DR. ALBERTO SOUTO

A RECORDAÇÃO QUE DELE GUARDO

É sempre ligado a um pensamento de grata admiração que o nome deste distinto e saudoso aveirense afflora à minha lembrança. Na verdade, fiquei a dever ao Dr. ALBERTO SOUTO repetidas e significativas provas de estima e apreço que jamais poderei esquecer, destacando de entre elas a oferta de muitos dos seus eruditos trabalhos literários — sempre feita em termos penhorantes. Tendo-o conhecido há bastantes anos já, em Águeda, numa altura em que ele por ali passava com frequência em demanda da serra onde ia amiudadas vezes com o fim de recolher elementos para os seus estudos arqueológicos, nunca mais se interrompeu o nosso convívio e antes se estreitaram cada vez mais as nossas relações de amizade com que sempre muito me honrei; e rara era a vez em que eu, indo a Aveiro, me não encontrasse com o Dr. ALBERTO SOUTO, principalmente no Museu, onde ele tinha sempre uma notícia curiosa para me dar, de Arte ou de História, um pormenor inédito, uma ou outra opinião sua a respeito de qualquer problema relacionado com os seus estudos de investigação, e tudo à volta de Aveiro, — da sua gente, das suas tradições, dos seus preciosos monumentos. Eu escutava-o encantado, tal o calor que punha no tratar destes assuntos, tão queridos e tão familiares para ele, e ia ouvindo as suas descrições a que dava um relevo muito especial de brilho na exposição e de elegância na forma, que me prendia a atenção em crescente interesse e prazer espiritual.

Assim foram decorrendo os anos, e a cada trabalho que saía das mãos do Dr. ALBERTO SOUTO a minha admiração pelo seu talento que por tão diversas formas se manifestava, cada vez se foi tornando maior, e eu ia seguindo mais de perto o seu labor intelectual. Foi com verdadeiro prazer que li os seus opúsculos — *Renascença Coimbrã ao Norte do Mondego* — *O túmulo de D. Catarina de Ataíde*. *O navegador João Afonso de Aveiro*, etc., mas de tudo que dele li e lhe ouvi, a conferência feita no Museu sobre

O Retrato da Princesa Infanta S.^{ta} Joana em traje de Corte e o grande enigma dos Painéis chamados de S. Vicente, em 1957, sobrelevou em admiração a quanto dele conhecia: o ambiente austero e distinto do salão onde foi proferida a magnífica peça literária, sôbriamente ornamentado com plantas e flores; a sombra evocadora da Princesa, cujas cinzas, ali a dois passos, se guardam no túmulo precioso; a assistência selecta que lá se reuniu, incluindo o Prelado aveirense, que selou o acontecimento com a dignidade da sua presença; a primorosa dicção do conferente, orador do melhor quilate, tudo, enfim, contribuiu para dar a esta reunião um cunho de transcendente beleza. E se o tema já por si era alto, a forma como tudo decorreu, o requinte da exposição, os moldes em que o curioso problema foi posto e foi tratado, a série de figurantes de alta estirpe que o conferente fez ressurgir à nossa mente trazendo-os até nós numa evocação de singular mestria, tudo, tudo contribuiu para elevar tal manifestação de espírito a um expoente de muito alto grau.

Ainda voltei ao Museu mais duas ou três vezes: uma para agradecer ao Dr. ALBERTO SOUTO o convite que me havia dirigido para assistir à encantadora festa; as outras duas em visita ocasional, lembrando-me que de uma delas, passando pelo Claustro, ele repercutiu a sineta que ali está suspensa e que data da 2.^a metade do século XV e disse, como sempre costumava: *A Princesa Infanta ouviu este som...* E ao passarmos junto do túmulo, segredou-me ainda: «*lá está a lâmpada apagada... Vê, sou eu muitas vezes que a acendo...*»; e isso fez à minha vista. Falecido ele em Outubro de 1961, ainda recebi uma amiga carta sua, a propósito de um artigo por mim publicado sobre os Soutos de Angeja, de que ele era um ilustre representante.

Ainda que simples e desataviadas, aí ficam estas palavras sinceras a evocar a memória de um bom amigo e de um brilhante espírito, e bem grato foi ao meu coração o ensejo que se me proporcionou de as escrever.

SOARES DA GRAÇA

RECORDANDO O DR. ALBERTO SOUTO —UM MASTRO SIMBÓLICO

FUI há muitos anos. Há mais de trinta: Num «café», um grupo de indivíduos entre os quais me encontrava, discorria sobre oradores qualificados.

A propósito, lembrei o nome do Dr. JOÃO NEVES DA FONTOURA, que foi, mais tarde, embaixador do Brasil em Lisboa. Ouvi-o várias vezes. Falava horas seguidas sem se repetir, o grande tribuno do Estado do Rio Grande do Sul.

Alguém, então, do grupo, perguntou-me: — Já ouviu discursar o Dr. ALBERTO SOUTO?

Respondi que não. Contudo, algum tempo depois, surgiu a oportunidade.

Fiquei maravilhado! E disse comigo: É, sem dúvida nenhuma, um orador de raça. Um desses espíritos de eleição — raros — que, eloquentes, têm o dom da palavra e arrebatam as multidões.

*

Mais tarde, fui-lhe apresentado. Convivi com o Dr. ALBERTO SOUTO. Homenageei-o num livro de minha autoria que intitulei *Nossa Terra e Nossa Gente*. Possuo cartas e cartões seus que revelam a sua primorosa educação. Conversei com ele muitas vezes. E as suas conversas entre amigos (onde, via de regra, pontificava), como os seus discursos, prendiam os assistentes porque tinham o sortilégio nato que irradiava da sua palavra fácil e do seu encanto pessoal.

O Dr. ALBERTO SOUTO, grande coração, grande sensibilidade, homem simples e de vasta cultura, terá de ser visto e apreciado à luz de várias dimensões; mas não é esse o meu propósito ao escrever estas linhas.

Entretanto direi que não foi somente o invulgar orador que se conheceu. Ele foi um estudioso consciente de muitas e diversas coisas. Foi publicista criterioso, deputado às Constituintes,

director cuidadoso do museu de Aveiro e tomou parte activa em alguns congressos. Mas, acima de tudo, foi um enamorado da paisagem da região e um grande aveirense. Quantas vezes me falou com entusiasmo no Miradouro de Almeir e da Serra do Areal! E dos panoramas deslumbrantes que dali se descortinam!

Todos se recordam ainda do interessante cortejo folclórico e etnográfico que o seu aveirismo conseguiu realizar com a leal colaboração dos amigos. Todos se recordam da sua reacção, escrita e falada, quando se tomavam atitudes para prejudicar Aveiro.

Homem simples e bom, certo dia, há anos atrás, conduziu no seu automóvel até à quinta do Bom Sucesso, onde residia, o Dr. ROCHA MADAHIL e a mim.

Durante o trajecto quase só falou de Aveiro e dos interesses ligados à cidade e ao distrito. É, quando chegámos, dirige-se a uma das salas da residência, vai a um armário, tira uma travessa de rojões, põe-na sobre uma mesa, com garfos, pão e vinho e diz: «sirvam-se».

ROCHA MADAHIL não quis, porque lhe fariam mal. Mas eu atirei-me aos rojões. Deliciosos... E depois dos rojões foi-nos mostrando, pelas estantes, papeis e livros e andou connosco pelo pinhal da quinta e quis que vissemos a variedade de «pedras» que possuía — que a arqueologia foi uma das suas paixões.

Este homem bom, muito culto e simples (nada parecido com tantos), que amava Aveiro, algumas vezes disse na minha presença:

— «Se algum dia vier a ser presidente da Câmara, mandarei erguer um mastro bem alto ali ao fundo do Rossio, como símbolo desta linda região marinheira de homens dados ao Mar, e, na verga mais rija desse mastro altaneiro, bandeiras coloridas a tremularem ao sabor dos ventos.»

E o mastro foi erguido. Mas depois da sua morte raras vezes lá se vêem bandeiras...

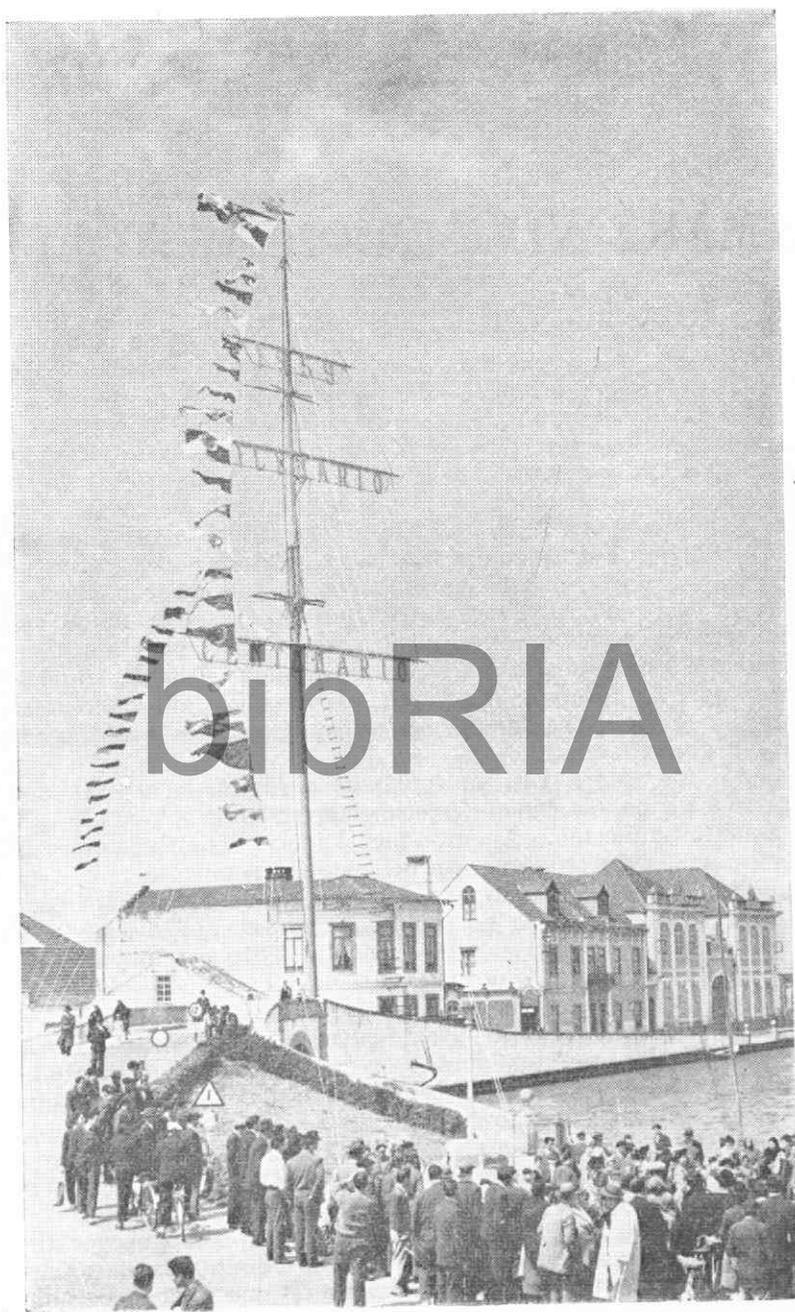
*

No dia do seu enterro, no cemitério e à beira do seu cadáver, o Dr. FRANCISCO DO VALE GUIMARÃES, a terminar a brilhante oração fúnebre, proferiu:

— «Durante anos ainda, tudo que a Edilidade faça em Aveiro há-de ter a «marca» do aveirismo do Dr. ALBERTO SOUTO, a vincar a sua passagem pela Câmara.»

Foi um grande aveirense!

LAUDELINO DE MIRANDA MELO



O mastro simbólico colocado junto ao Canal Central em 1959

MARÉ VIVA DE SUGESTÕES

UMA SUGESTÃO DE ARTE POPULAR

Em saudades de ALBERTO
SOUTO e de uma conversa.

EM Junho de 1962, realizou-se em Braga o primeiro Congresso Folclórico Português. Numa das sessões de estudo da secção, em que eu comparecia com a maior assiduidade, junto de ALBERTO SOUTO, este congressista anunciou a realização de festas em Aveiro, dois anos depois, para comemorar o milénário da primeira notícia documental, respeitante ao núcleo primitivo do que havia de ser a vila e, mais tarde, a formosa cidade da Ria. Entre as comemorações estava projectado um congresso de etnografia marítima.

No regresso a Lisboa, tomámos o rápido e, até ALBERTO SOUTO sair na estação de Aveiro, conversámos à vontade sobre o assunto anunciado. Apontou-me já ideias definitivas acerca de certos temas do programa do congresso. Tempos depois, escreveu-me: andava animado com as perspectivas das comemorações e com boas esperanças no sonhado congresso. Pedia-me que o informasse do assunto escolhido para a minha comunicação, não houvesse multiplicações do mesmo tema. Lembro-me de que lhe respondi preferir integrar-me na *faina do sal*, riqueza maior das actividades regionais e, ainda para mais pendor, dar azo às comemorações milenárias comentando precisamente um documento histórico, a elas respeitante. E comecei a trabalhar. Outro assunto poderia ser o da sugestão criadora do *barco moliceiro*, que ousaria chamar, sem desdouro de nada e de ninguém, o sinal heráldico ou de maior valor heráldico-representativo, de toda a Ria de Aveiro, orlada, ao longe, das rendas alvíssimas das salinas.

O segundo assunto era mais de ordem poética e evocativa. Enquanto o tema histórico-etnográfico do sal requeria mais amplidão de estudo. Comecei a planificação do que seria a comunicação projectada; alargava, alargava; e o sal parecia-me afogado na água, como é tratado nas adivinhas, que põem em caso o «pro-

blema» dele ⁽¹⁾. Esmoreci. Mas mantive-me nas «tamanquinhas» em que me tinha calçado. Não quis dar o braço a torcer. E, por fim, se, por um lado fiquei satisfeito, porque me libertei do suplício mítico de Sísifo, por outro penalizou-me o desgosto de ALBERTO SOUTO, quando me avisou de que era inteiramente impossível manter o congresso no programa das comemorações, apesar de tão desejado, anunciado, e prometido.

Desta maneira, o «sal» voltou para as águas de onde viera, e aonde as adivinhas populares, que o visam em concordância de «filosofia» e humorismo peculiares, o fazem voltar irremediavelmente. Nunca mais pensei na salmoura em que me meti. Só me ficou o pesar, que senti em ALBERTO SOUTO, pela grande desilusão do congresso.

O assunto do «moliceiro», esse não morreu, pela singela razão de que ainda não tinha vindo à luz do dia. Teria ressurgido, à maneira simbólica da Fénix, levantada em glória das próprias cinzas. Se, porém, o barco aveirense não chegou a tomar aqui forma, nem por isso esqueceu. E agora, finalmente, é lançado à água da Ria, nesta saudosa homenagem à memória do sonhador da manifestação etnográfica das comemorações milenárias da cidade, cuja direcção municipal ALBERTO SOUTO geria.

Dois factores influíram na concepção desta presumida comunicação ao congresso: — o *barco moliceiro* em sua estranha e singular feição, semi-lunar de pontas reviradas e aceradas para o interior da embarcação; — a decoração viva de cor na proa, mais insinuante; e na ré, menos eloquente, como simples complemento da cenografia da proa ou no tentame de equilibrar o diálogo cromático do barco.

ROCHA MADAHIL interpretou este perfil de barco, esguio de linhas estruturais, colorido a mais na frente, colorido a menos atrás, na sugestão do pato da região da Ria, a voar, bem estendido, sobre as águas salinas em que se mira ou toca àgilmente pela sombra própria. As figuras de fantasia e de sentimento, que o homem pinta nos painéis do barco e enche de colorido, não importaram ao caso: o efeito imediato seria produzido pela cor varie-

(1) Um exemplo das mais longas adivinhas, que foram coligidas por AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA, e por ele publicadas em *O Livro das Adivinhas*; Porto, 1921, págs. 80-81, n.º 238:

Eu fui nascido no mar,
Sem ser peixe, nem pescado;
Se eu tornar a minha mãe,
Serei logo consumido;
Eu vivo só neste mundo,
Neste traje descomposto;

E, sem cantar, nem bailar,
A tudo dou muito gosto;
Venho das ondas do mar,
Nascido na fresquidão;
Não sou água, nem sou sol,
Trago o tempero na mão.

gada na frente, a corresponder ao colo e à cabeça da ave, mas atenuada já no que deveria ser a cauda (¹).

Aí está a visão sugestiva de um ilhavense, espiritualmente embutido na sua Ria natal e integrado nas magias, que ela oferece a cada hora e a cada luz.

Imaginemos agora o *barco moliceiro* a distância da margem,



Figs. 1 e 2:—As sugestões do sal nas marinhas e do «moliceiro» nas águas da Ria

(¹) «Os dois painéis da proa e as suas cercaduras são bem a réplica, achada pelo íncola da região ao *colar de penas de vivo colorido, que certas aves aquáticas, certos palmípedes, apresentam no pescoço*, como se, à imagem e semelhança delas, o barco tivesse sido concebido pelo seu remoto criador. E, como na ave, também é esse *colar mais extenso e vistoso que as da cauda ou da ponta da asa* — o painel da ré. — ROCHA MADAHIL, *Etnografia e História — Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo, 1934, págs. 57-58. Os passos aqui salientados não são do original.

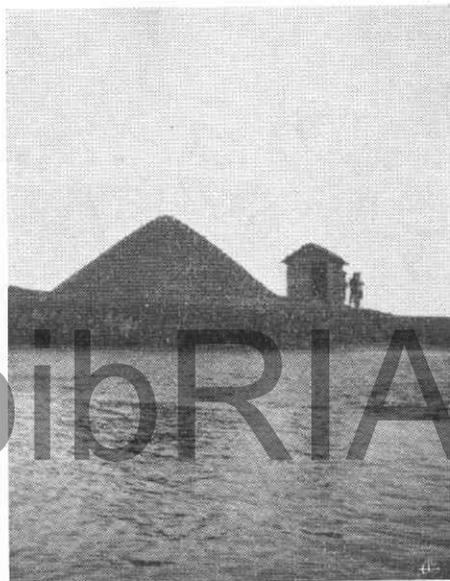
singrando, carregado com a colheita recebida; a carga não se estende a todo o comprimento da proa à ré, pois que fica avulzada ao meio, em prisma quadrangular, volumoso, grande, mas deitado sobre uma das faces laterais; o mastro sobressai ou não, na dependência em que fica da altura do bloco de moliço. Assim, o perfil tornou-se, de arqueado, em rectilíneo; em determinada distância igual a um e outro lado, com o centro de simetria no



mastro ou no seu lugar, a linha recta quebra verticalmente e é, em baixo, fundo, continuada pela curva que vai enrolar até às pontas voltadas a dentro do barco. Fixe-se o perfil, com tal combinação de recta, seguidamente horizontal, depois quebrada em dupla vertical nos extremos, e, por fim, a ligação ininterrupta com as curvas terminais. Fixe-se e marque-se-lhe a mobilidade simétrica.

Desde LUÍS DE MAGALHÃES com o estudo de *Barcos da Ria de Aveiro*, no volume II da revista portuense *Portugália*, a ALBERTO

SOUTO, autor de *Etnografia da Região do Vouga*, em 1929 ⁽¹⁾, surgem numerosas notícias, grandes e pequenas, de valor notável ou sem ele. D. JOSÉ DE CASTRO, exímio artista ilustrador e decorador, fotografou, desenhou, coloriu, coordenou e resenhou, em *Estudos Etnográficos*, a partir de 1944, quanto com toda a justificação deveríamos chamar as riquezas vivas da tradição regional, sob o título geral de *Aveiro* (Beira Litoral) ⁽²⁾. O volume assim formado é o primeiro de todo o plano; este abrange a tota-



Figs. 3 e 4: — Nos caminhos do sal...
da origem, onde é recolhido, a Lisboa,
onde é guardado e servido...

lidade dos distritos administrativos, desde o de Aveiro até ao de Lisboa. Dos seis tomos, que formam o volume de Aveiro, têm interesse especial aqui logo o primeiro — *Moliceiros* —

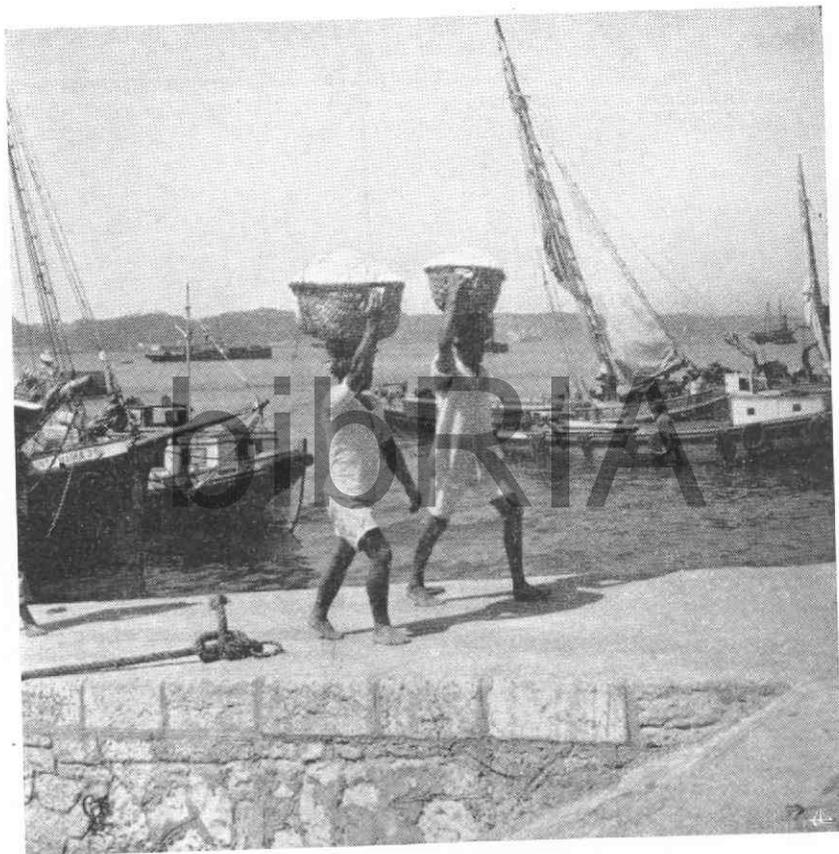
(¹) O título deste trabalho de ALBERTO SOUTO é: *Etnografia da região do Vouga (Beira-Litoral) sobre a criação de um Instituto de estudos e de um museu etnográfico com sede em Aveiro. Memória justificativa*. Coimbra Editora, 1929.

(²) A «ordem de publicação do volume 1», de *Aveiro*, anunciada, constituiu seis tomos: — *moliceiros*, — *pescadores*, — *lavradores*, — *marnotos e embarcações fluviais*, — *indústrias manuais*, — *feiras e mercados*, — *culto religioso*, — *tipos e costumes*, rematado por notas suplementares.

MARÉ VIVA DE SUGESTÕES

o segundo — *Pescadores* — e, parcialmente, o terceiro — *Lavradores*.

ALBERTO SOUTO acompanhou constantemente os trabalhos de D. JOSÉ DE CASTRO, e o artista recorreu sempre a ele, de quem conserva numerosas cartas, que um dia por certo serão valiosas para ambos. Significam, estas relações pessoais, que foi grande a satisfação do etnógrafo aveirense, além de director do notabi-



líssimo Museu de Aveiro, na realização dos trabalhos do artista e etnógrafo, para a «Obra editada pelo Instituto para a Alta Cultura» no «Centro de Estudos de Arte e Museologia». Ambos proclamaram o seu recíproco e profícuo entendimento. Por este motivo, convidei D. JOSÉ DE CASTRO a colaborar comigo nesta homenagem, ao que imediatamente acedeu com simpatia, ilustrando-a com fotografias suas.

ARMANDO DE MATTOS publicou em 1942 *A Arte dos Jugos e Cangas do Douro Litoral* ⁽¹⁾. O livro pertence a uma série de estudos, que vêm desde 1881, com o *Estudo Etnográfico a propósito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas províncias portuguesas do Douro e Minho*, de JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, publicado no Porto ⁽²⁾, até *As Cangas e Jugos portugueses de jun-gir os bois pelo pescoço*, de EUGENIUS FRANKOWSKY, no volume I da revista *Terra Portuguesa*, de Lisboa, em 1913 ⁽³⁾, sem dever esquecer-se depois a publicação de *A Arte Popular nos xugos da Galiza*, de JOAQUÍN LORENZO FERNANDEZ, no Porto, em 1935, em virtude, sempre, das familiaridades calaico-portuguesas em continuidade e expansão recíprocas, territoriais, espirituais e históricas. O livro de ARMANDO DE MATTOS unifica o assunto, anunciado pelo título, ao longo das 228 páginas do texto, acompanhadas de numerosas gravuras de cangas, jugos e seus pertences: muitos dos exemplares ilustrativos foram reproduzidos com a respectiva policromia decorativa e alegórico-simbólica.

No capítulo das cangas, participante da «Iconografia dos Jugos e Cangas», sucedem-se reproduções das cangas de centro elevado, o «castelo», e descendente para os lados até o enrolamento terminal: são sete, da região costeira de Vila da Feira, no extremo meridional da Província do Douro Litoral, confinante com a Beira Litoral ou Marítima, e finda a série com duas de Vila Nova de Gaia, já sobre o Rio Douro, também de regime oceânico. Todas foram transmitidas a tinta preta e de decoração mais rica e densa, nuns casos, menor em outros; mais adiante encontra-se a reprodução de um exemplar policrómico, apresentado em toda a sua imponência ⁽⁴⁾, também de Vila da Feira.

Note-se, porém, que da Vila da Feira se expande para o Sul a riqueza do modelo, que estendeu pela linha costeira a sua feição.

Chegamos às mais recentes demonstrações gráficas deste modelo nos *Estudos Etnográficos* de D. JOSÉ DE CASTRO. Em *Moliceiros*, o tomo I, vemos logo na capa um destes barcos a navegar com a carga amontoada ao centro, simetricamente em relação com o mastro erecto, como foi dito; as ilustrações interiores, com os números 4 e 35, sugerem-nos o mesmo perfil. Em «Lavradores»,

⁽¹⁾ Edição da Junta de Província do Douro-Litoral, pela Comissão de Etnografia e História, Porto, 1942.

⁽²⁾ Este trabalho de LEITE DE VASCONCELOS foi incluído em 1938 no volume V (*Etnologia*: 1.ª parte), págs. 397 e segs., de *Opúsculos* (Imprensa Nacional: Lisboa).

⁽³⁾ O notável estudo de E. FRANKOWSKY foi divulgado em separata da revista.

⁽⁴⁾ A série de reproduções a negro, de que se faz referência, não tem paginação numerada; distribui-se desde pág. 174 (última numerada), primeiro e longamente os «jugos», depois as «cangas». A gravura colorida fica entre págs. 323 e 327.

o tomo III, mostra-se-nos a canga esquematizada no perfil (datada de 1941) de «castelo» central bem notório (Estampa xxviii, fig. C); na figura anterior um jugo policromado interessa principalmente pela decoração densa e intensa. Em «Marnotos e embarcações fluviais», tomo IV, a ilustração n.º 176, bem como a de barco moliceiro carregado, sem mastro, aumenta-nos a sugestão, já formada. Em «Indústrias populares», tomo V (primeira parte), apenas estão, na Estampa XLVIII, «modelos decorativos» das cangas, com distribuição apontada no «castelo», na Estampa XLIX. ARMANDO DE MATTOS, na obra mencionada, afirmou o seguinte: — «... em Gaia, notamos que é seguido o critério usado na Feira, apenas

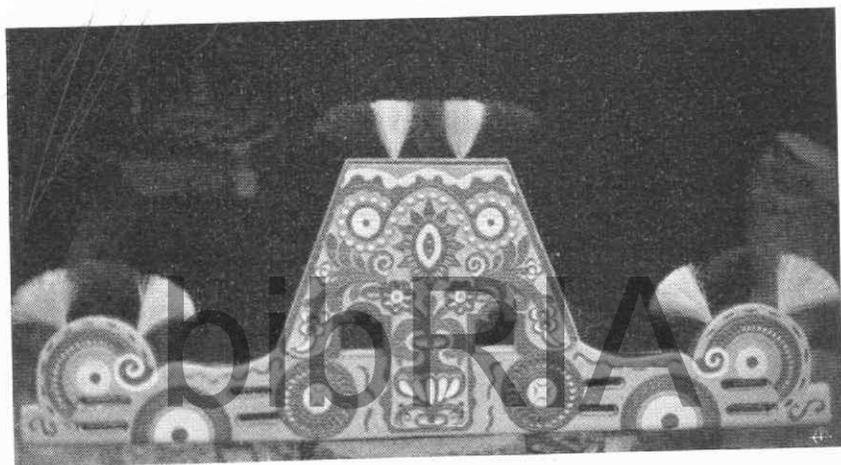


Fig. 5

Observe-se nesta ilustração o painel central do «castelo»; sai do vaso agomilado a flor de pé alto, elegante, com a dupla evocação estilizada de rosa e de custódia, tão corrente na decoração de jugos e cangas; vai a toda a altura do verdadeiro painel, contando com a espécie de frontão, que o encerra em majestade a flor. Esta irradia a meio da haste ou pé, dois ramos simétricos, floridos a toda a maior largura do painel. O mesmo simbolismo expande-se em toda a demonstração da arte popular.

sob a denominação de canga-vareira, ou canga-moleira, porque é de emprego exclusivo dos moleiros, que neste concelho trocam o clássico burro pelo carro de bois de boa origem romana» (1). Assim, o saudoso etnógrafo portuense atribuiu à canga, referida, o duplo nome por ser do tipo generalizado na sua zona etnográfica e prestar, em determinado sector dela, expressivo serviço aos moleiros nos seus transportes de carrego industrial.

(1) ARMANDO DE MATTOS, *ob. cit.*, pág. 41.

D. JOSÉ DE CASTRO, que já no tomo precedente se referira à canga, comentou no tomo III («Lavradores») a origem dela, como segue. — «Na beira-mar, em toda a extensão do cordão litoral, desde Espinho à Costa Nova, predomina exclusivamente a *canga vareira* de que se ocupou o tomo anterior (Estampa XVIII). A sua presença de modo absoluto nos serviços de alagem das redes parece confirmar a opinião, sustentada naquele tomo, de que se trata, de facto, de um tipo de canga independente, harmonizado com os trabalhos complementares da pesca marítima a que alude pela decomposição dos elementos que constituem a rede *xávega*, — saco trapezoidal, mangas e rolos de corda, — que o seu formato acusa de maneira bem expressiva. Evidentemente, o seu uso ou infiltração na lavoura aparece-nos explicado, se repararmos que as juntas de bois em prestação de serviço de pesca são, na generalidade, propriedade de lavradores das circunvizinhanças, como então se referiu, donde a sua adopção no campo imediatamente pressupõe as proximidades do mar e a alternativa compreensível da sua aplicação num e noutro serviço» (1). D. JOSÉ DE CASTRO apresenta a rede em feição, tal como a descreve no texto: — ao centro, o *saco* rectangular, correspondente ao *castelo* da canga; — aos lados, um por cada um, as cordas de arrasto da rede, enroladas sobre si, a sugerirem a parte baixa da canga, terminada em forma de disco; só lhes falta a cor da peça de tal forma evocada por comparação. BALDAQUE DA SILVA, sem lhe interessar mais do que os elementos directos da tarefa piscatória, apresentou a mesma rede no magnífico trabalho do livro que é *Estudo actual das pescas em Portugal* (2).

Agora, depois de exposto o assunto, chegámos aonde e quando pretendia atingir a devida oportunidade. Decifrar de orientação diversa a possibilidade de encontrar ou interpretar a sugestão, que teve como resultado a forma original e estranha da canga, era o que me propusera levar à consideração do Congresso do milenário de Aveiro. Não diverge da interpretação de D. JOSÉ DE CASTRO, no que se refere às relações íntimas entre os trabalhos da faina aquática e os trabalhos agrícolas da zona banhada pelas mesmas águas em que vogam barcos de pesca e barcos do moliço, além de outros, quer de transporte de passageiros, quer de mercadorias várias.

A disposição das redes na enxuga sugere, na verdade, a forma da canga. Não menos a sugerirá, ou teria sugerido, a feição do

(1) D. JOSÉ DE CASTRO, *Estudos Etnográficos*: — Aveiro — vol. I cit., pág. 135.

(2) BALDAQUE DA SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, 1908, pág. 242.

perfil do moliceiro, tanto mais que este é visto e surpreende a atenção em movimento pelas águas.

Se atendermos a que esta canga em foco é usada pelas juntas de bois no serviço de alar as redes, como observamos na fig. 6, reproduzida aqui dos *Estudos Etnográficos*, concordaremos com a interpretação de D. JOSÉ DE CASTRO. O desenho surpreendido na disposição da rede teria originado a forma típica da canga. E, no entanto, comparando por sua vez a canga de frente e o perfil do moliceiro em movimento, também seríamos levados a notar a influência que o barco tivesse tido na forma da canga. Já notei esta possibilidade, antes de conhecer a interpretação de D. JOSÉ DE CASTRO, que de maneira alguma contrario, pois tem razão de ser.

Na origem, a canga é, ou há toda a probabilidade geo-etnográfica de ser, da região envolvente da Ria e sulcada pelas suas águas. Teve e tem irradiação circular, mais ou menos profunda pelo interior, consoante às condições agrícolas ⁽¹⁾. Não provoca estranheza o alongamento litoral até às terras da Vila da Feira, utilizada a canga num trabalho terrestre, sem ligação, que não seja fortuita, com a tarefa marinha.

Que o primeiro «tradutor» da peça aquática, em apresto de viação e trabalhos terrestres, se inspirasse em uma ou outra das imagens motrizes, houve nestas um único factor de impressão cromática, e esta estava sem dúvida nos painéis extremos do moliceiro. Os peris concordantes reforçariam possivelmente em si e reciprocamente o contorno da canga. A cor, porém, só o moliceiro a impunha. O «castelo» da canga não lembra o painel, com a composição decorativa, que a emoldura. Se os motivos decorativos, por sua maior parte, provêm de tipos e formações comuns à decoração tradicional de toda a nossa opulenta «arte popular», colorida ou não, não há motivo para supor aí cópia do «moliceiro» para a «canga»: quem criou e quem enriqueceu a floreação decorativa da canga, tinha diante dos olhos e, porventura a applicava já, o que na ornamentação corrente encontrava, pintada, como nos moliceiros, gravada, insculpida, vazada, em aprestos usuais sem excluir as cangas.

(1) Nos *Estudos Etnográficos*, D. JOSÉ DE CASTRO pôde compor o «Esboço de cartograma da zona etnográfica de Aveiro e seus limites de referência», que publicou em *Moliceiros*, Estampa I. Vai a Feira, ao Norte, Vagos e Anadia, pelo Sul, e Sever do Vouga, por Leste. Ver figuras 14 a 18, 23, 30, 31 e 33. — ARMANDO DE MATTOS, em a citada *A Arte dos Jugos e Cangas do Douro Litoral*, aponta a presença da «canga moleira», de «castelo» ou «mourão» médio, policromada, na linha costeira que sobe da Vila da Feira, ao Sul, ainda na zona aveirense, como a reconheceu D. JOSÉ DE CASTRO, e atinge o Douro, pelo Norte, Vila Nova de Gaia (Valadares e Canelas): publicou ilustrações correspondentes: interessa especialmente, por comparação tipológica, o par de exemplares da Vila da Feira, pág. 61: estes em desenho negro; aquelas a cores.



Fig. 6 — A junta de bois, com a *canga vareira*, na operação de alar a rede para terra.



Fig. 7 — O *barco moliceiro*, com a carga do molicho recolhido a bordo, aproxima-se de terra ao impulso das varas dos tripulantes. O mastro da vela inútil foi apeado e vê-se estendido por cima da carga.

Deve notar-se que estas formas novas ou novos estilos decorativos de cangas e jugos não são antigas, como o não são também outras aplicações congêneres a tantos objectos vulgares e comuns das «artes populares», e é isso que, em grande parte, lhes dá vida reintegrada e a prolonga no interesse espiritual e social do povo, aqui e por toda a parte. Quem pode marcar o período em que este tipo de canga se formou de outros anteriores, sem preocupação decorativa mais que a de sentido mágico, de protecção do gado, para se transformar no Douro além, como pelo Vouga em redor, nos tipos regionais, coloridos e não coloridos, com incrustações ou sem elas, envernizados por artifício galante ou patinados pelo uso?

Seja como for, o «moliceiro» é um exemplar único em seu género, completo quando, além do perfil singularmente definido, ostenta a decoração, brilhante e ilustrativa. Igualmente o é a canga vareira que, possivelmente, no perfil lhe define a presença, e na ilustração colorida com ele rivaliza.

ARMANDO DE MATTOS, ao aludir à idade etnográfica do tipo das cangas estudadas no livro citado, escreveu, como segue: — «Faltam elementos que documentem de modo positivo os jugos ornamentados quanto à sua origem e evolução. Não aparecem exemplares antigos, nem se encontram referidos em crónicas ou memórias, em desenhos, pinturas ou gravuras, nem ainda nas notícias dos viajantes estrangeiros que, especialmente no século XIX, percorreram Portugal anotando todos os nossos usos mais característicos...» (1). Mais adiante: — «A falta desses documentos, porém, não pode ser interpretada como uma sentença que determine a *menoridade* de tão formosa alfaia agrícola» (2).

Relativamente à decoração das cangas da zona duriense, aplicar-se-á também à da canga vareira o que o mesmo etnógrafo nortenho expôs. — «... estas considerações (acerca das «estilizações decorativas» ou «motivos ornamentais») referem-se, é claro, ao valor estético dos jugos e em face do merecimento, que isoladamente os motivos encerram» (3).

Na *Exposição Etnográfica do Douro-Litoral*, realizada no Palácio de Cristal, do Porto, em Setembro de 1940, de que foi «realizador oficial» ARMANDO DE MATTOS, estiveram cangas e jugos da província duriense, na maioria provindos do Norte do Douro, uns «em branco», outros envernizados, e ainda os «aguados a cor»

(1) ARMANDO DE MATTOS, *ob. cit.*, pág. 220.

(2) ARMANDO DE MATTOS, *idem*, pág. 221.

(3) ARMANDO DE MATTOS, *idem*, pág. 219.

policromados; ⁽¹⁾ entre eles havia exemplares de Valadares (Gaia), sem designação de tipo. Por certo, na projectada exposição do Congresso de Aveiro, haveria exemplares significativos da zona envolvente da Ria e da expansão para o Douro, até o atingir, pelo menos, em parte integrada por natureza no território influenciado directamente pelo rio Douro (Gaia), ultrapassada em terras da Feira (provas evidentes em Espargo, pela canga de «castelo», policromada). Teria sido já apresentada a sugestão, se me não iludo, a ALBERTO SOUTO.

Na falta da lição decisiva do certame de Aveiro, que pelos projectos fulgurantes de ALBERTO SOUTO assim seria, valham-nos os dois pesquisadores de que nos servimos e tão constante como justamente foram citados; a conjugação de informações e das imagens recolhidas directamente, por ambos, busque-as por consulta e ilustração deste reduzíssimo ensaio, quem pretenda orientar-se na matéria tentada. E não é necessário neste momento nomear as obras, que nos acompanharam até aqui.

De remate a um assunto, que demanda mais longo desenvolvimento, em publicação de saudade, como esta, destinada a quantos colaboradores da homenagem se aprestem, reparemos no tipo comum da canga rural. Simetria geométrica, ao centro uma tabela pré-para-rectangular ou perfeitamente rectangular, ou trapezoidal, de que partem, na mesma peça de madeira, os ramos ou braços, sinuosos, adaptáveis à junção dos bois e à segurança do carro, que tiram. Comparemos com a canga vareira o modelo. Depois, notemos também as relações de colorido e de tipologia decorativa entre os aparelhos similares do Norte duriense e os da região aveirense. Concluamos pelas íntimas e sucessivas relações metamórficas destes aparelhos, da forma rústica à ostensivamente ornamental.

LUÍS CHAVES

⁽¹⁾ Assisti a trabalhos preparatórios da Exposição, acompanhado por ARMANDO DE MATOS, o realizador; percorria-a depois no Palácio de Cristal. O *Livro Oficial*, que contém o catálogo, indica em lugares diferentes os tipos e apresentação dos exemplares, muito sumariamente, e falhos alguns da informação da proveniência.

DR. ALBERTO SOUTO

PEDE-ME o meu amigo António da Rocha Madahil para escrever duas palavras a respeito de ALBERTO SOUTO. Faço-o com grande prazer, já porque era amigo do homenageado, já porque admiro a obra por ele continuada no Museu de Santa Joana, de Aveiro.

A adaptação do convento das freiras dominicanas a Museu foi começada em 1911 por J. A. Marques Gomes.

Conheci muito bem este erudito investigador que via muitas vezes no Museu de Machado de Castro, em Coimbra, onde ao tempo eu servia na qualidade de Conservador.

O Museu de Machado de Castro, organizado por António Augusto Gonçalves, meu saudoso mestre, foi durante muitos anos o modelo de todos os Museus Regionais que se organizavam, especialmente no Norte do País. O Museu de Machado de Castro, excelentemente instalado no antigo Paço Episcopal de Coimbra, recolheu, além de vasto património trazido dos conventos da cidade e da região, um opulentíssimo conjunto de retábulos, pinturas e antiquilhas de vária ordem. Os retábulos, lavrados na pedra macia de Ançã, resultaram do trabalho de escultores nacionais e estrangeiros, particularmente franceses, que os esculpiram durante os séculos XV e XVI, na convidativa cidade do Mondego.

GONÇALVES, que já havia dado provas quando se organizara o Museu do Instituto, instalado na parte alta da cidade, ia dar largas à sua incontestável vocação do museólogo na montagem do novo estabelecimento.

Fazia este as delícias dos conterrâneos e convidava os seguidores de GONÇALVES a encontrar nele fonte de inspiração para as galerias que tinham a seu cargo.

MARQUES GOMES foi em Aveiro um fiel continuador do mestre conimbricense.

Conhecedor esclarecido da região em que vivia e da riqueza que possuía, foi o salvador do opulento espólio da sua região. Por isso foi escolhido, em 1911, para organizador do Museu. Pergunto a mim próprio se, por esse motivo, a cidade já lhe prestou a homenagem a que tem direito.

Em 1925 ALBERTO SOUTO sucede a MARQUES GOMES (11 de Março).

E ninguém melhor do que ele podia ter sido chamado para desempenhar a função.

Natural de Aveiro, onde nasceu em 23 de Julho de 1888, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e continuou a sua vida como advogado.

Homem inteligente e cheio de actividade, logo se distinguiu no meio em que vivia. As suas orações em Lisboa, na sala Portugal da Sociedade de Geografia e no Centenário da Liberdade, em Aveiro, no ano de 1928, chamaram a atenção sobre a sua pessoa. Foi publicista, fundando e dirigindo o semanário *A Liberdade*, de 1911 a 1915 e escreveu no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, onde deixou artigos que versavam a geologia, a arqueologia e a arte.

Em 1911 foi eleito deputado por Aveiro, e assumiu as funções de presidente do Senado Municipal de Aveiro, bem como da Junta Autónoma da Barra e da Ria na mesma cidade.

Acabou por se nomeado, com toda a justiça, director do Museu Regional e da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Nestes tempos não se falava ainda de museologia e apenas se arrecadavam, com maior ou menor gosto, os espólios riquíssimos que as cidades possuíam.

O Museu de Machado de Castro, instalado num belo edifício, era um depósito arranjado com gosto.

Assim foi também no seu começo e ainda por muito tempo o Museu Regional da cidade do Vouga. Entretanto ali se arrecadou o que havia de importante, de fundamental, na rica região de Aveiro.

Por outro lado, pode dizer-se que a vida passou a decorrer numa época de guerras. Foi a de 1914, a de 1939 e, na verdade, em guerra permanente continuamos a manter-nos em nossos dias.

Daí resultaram as dificuldades orçamentais para tudo quanto à defesa não diga respeito e, em consequência, uma sensível paragem na vida do espírito, com forte projecção nas artes plásticas.

Esta paragem tem-se feito sentir nos Museus, que se viram privados dos recursos necessários para obras e para aquisições.

E, se é certo que, apesar das dificuldades actuais, a administração tem feito algumas tentativas para ocorrer às urgentes necessidades dos estabelecimentos, Aveiro, devido à esclarecida actuação do Dr. ALBERTO SOUTO, viu preparado o ambiente que permitiu a actual empresa de remodelação do convento de Jesus e de melhoria das instalações museológicas.

O Dr. ALBERTO SOUTO foi um espírito de eleição. E isso, quanto a mim, se deve em grande parte ao acentuado poder de comunicação de que era dotado. Homem expansivo, conversador agradável, espírito ordenado e sabedor, foi, pouco a pouco, fazendo convergir as atenções para a necessidade de empreender no Museu uma vasta obra de aproveitamento e de enobrecimento do edifício.

Tenho a ideia de que conheci o Dr. ALBERTO SOUTO quando ainda estava em Coimbra. Depois de tomar a direcção do Museu de Arte Antiga, com ele sempre me entendi o melhor possível. Em Coimbra, no exercício das funções de secretário do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscricção, mantinha grandes contactos com o Museu de Aveiro. Conheci muito bem o Sr. MARQUES GOMES, que esteve em óptimas relações com o Mestre ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. O Museu de Machado de Castro inspirava, como disse, tudo quanto se fazia nos Museus da Circunscricção do Norte. Tudo isso já foi por mim invocado, bem como pelo meu colega Dr. ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES, sucessor de ALBERTO SOUTO na direcção do Museu, em artigos que foram publicados no jornal *O Litoral*.

O Museu de Aveiro tem uma nobre e salutar lição a desempenhar.

Como hoje está definitivamente assente, aos Museus compete uma função educativa tão importante como aquela que as escolas desempenham. O Museu é mesmo uma escola, escola tão vivida quanto os exemplos estão sempre debaixo dos olhos.

De forma que ao Conservador cabe um papel muito mais lato do que o de ser simples arrumador do estabelecimento que lhe confiaram. É um Professor exercendo uma acção didáctica muito mais efectiva do que aquela que na escola tem lugar.

Por isso o Conservador não pode estar por pouco tempo longe ou fora do Museu. A sua acção é constante e ao estabelecimento tem de dedicar permanente e entusiasticamente a sua actividade.

Podemos dizer que os Conservadores à maneira antiga fizeram o seu tempo.

Novas épocas e novas maneiras de agir condicionam a sua actividade, que se transformou em nossos tempos num verdadeiro apostolado.

JOÃO COUTO

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

III

FREGUESIA DE SANTA MARIA DA MURTOZA

(Dicionário Geográfico, vol. 25, n.º 266)

MURTOZA, termo de Estarreja, Bemposta c. de Esgueira

O Padre Manoel da Sylva Valente, cura desta freguezia de Santa Maria da Murtoza da comarca da Feyra deste Bispado do Porto, respondendo aos interrogatorios, a que for recommendação de Sua Magestade Fidelissima, que Deos guarde, me mandou responder o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Frey Antonio de Tavora, Bispo deste bispado, por ordem sua, passada na Camara aos vinte, e dous dias do mes de Fevreyro deste presente anno de mil, settecentos e cincoenta, e oyto, digo o seguinte:

- 1 — Fica na Provincia da Beyra e pertence ao Bispado do Porto, e à Comarca da Feyra, hũa das quatro que são a da Feyra, a da Maya, a de Sobre-Tamega, e a de Penna-Fiel, em que se divide o Bispado, e quanto às comarcas do Reyno hé da Comarca de Esgueyra. E como esta freguezia se divide em quatro lugares, que são Murtoza, Monte, Pardelhas, e Ribeyro, os dous lugares Murtoza e Monte são termo da Villa de Estarreja e os outros dous lugares Pardelhas, e Ribeyro são termo da Villa da Bemposta.
- 2 — Os dous lugares desta Freguezia Murtoza e Monte com a villa de Estarreja, e seu termo a que pertencem, são do Real Mosteyro de São Pedro da villa de Arouca de Religiosas da Ordem de Cister, e os outros dous lugares, Pardelhas, e Ribeyro são do Real Mosteiro da Ave Maria da Cidade do Porto de Religiosas da Ordem de São Bento.

- 3 — *Tem esta freguezia settecentos, e cincoenta fogos pouco mais ou menos, e duas mil oytocentas, oytenta e sinco pessoas, das quaes cento settenta, e cinco pouco mais, ou menos andão absentes: o qual numero de pessoas hé, contando tambem todas as pessoas pequenas, e ainda as crianças.*
- 4 — *Está esta freguezia situada em campina e della se descobrem a Freguezia de São Matheus do Bunheyro, que lhe fica pegada pela parte do Norte, a Freguezia de S. Bartholomeu de Veyros, que lhe fica pegada pella parte do nascente, a villa de Estarreja, que fica para o nascente e dista desta freguezia hũa legoa, a Freguezia de São Payo do Pinheiro, a villa da Bemposta, que he da mesma freguezia do Pinheiro, e a Freguezia de São Vicente da Branca, que ficão para o Nascente, e estão distantes desta Freguezia duas legoas, a Freguezia de São Martinho de Salreu, e a de São Miguel de Fermelãa que ficão para o Nascente, e estão distantes hũa legoa, a villa de Angeja, que fica para o sul, e está distante legoa, e meya, o lugar de Villarinho, que hé da freguezia de São Julião de Cacia, e o lugar do Paço, que é da freguezia de Santo André da villa de Esgueyra, e a Villa de Aveyro, que está distante duas legoas, e fica para o sul, e dista dos dittos dous lugares de Villarinho, e Paço hũa legoa para o Poente.*
- 5 — *Não tem esta freguezia termo seu, antes os dous lugares della Murtoza e Monte são termo da Villa de Estarreja, e os outros dous lugares Pardelhas, e Ribeyro são Termo da Villa da Bemposta.*
- 6 — *A Igreja Parochial desta freguezia esta dentro do lugar da Murtoza, que hé hum dos quatro, em que se divide a Freguezia que são Murtoza, Monte, Pardelhas e Ribeyro como já se disse.*
- 7 — *O orago da Igreja, e freguezia hé Santa Maria com o titulo da Natividade. E tem a igreja cinco altares, a saber o mayor de Santa Maria, que hé o Orago della o de Jesus, o do Espirito Santo o de Nossa Senhora do Rosario, e o de São Miguel, e hé só de hũa nave. Tem duas irmandades, hũa a das almas, cujo Patrono hé o Archanjo São Miguel, outra a dos Fieis de Deos cujo Patrono hé o Martyr São Sebastião. Tem cinco confrarias, cujos confrades não estão assentados em livro, mas se reputão confrades dellas todos os parochianos desta freguezia, a saber a do Santissimo Sacramento, a de Jesus e Espirito Santo, a de Santa Maria, Orago da Igreja, e freguezia, a de Nossa Senhora do Rosario, e a de São Pedro. Há mais na ermida de Santo Antonio do lugar do Monte hũa confraria do mesmo Santo com as mesmas circunstancias: e hão na ermida de São Lourenço do lugar de Pardelhas tres confrarias da*

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

mesma forma, a saber hũa do mesmo São Lourenço, outra de S. João Baptista, e outra de São Domingos, e São Luiz.

- 8 — O Parocho hé cura annual da apresentação do Reytor da Igreja Matriz de Sam Tiago de Beduido, da qual esta hé annexa, e filial, e tem de congrua cada anno dez mil reis, que dá o Conde de Sam-Tiago, comendador da dita Matriz e das suas duas annexas e filiaes, que são esta, e a de São Bartholomeu de Veyros, que são comenda da Ordem de Christo, cujos dizimos lhe pertencem: e o pé de Altar desta pertence ao Reytor da Matriz, e pode render cada anno huns annos por outros cem mil reis pouco mais, ou menos.
- 9 — Não tem Beneficiados.
- 10 — Não tem conventos.
- 11 — Não tem hospital.
- 12 — Não tem casa da Misericórdia.
- 13 — Tem esta freguezia tres Ermidas. hũa de Santo Antonio dentro do lugar do Monte, outra de São Lourenço dentro do lugar de Pardelhas, e outra de São Roque dentro do lugar do Ribeyro: a de Santo Antonio, e a de São Lourenço, pertencem aos freguezes: e a de São Roque he de particulares, e della são hoje administradores Antonio Marques, e sua mulher Maria Rodrigues, Francisco Matheus, e sua mulher Teresa Fernandez, Matheus Antão, e sua mulher, Mariana Rodriguez, Raphael Antão e sua mulher Maria João, Domingos João Cascaes, e sua mulher Igenes João, Agostinho João Oyã e sua mulher Maria da Sylva, Pedro Fernandez Rendeyro, e sua mulher Jacintha João, e Manoel Solteyro filho que ficou de Baptista João todos desta freguezia.
- 14 — Não acode a estas Ermidas romagem.
- 15 — Os fruttos da terra, que os moradores desta freguezia recolhem em mayor abundancia são milho grosso.
- 16 — A Villa de Estarreja, de cujo termo são os dous lugares desta freguezia Murtoza e Monte, tem dous juizes ordinarios, e camara: e a Villa da Bemposta, de cujo termo são os outros 2 lugares desta freguezia Pardelhas, e Ribeyro, tem da mesma sorte dous juizes ordinarios, e camara.
- 17 — Não he esta freguezia Couto, Cabeça de Concelho, Honra, nem Behetria.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

- 18 — Não há memoria, de que florescessem nesta freguezia, nem della sahisses alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas.
- 19 — Não tem esta freguezia feyra.
- 20 — Não tem correio e se serve do da vila de Aveyro, que dista desta freguezia duas legoas.
- 21 — Dista esta freguezia da cidade do Porto, capital deste bispado, a que pertence, sette legoas, e da cidade de Lisboa, capital do Reyno, quarenta e cinco legoas.
- 22 — Não tem esta freguezia privilegios, antiguidades ou outras algũas cousas dignas de memoria.
- 23 — Não hão, nesta freguezia, nem perto della fonte ou lagoa algũa celebres, nem de aguas, que tenham algũa especial qualidade.
- 24 — Não hé esta freguezia porto de mar.
- 25 — Não hé terra murada, nem praça de armas: nem nella, nem em seu districto há castello algum, nem torre antiga.
- 26 — Não padecio esta freguezia ruina algũa no terremoto do anno de mil, settecentos cincoenta, e cinco: só cahirão as pyramides da torre da igreja, as quaes se tornarão a pôr em seu lugar.
- 27 — Não há mais nesta freguezia cousa digna de memoria.

Não tem serra — pois está situada em campina.

Quanto ao que se procura saber dos rios desta terra

- 1 — Confronta esta freguezia pela parte do sul com o rio Antoãa, e com o rio Vouga, que se ajuntão, hum com o outro, depois que a Antoãa tem corrido até a dereytura do meyo desta Freguezia, de sorte, que até o ditto sitio confronta somente com o Antoãa, e dahi para diante com o mesmo Antoãa já confuso com o Vouga. Confronta mais esta freguezia pela parte do Poente com um rio largo e fundo, que vem de perto da Villa de Ovar deste bispado, a que se ajunta o Vouga confuso com o Antoãa. O Antoãa hé, o que vem devidindo o Bispado do Porto do de Coimbra, e delle faz mensão o Breve do papa Paschoal Segundo, trasladado no catalogo dos Bispos do Porto part. 2 cap. 1 post principium: e não sey, onde tem o seu nascimento. O Vouga nasce perto do concelho de Gulfar da Provincia da Beyra, como consta da descripção corographica deste Reyno escripta por Antonio de Oliveyra Freyre, pag mihi 4.

2— São estes rios caudalozos e correm todo o anno.

3— No Antoãa, antes de se confundir com o Vouga, entra o rio Ul pela parte do Norte logo abaixo da freguezia de Santa Maria de Ul deste bispado; que fica distante desta freguezia duas legoas, e hé o que passa pello lugar da Pica perto do Mosteyro de São Martinho do Couto de Cncujães de Religiosos da Ordem São Bento deste Bispado e delle faz menção a Benedictina Lusilana tom. 2 cap. 15 in princip. No Vouga, antes de se ajuntar com o Antoãa, entrão pela parte do Norte o rio Teyxeira, não sey em que sitio, e mais abaixo o rio Cayma, junto da Freguezia de Valle-Mayor do Bispado de Coimbra por cima do Convento de Santo Antonio da Villa de Serem, e pela parte do Sul o rio Marnel abayxo da villa de Vouga, e o rio Agada abayxo da Villa de Segadaens, onde tem hũa ponte chamada vulgarmente a ponte de lumiar, que vem correndo da parte do Sul desde junto ao lugar de Vulfiar da Freguezia de Agada do Bispado de Coimbra, onde se compoem de dous rios, hum que vem da parte do meyo dia, e se chama Agadão, e outro, que vem da parte do Nascente, e se chama Alfusqueyro, como consta da Benedictina Lusilana tom. 2 trattad. I parte 4. Cap. 18 §. 9. E neste rio Agada, antes de entrar no Vouga, entra junto da ponte de Requeyxo outro rio, a que não sey o nome, que vem da Villa de Oliveyra do Bayrro, ou passa por junto della. No mesmo Vouga, depois de junto com o Antoãa, se ajunta pela parte do Norte o rio Largo e fundo, que vem da Villa de Ovar, de que ja acima se fez menção, com que esta freguezia confronta pelo Poente. E a este que vem da Villa de Ovar, se ajunta perto da freguezia do Bunheyro, que fica ao Norte desta da Murtoza, outro rio largo e fundo, que vem de junto à Freguezia de Pardilhó, que fica da do Bunheyro para o Nascente. No mesmo Vouga já junto com o rio largo, e fundo, que vem da Villa de Ovar, entra abayxo da Villa de Aveyro outro rio a que não sey o nome, que vem correndo de Sul a Norte desde antes da Villa de Vagos, que dista da de Aveyro cinco legoas e passa por entre a ditta Villa de Vagos e a Villa de Sousa.

4— O Vouga hé navegável desde sua foz até o lugar de Carvoeyro que fica acima da Villa de Vouga, o Antoãa desde sua foz até a Villa de Estarreja, o Agada desde sua foz até o lugar de Agada onde se compoem dos dous rios Agadão e Alfusqueyro o rio que vem da Villa de Oliveyra do Bayrro metterse no Agada, desde sua foz ate a ditta Villa de Oliveyra do Bayrro, o rio largo e fundo que vem da Villa de Ovar, desde a barra da Villa de Aveyro, onde desenvocca no mar junto e confuso, com o Vouga, até a ditta Villa de Ovar, outro rio largo, e fundo que vem de junto à Freguezia de Pardilhó, e se ajunta

com o que vem da Villa de Ovar, desde a ditta barra de Aveyro até a ditta freguezia de Pardilhó, e o Rio, que vem da Villa de Vagos, desde sua foz até o lugar de São Romão alem da dita Villa de Vagos: e são de barcos as navegaçoens, que por elles se fazem, e podem fazer: porem agora depois que se abriu a barra nova da Villa de Aveyro, por onde se melle no mar o Vouga junlo com os mais rios, de que tenho feyto menção, podem navegar navios carregados até perto da Villa de Aveyro, entrando pella ditta barra dentro, e desde ahi pelo ditto rio largo, e fundo até esta freguezia e ainda ate perto da ditta Villa de Ovar, pois desde a ditta barra até perto da Villa de Ovar hé o rio largo e muyto fundo, e por isso capaz de embarcaçoens de navios.

- 5 — São estes rios de curso ordinário, mas nas occasioens de enchentes são de curso arrebatado.
- 6 — O Antoãa corre de Nascente a Poente, o Ul, que nelle se mette, nem bem do norte nem bem do Nascente até se metter nelle, o Vouga no principio corre de Nascente a Poente, so depois desde que nelle se mette o Agada, de Sul a Norte até se ajuntar ao Antoãa, e depois de junto com o rio fundo que vem da Villa de Ovar, vay correndo de Norte ao Sul, e ao depois se mette no mar pela barra nova de Aveyro direyto ao Poente com os mais rios, que com elle se ajuntão. Declara-se, que o Vouga antes de se ajuntar ao Antoãa, se divide em mais partes, e rios por entre marinhas, os quaes, depois se dividem, correm de Nascente a Poente por entre as tais marinhas, até se ajuntarem ao ditto rio fundo, que vem da Villa de Ovar. O Teyxeyra, e o Cayma correm de Norte a Sul, o Marnel de Nascente a Poente, o Agada até a ponte de Requeyxo, onde se ajunta, com o que vem da Villa de Oliveyra do Bayrro, de Nascente a Poente, e desde ahi até se metter no Vouga de Sul a Norte, o rio, que vem de Oliveyra, do Sul ao Norte até se metter no Vouga junto da ditta ponte de Requeyxo, o rio largo, e fundo que vem da villa de Ovar, de Norte a Sul, o outro que vem de junto da Freguezia de Pardilhó, e se mette nelle, da mesma sorte de Norte a Sul, e o rio, que passa por entre as Villas de Vagos, e Souça, de Sul a Norte.
- 7 — O Vouga, depois que ajunta com o Antoãa, e com os mais rios abaixo delle, até a barra de Aveyro cria peixes, e em mayor abundancia enguias, solhas, linguados, tainhas e mугens.
- 8 — Hão nelle pescarias todo o anno, e se pescão nelle os peixes que cria, e outros que passão do mar para elle pella barra de Aveyro, como são algũas vezes robalos, e corvinas, e nos meses de Março, e Abril, e parte de Mayo lampreas, e saveis.

Tambem nos ditlos rios, que vem da Villa de Ovar, e da Freguezia de Pardilho, ate chegarem ao Vouga, se crião, e pescão todo o anno semelhantes peyxes, como se crião no Vouga.

- 9 — *As pescarias, de que acima se fez menção, são livres.*
- 10 — *As margens do Antoãa, principalmente desde a Villa de Estarreja para bayxo se cultivão, e tem arvores sylvestres em partes desde que nelle entra o Ul, até a Villa de Estarreja, e dahi para bayxo não tem arvores algũas, nem sylvestres, nem frutíferas. As margens do Vouga em partes cultivãose, em partes tem arvores sylvestres, e em partes não, e legoa, e meya antes de se ajuntar ao Antoãa, não tem arvores algũas, nem tambem dahi à barra. O Rio que vem da Villa de Ovar, desde lá até a barra pela parte do Poente tem margens, que se não cultivão. nem tem arvores algũas, porque são hũa península de area movediça, que fica entre o mar Oceano, e o Rio: e o rio, que vem da Freguezia de Pardilhó, e se ajunta, com o que vem de Ovar, tem, até se ajuntar com o Vouga, pela parte do Nascente margens que se cultivão, e dão milho grosso, e cevada, e não tem arvoredos alguns.*
- 11 — *Não tem virtude algũa particular as aguas destes rios.*
- 12 — *O Antoãa, antes de se ajuntar com o Ul, se chama tambem Avellão e dahi para bayxo até se metter no Vouga, se chama tambem Minhoteyra, ou rio da Minhoteyra. Os mais rios que se mettem no Vouga, conservarão os seus nomes, até entrarem nelle: e o Vouga conserva o seu desde o seu nascimento até o mar. E não tenho noticia, que estes rios em outro tempo tivessem outros nomes.*
- 13 — *O Vouga, junto com os mais rios, de que tenho feyto menção que nelle se mettem, morre e fenece no mar Oceano, entrando nelle pela barra de Aveyro perto, e abayxo da mesma villa: os mais rios fenecem, e acabão no Vouga nos sitios, que tenho declarado, em que nelle entrão.*
- 14 — *Os rios, que tenho declarado ser navegaveis nas partes em que o são, não tem cachoeyras, represas, levadas, nem açudes, que lhes embaraçem o ser navegaveis.*
- 15 — *O Antoãa tem na estrada, que vem de Lisboa para o Porto, junto ao lugar de Antoãa da Freguezia de São Martinho de Salreu hũa ponte de cantaria, que atravessa o rio desde o ditto lugar de Antoãa até a Freguezia de San-Tiago de Beduido, a qual já esta dissipada, e com muitas ruinas, e mais abayxo*

tem outra de pão do ditto lugar de Antoã para a Villa de Estarreja. O Vouga tem uma ponte de cantaria na Vila de Vouga. O Cayma tem outra ponte de cantaria na Freguezia de Santa Marinha de Palmás entre o lugar de Palmás, e o lugar de Nespereyra da mesma Freguezia. O Marnel tem outra ponte de cantaria na parte, onde se mette no Vouga. O Agada tem outra de cantaria no lugar de Agada. O Rio, que vem da Villa de Oliveyra do Bayrro junto a freguezia de Requeyxo na parte, onde se mette no Agada, tem outra ponte de Cantaria.

- 16 — O Cayma tem moinhos, e hum pisão: os mais rios que não são navegaveis (mas não sei se todos, se somente alguns delles) tem moinhos. Enganey-me em dizer, que o Cayma tinha pisão.
- 17 — Não tenho noticia que em algum tempo, nem no presente se tirasse ouro das areas destes rios.
- 18 — Os povos usão livremente das aguas destes rios para a cultura dos Campos, mas porem não sey com certeza, se em algũas partes se paga pensão pelo uso dellas.
- 19 — Não sey, quantas legoas tem estes rios desde o seu nascimento, até onde acabão: porem o Vouga desde esta freguezia até à sua barra nova que se abriu, tem 3 legoas, e o rio, que vem da vila de Ovar, desde lá até a ditta barra, onde se mette no mar junto com o Vouga, tem cinco ou seis legoas. O Antoã, desde que se junta com o Ul, até se metter no Vouga, passa por junto da Freguezia de São João de Loureyro, e da de San-Tiago de Beduído e da Villa de Estarreja, e da Freguezia de São Bartholomeu de Veyros, e desta da Murtoza, em cuja direytura, se mette no Vouga, que lhe ficão pela parte do Norte, e por junto do lugar de Antoã da Freguezia de São Martinho de Salreu, que lhe fica pela parte do Sul. O Vouga desde a Villa de Vouga, que lhe fica pela parte do Sul, até a barra de Aveyro, por onde se mette no mar, passa por junto do lugar de Pedações da Villa da Trofa, da Villa de Segadães, do lugar do Lumiar, da Freguezia de Eyrol, da Freguezia, e Villa de Eyxo, do lugar de Taboeyra, da freguezia de São Julião de Cacia, do lugar de Villarinho, do lugar da Povia, do lugar do Paço, do lugar de Allumieyra, da Villa de Esgueyra, e da Villa de Aveyro, e da Villa de Ilhavo, que lhe ficão da parte do Sul, e pela do Poente, excepto a Villa de Ilhavo, que ao entrar na barra lhe fica pello Nascente, e passa tambem por junto da freguezia de Alcorovim, da Villa do Pynheiro, da Freguezia de São João de Loure, da Freguezia de Frossos, e da Villa de Angeja, que lhe ficão pella parte do nascente,

e por junto desta freguezia da Murtoza, que lhe fica pella parte do Norte. O Agada desde o lugar de Agada, que lhe fica pelo Norte, até se metter no Vouga, passa por junto do lugar de Casal de Alvaro, do lugar de Cabanoens, e do lugar do Lumiar, que lhe ficão pelas partes do Norte, e Nascente, e por junto do lugar do Sardão, da villa de Recardaens, da Freguezia de Espinhel, e da Villa de Ois da Ribeyra, que lhe ficão pela parte do Sul, e por junto da Freguezia de Requeyxo, que lhe fica pela parte do poente. O Rio, que vem da Villa de Oliveyra do Bayrro, desde ella, que lhe fica pela parte do Poente, passa por junto do lugar de Perrães, da Freguezia de Fermen-telos, e da Freguezia de Requeyxo, que lhe ficão, pela parte do Poente, e por junto da Freguezia de Barró, do lugar de Paradella, e da Villa de Ois da Ribeyra, que lhe ficão pela parte do nascente. O rio, que vem de junto da Freguezia de Pardi-lhó que lhe fica da parte do nascente, se ajunta com o que vem da Villa de Ovar, junto da freguezia do Bunheyro, que lhes fica pelo Nascente, e já juntos e unidos passam por junto desta freguezia da Murtoza, que lhes fica pelo Nascente, e ahi se confundem com o Vouga.

20 — Não sey cousa alguma mais, que seja notavel, que não vá neste papel.

Tenho respondido aos interrogatorios, de que no principio faço menção, com a clareza, e distincão, com que pude, dizendo, o que sey, tanto por mim, como por informações, que tomei: e se não respondi a algúas circumstancias delles, foy, por as não saber, nem ter, quem dellas me informasse. O que tenho ditto, o disse, entendendo ser verdade: e se me enganey em algũa cousa, não foy por querer errar, mas por mais não entender nessa materia. E por verdade me assigno. Nesta freguezia de Santa Maria da Murtoza aos vinte, e hum dias do mes de Abril de mil, settecentos, cincoenta, e oytto annos.

O cura Manoel da Sylva Valente

*

NOTAS

O que de mais notável contém esta memória é a descrição dos rios da Região, a propósito do Vouga, sendo a mais completa de todas as contemporâneas nas respostas à terceira parte do questionário que lhes serviu de base.

É uma das poucas que assinalam correctamente, embora só desde a confluência do Ul, o rio Antuã, a respeito do qual corriam, e têm corrido ainda no nosso tempo, tantas inexactidões, que estudos publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro* vieram esclarecer por forma definitiva (Abade JOÃO DOMINGUES AREDE, «Identificação do rio Antuã e do seu afluente rio Ul», vol. x, pág. 269; Ten. F. FERREIRA DA SILVA, «Qual dos dois rios banha Cucujães, o rio Antuã ou o rio Ul?», vol. XIV, págs. 81).

Como informam esses dois valiosos trabalhos de investigação, o Antuã tem a sua origem em dois braços, ambos nascidos na freguesia de Escariz, Arouca, um vindo das Alagoas e o outro das proximidades da Venda da Serra, juntando-se em Carregosa de Baixo e correndo a seguir pela Ínsua, Pedra Má, Pindelo, Covo, Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis e Ul, onde, na proximidade da Minhoteira, recebe, na margem direita, o rio Ul, seu afluente, descendo depois até Estarreja e, a cerca de 6 quilómetros, à sua foz, na Ria.

Ao que se alcança desta e das memórias contemporâneas das freguesias por ele atravessadas, o rio Antuã, antes de entrar em terras de Estarreja, era conhecido por diversos nomes, como ainda hoje acontece, e o mesmo com outros rios, inclusivamente o Ul: rio Ínsua, rio da Pedra Má, rio de S. João, rio de Travanca, rio do Covo; e o pároco da Bemposta informava que o rio tinha «o nome do sítio por onde se passa, como é o Campo do Rio, os Moinhos de Moura, a Minhoteira, o Ferraz».

E isto apesar de o rio, com o seu nome próprio, ter a importância histórica de, a partir de um breve do Papa Pascoal II de 1115, confirmado pelo do Papa Calisto II de 1120, ficar a servir de linha de demarcação entre as dioceses do Porto e de Coimbra.

— Já sabemos qual é a «barra nova da Vila de Aveiro» a que se referê o cura da Murtoza e cuja abertura foi celebrada como um benfazejo acontecimento pelos povos da Região, que constantemente levavam aos poderes públicos os seus clamores contra o assoreamento e fecho da barra, perto de Mira, originando a inundação e consequente improdutividade dos campos, antes fertilíssimos, e, pela estagnação das águas e formação de pântanos, o aparecimento de febres malignas, que dizimavam as populações — dois males que estavam causando a ruína das prósperas vilas de Aveiro e Esgueira e seus termos.

O acontecimento é mencionado em quase todas as memórias paroquiais contemporâneas da que hoje publicamos, sendo tratado pelos párocos de Pessegueiro e do Bunheiro, por exemplo, de «milagre», e a barra, pelo de Canelas, como «a mais proveitosa para todos estes países» e pelo de Esgueira de «admirável».

É de anotar que, por coincidência, do capitão-mor de Ílhavo João de Sousa Ribeiro da Silveira, que levou a cabo a abertura

da «barra nova» de 1757, e de seu filho, vêm neste volume do «Arquivo» (págs. 219-220) as referências biográficas que serviram para as suas habilitações como familiares do Santo Officio.

— Note-se a falta de referências, nesta *informação*, à ria, ou rio, de Aveiro, mais geralmente tratada pelos párocos desse tempo pelo segundo termo, sendo raro o primeiro.

Para o cura da Murtosa, que erigia o Vouga em centro do seu sistema hidrográfico, não havia *ria de Aveiro*, nem, portanto, os chamados «esteiros». Existiam, sim, vários rios, que assim chamava aos canais principais da Ria: os «rios largos e fundos que vêm de perto da vila de Ovar e de junto à freguesia de Pardilhó», o «outro rio que vem desde antes da vila de Vagos» e «as mais partes e rios, por entre marinhas», em que o Vouga se *dividia*. E todos dá, como os outros rios, por confluentes e «confusos» com o Vouga a meterem-se no mar pela barra.

— Outra curiosidade desta memória revela-se em dar o Vouga e o Antuã, este por si e depois «confuso» com aquele, como limite sul das freguesias da Murtosa e de Veiros.

Quanto à Murtosa, há-de ter-se em atenção o facto de o Vouga, nessa época, ter outro curso final, mais ao Norte, desaguardo na cale do Chegado. O desvio desse curso para Sul veio a efectuar-se apenas de 1813 a 1815, ocupando o rio o novo álveo no dia 22 de Dezembro daquele último ano e denominando-se, em homenagem ao então Príncipe Regente, futuro rei D. JOÃO VI, *Rio Novo do Príncipe*, bem conhecido desde que se destina a *pista de remo*. Quem hoje for desde a ponte de Cacia, pela margem direita do rio, até ao fim do paredão ali existente (o que, com certa dose de despreocupaçãõ, se pode atingir de automóvel), consegue dali avistar os dois cursos: o *rio velho* e o *rio novo*.

Para dar os rios como banhando as duas freguesias, foi necessário ao pároco da Murtosa considerar os esteiros do concelho de Estarreja, possivelmente, como afluentes do Antuã, e o canal ou cale do Chegado como fazendo parte dos cursos de ambos, o que, de resto, está de accordo com a linha geral de orientação revelada quanto aos outros canais da Ria...

— O pároco não se refere à Torreira, por a «península de areia movediça» em que se situava pertencer então à freguesia de Ovar, como anotámos já na respectiva memória publicada neste volume, a págs. 204.

Por um decreto de 1 de Dezembro de 1835 a Torreira foi anexada ao concelho de Estarreja, sendo certo que o decreto de 24 de Outubro de 1855, subscrito por Rodrigo da Fonseca Magalhães e Frederico Guilherme da Silva Pereira, Ministros e Secre-

tários de Estado respectivamente dos Negócios do Reino e Eclesiásticos e da Justiça, tem anexo um «mapa da nova divsão judicial e administrativa» onde assim se consignam as freguesias deste «julgado e concelho»: «as mesmas que tinha e a Costa da Torreira, compreendendo a parte do areal pertencente à freguesia de Ovar que ficar entre as duas linhas tiradas do nascente para o poente pelas extremidades, sobre a Ria, do norte para o sul deste julgado, e ficando esta parte da costa e areal unida à freguesia da Murtoza para todos os efeitos administrativos e judiciais».

A esta fórmula de anexação, corresponde a que se consigna em relação a Ovar: «as mesmas que tinha, mas sem a parte da costa e areais pertencentes à freguesia de Ovar que, para os efeitos administrativos e judiciais, ficam pertencendo aos julgados de Estarreja, Aveiro e Ílhavo, como vai declarado na parte respectiva a cada um deles».

Quando da desanexação, a gente de Ovar subtraiu da capela, que é posterior a 1716, a imagem da Senhora do Bom Sucesso, a qual se acha na Misericórdia do vizinho concelho. E porque não foi recuperada ou substituída, mudada foi a invocação e o respectivo culto principal para a de S. Paio — circunstância que não deixámos devidamente esclarecida nas notas à memória daquela freguesia.

É tradição em Ovar que a imagem de S. Paio da Torreira era a mesma que também se venerava, em tempos remotos, na capela de Santa Catarina, na Ribeira daquela vila.

— A estrada a que alude a memória na resposta ao n.º 15 (na parte *dos Rios*), era a de Aveiro ao Porto, referida no conhecido «Roteiro Terrestre de Portugal», do Padre JOÃO BAPTISTA DE CASTRO (edições de 1748 e 1844), que dava o percurso entre as duas cidades (nestas circunvizinhanças) — para quem não queria ir «embarcado» (de Aveiro a Ovar, pela Ria, 5 léguas) — por Angeja, Salreu, Centeais e Avanca, «distantes entre si uma légua».

Não atravessava a vila de Estarreja: em Salreu, com uns desvios em relação à actual estrada nacional n.º 109, seguia pelos lugares do Couto e de Antuã, atravessava o rio na chamada «ponte velha», subia ao Cruzeiro de S. Tiago pela congosta ainda existente e daí, por Areosa, Santo Amaro e Beduído, seguia à esquerda pela actual estrada camarária que vai ligar com aquela n.º 109, ao Km. 42,7.

A ligação mais curta entre Salreu e a Vila, fazia-se pela «ponte de pau» a que alude o pároco, que se lançava entre aquela «ponte velha» e o sítio da actual, a juzante. Achando-se (essa ou outra que a substituiu) em grande ruína, em 1845, foi nesse ano iniciada a construção, pela Câmara, no sítio do *Porto do Oiteiro* e pela qual

«passassem carros e cavalgadas» (já que a outra «só servia para pessoas de pé»), de uma «ponte nova», que apenas se veio a concluir em 1849, e mais tarde ainda o caminho de ligação com Salreu, pelo «pinhal do Rato».

É possível, portanto, que não fosse de pedra a que diz o Eng.^o Almeida Graça («Arquivo», vol. XXIII, pág. 97) ter sido destruída pela grande cheia do rio de 12 de Janeiro de 1865 e em substituição da qual se levantou a actual, em 1867-1868.

Desenvolveremos os assuntos versados nestas notas em estudo que temos em preparação.

Estarreja

EDUARDO COSTA

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 240)

J

- 269 **Joaquim Rodrigues Coelho** — estudante; natural da freg. de S.^{ta} Justa de Lisboa, e aí morador ao Pocinho de entre as Hortas; filho de José Rodrigues Coelho, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, e de Maria da Encarnação, natural da freg. de S. Pedro de Dois Portos, Torres Vedras; neto paterno de Francisco Rodrigues, natural de Cadafais, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção, Alenquer, e de Isabel Coelho, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Colares, e materno de *João Rodrigues, natural da freg. de S. Pedro de Nariç, Aveiro*, e de Francisca Correia, natural de Caxarias, freg. de Dois Portos; sobrinho paterno do P.^o Francisco Rodrigues, habilitado pelo Juízo Eclesiástico do Patriarcado, e primo paterno de Luísa Maria, casada com Matias dos Santos, ourives do ouro, Familiar do S.^{to} Ofício.
Carta de Familiar de 21 de Novembro de 1753.

Joaquim — m. 5, n.º 63

- 270 **Joaquim Rodrigues dos Santos** — mercador na rua Nova dos Ferros em Lisboa; natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau; filho de João Rodrigues, alfaiate, e de Joana da Luz, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Sebastião da Pedreira e de N.^a Sr.^a da Conceição da Rua Nova, e moradores na rua das Arcas; neto paterno de Sebastião Rodrigues, fazendeiro, natural de S. Sebastião da

Pedreira, e de Brízida da Silva, natural da freg. de S. Bartolomeu da Charneca, e materno de *Manuel dos Santos*, espadeiro, e mais tarde contratador dos azeites, *natural da freg. de S. Gonçalo, então já de N.^a Sr.^a da Apresentação da vila de Aveiro*, filho de *José Nunes* e de *Luisa dos Santos, moradores em Aveiro*, e de Ana Gonçalves, natural da Gralheira, freg. de S. Salvador de Telões, filha de Bento Teixeira e de Senhorinha Gonçalves, moradores na Gralheira, e irmã de Miguel Teixeira, confeitiro ao Poço Novo, Familiar do S.^{to} Officio, moradores em Lisboa na Gibitaria; ajustado para casar, em 1749, com Leonarda Teresa, natural da freg. de N.^a Sr.^a do Socorro de Lisboa, filha de António João, mestre ferreiro, natural de Duas Igrejas, freg. de S.^{to} André de Ferreira de Aves, e de Francisca Maria, natural da freg. de S. João Baptista do Lumiar, moradores na rua dos Canos, neta paterna de Brás João e de Maria Francisca, naturais e moradores em Duas Igrejas, e materna de Francisco de Barros, mestre ferreiro, natural da freg. de S. Vicente de Vila Franca de Xira, e de Bernarda da Costa, natural de Lisboa, freg. do Socorro, moradores na rua dos Canos, prima materna de Inácio Pereira da Silva, pintor no fim da rua dos Canos, filho de António Pereira da Silva e de Maria Madalena, irmã de sua mãe, Familiar do S.^{to} Officio.

Carta de Familiar de 18 de Fevereiro de 1750.

Joaquim — m. 4, n.º 42

- 271 **Joaquim Rodrigues de Sousa** — homem de negócio; natural da freg. de S. Salvador de Matozinhos, morador no Couto de S. João da Foz; filho de António Rodrigues de Sousa e de Josefa Lourença de Sousa, naturais e moradores em Matozinhos; neto paterno de Francisco de Sousa Campos, natural de Gondevai, freg. de S.^{ta} Maria de Leça do Balio, e de Mariana de Sousa, natural de Matozinhos, e aí moradores, e materno de *Manuel Fernandes da Cruz, natural da freg. de S. Salvador de Fornos, Feira*, e de Águeda de Sousa da Trindade, natural de Matozinhos, moradores na vila de Maragogipe, Baía; casado com Ana Teresa Marques, natural de Couto de S. João da Foz, filha do capitão de navios e homem de negócio José de Abreu Marques, Familiar do S.^{to} Officio, e de Mariana Teresa, naturais e moradores em S. João da Foz, neta paterna de João de Abreu, filho de Gonçalo de Abreu e de Antónia Fernandes, e de Domingas da Costa Marques, filha de Manuel da Costa Maia e de Maria Marques, todos igualmente naturais e moradores em

S. João da Foz, e materna de Manuel Francisco Lordelo, filho de António Francisco, natural de S. Martinho de Lordelo, e de Mécia do Souto, natural de S. João da Foz, e de Tomásia de Sousa, filha de Tomás Lopes de Sousa, natural de Viana, freg. de N.^a Sr.^a do Monserrate, e de Mécia da Trindade, naturais de S. João da Foz, donde também eram naturais os avós maternos.

Carta de Familiar de 9 de Janeiro de 1767.

Joaquim — m. II, n.º 141

- 272 P.^e Frei **Joaquim de S. Bernardo** — religioso carmelita descalço do Convento de N.^a Sr.^a dos Remédios de Lisboa; no século *Joaquim Bernardo de Brito*, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, natural de Óbidos, freg. de S.^{ta} Maria, onde residira antes de professar; filho de António Pegado de Resende, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e capitão-mor da vila de Óbidos, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Pernes, e de Úrsula Gerarda de Videira e Brito, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Óbidos, e aí moradores; neto paterno de João Pegado Nogueira, natural de Pernes, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Maria Zuzarte Pegada, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Alcanede, e materno de *Luis de Brito Leitão*, natural da freg. de S. Miguel de Aveiro, filho de *João de Brito Leitão*, Ouvidor do Duque de Aveiro, e de *D. Margarida Maria*, residentes no seu Morgado de Mata Quatro, e de D. Maria Madalena de Vidal Leitão, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Óbidos, e aí moradores.

Provisão de Qualificador de 16 de Dezembro de 1771.

Joaquim — m. II, n.º 134

- 273 **Joaquim da Silva Franco** — homem de negócio; natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Avanca, Estarreja, e morador em Lisboa nos Remolares, freg. de S. Paulo; filho de Manuel da Silva e de Sabina Vaz da Silva, moradores em Telhado, freg. de Avanca; neto paterno de Diogo Gil, natural de Arcão, Avanca, e de Marta da Silva, natural da freg. de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja, moradores em casa de seu tio o P.^e André da Silva em Levegada dos Sedouros, freg. de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa, e materno de Manuel Vaz, natural de Telhado, e de Catarina da Silva, natural de Veiros; irmão de Manuel da Silva Franco, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com D. Inês Teresa Teles, natural

de Lisboa, freg. de S. Paulo, filha do capitão Valentim Rodrigues Teles, natural da freg. de Vale de Passos, Vilela, e de D. Teresa Ferreira dos Santos, natural do Porto, freg. da Sé, e moradores em Lisboa, neta paterna de João Rodrigues e de Maria Pires, naturais e moradores em Vale de Passos, e materna de Francisco da Rocha Ferreira, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Dedães, Felgueiras, e de Petronila da Rocha, natural de Braga, moradores no Porto, irmã de D. Ana Teresa Teles, casada com *Agostinho Marques da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Cortegaça, Ovar*, Familiar do S.^o Offício.

Carta de Familiar de 12 de Agosto de 1766.

Joaquim — m. 11, n.º 138

- 274 P.^o **Joaquim da Silva Tavares** — natural do Porto, freg. da Sé; filho de *João Tavares Correia, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Chave, Arouca*, e de Teresa da Silva, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, moradores no Porto; neto paterno de *Manuel Tavares* e de *Catarina Tavares, moradores em Chave*, e materno de *Marcos Tavares, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra*, e de Ana da Silva, natural do Porto, e aí moradores; sobrinho materno de Tomás da Silva Tavares, Familiar do S.^o Offício, e primo materno do P.^o Manuel Coelho Tavares, abade da freg. de S. Miguel de Entre-os-Rios, Comissário do S.^o Offício.

Provisão de Notário de 3 de Setembro de 1770.

Joaquim — m. 14, n.º 165

- 275 **Joaquim Tavares de Basto** — negociante na vila de Alagoas, Bispado de Pernambuco; *natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*; filho de *Manuel de Basto* e de *Mariana Tavares, naturais e moradores em Castelões*, neto paterno de *Francisco de Basto, natural de Castelões*, e de *Catarina João, natural da freg. de S. Miguel da Junqueira, Vale de Cambra, moradores em Castelões*, e materno de *João Martins* e de *Catarina Tavares*, igualmente *moradores em Castelões, donde eram naturais*; irmão germano de *João de Basto, natural de Castelões*, Familiar do S.^o Offício; casado com D. Ana Felícia, natural da vila das Alagoas, filha do capitão Manuel Caetano, natural da cidade de Miranda, e de D. Ana Joaquina, exposta, neta paterna

de Caetano Fernandes, natural de Miranda, e de Felícia Luís de Morais, natural de Penas Roias, Mogadouro, moradores em Miranda.

Carta de Familiar de 15 de Junho de 1818.

Joaquim — m. 21, n.º 262

- 276 **Joaquim Tavares da Silva** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones; *natural de Prezas, freg. de S. João Baptista de Silva Escura, Sever do Vouga*; filho de *Manuel Tavares da Silva, natural da freg. de S. Miguel de Travassô, Águeda*, e de *Maria Tavares da Silva, natural de Prezas, e aí moradores*; neto paterno do capitão *João Tavares da Silva, natural de Vale do Neto, Silva Escura*, e de *Maria de Castro, natural de Travassô, e aí moradores*, e materno do capitão *João Tavares da Silva, natural de Prezas*, e de *Mariana da Fonseca, natural de Sequeiros, Silva Escura, e moradores em Prezas*. Teve uma filha natural, *Antónia, natural da freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro, de Catarina, mulher solteira, natural de Linheiro, freg. de S. João Baptista de Rocas, Sever do Vouga, moradora na freg. de S.^{ta} Marinha de Alque-rubim, Albergaria-a-Velha*, filha de *João André, o «Tangarino», natural de Linheiro*, e de *Maria André, natural da Poça, Rocas*.

Carta de Familiar de 12 de Janeiro de 1740.

Joaquim — m. 2, n.º 23

- 277 **Joaquim de Távora Sotomaior** — clérigo ordenado com benefício formado nos Sagrados Cânones; natural e morador em Coimbra; filho de Nuno de Haro Leitão de Távora, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Eugénia Leitão, naturais de Coimbra; neto paterno de António de Távora Sotomaior, natural de Tentúgal, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Teresa Maria de Oliveira, natural de Coimbra, e aí moradores, e materno de *João dos Santos de Carvalho, natural de Aveiro*, Familiar do S.^{to} Ofício, filho de *Manuel dos Santos* e de *Ana dos Santos, naturais da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro*, neto paterno de *André Manuel* e de *Isabel André, naturais da freg. de S. Miguel da mesma vila*, e materno de *António Dias* e de *Ângela Quaresma, naturais da mesma freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação*, e de *Francisca da Cruz Leitão*, também *natural de Aveiro*, filha de *António Leitão*, mercador, Familiar do S.^{to} Ofício,

e de *Maria da Cruz*, naturais de Aveiro, neta paterna de *João Leitão* e de *Maria Leitão*, e materna de *Miguel da Cruz*, naturais da citada freg. de S. Miguel, e de *Ana Fernandes*, natural de Sá, freg. de S.^{to} André de Esqueira. Aveiro, bisneta paterna de *Francisco Leitão* e de *Isabel Fernandes*, e de *Manuel Fernandes* e de *Maria João*, e materna de *Pedro Gonçalves* e de *Sebastiana Francisca*, todos naturais da freg. de S. Miguel de Aveiro, e de *Miguel Duarte*, natural de Sá, e de *Catarina Francisca*, natural de S. Pedro do Sul.

Provisão de Notário de 7 de Agosto de 1756.

Joaquim — m. 6, n.º 75

- 278 **Joaquim Teixeira de Aguiar** — homem de negócio; natural de Lisboa, e aí morador na rua da Confeitaria, freg. de S.^{ta} Maria Madalena; filho de João Teixeira de Aguiar, mestre confeitoiro, Familiar do S.^{to} Offício, natural de Freiria, freg. de S. Salvador de Vila Pouca de Aguiar, e de Teresa Maria, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, e aí moradores na de S.^{ta} Maria Madalena; neto paterno de Cristóvão da Silva, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Guimarães, filho de António da Silva, e de Joana Maria, também de Guimarães, e de Maria Teixeira, natural de Freiria, filha de Filipe Teixeira e de Ana Vaz, de Vila Pouca de Aguiar, e materno de Manuel Rodrigues, mestre esteireiro, natural de Pragal, freg. de S.^{ta} Maria do Castelo de Almada, filho de *Domingos Rodrigues*, da freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca, e de Catarina Monteiro, de Vale de Mourellos, freg. da Cova da Piedade, Almada, e de Margarida dos Santos, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de *Domingos Rodrigues*, de Cabeçais, freg. de S.^{ta} Maria de Fervedo, Arouca, e de Madalena Ferreira, natural da freg. de Santiago de Almada; ajustado para casar, em 1753, com Ana Margarida do Pilar, natural de Lisboa, freg. de S. Tomé, filha de António Nogueira de Aguiar, confeitoiro, Familiar do S.^{to} Offício, natural da Gralheira, freg. de S. Salvador de Telões, Vila Pouca de Aguiar, e de Teresa de Jesus, natural de Lisboa, e aí moradores, neta paterna de Domingos Nogueira, natural da Gralheira, e de Isabel Gonçalves, de Faiões, freg. de S.^{to} Estêvão, termo de Chaves, e de Isabel Dias, natural de Zimão, Telões, filha de António Dias, de Zimão, e de Maria Martins, de Parada do Corgo, freg. de Soutelo de Aguiar, Vila Pouca, e materna de Miguel Teixeira de Aguiar, confeitoiro, Familiar do S.^{to} Offício, natural da Gralheira,

filho de Bento Teixeira e de Senhorinha Gonçalves, da Gralheira, neto paterno de Domingos Alves e de Isabel Taveira, de Freixeda, freg. de S. João de Capeludos, e materno de Pedro Afonso, de Santiago de Soutelo, e de Senhorinha Gonçalves, de S. Salvador de Telões, e de Serafina de Barros, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Cascais, filha de José Vicente Homem, marítimo, e de Maria do Rego, ambos de Cascais, respectivamente das fregs. da Assunção e da Ressurreição, neta paterna de Domingos Vicente, da freg. de S. Lourenço de Carnide e de Antónia Gaspar, de Cascais, freg. da Assunção, e materna de José do Rego e de Catarina de Barros, da mesma freg. de Cascais; ajustado de novo, para casar, em 1757, com D. Vitorina Angélica Felizarda da Paz, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de José Gomes da Paz, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e escrivão da descarga da Alfândega de Lisboa, e de Dionísia Josefa Maria, naturais da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da Rua Nova, e moradores na sua quinta às Fontainhas, freg. de S. Quintino, neta paterna de Manuel Gomes Correia, natural de Dagorda, termo do Cadaval, e de Maria Gomes da Paz, natural da freg. de S. Sebastião de Puzel, termo do Cadaval, e materno de Domingos Gomes, algi-bebe, e de Joana Maria, moradores em Lisboa, sobrinha materna de Euzébia Maria da Conceição, casada com Caetano Alberto Velasco, Familiar do S.º Offício.

Carta de Familiar de 23 de Setembro de 1748.

Joaquim — m. 4, n.º 43

- 279 Lic.º **Jorge Álvares Pereira** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e advogado nas auditorias da cidade de Coimbra; natural de Gordaria, freg. de S.ª Catarina da Serra, Leiria, e morador em Coimbra, freg. de S. João de Almedina, filho de Domingos Álvares e de Maria Dias, naturais e moradores em Gordaria; neto paterno de Pedro Álvares e de Simoa Gaspar, e materno de António Dias e de Catarina João, todos igualmente naturais e moradores em Gordaria; casado com Úrsula Maria, natural de Coimbra, freg. de Almedina, filha de *Pedro Gonçalves, natural de Casal Meão, freg. de Sant'Iago de Lourosa, Feira*, e de Maria Luís, natural da Rebordosa, freg. de Lorvão, moradores em Coimbra, neta paterna de *Domingos Gonçalves, natural de Moura, freg. de S.ª Maria de Lamas, Feira*, e de *Catarina Fernandes, natural de Vendas de Grijó, freg. do Salvador de Grijó, e moradores em Casal Meão*,

e materna de Manuel Luís, natural de Balteiro, freg. de S.^{ta} Maria de Poiares, Penacova, e de Maria Luís, natural da Rebordosa, e aí moradores.

Carta de Familiar de 23 Abril de 1706.

Jorge — m. 3, n.º 56

- 280 **Jorge Botelho de Eça** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo, *juiz dos Direitos Reais e escrivão da Câmara e Almotacerias da nobre e notável vila de Aveiro*; natural de Manteigas (1), e *morador em Aveiro*; filho de *João d'Eça Teles*, natural da Covilhã, e de *Aurélia Botelha de Proença*, natural de Manteigas, *moradores em Aveiro*; neto paterno de Miguel da Costa d'Eça, natural da Covilhã, e de Antónia Tavares Castelo Branco, natural de Teixoso, moradores na Covilhã, e materno de Jorge Francisco Peralta e de Maria Botelha Ribeira, naturais e moradores em Manteigas; casado com *D. Joana de Almeida*, natural de Vila de Vagos, freg. de Sant'Iago, filha de *Tomás da Cunha da Fonseca*, natural de Vagos, e de *D. Maria de Almeida*, natural de Pedricosa, freg. de S. Miguel de Soça, Vagos, moradores nessa vila, neta paterna de *Diogo de Pinho Teixeira*, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão, e de *Isabel da Fonseca da Cunha*, natural de Vagos, e aí moradores, e materna de *António da Fonseca Guimarães*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, também natural de Vagos, e de *D. Joana de Almeida*, natural de Viseu, moradores em Pedricosa; enviuvando, ajustado para casar, em 1689, com *D. Josefa de Castelo Branco*, natural da vila de Sortelha, freg. de N.º Sr.º das Neves, filha de *António Ferreira Falcão*, natural de Folgosa do Salvador, freg. do Salvador da vila de Seia, e de *D. Maria da Costa Castelo Branco*, natural da Sortelha, e aí moradores, neta paterna de *André Ferrão* e de *Maria Ferreira*, naturais da Folgosa, e materna de *Cristóvão da Costa Castelo Branco*, natural da Sortelha, e de *Isabel Dias*, natural de Rendado, freg. de S.^{ta} Luzia, termo de Sortelha, vila onde moravam.

Carta de Familiar de 18 de Junho de 1687.

Jorge — m. 2, n.º 47

- 281 **Jorge de Cabedo de Vasconcelos** — natural e morador em Setúbal; filho de José de Cabedo de Vasconcelos e de

(1) No pedido para casar segunda vez declara ser *natural de Aveiro*.

D. Luisa Maria da Cunha, moradores em Setúbal; neto paterno de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, igualmente natural de Setúbal, e de D. Ana de Castelo Branco, natural de Fronteira, e materno de Manuel da Cunha Soares, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Mariana da Cunha, filha de Diogo da Cunha Castelo Branco e sobrinha de D. Maria Madalena da Cunha, mulher de Pedro Ferraz Barreto, Familiar do S.^{to} Ofício; sobrinho paterno de Luís de Cabedo de Vasconcelos, Comissário do S.^{to} Ofício em Setúbal; ajustado para casar, em 1711, com *D. Joaquina Maria de Meneses, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, filha de *D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel, 8.º Conde da Feira*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *D. Ana Maria de Viveiros, natural da Feira*, neta paterna de *D. Manuel Pimentel, Conde da Feira*, e de *D. Joana Forjaz Pereira, 6.ª Condessa da Feira*, e materna de *Feliciano Leitão Coelho* e de *D. Maria Coutinho de Almeida, naturais e moradores na vila da Feira*.

Carta de Familiar de 19 de Fevereiro de 1686.

Jorge — m. 2, n.º 48

- 282 **Jorge Nunes Bolho** — escrivão da Câmara da vila de Tentúgal; natural e morador na mesma vila; filho de Custódio Nunes Bolho, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Tentúgal, e de *Sebastiana Nunes, natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha*, moradores em Tentúgal; neto paterno de Manuel Duarte Rio e de Maria Nunes Giroa, naturais e moradores em Tentúgal, e materno de *Manuel Nunes* e de *Maria André, naturais e moradores em S. João de Loure*; casado com Teresa Rosa da Silva, filha de Manuel Machado, natural de Tentúgal, e de Joana Rosa da Silva, natural de Coimbra, freg. de Sant'Iago, neta paterna de António Simões Agudo e de Francisca Machado, e materna de João Gomes da Silva, natural da vila de Grimarães, freg. de S. Sebastião, e de Mariana da Silva, natural de Coimbra, freg. de Sant'Iago.

Carta de Familiar de 25 de Junho de 1751.

Jorge — m. 4, n.º 75

- 283 **Dr. D. Jorge de S.^{to} Agostinho** — cónego regular da Congregação de S.^{ta} Cruz de Coimbra; filho do *Dr. Martin Gonçalves Coelho*, lente de Medicina da Universidade de Coimbra e vereador da mesma cidade, *natural de*

Telhadela, freg. de Sant'Iago de Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha, e de Isabel de Almeida, natural de Ancião; neto paterno de Martim Gonçalves e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Telhadela, e materno de António Fernandes, natural de Ancião, e de Joana Martins, natural de Alvorge, Ancião, e moradores na mesma vila.

Provisão de Qualificador de 20 de Julho de 1674.

Jorge — m. 1, n.º 38

- 284 **José de Abreu** — natural da Portela, vizinha de Lisboa, e morador em Coimbra; filho de António Rodrigues, natural da freg. de N.ª Sr.ª dos Olivais, termo de Lisboa, e de Maria de Abreu, natural da Charneca, também termo de Lisboa; neto paterno de *Domingos Rodrigues, natural de Aveiro*, e de Maria João, natural dos Olivais, e materno de Baltasar Antunes e de Maria de Abreu, igualmente naturais dos Olivais; casado com Maria Pinta, filha de Domingos Pinto, natural de Sant'Iago da Faia, Cabeceiras de Basto, e de *Domingos Gonçalves, natural da freg. de S.ª André de Barrô, Águeda*, neta paterna de Gonçalo Pires e de Grácia João, naturais de Sant'Iago da Faia, e materna de *Domingos Gonçalves, natural de Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel*, filho de *Rodrigo Gonçalves* e de *Maria Fernandes*. e de *Isabel João, natural de Barrô*, filha de *António Alves* e de *Isabel Pires* (1).

Mandada passar provisão de Solicitador do Fisco de de Coimbra em 4 de Maio de 1696.

José — m. 7, n.º 138

- 285 **José Afonso Ferreira** — *natural de Carvalhosa, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*; filho de *Manuel Afonso* e de *Maria João, naturais de Carvalhosa*; neto paterno de *Manuel Afonso, natural de Agueira, freg. de S. Pedro de Valongo*, e de *Ana João, natural de Carvalhosa*, e materno de *Pedro Fernandes, natural da Póvoa*

(1) A mãe da mulher do habilitando casou em segundas núpcias com *Domingos João*, pasteleiro, Familiar do S.º Ofício, *natural de Aveiro* e morador em Coimbra, havendo no processo deste — *v. Domingos — m. 5, n.º 164* — algumas diferenças quanto à naturalidade dos pais da mesma, visto dá-los de *Barrô*, e os avós exactamente ao invés do que devia ser, pois dá os paternos de *Barrô* e os maternos de *Oliveira do Bairro*.

da *Ribeira, freg. de S. Pedro de Valongo, e de Maria João, igualmente natural de Carvalhosa.*

Carta de Familiar de 30 de Junho de 1753.

José — m. 70, n.º 1063

- 286 **José Aires da Cruz** — negociante; *natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Rossas, Arouca, e morador na cidade do Rio de Janeiro, no canto da rua dos Pescadores, junto ao Oratório de N.ª Sr.ª da Oliveira; filho de João Tavares Arouca e de Antónia Tavares, naturais e moradores em Rossas; neto paterno de João Arouca e de Catarina da Cruz, também naturais e moradores em Rossas, e materno de Tomé Tavares, natural de S. Miguel, freg. de S. Miguel de Urrô, Arouca, e de Jerónima Aires, natural de Rossas, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 28 de Setembro de 1770.

José — m. 123, n.º 2638

- 287 **José de Almeida Brandão** — cirurgião anatómico aprovado; *natural da vila de Arouca, antiga freg. de S. Pedro; filho de Francisco João e de Mafalda de Almeida, naturais e moradores em Arouca; neto paterno de João Domingues, natural de Espinheiro, freg. de S.ª Catarina de Mansores, Arouca, e de Francisca Dias, natural do Mato, freg. de S.º Isidoro de Romariz, Feira, e materno de Domingos Cabral e de Maria Pinta, igualmente naturais de Arouca.*

Carta de Familiar de 28 de Setembro de 1755.

José — m. 78, n.º 1161

- 288 **P.º José de Almeida Brandão** — vigário da igreja do SS. Sacramento da vila de Alcobaça; *natural da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca; filho de Belchior de Almeida e de Antónia de Almeida, naturais e moradores em Burgo; neto paterno de João de Almeida e de Maria de Almeida, e materno de Domingos Brandão, todos naturais de Burgo, e de Joana de Almeida, natural de Arouca, antiga freg. de S. Pedro, e todos igualmente moradores em Burgo.*

Provisão de Notário de 28 de Março de 1735.

José — m. 38, n.º 614

- 289 **José de Almeida de Figueiredo** — *natural e morador na vila de Aveiro; filho de Domingos João, natural da*

freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cambra, e de Maria Manuel, natural de Aveiro, e aí moradores; neto paterno de Pero João, natural da freg. de S. João Baptista de Cepelos, Vale de Cambra, e de Isabel André, natural de Macieira, e aí moradores, e materno de Manuel Fernandes, natural da freg. de S. Martinho de Salreu. Estarreja, e de Maria Antónia, natural de Aveiro, e aí moradores; casado com Maria de Almeida, natural de Aveiro, filha de João Miguéis Leitão e de Maria Manuel, também naturais e moradores em Aveiro, neta paterna de António Francisco, «o Draga», natural da vila da Feira, e de Catarina Miguéis, natural de Aveiro, e materna de Martim André, natural da vila de Vagos, freg. de Sant'Iago, e de Lourença Antónia, natural de Aveiro, onde todos residiam.

Declarado indigno de servir o S.^o Offício por haver sido posto fora do Síndico dos frades capuchos, por faltar à sua obrigação e fazer o mesmo como escrivão da Misericórdia da mesma vila em 26 de Novembro de 1669.

José — m. 2, n.^o 37

- 290 José de Almeida e Vasconcelos — natural de Petecaba, freg. de N.^a Sr.^a do Socorro de Passê, termo da cidade da Baía, e morador na sua quinta do Enfesto, termo de Torres Vedras; filho do capitão Manuel de Almeida, natural de Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália, e de D. Filipa Pinheiro, natural de Passê, e moradores em Petecaba; neto paterno de Francisco de Almeida e de Maria de Moraes, naturais e moradores em Águeda, e materno de Atanázio Delgado e de Maria Pinheira, naturais e moradores em Passê; irmão de D. Joana Cardoso de Vasconcelos, casada com Vicente da Costa Cardoso, Familiar do S.^{to} Offício, moradores em Mairapé, distrito da Baía; casado com D. Luísa Francisca Cardoso do Amaral e Gaula, natural de Lisboa, freg. da Encarnação, filha legítima de Gaspar Cardoso do Amaral e Gaula, Familiar do S.^{to} Offício, e de Leonor da Silva, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Tomé e da Trindade, e moradores na rua das Flores, neta paterna de Francisco Cardoso do Amaral, Familiar do S.^{to} Offício, e de D. Luísa da Fonseca, e materna de Manuel de Saldanha Tavares, também Familiar do S.^{to} Offício, e de D. Francisca da Costa e Silva.

Carta de Familiar de 10 de Outubro de 1714.

José — m. 22, n.^o 363

- 291 P.^o **José Álvares da Silveira** — sacerdote do hábito de S. Pedro; natural e morador na vila de Mafra, freg. de S.^{to} André; filho de André da Silveira, pagador-geral da obra de Mafra, e de Josefa da Piedade, naturais de Mafra, respectivamente das fregs. de S.^{to} André e de S.^{to} Isidoro; neto paterno de *André da Silveira, natural da freg. de S. Salvador da vila de Ilhavo*, e de Ana Antunes, natural de Mafra, freg. de S.^{to} André, e materno de João Alves, também natural de Mafra, freg. de S.^{to} Isidoro, e de Maria Vicente, natural do Sobral, freg. de N.^a Sr.^a da Oliveira, termo de Torres Vedras, moradores no Casal do Mocharro, Mafra; irmão do P.^o Pedro Paulo da Silveira, presbítero do hábito de S. Pedro, e de Francisco da Silveira, administrador dos bois das reais obras de Mafra, Familiares do S.^{to} Ofício.

Provisão de Notário de 21 de Maio de 1751.

José — m. 63, n.º 971

- 292 P.^o **José Álvares de Vasconcelos** — pároco da freg. de S. Martinho da Sardoura, Castelo de Paiva, e daí natural; filho de Caetano Álvares de Vasconcelos, natural da freg. de S. Martinho da Sardoura, e de Quitéria Maria Moreira, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Sardoura; neto paterno de João Álvares, natural da freg. de S.^{ta} Maria do Sobrado, Castelo de Paiva, e de Maria Mendes Carneira, natural de S. Martinho da Sardoura, e materno de Manuel Moreira, natural de S.^{ta} Maria da Sardoura, e de Ana do Rosário, natural da freg. de Pala, Mortágua.

Provisão de Notário de 1 de Julho de 1774.

José — m. 143, n.º 2814

- 293 **José Alves da Costa** — homem de negócio; natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Cortegaça, Ovar, e morador na vila do Ribeirão do Carmo, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição, Minas Gerais; filho de João Alves do Cabelo e de Ana Fortuosa, naturais e moradores em Cortegaça; neto paterno de João Alves da Cancela, natural de Cortegaça, e de Isabel Manuel, natural da freg. de S. Pedro de Maceda, Ovar, e materno de João Fortuoso, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Guetim, Espinho, e de Maria Gonçalves, natural de Cortenal, freg. da Cortegaça.

Carta de Familiar, de 15 de Julho de 1748.

José — m. 59, n.º 911

- 294 **José Alves da Cunha Rosa** — negociante; natural de Raba, freg. de S. Martinho de Lordelo do Ouro, e morador no Porto; filho de António Alves da Cunha e de Maria do Rosário, naturais e moradores em Raba; neto paterno de Manuel Alves e de Maria Teresa da Cunha, naturais da freg. de Cedofeita, Porto, e materno de José da Costa Cordeiro, natural da freg. de Duas Igrejas, Penafiel, e de Catarina do Rosário, natural de Lordelo do Ouro; casado com Teodora Joaquina da Cunha, natural do Porto, filha de António Rodrigues de Azevedo, natural da freg. de S. Miguel de Vila Cova de Moreira, e de *Teodora Joaquina de Azevedo, natural da freg. de S. Martinho de Escapães, Feira*, neta paterna de Custódio de Azevedo e de Mariana de Oliveira, naturais e moradores em Vila Cova, e materna de *Manuel Carvalho e de Rosa de Oliveira, naturais e moradores em Escapães.*

Carta de Familiar de 7 de Fevereiro de 1804.

José — m. 168, n.º 4089

- 295 **José Alves da Silva** — homem de negócio no Rio de Janeiro, freg. de N.ª Sr.ª da Candelária; *natural da freg. de Sant'Iago de Silvade, Espinho*; filho de *António Domingues e de Maria Alves, naturais e moradores em Silvade*; neto paterno de *António Domingues e de Maria Alves*, e materno de *Domingos Alves e de Maria Gonçalves*, todos lavradores *em Silvade e daí naturais* à excepção do avô materno, natural de Perozinho, Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar em 26 de Novembro de 1723.

José — m. 26, n.º 428

- 296 **José de Amorim Lisboa** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e então no Rio de Janeiro; filho de Manuel Vieira da Costa, mestre ferrador na Tanoaria, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, e de Clara Micaela de Amorim, natural da freg. de S. Julião, moradora na calçada de S. Francisco; neto paterno de de Mateus Gonçalves, natural da freg. de S. Martinho de Gondomar, termo de Guimarães, filho de Domingos Gonçalves e de Maria Gonçalves, de Gondomar, e de Mariana Francisca, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires, filha de António Francisco e de Catarina Esteves, de Lisboa, e materno de *Manuel Rodrigues,*

natural da freg. da Vera Cruz de Aveiro, filho de António Rodrigues e de Antónia Miguéis, de Aveiro, e de Maria da Silva, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, filha de Manuel da Silva e de Francisca de Amorim, de Lisboa.

Carta de Familiar de Dezembro de 1737.

José — m. 43, n.º 681

- 297 **José Anastácio Guerreiro** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo, oficial-maior da Mesa do Desembargo do Paço; natural de Lisboa e aí morador na Travessa Nova da Piedade, à rua Direita de S. Bento; filho de Salvador da Silva Guerreiro, resposteiro do número da Casa Real, natural da freg. de Carvoeira, Torres Vedras, e de Eugénia Maria Soares, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa; neto de paterno de Manuel Pinheiro, sapateiro, natural do Paiol, freg. de N.ª Sr.ª dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, filho de Diogo Fialho, natural de Vidais, Alcobaça, e de Maria Pinheira, natural do Paiol, e de Maria Manuel, dona da Portaria do Paço, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Sacavém, e materno de António Soares, cirurgião da Casa Real, *natural da freg. de Sant'Iago de Lobão, Feira, filho de Domingos Soares da Igreja e de Isabel Francisca, também de Lobão, e de Bernarda Maria Soares, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, filha de Domingos Lopes da Costa e de Paula Maria Soares, de Lisboa.*

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1760.

José — m. 84, n.º 1249

- 298 **P.º José dos Anjos** — vigário da freg. de N.ª Sr.ª da Ajuda da Vestiária, termo de Alcobaça, habilitado às Três Ordens Militares; natural da vila de Arraiolos, freg. do Salvador, filho de Manuel Pais, *natural de Albergaria-a-Velha, freg. de S.ª Cruz, e de Joana Baptista, natural de Arraiolos; neto paterno de João Pais Ribeiro e de Antónia Domingues, naturais e moradores em Albergaria-a-Velha, e materno de Paulo Fernandes Sezudo, e de Luzia Gomes Godinho, igualmente naturais e moradores em Arraiolos; irmão de Manuel Gomes Pais Loureiro, Familiar do S.º Ofício, primo co-irmão do Dr. António Gomes de Mira, médico, Familiar da Inquisição de Évora, e de Frei Manuel de S.º Agostinho, religioso de S. Francisco da Província dos Algarves,*

e parente pela parte materna, em terceiro grau, do
Dr. Manuel Piteira Salgado, deão da Sé de Elvas.
Provisão de Notário de 7 de Outubro de 1763.

José — m. 95, n.º 1372

- 299 **José António** — natural da freg. de S.^{ta} Engrácia de Lisboa, e nela morador na rua de S. Bartolomeu; filho de António Antunes, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Canos, e de Josefa Maria, natural da freg. de S. João Baptista do Lumiar, moradores em Chelas; neto paterno de António Antunes e de Ana João, naturais e moradores em Canos, e materno de *João Baptista, natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha*, filho de *Manuel João Neves, o «Vermelho»*, e de *Maria Antónia, de S. João de Loure*, e de Ana das Neves, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Engrácia.

Carta de Familiar de 27 de Agosto de 1777.

José — m. 154, n.º 2984

(*Continua*)

bibRIA
JORGE HUGO PIRES DE LIMA
1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

-
- Anais*, Academia Portuguesa da História, II série, vol. 17.º Lisboa, 1968.
- Arquivo do Alto Minho*, vol. 15.º, tomo II. Viana do Castelo.
- Autores*, Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, n.ºs 39 a 41. Lisboa.
- Aveiro e o seu Distrito* — Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro, n.º 6. Aveiro, 1968.
- Biblos*, Revista da Faculdade de Letras de Coimbra, vol. XXXIX. Coimbra, 1963.
- Boletim da Academia Portuguesa da História*, vol. 31.º Lisboa, 1968.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 15. Matosinhos, 1968.
- Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Fundação Calouste Gulbenkian, vol. VII, n.º 4 de 1966 e vol. VIII, n.ºs 1 a 3, de 1967. Lisboa.
- Correios e Telecomunicações*. Serviços Culturais dos C. T. T., n.º 8. Lisboa, 1968.
- Das Artes e da História da Madeira*, revista de cultura da Sociedade de Concertos da Madeira, vol. VII, n.º 38. Funchal, Ilha da Madeira.
- Insulana*, órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXI. Ponta Delgada, 1965.
- Mensário das Casas do Povo*, n.ºs 259 a 270. Lisboa, 1968.
- Ora & Labora*, revista litúrgica beneditina, ano XV, n.ºs 1 a 5. Mosteiro de Singeverga, Negrelos, 1968.
- Revista de Etnografia*, Junta Distrital do Porto, vol. IX, tomo II de 1967 (n.º 18) e vol. X, tomos I e II (n.ºs 19 e 20). Porto, 1968.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Revista da Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2.^a série, C — Ciências Naturais, vol. XIV, fasc. 2.^o e vol. XV, fasc. 1.^o Lisboa, 1967.

Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, vol. LXXVII, n.^{os} 3-4 de 1967 e vol. LXXVIII, n.^{os} 1-2 de 1968. Guimarães.

Revista de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo e Sociedade de Estudos Históricos, n.^{os} 70 a 71. São Paulo, Brasil, 1967.

*

Eng.^o JOSÉ DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES — *A estatística nos ensaios têxteis*. Porto, 1968.

Institut Français au Portugal — *Bulletim des Études Portugaises*, Tome XXVIII-XXIX (1967/1968).

Diputación Provincial de Barcelona — *Anuario de la Biblioteca Central de Cataluña y de las Populares y especiales de Barcelona (1964-1965)*. Barcelona, 1967.
— *Catálogo de la producción editorial barcelonesa (1965-1966)*. Barcelona, 1967.

Câmara Municipal de Aveiro — *Relatório da Gerência de 1966*.
— *Orçamento ordinário da receita e despesa para o ano de 1968*.

Junta Autónoma do porto de Aveiro — *Relatório da Gerência de 1967*.

Banco de Portugal — *Relatório do Conselho de Administração. Parecer do Conselho Fiscal. Gerência de 1967*.
1.^o volume — Balanço, contas, revista económica e financeira.
2.^o volume — Legislação e estatística.
Lisboa, 1968.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

| | Págs. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| CHAVES (Luís) | |
| — <i>Maré viva de sugestões — Uma sugestão de arte popular</i> . . . | 272 |
| COSTA (Eduardo) | |
| — <i>Inquérito (O) paroquial de 1732 — Informação da freguesia de Cedrim</i> | 62 |
| — <i>Memórias paroquiais do séc. XVIII — II. Freguesia de S. Cristóvão de Ovar</i> | 204 |
| — <i>Memórias paroquiais do séc. XVIII — III. Freguesia de Santa Maria da Murtosa</i> | 288 |
| COUTO (João) | |
| — <i>Dr. Alberto Souto</i> | 285 |
| CRUZ (Malpique) | |
| — <i>Fernando Caldeira (1841-1894). Considerações marginaes</i> 81, | 181 |
| CUNHA SERRA (Pedro) | |
| — <i>Topónimos do distrito de Aveiro</i> | 47 |
| FERREIRA NEVES (Francisco) | |
| — <i>Casa (A) e morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro</i> | 3 |
| LOPES DIAS (Jaime) | |
| — <i>O Dr. Alberto Souto, nos seus altos méritos e na minha saudade</i> . | 262 |
| MELO (Laudelino de Miranda) | |
| — <i>Recordando o Dr. Alberto Souto. Um mastro simbólico</i> . . . | 269 |
| PESSANHA (D. Sebastião) | |
| — <i>Alberto Souto etnógrafo</i> | 258 |
| PIRES DE LIMA (Jorge Hugo) | |
| — <i>Distrito (O) de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício</i> 67, | 67, |
| 146, 215 e | 301 |
| ROCHA MADAHIL (António Gomes da) | |
| — <i>Integração da estátua de tipo arcaico, vulgarmente conhecida por Menino-Jardim, na colecção escultórica do Museu de Arte de Aveiro</i> | 99 |
| — <i>Octogésimo (No) aniversário do nascimento dum grande aveirense — Dr. Alberto Souto: (1888 † 1961) —</i> | 241 |
| SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel) | |
| — <i>Dr. Alberto Souto — A recordação que dele guardo</i> | 267 |
| TAVARES (José Pereira) | |
| — <i>D. Frei Caetano Brandão</i> | 109 |

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

| | Págs. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| — <i>Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Sua actuação em favor do Museu de Arte de Aveiro</i> | 32 |
| — <i>Inauguração da «Casa-Museu» de Egas Moniz, em Avanca</i> | 161 |
| XAVIER COUTINHO (Bernardo) | |
| — <i>Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta — O cemitério</i> | 44 |
| — <i>Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta — O relatório do prior Pedro Rodrigues de Arede</i> | 125 |
| NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS | |
| — <i>Bibliografia</i> | 317 |

FIM DO VOLUME XXXIV



ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *A Casa e Morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro.*

JOSÉ TAVARES, *Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Sua actuação em favor do Museu de Arte de Aveiro.*

BERNARDO XAVIER COUTINHO, *Apontamentos*

para a história do Pinheiro da Bemposta — O cemitério.

PEDRO CUNHA SERRA, *Topónimos do distrito de Aveiro.*

EDUARDO COSTA, *O inquérito paroquial de 1732.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Officio.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00

NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bib.RIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

FÁBRICAS ALELUIA



AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS



FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - *Duração infinda* - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 - Rua Comandante Rocha e Cunha - 108

TELEFONE 23317

A V E I R O

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande prêmio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e Esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs.

AVEIRO

Telefs. { 22046
22047

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

ORIEVA

Oficina de Serralharia

- - Mecânica - -

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,

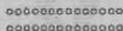
VIBRADORES, BETONEIRAS,

MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

Reparações de máquinas e motores



Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**

e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

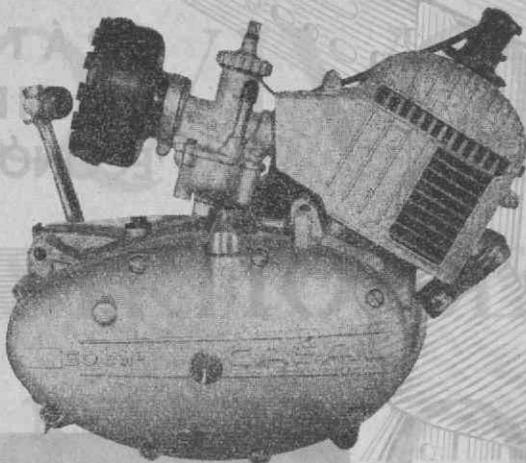
Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

A V E I R O

TELEFONE 22683 P.P.C.

MOTOR M 152

TALVEZ...
...O MELHOR
PARA A SUA
MOTORIZADA



Varina 5170

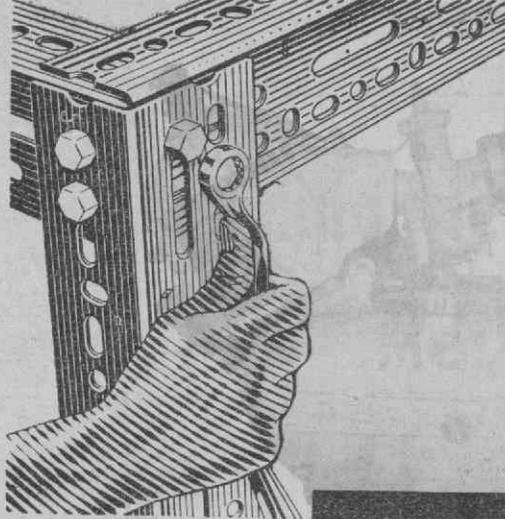


UMA SCOOTER QUE SURPREENDE!

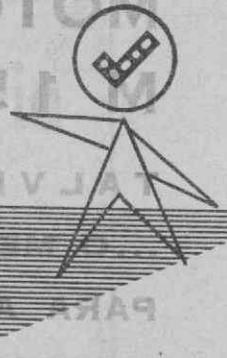
PRODUTOS DA LINHA



ORIVEIRO



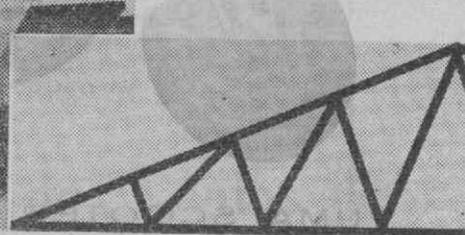
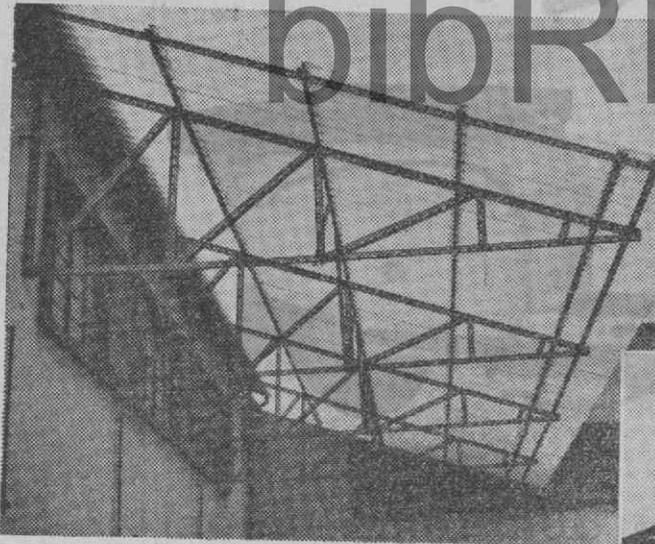
PRÁTICO
EFICIENTE
ECONÓMICO



DEXION

biblioteca

RESOLVE SATISFA-
RIAMENTE TODOS
PROBLEMAS DE CON-
STRUÇÃO DE ESTRUT-
URAS INDUSTRIAIS PA-
RA COBERTURAS, TEL-
HOS, ETC., QUE EXIG-
RAPIDEZ E SEGURANÇ



DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO

A SEU PEDIDO ENVIAMOS, COM
TODO O GOSTO, FOLHETO TÉCNICO
E DESCRITIVO

F. RAMADA

AÇOS E INDÚSTRIAS — S. A. R. L.
OVAR

LISBOA PORTO
COVILHÃ

ÁGUEDA LUANDA
LAGOS

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO

TELEF. 24141

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO

TELEF. 24141

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau,

medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

A V E I R O

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

A V E I R O

Fábrica de moagem
de cereais
bIBRIA
e descasque de arroz

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

A V E I R O

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRIAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO
bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone—23826

Telegramas—Testa

Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA A-VELHA

TELEFS. 5 22 06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ.

TELEFS. 32 13.63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS



Especializada em vestuários

e brinquedos

para crianças



AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

S. I. S. — SACHS

o único argumento
válido
em *motorizadas*.

Qualidade reconhecida
pelos grandes peritos
internacionais da espe-
cialidade



S. I. S. — SACHS... é

...A *motorizada* que Portugal exporta

S. I. S. — VEÍCULOS MOTORIZADOS, L.^{DA}

PORTO • ANADIA • LISBOA

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS, MADEIRAS

MÓVEIS DE COZINHA,

PARQUETE-MOSAICO

bibRIA

Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES { 23041 — FÁB.
23042 — RES.

TELEGRAMAS — **MADEIRAS**

Escritório em Lisboa

Av. Almirante Gago Coutinho, 53-r/ch-D.^{to}

LISBOA — 5

TELEFONE 726218

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livreria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

R i a

*BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL*

Parque Municipal

*LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO*

Museu

*PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)*

Igreja de Jesus

*MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS*

E outros monumentos

9571

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 134

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1968

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRICTAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

CRUZ MALPIQUE, *Fernando Caldeira. (1841-1894) — Considerações marginaes.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Integração da estãtua de tipo arcaico, vulgarmente conhecida por Menino-Jardim, na colecção escultórica do Museu de Arte de Aveiro.*

JOSÉ TAVARES, *D. Frei Cactano Brandão.*

BERNARDO XAVIER COUTINHO, *Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta — O Relatório do prior Pedro Rodrigues de Arede (1767-1789) acerca da igreja e freguesia.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Officio.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00

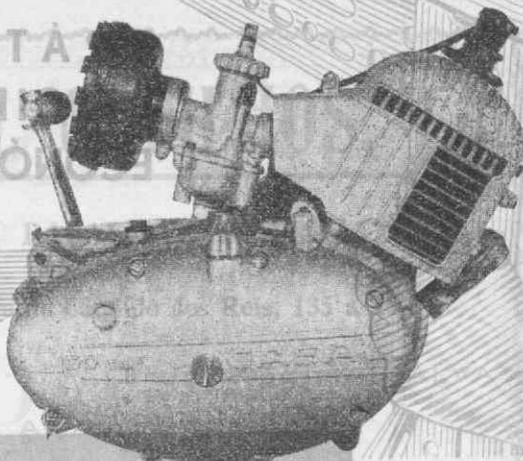
NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

MOTOR M 152

TALVEZ...
...O MELHOR
PARA A SUA
MOTORIZADA



Carina 5170

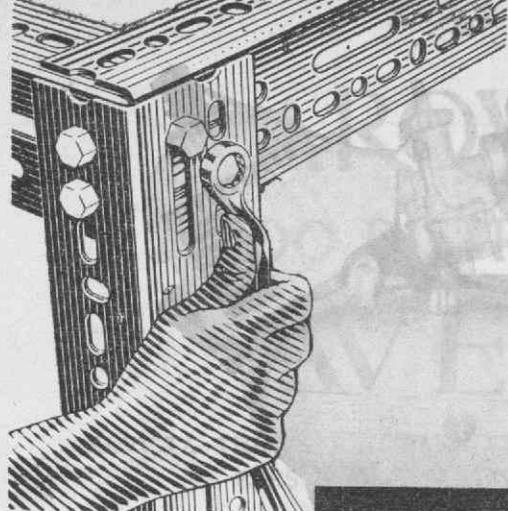


UMA SCOOTER QUE SURPREENDE!

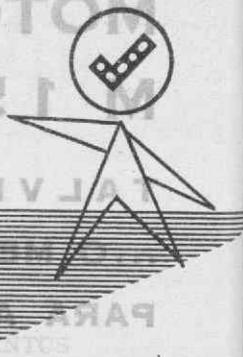
PRODUTOS DA LINHA



ORIVEIRO



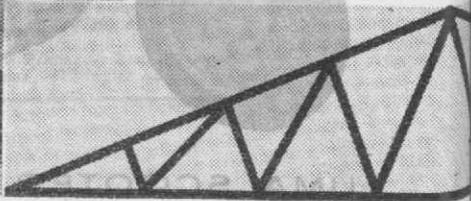
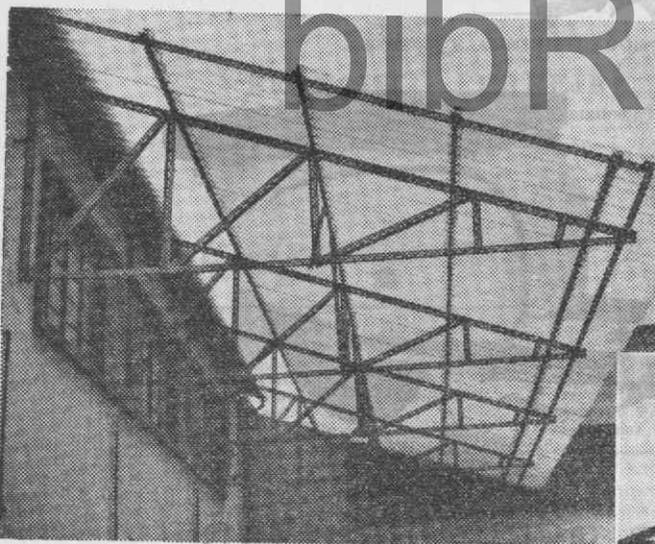
PRÁTICO
EFICIENTE
ECONÓMICO



DEXION

bibRIA

RESOLVE SATISFATORIAMENTE TODOS OS PROBLEMAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS INDUSTRIAIS PARA COBERTURAS, TELHEIROS, ETC., QUE EXIGEM RAPIDEZ E SEGURANÇA



DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO

A SEU PEDIDO ENVIAMOS, COM TODO O GOSTO, FOLHETO TÉCNICO E DESCRITIVO

F. RAMADA

AÇOS E INDÚSTRIAS — S. A. R. L. OVAR

LISBOA PORTO
COVILHÃ

ÁGUEDA LUANDA
LAGOS

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. - MARIALVA

Apartado 39

A V E I R O

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e *Arrastão* — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS
Aveiro

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRIAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»
MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC

22031
22032

AVEIRO

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS

POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

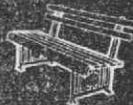
Telefone—23826

Telegramas—Testa

Apartado 30

ESTRADA NOVA DO CAVAL—AVEIRO
RUA DE FCA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO TELEFONE 24400



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos

laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA A VELHA

TELEFS. 5 22 08/7

TELEGR. ALBA

DELEGACÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ.

TELEFS. 32-13 63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

ab Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS



Especializada em vestuários
e brinquedos
para crianças



AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 2 48 17

AVEIRO

FÁBRICAS ALELUIA

AGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

AZULEJOS,

LOUÇAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{da}

ESTRADA NOVA DO CANAL - AVEIRO

AVEIRO

Mármore, Espelhos,
Cristais

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - *Duração infinda* - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 2 3317

AVEIRO

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e Esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — *Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Preferam a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. *Especial «Transparente», para pintura e decorações.*

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs.

AVEIRO

Telefs. { 22046
22047

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS Telefones 23111/2/3

— Grande premiada com medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932. —
AVEIRO

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

★
— Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO
RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

S. I. S. - SACHS

o único argumento
válido
em *motorizadas*.

Qualidade reconhecida
pelos grandes peritos
internacionais da espe-
cialidade



S. I. S. - SACHS... é

... A *motorizada* que Portugal exporta

S. I. S. - VEÍCULOS MOTORIZADOS, L.^{DA}

PORTO • ANADIA • LISBOA

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA,

PARQUETE-MOSAICO

bibRIA

Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES { 23041 — FÁB.
 { 23042 — RES.

TELEGRAMAS — MADEIRAS

Escritório em Lisboa

Av. Almirante Gago Coutinho, 53-r/ch-D.^{1o}

LISBOA — 5

TELEFONE 726218

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

— bibRIA —



Agente dos motores PETER LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos
Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO
AVEIRO

TELEPHONE 23965 P.P.C.

Oficina de Serralharia Mecânica

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES
MOAGENS

Reparações de máquinas e motores

TELEFONES 23041
2307

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

Av. Almirante Gago Coutinho, 83-r/ch-D.10

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

A V E I R O

TELEFONE 22683 P.P.C.

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade
de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima do mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

571

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 135

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1968

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ TAVARES, *Inauguração da «Casa-Museu» de Egas Moniz, em Avanca.*

CRUZ MALPIQUE, *Fernando Caldeira. (1841-1894) — Considerações marginaes.*

EDUARDO COSTA, *Memórias paroquiais do séc. XVIII. — II — Freguesia de S. Cristóvão de Ovar.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Officio.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00

NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUBIROS Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE



— Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO

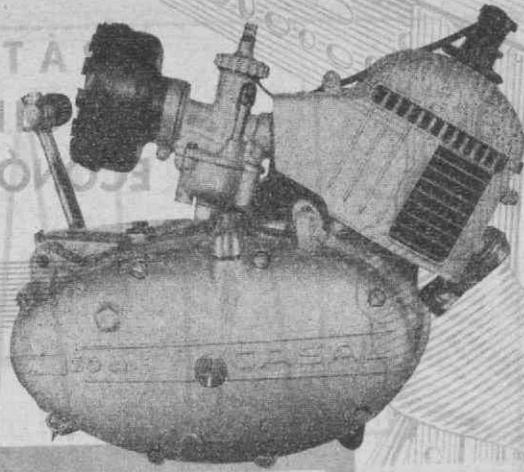
— Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO
RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

**MOTOR
M 152**

**TALVEZ...
...O MELHOR
PARA A SUA
MOTORIZADA**



Varina 5170

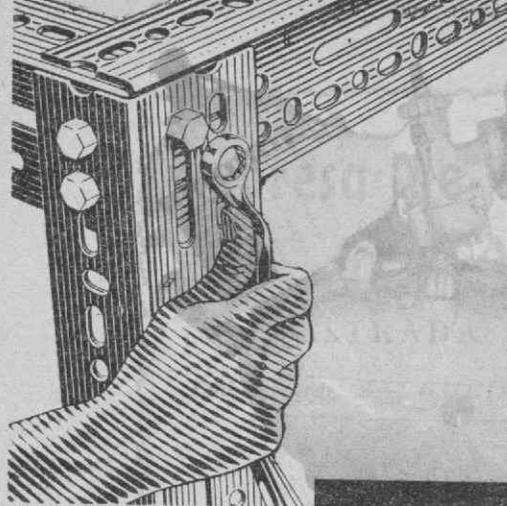


UMA SCOOTER QUE SURPREENDE!

PRODUTOS DA LINHA

CASAL

AVEIRO



PRÁTICO
EFICIENTE
ECONÓMICO



DEXION

bibRIA

RESOLVE SATISFA
RIAMENTE TODOS
PROBLEMAS DE CO
TRUÇÃO DE ESTRU
RAS INDUSTRIAIS PA
COBERTURAS, TELH
ROS, ETC., QUE EXIG
RAPIDEZ E SEGURAN



DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO

A SEU PEDIDO ENVIAMOS, COM
TODO O GOSTO, FOLHETO TÉCNICO
E DESCRITIVO

F. RAMADA

ÁÇOS E INDÚSTRIAS — S. A. R. L.
OVAR

LISBOA PORTO AGUEDA LUAND
COVILHÃ LAGOS

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA
UM

SAL DE QUALIDADE

bib.RIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

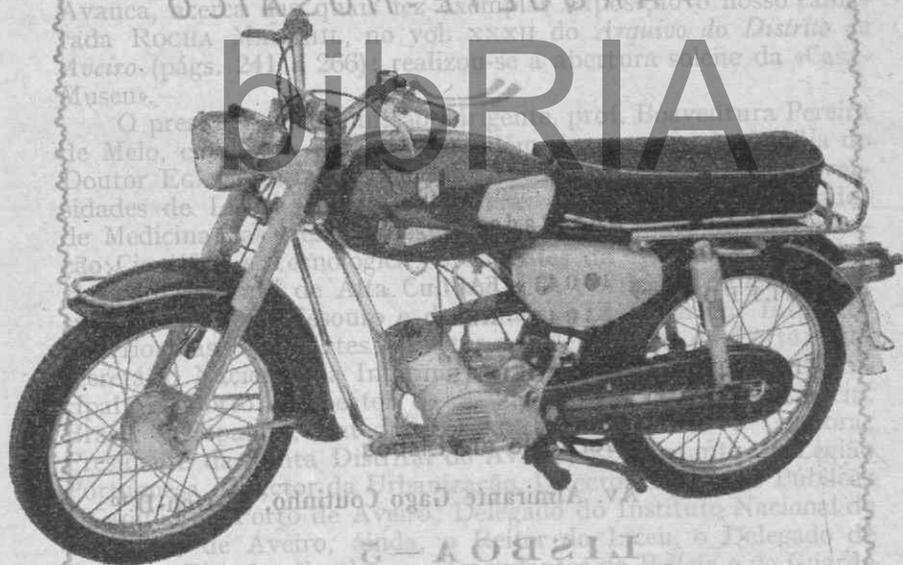
TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

S. I. S. — SACHS

o único argumento
válido
em *motorizadas*.

Qualidade reconhecida
pelos grandes peritos
internacionais da espe-
cialidade



S. I. S. — SACHS... é

...A motorizada que Portugal exporta
S. I. S. — VEÍCULOS MOTORIZADOS, L. DA

PORTO • ANADIA • LISBOA

BOM-SUCCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA,

PARQUETE-MOSAICO

bibRIA

Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES { 23041 — FÁB.
23042 — RES.

TELEGRAMAS — **MADEIRAS**

Escritório em Lisboa

Av. Almirante Gago Coutinho, 53-r/ch-D.^{to}

LISBOA — 5

TELEFONE 726218

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

— bibRIA —



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 2396

— AVEIRO —

Arquivo do Distrito de Aveiro

Pago da Madeira, de que seu pai era proprietário, toca
sua filha, natural e herdeira de Li
na freg. de S.º Estêvão; pelo paterno de João Gonç
de S.º Estêvão, natural da freg. de S.º Matias
de João Vicente, natural de Pascoas de M
cedo, cas. Santas Boas, também no freg. de
S.º Estêvão; casado por quem em 1763, com D. A
João Vicente de Pascoas de M, natural de N.º S
do Monte, freg. dos Anjos, e mais tarde na sua quinta d
Rego, freg. dos Santos Reis, cas. de Lisboa, e natu
da freg. de Barbaça, natural de Lisboa, freg. de S.º Paul
Lobo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural d
Lisboa, cas. S.º Paulo, natural de Lisboa, freg. de S.º Paul
Micaela Teresa Rosa, natural de Lisboa, freg. de S.º Paul
neta paterna de João Vicente de Pascoas de M, cavalei
professo da Ordem de Cristo, e de D. Angela Corre
de Lacerda, naturais de Lisboa, respectivamente da
freg. de S.º Matias, natural de Lisboa, freg. de S.º Matias
D. António de S.º Matias, natural de Lisboa, freg. de S.º Matias
Ch. de S.º Matias, natural de Lisboa, freg. de S.º Matias
freg. de S.º Matias, natural de Lisboa, freg. de S.º Matias
partido familiar de Lisboa, data de 1746.

Oficina de Serralharia

Mecânica

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS
MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES
MOAGENS

Reparações de máquinas e motores

JORGES PIRES DE LIMA
1ª Conserva da Av. N.º 22, de Torre de Tondo

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

957

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO
TELEFONE 22683 P.P.C.

240

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

A VEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRIITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - Testa

Apartado 30

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDIÇÃO DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos
acessórios para condutas
adutoras
redes de distribuição de
águas e de saneamento
aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas
artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos
orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ.
TELEFS. 32-13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

ab Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários
e brinquedos

para crianças

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

Mármore, Espelhos,

--- Cristais ---

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

--- Duração infinda ---

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 - Rua Comandante Rocha e Cunha - 108

TELEFONE 2 3317

A VEIRO

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande prêmio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e Esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs.

AVEIRO

Telefs. (22048
22047

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TUMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima do mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO
bibRIA

N.º 136

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1968

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOUBENÇO PRILINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A. G. DA ROCHA MADAHIL, <i>No octogésimo aniversário do nascimento dum grande aveirense—Dr. Alberto Souto: (1888+1961)—</i> . | LUÍS CHAVES, <i>Maré viva de sugestões — Uma sugestão de arte popular.</i> |
| D. SEBASTIÃO PESSANHA, <i>Alberto Souto etnógrafo.</i> | JOÃO COUTO, <i>Dr. Alberto Souto.</i> |
| JAIME LOPES DIAS, <i>O Dr. Alberto Souto, nos seus altos méritos e na minha saudade.</i> | EDUARDO COSTA, <i>Memórias paroquiais do séc. XVIII. — III — Freguesia de Santa Maria da Murtosa.</i> |
| SOARES DA GRAÇA, <i>Dr. Alberto Souto—A recordação que dele guardo.</i> | JORGES HUGO PIRRES DE LIMA, <i>O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício. Bibliografia.</i> |
| LAUDELINO DE MIRANDA MELO, <i>Recordando o Dr. Alberto Souto—Um mastro simbólico.</i> | <i>Índice alfabético dos autores do vol. XXXIV.</i> |

PREÇOS:

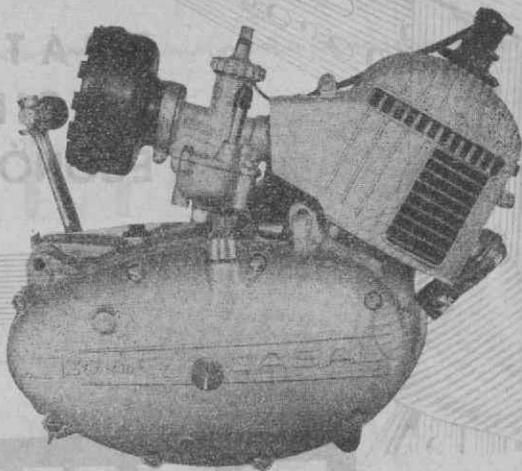
| | |
|----------------------------|--------|
| ASSINATURA ANUAL | 80\$00 |
| NÚMERO AVULSO | 25\$00 |

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

MOTOR M 152

TALVEZ...
...O MELHOR
PARA A SUA
MOTORIZADA



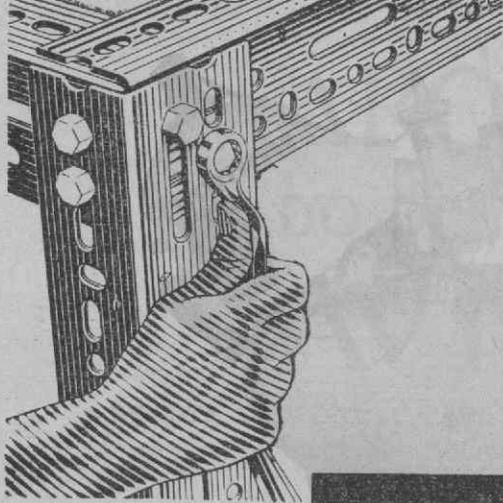
Carina 5170



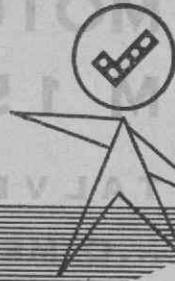
UMA SCOOTER QUE SURPREENDE!
PRODUTOS DA LINHA

CASAL

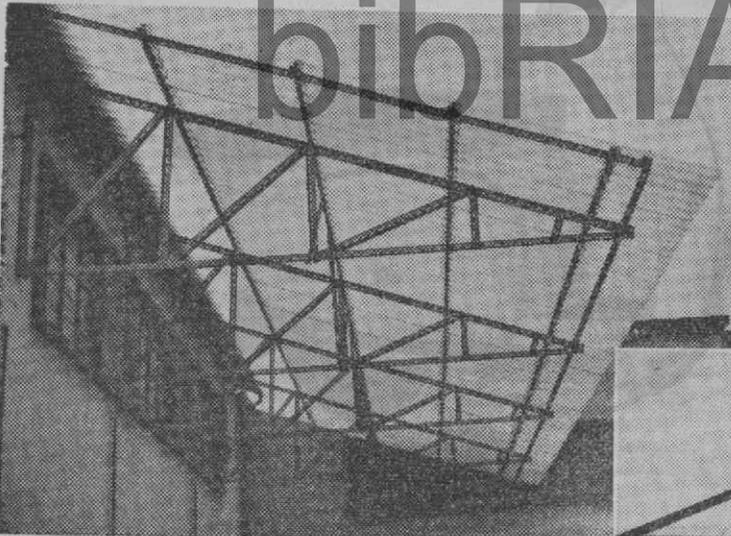
AVEIRO



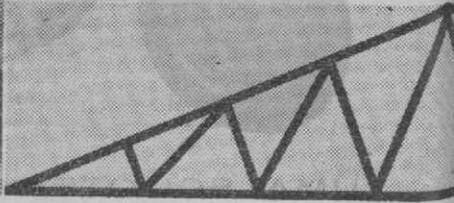
PRÁTICO
EFICIENTE
ECONÓMICO



DEXION



RESOLVE SATISFA-
RIAMENTE TODOS
PROBLEMAS DE CON-
STRUÇÃO DE ESTRUT-
RAS INDUSTRIAIS PA-
COBERTURAS, TELH-
ROS, ETC., QUE EXIGI-
RAPIDEZ E SEGURANÇ



DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO

A SEU PEDIDO ENVIAMOS, COM
TODO O GOSTO, FOLHETO TÉCNICO
E DESCRITIVO

F. RAMADA

AÇOS E INDÚSTRIAS — S. A. R. L.
OVAR

LISBOA PORTO
COVILHÃ

AGUEDA LUANDA
LAGOS

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

S. I. S. - SACHS

o único argumento
válido
em *motorizadas.*

Qualidade reconhecida
pelos grandes peritos
internacionais da espe-
cialidade



S. I. S. - SACHS... é

...A *motorizada* que Portugal exporta

S. I. S. - VEÍCULOS MOTORIZADOS, L.^{DA}

PORTO • ANADIA • LISBOA

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA,

PARQUETE-MOSAICO

bibRIA

Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES { 23041 — FÁB.
 { 23042 — RES.

TELEGRAMAS — MADEIRAS

Escritório em Lisboa

Av. Almirante Gago Coutinho, 53-r/ch-D.º

LISBOA — 5

TELEFONE 726218

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

VITA-SAL

— DR. ALBERTO SOUTO (1887-1961) —

PARA BOA COZINHA
UM
SAL DE QUALIDADE

bib. RIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL — AVEIRO

TELEFONE 24430

FÁBRICAS ALELUIA



AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS



FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO